



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

**A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade
moral: Fronteiras Simbólicas no Programa Bolsa Família**

NÍNIVE FONSECA MACHADO

João Pessoa
Novembro/2020

NÍNIVE FONSECA MACHADO

**A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral:
Fronteiras Simbólicas no Programa Bolsa Família**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Magalhães Brito

João Pessoa
Novembro de 2020

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e
Classificação

M149c Machado, Níve Fonseca.

A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral:
Fronteiras Simbólicas no Programa Bolsa Família / Níve Fonseca Machado. -
João Pessoa, 2020.
218 f. : il.

Orientação: Simone Magalhães Brito. Tese
(Doutorado) - UFPB/CCHLA.

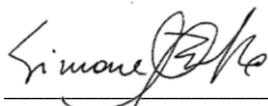
1. Sociologia. 2. Moralidade. 3. Políticas Sociais. 4. Pobreza. I. Magalhães Brito,
Simone. II. Título.

UFPB/BC

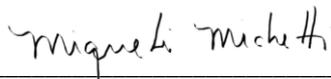
CDU 303(043)

FOLHA DE AVALIAÇÃO

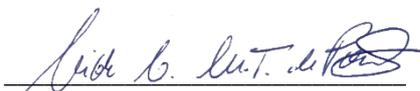
A tese intitulada *A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral: fronteiras simbólicas no Programa Bolsa Família*, de autoria de Nínive Fonseca Machado, sob orientação da Prof.^a. Dr.^a. Simone Magalhães Brito, apresentada em sessão pública ao Programa Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia, foi aprovada em 20/11/2020, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:



Prof.^a. Dr.^a. Simone Magalhães Brito
Orientadora (PPGS-UFPB)



Prof.^a. Dr.^a. Miqueli Michetti
Examinadora interna (PPGS – UFPB)



Prof.^a. Dr.^a Nicole Louise Macedo Teles de Pontes
Examinadora externa (UAST – UFRPE)



Raquel De Aragão Uchoa Fernandes
Examinadora externa (PPGCCD – UFRPE)



Roberto Rocha Coelho Pires
Examinador externo (IPEA)

*Dedico esse trabalho a Rogério, Ítalo, Davi e Midian,
meus amores que me inspiram a viver de forma intensa
e que sempre me apoiaram nessa incrível jornada.*

AGRADECIMENTOS

Às mulheres e ao único homem que generosamente gastaram seu tempo comigo e me deixaram entrar em suas casas e aprender um pouco sobre suas vidas. Suas histórias refletem a trágica tradição brasileira de invisibilizar a pobreza, mas também a incomensurável força que vocês têm ao lutarem cotidianamente pelo reconhecimento de suas vidas. Sem vocês, esse trabalho não existiria.

À CAPES por ter financiado por meio de uma bolsa de doutorado todo o meu curso e ainda por ter financiado o período de um ano que passei na Universidade de Harvard com bolsa de doutorado sanduíche. Sem esses investimentos, jamais teria iniciado nem concluído minha trajetória acadêmica.

A Simone, minha orientadora e amiga, que com muita paciência me apoiou e sempre me incentivou com suas palavras de confiança. Um dos meus maiores objetivos era acabar essa tese e manter nosso laço de amizade, espero ter conseguido.

A Rogério, por sempre, sempre ter me incentivado em todas as etapas desse processo. Obrigada pelas conversas intermináveis sobre os dados e sobre os autores e obrigada principalmente por estar sempre ao meu lado, dando o apoio mais genuíno e acolhedor que uma pessoa poderia ter na vida.

A Davi, que escreveu quando estava com 7 anos que queria ser duas coisas quando crescesse: ser astronauta e fazer doutorado. Em suas palavras: “Na segunda eu queria ir para o espaço e na quarta queria fazer doutorado”. Sua alegria e força iluminam meus dias, meu filho.

A Ítalo, que vibrava cada vez que eu dizia com quantas páginas eu estava, e que dizia que queria ler a minha tese quando eu acabasse. Obrigada por fazer as perguntas mais precisas e profundas, como: “mãe, o que você vai fazer toda manhã quando acabar de escrever a tese?” Sua sensibilidade me emociona cotidianamente e me faz pensar como sou feliz em ser sua mãe.

À minha mãe, por ter demonstrado de forma escancarada seu amor incondicional por mim ao longo de toda a minha vida. A cada pequena conquista que alcançava, eu ligava pra você para compartilhar, e o que recebia em troca era sempre tão maior, tão radiante, que isso me enchia de luz e motivação para continuar seguindo em frente. Nossa conexão era tão grande que um dia, quando terminei uma parte importante da escrita de um dos capítulos da tese, levantei da cadeira imediatamente para ligar pra você sem me dar conta que você já tinha partido. Você me motivou e ainda me motiva a sempre acabar o que começo, só para que eu possa ter o prazer de compartilhar com você as minhas conquistas. Te amo mãe.

A Mariana Melo, minha amiga que compartilhou comigo uma das minhas grandes aventuras em Boston durante o doutorado sanduíche. Tive muita sorte de ter você por perto lá e aqui, e de poder compartilhar com você não só as angústias de um doutorado, mas as felicidades de uma amizade.

Às minhas amigas/irmãs do colégio, Ana, Iclea, Isabelle, Lourdes e Mariana por me fazerem rir, por me amarem, por demonstrarem esse amor de forma tão clara e constante. Espero que sigamos nos encontrando daquela forma em que todas falam, ninguém se escuta, mas no final todas concordam umas com as outras.

Às minhas amigas/batalhadoras/parceiras Fernanda e Joana que sempre me apoiaram quando precisei falar, quando precisei que cuidassem dos nossos filhos e principalmente, quando

precisei me divertir durante todo esse processo. A amizade de vocês me deu segurança e trouxe muita felicidade. Espero que vocês sempre contem comigo também.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e aos professores da Universidade Federal da Paraíba que fizeram parte da minha formação e que reforçaram com seus trabalhos a incrível importância da universidade pública brasileira.

A Anne-Marie e Ashley, minhas amigas que me socorreram em uma festa onde me senti tão deslocada que quase saí correndo dela sem me despedir de ninguém. Aquela festa que mais parecia uma entrevista de emprego coletiva nos uniu porque acho que assim como eu, vocês também estavam procurando uma boa noite para conversar. Que sorte a nossa, acabamos tendo não só uma noite maravilhosa, como tantas outras recheadas com muitas risadas. Obrigada pelo apoio que vocês duas me deram naquele ano gelado.

A Alejandro de La Fuente e Bronia Greskovicova-Chang, que abriram seus braços e as portas do ALARI para mim e minha família. A ida para Cambridge foi cercada de muita alegria, expectativa e frio na barriga e gostaria de agradecer por vocês terem propiciado esse mergulho no campo dos estudos afro latino-americanos. O que aprendi no ALARI segue comigo na minha carreira profissional e sou profundamente grata a vocês por terem me dado essa oportunidade.

A Michèle Lamont, que não só serviu como inspiração teórica para minha tese, como possibilitou a minha participação nas reuniões de seu grupo de pesquisa, em sua disciplina na pós-graduação em Sociologia e abriu as portas de seu escritório para discutir os dados da minha pesquisa. Minha participação em todos esses espaços me conectou com a literatura para analisar os dados da pesquisa. Obrigada por ter aberto tantas portas.

A banca que me acompanhou na qualificação e continuou comigo até o final desse processo. Obrigada Miqueli Michetti, Nicole Teles de Pontes, Raquel de Aragão Uchoa Fernandes, e Roberto Pires. Suas contribuições precisas e instigantes foram emocionantes e fizeram dessa defesa um momento ainda mais especial e marcante na minha vida.

A Neide que cuidou dos meus filhos desde que eles nasceram permitindo que eu assistisse aula, fizesse trabalho de campo e voltasse a estudar depois de tanto tempo.

A Nicolai Socolovski – por ter duvidado que eu terminaria meu doutorado quando soube que eu tinha dois filhos pequenos e que minha situação se assemelhava à de sua esposa, que infelizmente não havia conseguido terminar. Seu descrédito em mim com certeza me motivou ainda mais a persistir e terminar.

RESUMO

Este trabalho busca analisar como se dá a construção de valores morais e de repertórios culturais por parte dos beneficiários do Programa Bolsa Família na construção de fronteiras simbólicas entre grupos sociais. Considerando a constante disseminação de críticas e imagens negativas presentes no debate público em torno do Programa Bolsa Família desde sua criação, essa pesquisa buscou identificar, a partir da percepção dos próprios beneficiários, quais são os valores mobilizados por eles que guiam suas ações e dão sentido às suas vidas, bem como, o que os fazem se aproximar ou se distanciar dos demais grupos sociais. Se, por um lado, as críticas (e os estereótipos correspondentes) a essa política são muito visíveis, por outro lado, ainda se sabe muito pouco acerca da forma como o próprio público beneficiário concebe as mesmas questões e problemas, ou mesmo se mobilizam outros elementos no processo de significação de sua própria condição de beneficiários. Os dados discutidos na tese são o resultado do trabalho de campo realizado em um bairro pobre da cidade de João Pessoa e a constante relação dessa realidade com a literatura produzida sobre pobreza, desigualdade, políticas sociais e moralidade. Com a triste marca de ser um dos países mais desiguais do mundo, a discussão trazida nos dois primeiros capítulos desse trabalho remonta a trágica história brasileira de ser capaz de perpetuar índices alarmantes de pobreza e as consequentes estratégias utilizadas pela sociedade para invisibilizar essa situação. Como forma de ‘atacar’ o problema, brotam ao longo da história inúmeras narrativas sobre os motivos que levariam o Brasil a ser tão pobre e tão desigual, carregadas de julgamentos morais e subsidiadas por repertórios economicistas que nada mais fazem do que transferir ao pobre a responsabilidade por suas situações. É nesse contexto que esse trabalho busca perceber como os beneficiários elaboram suas narrativas, considerando que a imagem comumente associada a eles está relacionada a pessoas preguiçosas, acomodadas e cheias de filhos. Um dos resultados dessa pesquisa é que as beneficiárias do programa, ao contrário da imagem veiculada sobre elas, sentem que ser beneficiária é, na verdade, uma conquista para aquelas que batalham por isso, e não um direito garantido. Para elas, só é beneficiária quem luta para conseguir o benefício e também para mantê-lo, já que permanecer beneficiária significa cumprir com as regras estabelecidas pelo governo. Suas regras e condutas morais valorizam o correto, justo e digno e o que as aproximam/distanciam de outras pessoas não é o fato de serem ou não beneficiários do mesmo programa, e sim, de compartilharem dos mesmos valores éticos e morais que elas. As imagens negativas veiculadas sobre os beneficiários em geral (preguiçosos, acomodados e cheios de filhos) são compartilhadas pelas entrevistadas também, no entanto, sempre em relação aos demais beneficiários, e não a elas mesmas. Nesse sentido, conclui que a constante veiculação de críticas supostamente dirigidas a aspectos técnicos do programa são, na verdade, críticas aos comportamentos das mulheres pobres beneficiárias do programa, e que o impacto dessas imagens negativas reflete na formação de opinião das próprias beneficiárias sobre suas ações, bem como no julgamento moral que elas fazem a respeito das ações de outros beneficiários.

PALAVRAS-CHAVES: Programa Bolsa Família, Pobreza, Desigualdade, Programas Sociais, Moralidade, Fronteiras Simbólicas

ABSTRACT

This work seeks to analyze how beneficiaries from the Bolsa Família Program define moral values and cultural repertoires in shaping symbolic boundaries between them and other social groups. Considering the constant dissemination of criticisms and negative images in the public debate around the Bolsa Família Program since its creation, this research intends to identify, from the beneficiaries' perspective, what are the values mobilized by them that guide their actions and give them meaning to their lives, as well as, what makes them approach or to be apart from other social groups. If, on the one hand, the criticisms (and their corresponding stereotypes) of this policy are very visible, on the other hand, we still know very little about how the beneficiaries themselves conceive issues related to poverty, or even if they mobilize others elements in the process of signifying their own beneficiary status. The data discussed here are the result of fieldwork carried out in a poor neighborhood in the city of João Pessoa, Brazil, and the constant relationship of this reality with the literature produced on poverty, inequality, social policies, and morality. With the sad reality of being one of the most unequal countries in the world, the discussion brought up along the chapters goes back to the tragic Brazilian history of being able to perpetuate alarming rates of poverty and the consequent strategies used by society to make this situation invisible. As a way of 'attacking' the problem, countless narratives have appeared throughout history targeting the reasons that would make Brazil so poor and so unequal over generations. These explanations are usually loaded with moral judgments and also subsidized by economical explanations that do nothing more than transferring to the poor the responsibility for their own situations. It is in this context that this work seeks to understand how beneficiaries elaborate on their narratives, considering that the image commonly associated with them is related to lazy and full of children kind of people. One of the results of this research is that the beneficiaries, unlike the image conveyed about them, feel that being a beneficiary is, in fact, an achievement for those who strive for it, and not a guaranteed social right. For them, in order to be able to be a beneficiary, a person has to fight to get in and later, fight to maintain it since to remain as a beneficiary means complying with the rules established by the government. Their moral rules value the correct, fair, and dignified style of life, and what makes the beneficiaries closer or not to other people is not the fact that they are beneficiaries of the same program, but if the others share the same ethical and moral values as they do. The negative images conveyed about the beneficiaries in general (lazy and full of children) are also shared by the interviewees, however, always in relation to the other beneficiaries, and never to themselves. In this sense, I conclude that the constant criticisms that supposedly targets technical aspects of the program are, in fact, criticisms targeting the behavior of the poor women who are beneficiaries, and that the impact of these negative images reflects in the formation of the beneficiaries' own opinion about their actions, as well as, the moral judgment they make about the actions of other beneficiaries.

KEYWORDS: Bolsa Família Program, Poverty, Inequality, Social Programs, Morality, Symbolic Boundaries

Lista de Figuras e Tabelas

Figura 1 – Charge 1 -----	73
Figura 2 – Publicidade do PMDB -----	74
Figura 3 – Ciclo de reprodução pobreza-estigma-trabalho -----	80
Figura 4 – Charge 2 -----	91
Figuras 5 e 6 – Imagens do bairro -----	120
Figura 7 – Imagem aérea do Bairro São José -----	130
Tabela 1 - Valores dos benefícios do Programa Bolsa Família -----	25
Tabela 2. Estado civil das beneficiárias entrevistadas do PBF no São José -----	150
Tabela 3. Quantidade de parceiros das beneficiárias entrevistadas do PBF no São José ---	151
Tabela 4. Idade das beneficiárias entrevistadas do PBF no São José -----	151
Tabela 5. Quantidade de filhos das beneficiárias entrevistadas do PBF no São José -----	152
Tabela 6. Renda familiar mensal das beneficiárias entrevistadas do PBF no São José -----	161
Tabela 7. Valor do benefício do PBF recebido pelas beneficiárias entrevistadas no São José -----	161
Tabela 8. Valor médio do benefício do PBF na Paraíba -----	163
Tabela 9. Escolaridade das beneficiárias entrevistadas no São José -----	164
Tabela 10. Principais razões para pessoas serem favoráveis a políticas de redistribuição -	169
Tabela 11. Distribuição percentual das pessoas de 16 anos ou mais de idade por grau de concordância com as afirmativas de apoio a políticas de caráter redistributivo e papel ativo do Estado na redistribuição com foco nos programas e políticas sociais em vigor (%) -----	172
Tabela 12. Tipo de respostas dadas por entrevistados vítimas de insultos no Brasil, Estados Unidos e Israel -----	192

Lista de siglas e abreviaturas

PBF	Programa Bolsa Família
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BVG	Benefício Vinculado Gestante
BVJ	Benefício Vinculado ao Adolescente
BVN	Benefício Variável Nutriz
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada em Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério da Cidadania
NIS	Número de Identificação Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PBSM	Programa Brasil Sem Miséria
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

Sumário

Introdução	12
1. Uma política de combate à pobreza entre a gramática dos direitos e a lógica da benesse	18
1.1. Trajetória dos programas de transferência de renda e a criação do Programa Bolsa Família	20
1.2. Pobreza, incivilidade e subcidadania	28
1.3. Bolsa Família: um benefício garantido ou uma ajuda concedida?	46
1.3.1. Dúvidas, Inseguranças e Incertezas	47
1.3.2. O benefício como ajuda	51
1.3.3. Fiscalização e condicionalidades: o controle em seus discursos	55
1.3.3.1. As condicionalidades da educação	56
1.3.3.2. As condicionalidades da saúde	62
2. Moralidade e classe: o peso de ser beneficiário	68
2.1. Os outros e eu: percepção das beneficiárias de como são vistas e como enxergam os outros	84
2.1.1. Miseráveis, vagabundos e aproveitadoras	86
2.1.2. Os outros ricos e os outros pobres	91
2.1.3. Os pobres não merecedores	95
2.1.4. Uso errado do dinheiro	96
2.1.5. Uso certo do dinheiro	100
2.1.6. As que correm atrás	105
2.1.7. Sopa já é demais	109
3. No coração do São José	118
3.1. Desafios do campo	129
4. Quem são essas mulheres: suas trajetórias e o processo de construção do valor próprio	144
4.1. Preguiçosas ou trabalhadoras? Mentirosas ou honestas? Onde os discursos se distanciam e se aproximam	167
5. Conclusão	194
6. Bibliografia	200
ANEXO I – Roteiro de entrevista	207
ANEXO II – Quadro de informações básicas sobre as entrevistadas	210

“Então, acho que o que está faltando no ser humano é cada um saber o seu lugar.”
Margareth Carbinato, presidente do
Sindicato dos Empregadores
Domésticos do Estado de São Paulo? ¹

*“Mas se aparecer uma faxina eu faço.
Um serviço que não fosse pra me explorar eu queria”*
Beneficiária do Bolsa Família E. S. 59 anos

“O Brasil é uma história de sucesso colonial”
Grada Killomba

¹ Em comentário sobre o filme *Que Horas Ela Volta?* Margareth Carbinato comentou *“Não aprendi muito com 'Que Horas Ela Volta?'*. Matéria publicada na Folha de São Paulo, em 04 de outubro de 2015. Acessada online, em 08/10/2015, no endereço <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/10/1689476-nao-aprendi-muito-com-que-horas-ela-volta-diz-representante-de-patroes.shtml>.

Introdução

Estando a pobreza e a desigualdade entre os mais duradouros traços objetivos da história do Brasil, não é de se estranhar que eles também tenham entrado na composição de vários outros aspectos hoje considerados como característicos da nossa cultura política e das nossas relações sociais mais cotidianas (SALES, 1994). Reflexo disso encontramos na nossa dificuldade em lidar com certos temas e problemas, como a construção da cidadania (TELLES, 1993), a persistência de muitas formas de exclusão e desigualdade, passando pelas formas políticas patrimonialistas emblemáticas das nossas elites, à dificuldade que sempre tivemos em constituir uma ordem política menos personalista e relações sociais política e culturalmente menos hierarquizadas (OLIVEIRA, 1993; SANTOS, 1993).

Qualquer que seja o prisma pelo qual consideremos esse aspecto, econômico, social, político ou cultural, a pobreza é uma das nossas heranças mais difíceis, está entre os fardos mais pesados que carregamos. E, como consequência da persistência desses traços, percebemos que, através de múltiplas e mutáveis composições, eles passam também a compor formas mais ou menos sutis de distinção (BOURDIEU, 2007), de fronteiras simbólicas (LAMONT, 2000) entre grupos e estratos sociais.

Em função das formas cotidianas de naturalização da desigualdade e da pobreza, que praticamos com tanta habilidade e desenvoltura no nosso dia-a-dia (SOUZA, 2006), às vezes torna-se difícil ao analista social capturar suas formas mais agudas e sutis, exatamente porque mais enraizadas em práticas sociais corriqueiras, em formas de justificação (BOLTANSKI, THÉVENOT, PORTER, 2006) amplamente e historicamente legitimadas.

É com base nesse histórico que o programa de transferência condicionada de renda Bolsa Família (PBF) é criado em 2003 e tem sido objeto de análises desde então quanto aos seus mais diversos aspectos, como sua relação com a redução da pobreza, da desigualdade e da fome (ROCHA, 2008; SOARES et.al., 2006; HALL, 2004; MENDONÇA, 2005), ou mesmo a sua sustentabilidade, tanto financeira, quanto política (BICHIR, 2010; SILVA, 2007). A literatura acadêmica recente revela uma relativa falta de consenso em relação ao programa, seus impactos, e em relação ao debate em torno do caráter universal de acesso a direitos e sua natureza focalizada e condicional, o que leva à divisão de opiniões sobre os pressupostos e consequências de suas condicionalidades para a concessão de benefícios (MONNERAT et.al., 2007; MEDEIROS et.al., 2007a, 2007b e 2008). Muita atenção e esforço já foram despendidos para avaliar os impactos quantitativos (pretendidos ou não) do programa, em suas mais variadas dimensões, desde a sua relação com ‘trabalho’ e ‘micro empreendedorismo’ (IPEA, 2013), até

a sua relação com as taxas de fecundidade dos beneficiários (SIGNORINI e QUEIROZ, 2011). Por outro lado, ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas em termos de estudos de caráter qualitativo sobre o PBF, seja em relação à sua gestão², seja em relação ao seu público beneficiário³, ou ainda, como é o caso dessa tese, a relação entre o programa e os processos sociais de construção de fronteiras morais envolvendo a pobreza, a desigualdade e a emancipação ou dependência das populações diretamente afetadas por esta política. O estudo sobre fronteiras morais surge como elemento essencial no debate sobre avaliação do Programa Bolsa Família visto que auxilia na compreensão sobre discordâncias a respeito do impacto do Programa e da batalha constante em busca por legitimidade desde a sua criação.

Do ponto de vista do impacto direto sobre a desigualdade e a pobreza, Soares et.al. (2006) relevam que:

(...) no período 2003-2005, a pobreza caiu 4,2 p.p. e a pobreza extrema caiu 2,7 pontos. O Bolsa Família foi responsável por 17% dessa queda da pobreza e por 40% da queda da pobreza extrema. É relevante que no período de 2007 a 2009 o PBF foi responsável por quase 60% da redução da pobreza e, talvez mais importante, foi responsável por manter a pobreza extrema em queda em um período quando a renda do trabalho dos mais pobres de fato caiu.

Dessa forma, podemos nos referir ao PBF como um esforço amplo de combate à pobreza e extrema pobreza que impactou de forma significativa os padrões históricos de desigualdade observados no país⁴.

A natureza (focalizada), o desenho (transferência direta condicionada) e, principalmente, a visibilidade do PBF geraram nos últimos anos um intenso debate público acerca de sua viabilidade e justiça, revelando posicionamentos dos mais diversos, refletidos em depoimentos de políticos, gestores públicos, intelectuais, acadêmicos e da população em geral. Há aqueles que criticam o caráter condicionado da transferência de renda⁵ e defendem que o benefício não deveria ser parte de um programa social e sim um direito garantido constitucionalmente (MONNERAT, et al., 2009), mas essa posição está longe de ser majoritária. Pelo contrário, é muito mais comum encontrarmos opiniões negativas acerca do

² Alguns exemplos de estudos qualitativos recentes sobre a gestão do PBF são Medeiros e Machado (2014), Bichir (2010), Monnerat, et. al. (2007), Silva (2007).

³ Alguns exemplos são os estudos de Rego e Pinzani (2013), Cohn (2012) e Martins (2017).

⁴ Sobre as diferenças entre os conceitos de pobreza e desigualdade, bem como para uma análise da relação entre essas duas dimensões da realidade socioeconômica brasileira na primeira década do século XXI, ver Kerstenetzky (2010).

⁵ Esse caráter está definido pelas chamadas ‘condicionalidades’ do PBF, que consistem em contrapartidas nos campos da saúde e educação a serem obrigatoriamente adotadas pelas famílias beneficiárias como condições para o recebimento dos recursos.

programa, a partir de argumentos tão variados quanto aqueles que sustentam que o programa não passa de uma versão moderna e bem estruturada de uma estratégia antiga de distribuir benesses com objetivos político-eleitorais⁶, ou aqueles que afirmam que o programa incentiva o ócio e a dependência⁷ a recursos públicos, ou ainda os que sustentam que o programa fomenta um aumento na taxa de fecundidade das beneficiárias⁸. Argumentos como esses são facilmente encontrados em colunas de opinião de revistas, debates transmitidos em rádio e TV, blogs da internet, charges de jornais de grande circulação e, claro, em conversas corriqueiras no dia-a-dia que, via de regra, apresentam variações e combinações dos argumentos expostos acima.

De um ponto de vista sociológico, o alcance das repercussões do PBF no debate público acerca da desigualdade e da pobreza no Brasil, fazem do programa uma oportunidade valiosa para se perceber as formas como lidamos com nossas desigualdades duradouras (TILLY, 1998). Assim, os argumentos que circundam o debate em torno do PBF, transformados em objeto de investigação sociológica, podem propiciar o acesso a processos sociais de construção de ‘fronteiras simbólicas’ (LAMONT, 2000) em torno de desigualdades materiais (de classe) e diferenças simbólicas (de gênero, de raça, de origem geográfica) que mobilizam valores fortemente enraizados em diferentes expressões ideológicas que fazem parte do espectro político brasileiro. Os argumentos parecem mobilizar ideias e valores fortes como meritocracia, dependência, responsabilidade individual, autonomia, dignidade, respeito, entre tantos outros.

Se, por um lado, as críticas (e os estereótipos correspondentes) a essa política são muito visíveis e suas evidências empíricas estão facilmente acessíveis, por outro lado, ainda se sabe muito pouco acerca da forma como o próprio público beneficiário dela concebe as mesmas questões e problemas, ou mesmo se mobilizam outros elementos no processo de significação de sua própria condição de beneficiário. O presente estudo procura exatamente contribuir para preencher essa lacuna, ao buscar capturar o lado silenciado desse debate, as concepções das populações que são o alvo dessa política pública. Sob uma perspectiva acadêmica, sociológica, o conhecimento sistemático sobre essa realidade ainda é muito escasso.

Aspectos muito básicos sobre esse tema permanecem quase que completamente desconhecidos. Por exemplo, ao interpretarem e darem sentido à sua condição e, por extensão, à própria existência do PBF, a população beneficiária tende a aderir aos valores da classe média, de desconfiança e/ou desprezo em relação ao programa, ou elaboram uma história alternativa?

⁶ Em algumas ocasiões, referindo-se ao caráter “populista” dessa política, políticos contrários ao programa chegaram a caracterizá-lo de ‘bolsa-esmola’.

⁷ Comumente chamado de ‘efeito preguiça’.

⁸ Uma vez que o programa prevê uma variação na transferência monetária, até um limite definido, de acordo com o número de filhos.

Se chegam a elaborações alternativas, que elementos morais estão presentes nelas, como estão articulados e quais as relações que essas narrativas estabelecem com temas mais abrangentes?

Sendo assim, o problema central abordado por essa pesquisa é o seguinte: Quais os valores morais mobilizados e os repertórios culturais utilizados por beneficiários do Programa Bolsa Família na construção de fronteiras simbólicas em torno da sua própria condição, considerando-se o debate público em torno do Programa Bolsa Família? Para alcançar esse objetivo foi realizada pesquisa de campo com um ano de duração com 53 beneficiárias do PBF no bairro de São José, totalizando cerca de 80 horas de depoimentos que após serem transcritos, foram codificados e analisados.

Considerando esse percurso, o presente trabalho será dividido da seguinte forma:

No capítulo 1 apresento as contribuições trazidas pelos estudos de Vera Telles, Elisa Reis e Jessé Souza sobre pobreza e cidadania no Brasil, como base para discutir o contexto e o desafio de implementação de políticas públicas de combate à pobreza na sociedade brasileira. Os conceitos trazidos por esses autores também dão lastro à interpretação que farei dos depoimentos das beneficiárias entrevistadas que caracterizam o Programa como uma ajuda e não como um direito.

No capítulo 2 discuto a relação entre moralidade e classe através das obras de Michele Lamont e Andrew Sayer. O capítulo trata da importância das análises centradas na construção de fronteiras simbólicas por grupos sociais como ferramenta crucial para a compreensão de classificações e categorizações sociais. O trabalho desses autores contribui para o aprofundamento do conhecimento acerca dos processos de construção dos sentidos de valor próprio, de dignidade, de mérito, entre outros, e marcam as diferenças e os julgamentos morais entre grupos sociais levando-os a classificar e hierarquizar grupos sociais com base nos códigos morais valorizados por cada grupo. Como desdobramento dessa discussão, recorro à contribuição dos estudos sobre *welfare attitudes* e o estigma sofrido pelos beneficiários de programas socioassistenciais comumente classificados como ‘pobres não merecedores’ (*undeserving poor*). Essa discussão reforça a importância que os valores morais têm na construção da imagem de quem se torna tipicamente ‘público beneficiário de programas de assistência governamental’. Esse debate tem sido extremamente importante para salientar a percepção que os diversos grupos sociais têm a respeito dos públicos beneficiários de programas de assistência governamental e a constante busca por legitimidade das políticas públicas de combate à pobreza. Após a apresentação dos principais debates trazidos pelas análises de casos norte-americanos e europeus, procuro identificar como a resistência ao Programa Bolsa Família se encaixa nesse debate. O objetivo dessa abordagem é indicar que a resistência da opinião

pública ao PBF não diz respeito necessariamente à falta de credibilidade do impacto positivo que o programa exerce nas vidas dos beneficiários, e sim à falta de credibilidade depositada nos próprios beneficiários do programa. Serão apresentados também os depoimentos das entrevistadas sobre assuntos ligados às percepções que elas têm de quem é ou não é beneficiário, além das percepções, segundo elas, que os não beneficiários teriam de quem é beneficiário do PBF. Esses dados são importantes para percebermos até que ponto a imagem construída sobre elas, de fato chega até elas pelos meios de comunicação ou pelas interações sociais dentro e fora do bairro, ou seja, como se dá a construção dessas ‘fronteiras’.

No capítulo 3 apresento as estratégias metodológicas adotadas para a realização da pesquisa, conduzida em um bairro de baixa renda da região metropolitana de João Pessoa e os principais desafios encontrados durante a pesquisa. Será apresentada também a perspectiva das entrevistadas acerca da experiência de morar em um bairro conhecido pelos altos índices de violência e pela sua relação com o tráfico de drogas. Os depoimentos demonstram um passado diferente, marcado por uma ocupação pequena e que, como parte da realidade das grandes favelas brasileiras, foi crescendo de forma desordenada, negligenciada pelo poder público.

No capítulo 4 apresento os dados colhidos na pesquisa, que buscam trilhar a construção dos valores e o sentido de vida digna para mulheres pobres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Serão apresentados os dados referentes à trajetória familiar das beneficiárias com o objetivo de analisar como se dá a construção dos valores que orientam suas ações. Serão destacados elementos das suas trajetórias de vida marcadas por privações e fragilidades dos vínculos familiares, assim como por relações precárias e inseguras de trabalho. Suas relações familiares na infância e suas relações de trabalho na infância e na vida adulta, somadas às violências que sofreram nas suas relações com os homens que passaram por suas vidas, são elementos fundamentais para se compreender os caminhos pelos quais as beneficiárias constroem os códigos morais que guiam e dão sentido às suas vidas na formação e manutenção de suas próprias famílias. Por fim, nesse registro, busco analisar os intrincados processos de reconhecimento e distanciamento, aceitação e resistência, através dos quais as beneficiárias tendem a concordar com as imagens negativas comumente atribuídas ao comportamento de beneficiários do Programa Bolsa Família, ao mesmo tempo em que negam que elas mesmas se comportem da mesma maneira que os ‘beneficiários em geral’.

Na conclusão busco refazer o caminho argumentativo construído ao longo da tese reforçando que como parte de um conjunto de elementos que envolve políticas públicas, meios de comunicação e julgamentos morais dos pobres, se constroem e se consolidam as fronteiras morais entre os grupos sociais, reforçando ainda mais as desigualdades no Brasil. Os aspectos

morais 'não tratados' nesse processo se tornam mais um elemento no reforço das lógicas de desigualdade e todo esse processo pode servir como base para explicar o fato de uma boa parte das beneficiárias entrevistadas concordarem com as representações negativas e preconceituosas elaboradas sobre as beneficiárias do PBF, ou seja, sobre elas mesmas.

Capítulo 1

Uma política de combate à pobreza entre a gramática dos direitos e a lógica da benesse

Tem uma moça ali que recebe duzentos e pouco, aí quando bloqueia ela diz, vou lá porque é meu direito. Eu digo, você não tem direito nenhum porque você não trabalhou pra botar lá. Mas se a gente for correr atrás do direito, claro que a gente tem o direito de correr, mas eles não são obrigados a dar porque a gente não trabalhou pra botar lá. Eu acho assim, o povo se acha autoridade demais entendeu? Tem muita gente que recebe mesmo e que reclama. Eu digo, vocês deem graças a Deus que recebem, e aqueles que não recebem? Porque eu sei que eu não trabalhei pra botar lá.
(M.L. 37 anos⁹)

Esse capítulo tem como objetivo central entender, a partir das discussões trazidas por Vera Telles (1993), Elisa Reis (2000) e Jessé Souza (2000, 2003, 2006, 2009) como se constrói e se perpetua o desprezo pelos pobres na sociedade brasileira. Os autores que irei discutir mostram que a pobreza sempre esteve no discurso e no imaginário coletivo do brasileiro, mas nunca chegou, de fato, a figurar como uma prioridade e servir como eixo norteador capaz de gerar indignação com nossa história de extrema desigualdade e injustiça social. Esse passado e o nosso presente geram, segundo Souza (2003), uma legião de subcidadãos, desprovidos de direitos, invisíveis à sociedade, compondo uma fatia expressiva da população em um país periférico como o Brasil.

Considerando que as pessoas aptas a participarem do Programa Bolsa Família seriam aquelas que se encontram exatamente nos extratos mais baixos de renda do país, e que são exatamente esses grupos que compõem o perfil das pessoas com menor acesso a serviços e direitos condizentes com uma vida digna de um cidadão moderno ocidental, esse capítulo será dedicado à discussão acerca da pobreza no Brasil e aos depoimentos de beneficiárias do Programa Bolsa Família sobre o benefício assistencial que recebem. Serão apresentadas suas opiniões sobre o programa, sobre as exigências de cumprimento das condicionalidades da educação e saúde, além dos principais motivos que levam ao descumprimento de condicionalidades. Sendo as condicionalidades pré-requisitos obrigatórios para a manutenção

⁹ Foi elaborado um quadro “Quadro de informações básicas sobre as entrevistadas” que pode ser encontrado no Anexo II com a sistematização de algumas informações básicas sobre as entrevistadas nessa pesquisa.

do benefício, será que as beneficiárias considerariam justas tais exigências? Seria o benefício considerado por elas um direito ou uma ajuda governamental? Essas questões serviram como elementos norteadores das entrevistas, onde buscou-se apreender, a partir do depoimento das beneficiárias, como elas percebem e vivenciam a condição de serem beneficiárias de um programa de transferência de renda.

Uma questão que vale a pena ser ressaltada, e que será melhor explorada ao longo desse trabalho, é a de que não há o compartilhamento dos mesmos valores entre as beneficiárias simplesmente pelo fato de serem beneficiárias do Bolsa Família. Ou seja, a categoria ‘beneficiário’, que pode, a princípio, dar a impressão da existência de um grupo coeso/semelhante, que compartilha determinados códigos pela condição comum de beneficiário, funciona como uma ferramenta do Estado para a gestão pública, mas para as beneficiárias essa categoria não reflete a existência de uma identidade de grupo¹⁰.

Se por um lado a criação da categoria de beneficiário nasce da necessidade burocrática de gerir o programa, por outro lado, a categoria ‘beneficiário’ extrapola as barreiras da gestão pública e com o tempo passa a adquirir novos significados, sobre o que quer dizer ser beneficiário do Bolsa Família no imaginário coletivo da sociedade como um todo.

Portanto, um ponto relevante, e que merece destaque, é o fato de não ter aparecido nos depoimentos das entrevistadas de forma espontânea a percepção de que existiria uma identidade característica dos beneficiários. Ou seja, mesmo que haja semelhanças que aproximem as entrevistadas em diversos aspectos, não foi encontrado um sentimento compartilhado entre elas que remetesse às noções de identidade de grupo enquanto beneficiárias. Esse resultado é importante porque ao longo de todo esse trabalho serão feitas referências à vida, às percepções e ações que configuram o sentido da vida das beneficiárias de um bairro pobre da cidade de João Pessoa, mas em momento algum dessa pesquisa a categoria ‘beneficiária’ emergiu de forma espontânea, nos depoimentos das entrevistadas, como uma categoria autoexplicativa, que por si só fosse capaz de representar o grupo em que as classificamos como beneficiárias. Ser beneficiária do Bolsa Família não aparece como um marcador nas falas das entrevistadas, não aparece como fio condutor responsável por aproximar ou propiciar o sentimento de pertencimento entre elas, o que seria um pressuposto do conceito de identidade de grupo. Em seus discursos, os elementos trazidos por elas, que indicam quem elas são e, conseqüentemente, quais são os seus vínculos sociais, estão ligados às suas condições de pobreza, de mulheres, de trabalhadoras domésticas, de moradoras de favela, de negras, de trabalhadoras na infância, de

¹⁰ A pesquisa realizada por Mani Tebet A. Marins com beneficiários do Bolsa Família no Rio de Janeiro aponta na mesma direção. (MARINS, 2017)

mães solteiras, de vidas marcadas pela violência. Enquanto gestores públicos, pesquisadores, jornalistas, membros das classes média e alta usam estrategicamente essa categoria com uma função explicativa, capaz de representar um determinado grupo, as beneficiárias desse programa sequer consideram essa categorização como representativa em suas vidas.

Sendo assim, perguntar sobre questões relacionadas ao sentir e viver enquanto beneficiária provocou nas entrevistas, algumas vezes, uma pausa para reflexão sobre essas questões. Suas vidas são muito maiores, mais complexas, e não podem ser ‘resumidas’ a uma definição baseada em uma faixa de renda de um programa social. Utilizamos e utilizo essa classificação como ferramenta de análise, mas elas demonstram em seus discursos que, essa classificação, ‘beneficiários do Bolsa Família’ não existe enquanto marcador para a formação de um sentido de pertencimento grupal. Com isso não quero dizer que elas não sintam o peso que essa classificação exerce sobre elas, e esse trabalho é primordialmente sobre isso, e sim que, em suas vidas cotidianas, ser beneficiária é um dos elementos e não o único, ou mesmo o principal elemento capaz de definir quem são essas mulheres.

1.1. Trajetória dos programas de transferência de renda e a criação do Programa Bolsa Família

Conhecido por ser um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, o Programa Bolsa Família foi concebido como parte importante de uma série de políticas públicas voltadas para o combate à pobreza no Brasil. Em seu desenho inicial, a transferência condicionada de recurso financeiro deveria ser atrelada à oferta de serviços básicos para a população mais pobre do país. De acordo com a proposta que tinha o Bolsa Família como carro chefe, atrelar o *benefício*, Bolsa Família, a *serviços*, de educação, saúde e assistência social, era condição necessária para alcançar os objetivos de combate à pobreza extrema no país. Nesse sentido, a implantação de um programa de transferência condicionada de renda teria dois objetivos primordiais. O primeiro objetivo seria o de garantir que as famílias beneficiárias do programa estivessem em dia com as obrigações estipuladas pelas condicionalidades da educação e da saúde. Para o cumprimento da condicionalidade da educação foi exigida a frequência mínima escolar de 75% para adolescentes entre 15 e 17 anos e frequência mínima escolar de 85% para as crianças abaixo dessa faixa etária. Para o cumprimento da condicionalidade da saúde foi exigido estar em dia com o cartão de vacinação dos filhos, pesar os filhos, as mães, gestantes e idosos regularmente nos postos de saúde, bem como fazer

acompanhamento pré-natal de forma periódica para aquelas beneficiárias que estivessem grávidas.

No entanto, o segundo objetivo almejado com a adoção das condicionalidades no programa foi o de estimular municípios e estados, responsáveis por executar diretamente os serviços de oferta de educação, saúde e assistência social, a se estruturarem para que fosse garantido que o público beneficiário desse programa tivesse de fato o acesso a esses serviços. Nesse sentido, se por um lado o programa ‘cobrava’ retorno das famílias como garantia da continuidade do repasse do benefício, por outro lado o governo federal também cobrava que estados e municípios fizessem sua parte na oferta, do contrário o beneficiário seria prejudicado por algo que não era de sua responsabilidade.

Essa explicação muito resumida da dupla função das condicionalidades serve como base para entender que o Programa Bolsa Família é, na verdade, uma das iniciativas nesse processo de articulação de políticas públicas de combate à pobreza. Dessa forma, a garantia de oferta de serviços, atrelada ao benefício, Bolsa Família, seria responsabilidade dos três entes federados, governo federal, estados e municípios. Com base nessa proposta, a partir de 2004, o governo federal começou a trabalhar no sentido de criar e fortalecer programas diretamente voltados ao público beneficiário do Programa Bolsa Família, como forma de ampliar o acesso dessa população a serviços públicos prestados por estados e municípios.

Instituído pela Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, o Programa Bolsa Família tornou-se o exemplo mais significativo de uma tendência a uma mudança no padrão das políticas sociais brasileiras, pela adoção de programas mais focalizados de combate à pobreza e à vulnerabilidade social. Com o objetivo de atender famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, dezessete anos após a sua criação, o PBF tem uma cobertura que chega a alcançar cerca de 14 milhões de famílias, envolvendo quase 50 milhões de pessoas (praticamente um quarto da população brasileira) em todos os estados da Federação, tornando-se o maior programa de transferência direta de renda do mundo na atualidade¹¹.

O Programa Bolsa Família surge com o objetivo de unificar diversos benefícios já existentes no país e marca a mudança nas diretrizes das políticas sociais no Brasil. Ao assumir a presidência da república em 2003, Luís Inácio Lula da Silva se torna o primeiro presidente eleito oriundo da classe trabalhadora na história do Brasil, e ele traz consigo o compromisso de lutar contra a pobreza e a desigualdade histórica no país. Em seu discurso de posse em janeiro de 2003, Lula destaca:

11 Fonte: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/junho/bolsa-familia-beneficia-mais-de-13-7-milhoes-de-familias-em-junho>

“Se ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida”¹²

Em 2003, o Brasil já possuía outros programas de transferência de renda que vinham sendo coordenados por diversas pastas do governo federal. Em 1996, havia sido criado o primeiro programa federal de transferência condicionada de renda (PTCR) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)¹³, que tinha como público alvo crianças e adolescentes que se encontravam em situação ou risco de trabalho infantil. O objetivo do PETI era condicionar a entrega do benefício à frequência escolar e a serviços socioassistenciais dessas crianças e adolescentes, incentivando assim que elas saíssem do trabalho ou do risco eminente de trabalhar para frequentarem a escola.

Em 2001, é lançado o Programa Bolsa Alimentação, com o objetivo de beneficiar crianças entre 0 e 6 anos. As condicionalidades ligadas a esse programa eram o aleitamento materno, a realização de exames pré-natais para gestantes e vacinação para crianças. O responsável por coordenar o programa era o Ministério da Saúde¹⁴. No mesmo ano é lançado também o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação – “Bolsa Escola”, destinado às crianças entre 6 e 15 anos de idade. Vinculado ao Ministério da Educação, o Bolsa Escola tinha como objetivo, mais uma vez, condicionar o benefício à frequência escolar.¹⁵

Em 2002, coordenado pelo Ministério das Minas e Energia, foi criado o Auxílio-Gás. Esse benefício não exigia nenhuma contrapartida do beneficiário e era voltado às famílias com renda mensal de até ½ salário mínimo.

No ano seguinte, em 2003, surge o Cartão Alimentação, destinado às famílias em situação de insegurança alimentar com renda familiar inferior a ½ salário mínimo. Assim como o Auxílio gás, que era destinado especificamente para a aquisição de gás de cozinha, o Cartão Alimentação se destinava à compra exclusivamente de alimentos.

É nesse contexto que em 2003 o Programa Bolsa Família (PBF) é criado, com o intuito de unificar o Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e posteriormente o PETI. O Programa Bolsa Família surge como uma das estratégias de ação de

¹² Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=GvsBFc0aWgw>. Acessado em 20/03/2020

¹³ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi criado como uma ação do Governo Federal, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 2011, o PETI foi instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como um programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social conforme o disposto na Lei 12.435, de 06 de julho de 2011.

¹⁴ Regulamentado pelo Decreto nº 3.934/2001.

¹⁵ Instituído pela Lei nº 10.129, de 11 de abril de 2001, e regulamentado pelo Decreto nº 3.823, de 28 de maio de 2001

enfrentamento da pobreza que faz parte de um conjunto maior de estratégias do chamado Programa Fome Zero¹⁶. O Programa Fome Zero que depois fora renomeado como Plano Brasil sem Miséria, em 2011, na gestão de Dilma Rousseff como presidente, propunha articular ações de segurança alimentar e nutricional, acesso a serviços de educação, saúde, água, energia, habitação, etc. A unificação dos benefícios com a criação do PBF tinha como objetivo não só aprimorar a gestão pública por meio da centralização de sua administração, mas também aumentar a cobertura de atendimento. Em 2003, ano em que o PBF foi criado, o programa atendia 3,6 milhões de famílias, chegando a 13,7 milhões em 2012 e caindo para 13.2 milhões de famílias em fevereiro de 2020¹⁷.

Dessa forma, se consolida no sistema de proteção social brasileiro o tipo de oferta de um benefício calcado no modelo condicionado de transferência de renda. Ou seja, o programa de transferência condicionada de renda pressupõe contrapartidas por parte da família beneficiada e garantia de oferta de serviços por parte do poder público. Essa dupla função das condicionalidades seria uma estratégia encontrada pelo governo para garantir direitos sociais básicos como educação, saúde e assistência social para as populações mais pobres do país.

Como dito anteriormente, as exigências da condicionalidade da educação se referem a frequência escolar das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos de idade, enquanto as exigências da saúde se referem à vacinação e pesagem de crianças, gestantes, nutrizes e idosos participantes do programa. Já em relação às condicionalidades da Assistência Social, para as famílias que possuem filhos em situação ou sob risco de trabalho infantil seria exigido também que crianças e adolescentes nessa situação frequentassem as atividades ofertadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), com exigência de frequência mínima de 85%¹⁸.

Inúmeras são as discussões sobre a eficácia das condicionalidades para o Programa Bolsa Família, Como indica Talita Eger (2013), enquanto autores apontam que a existência de condicionalidades é um sinal de que o benefício do PBF não é um direito social garantido, visto que exige contrapartidas do público beneficiário sob o risco de perder o benefício caso as exigências não sejam cumpridas (MEDEIROS, BRITTO e SOARES, 2008; COHEN, 2012), outros vão dizer que a exigência da condicionalidade, na verdade, pode garantir direitos com o

¹⁶ Com o passar do tempo o Programa Bolsa Família foi ganhando força e passou a ser o programa de destaque do governo. A articulação de ações estratégicas do Programa Fome Zero não aconteceu ao longo dos anos como planejado sendo enfraquecido ano após ano.

¹⁷ Fonte: Informe Bolsa e Cadastro nº 702. Ministério da Cidadania, Informe. Acessado em 23/04/2020. http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_bolsa_familia/2020/fevereiro/boletim_BFInforma702.html

¹⁸ O PETI passou a fazer parte das condicionalidades do PBF em 2005, no entanto, o registro, sistematização e encaminhamento das informações para o Programa Bolsa Família demorou a acontecer devido à falta de sistema de informações capaz de gerar esses dados.

acesso da população beneficiada a serviços públicos básicos, como educação, saúde e assistência social, bem como a demais programas sociais. (SILVA e SILVA et. al. 2008). Como destacado, enquanto o primeiro grupo ressalta a exigência das condicionalidades, o caráter temporário e a insegurança orçamentária do PBF como indicadores de que o programa seria um ‘quase direito’ (grifo meu), o segundo grupo veria nas exigências das condicionalidades a forma de garantir o acesso do público beneficiário a outros direitos sociais (EGGER, 2013). Essa discussão vem dividindo opiniões desde o surgimento do PBF no Brasil, revelando um aspecto bastante pertinente do debate público sobre o tema: Seria a decisão de implementação de programas condicionados de auxílio financeiro uma alternativa eficaz para se conseguir legitimidade junto à opinião pública? Seria mais fácil conquistar apoio da sociedade ao atrelar um benefício financeiro a contrapartidas por parte dos beneficiários, para não o caracterizar como simples ‘doação’ do Estado? Seriam as condicionalidades apenas um recurso moral utilizado como forma de controlar o comportamento dos pobres, ou de fato exigir esse comprometimento exerce pressão não só nas famílias, como também nos gestores públicos que teriam que prestar esses serviços e por isso sofreria pressão do público beneficiado e do governo federal?

Para participar do Bolsa Família, as famílias precisam estar entre uma faixa de renda específica estipulada pelo governo federal. Esse caráter focalizado da política, busca atender as famílias mais pobres do país e para isso o governo estabeleceu duas linhas de elegibilidade. A Linha da *extrema pobreza*, que compreende as famílias que possuem renda mensal familiar *per capita* de até R\$ 89,00, enquanto que as famílias consideradas *pobres* seriam aquelas com renda mensal familiar *per capita* entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00. Ambas as linhas são definidas a partir de critérios vinculados à renda das famílias e essa definição tem impacto no valor do benefício que cada família recebe.

Os valores dos benefícios são organizados da seguinte forma:

Tabela 1 - Valores dos benefícios do Programa Bolsa Família

Tipo do benefício	Quem pode receber?	Valor do benefício	Nº de parcelas
Benefício Básico	Família com renda <i>per capita</i> de até R\$ 89.00	R\$ 89.00	Indeterminado
Benefício Variável vinculado à criança ou ao adolescente de 0 a 15 anos	Família com renda <i>per capita</i> de até R\$ 178.00	R\$ 41.00	Até completar idade máxima
Benefício Variável vinculado à gestante	Família com renda <i>per capita</i> de até R\$ 178.00	R\$ 41.00	nove
Benefício Variável vinculado à nutriz	Família com renda <i>per capita</i> de até R\$ 178.00	R\$ 41.00	seis
Benefício Variável Jovem vinculado a adolescentes de 16 e 17	Família com renda <i>per capita</i> de até R\$ 178.00	R\$ 48.00	Até completar idade máxima
Benefício para superação da extrema pobreza	Famílias que continuam com renda familiar mensal <i>per capita</i> inferior a R\$ 89.00 mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do programa	variado	Indeterminado

Fonte: Ministério da Cidadania <https://programabolsafamilia.com.br/qual-e-o-valor-do-bolsa-familia/> (Acessado no dia 25 de março de 2020).

A composição do valor do benefício varia de acordo com a situação de renda de cada família, bem como com a situação em que ela se encontra, com gestante, nutriz, com filhos adolescentes ou até mesmo sem nenhum filho. Se uma família é considerada ‘extremamente pobre’, essa família recebe o benefício básico (R\$ 89.00). Se essa família é extremamente pobre e tem filhos, ela recebe o benefício básico + o benefício variável multiplicado pela quantidade de filhos que tem. Por exemplo, uma família extremamente pobre que possui dois filhos entre 0 e 15 anos e um filho com 17 anos de idade irá receber R\$ 89.00 + R\$ 41.00 + R\$ 41.00 + R\$ 48.00, totalizando R\$ 219.00. Por outro lado, se uma família tem a mesma quantidade de filhos com a mesma faixa etária, mas não é considerada extremamente pobre, ela receberá somente os benefícios variáveis por cada criança e adolescente, o que totalizaria R\$ 130.00. Ou ainda, se uma família é considerada extremamente pobre, mas não tem nenhuma criança, adolescente ou gestante na família, ela receberia apenas o benefício básico de R\$ 89.00.

O benefício portanto, pode variar bastante, mas, é importante destacar que existe um limite para o cálculo dos benefícios. Cada família só pode receber um único benefício básico, por exemplo. Da mesma maneira, existe um limite de benefícios variáveis que cada família pode receber, não excedendo a quantidade de 5 benefícios. Isso quer dizer que, mesmo que uma família tenha 10 filhos, 3 gestantes, 4 nutrizes de 0 a 6 anos, essa família receberá no máximo 5 benefícios variáveis. Essa informação é extremamente relevante visto que tanto a opinião pública quanto as próprias beneficiárias do programa, como será melhor abordado ao longo desse trabalho, parecem desconhecer tal regulamentação.

Outro fator que merece destaque é o cálculo variado gerado a partir da análise da renda mensal *per capita* de cada família após o recebimento de todos os benefícios do Bolsa Família. Se a família, mesmo depois de receber todos os benefícios, ainda assim tiver uma renda *per capita* inferior a R\$ 89.00, é calculado o valor que falta para alcançar os R\$89.00 e assim calcular o valor do benefício para superação da extrema pobreza. Por exemplo, se após receber todos os benefícios a família tiver uma renda *per capita* de R\$85.00, o valor do benefício para a superação da extrema pobreza será de R\$ 4.00 multiplicado pelo número de membros da família. Se a família for composta por 5 pessoas, o valor do benefício será R\$ 4.00 multiplicado por 5, o que totaliza R\$ 20.00. Esse valor seria então acrescido aos demais já pagos e repassados mensalmente. A explicitação desses cálculos é importante porque mostra como os valores podem variar de acordo com cada realidade familiar, e às vezes, mesmo que a situação de uma família pareça igual à da outra, com a mesma quantidade de integrantes, por exemplo, o valor do benefício pode ser diferente de acordo com as especificidades de cada uma. Mesmo assim, com tantas possibilidades, é importante ressaltar que o valor médio do benefício no Brasil em fevereiro de 2020 era de R\$ 190.95¹⁹. Mesmo que o valor médio do benefício possa sofrer alterações significativas considerando regiões geográficas, como urbano ou rural por exemplo, não deixa de ser curioso perceber que o valor médio do benefício no país é inferior a R\$ 200.00 por mês.

É importante destacar também que o Programa Bolsa Família se desenvolve enquanto uma política intersetorial, pressupondo a articulação de várias áreas. Educação, Saúde e Assistência Social são as áreas mais diretamente ligadas ao programa, devido às condicionalidades exigidas, mas com o passar do tempo, vários outros programas foram sendo atrelados ao PBF como forma de ampliar as possibilidades de apoio a esses beneficiários para a superação da pobreza e da extrema pobreza.

¹⁹ Fonte: Ministério da Cidadania. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html>. Acessado em 24 de abril de 2020

Nesse sentido, o fortalecimento de programas e serviços, segundo a proposta do governo, seria condição necessária no esforço da redução dos índices de pobreza do país. Diversos programas federais foram criados e/ou fortalecidos, como o Sistema Único da Assistência Social - SUAS, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, Programa de Habitação Popular – Minha Casa Minha Vida, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, dentre outros²⁰. Sem entrar no mérito do impacto que cada programa desses teve de fato na redução dos índices de pobreza no país, que não cabe nesse trabalho, o ponto que merece ser ressaltado é que o Programa Bolsa Família não foi criado com o intuito de ser o único responsável pela retirada das famílias da situação da pobreza, por mais que com o passar dos anos essa tenha sido a expectativa criada em torno dele. A proposta de desenvolver e fortalecer programas e serviços que tenham como público alvo o beneficiário do Programa Bolsa Família é um forte indicador desse esforço por parte daqueles que conceberam a política.²¹ .

Não resta dúvida de que o desafio de garantir que esses Programas e Serviços de fato chegassem ao público beneficiário do programa obteve sucessos, mas também amargou fracassos. As principais críticas sofridas pelo governo nesse sentido apontam para a dificuldade de adequação de programas a um público, que por sua situação de extrema vulnerabilidade, muitas vezes não conseguia acessar o ‘direito’ garantido pelos serviços públicos. Exemplos disso podem ser encontrados quando populações mais pobres e isoladas não são cadastradas e por isso não recebem o Bolsa Família, indicando uma falha da Política de Assistência Social responsável por identificar essas pessoas. Ou ainda, a oferta de cursos profissionalizantes do Pronatec que requerem escolaridade mínima, deixando grande parte do público beneficiário do Bolsa Família de fora, visto que muitos deles não conseguem cumprir com esse requerimento. Assim como esses exemplos, tantos outros podem ser elencados como forma de apresentar a dificuldade de garantir o direito de acesso a serviços para o público que se encontra em situação

²⁰ Diversos outros programas foram criados em conjunto com a criação do Programa Bolsa Família e outros foram sendo implementados ao longo dos anos que sucederam 2004. A intenção de listar alguns dos principais programas criados na época foi apenas a de apontar para a criação do Bolsa Família como parte de um projeto maior que também objetivava garantia de direitos via oferta de serviços públicos.

²¹ O Bolsa Família foi instituído no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Após os dois mandatos do Presidente Lula (2003-2010) a candidata do PT, Dilma Rousseff, exerceu a presidência de 2011 a 2016 quando sofreu impeachment e teve que sair do cargo. Desde o segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff que alguns cortes vinham sendo realizados em programas como os citados acima, mas nada comparado com o que veio a acontecer desde que o vice-presidente na época Michel Temer assumiu o cargo da presidência. Com a chegada do Presidente Michel Temer e posteriormente com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, alguns programas chegaram a ser cancelados e outros tentam se manter com recursos praticamente inexistentes. Devido à visibilidade que o programa Bolsa Família alcançou ao longo dos anos, o recurso para pagamento de benefícios ainda não foi alterado, no entanto, uma série de programas e serviços atrelados a ele estão sendo pouco a pouco diminuídos ou simplesmente extintos.

mais grave de vulnerabilidade social no país, o público beneficiário do Bolsa Família. É nesse sentido, com incertezas que perpassam a garantia de acesso a moradia, a escola para seus filhos, a saúde de sua família e também a incerteza de que o benefício será mantido, que busco nesse capítulo apresentar as percepções que as beneficiárias entrevistadas possuem a respeito do Programa Bolsa Família. Quais seriam as suas percepções com relação às condicionalidades do programa e seus mecanismos de monitoramento e fiscalização? Haveria um sentimento de segurança ao receber o benefício, como direito garantido?

1.2 Pobreza, incivilidade e subcidadania

A discussão sobre se o Programa Bolsa Família constitui ou não um direito se desdobra desde a sua criação. Para muitos, o PBF não pode ser considerado um direito por conta de diversas fragilidades legais, institucionais e orçamentárias que rondam sua implementação e execução (EGER, 2013; MARINS, 2017; MEDEIROS, BRITTO e SOARES, 2008; COHEN, 2012, SOARES e SÁTYRO, 2009). Alguns dos principais argumentos que colocam o PBF na categoria de ‘não direito’, ou ‘quase direito’, se referem ao fato do PBF ser um programa com orçamento definido e de caráter temporário. Essa característica instável do PBF o diferenciaria substancialmente de outras políticas garantidas como direitos dos cidadãos, como os benefícios repassados via previdência social, ou o acesso a serviços de educação e saúde por exemplo.

Como afirmam Soares e Sátyro (2009), não se pode colocar o PBF na categoria de direito garantido porque sua existência está condicionada às possibilidades orçamentárias, ou seja, ao contrário de benefícios como aposentadoria, pagamento de dívidas públicas ou seguro desemprego, o PBF teria seu alcance vinculado à dotação orçamentária, não sendo possível ultrapassar esse teto mesmo que a demanda seja superior.²²

Outros autores irão dizer que, na verdade, o PBF abriu caminhos para o acesso a outros direitos, como os serviços públicos ligados a educação, saúde, assistência social, trabalho, moradia, etc. (SILVA e SILVA et al, 2008; POCHMAN, 2010). Para eles, o acesso a esses demais direitos só se deu para muitas famílias depois da chegada do PBF, que, por meio da obrigatoriedade das condicionalidades e por meio da articulação exercida entre diversas áreas do governo, fortaleceu e ampliou a oferta de serviços nos municípios e estados brasileiros.

²² Existem maneiras de se aumentar o valor destinado ao pagamento de benefícios do PBF via crédito suplementar, mas o que importa nesse argumento é mostrar que enquanto programa temporário e com orçamento definido, o PBF não estaria no mesmo *status* de direito quando comparado com os demais benefícios já citados.

Tendo em vista esse panorama, uma das questões levantadas pela pesquisa foi a de perceber como as beneficiárias do PBF enxergam o programa, como direito ou não. Questões relacionadas à segurança, previsibilidade e confiança no programa foram perguntadas com o intuito de saber não só se o PBF é visto por elas como um direito garantido, mas também para saber se existiria a sensação, por parte delas, desse benefício ser considerado ‘de fato delas’ ao ponto de gerar mudanças em seus comportamentos, como a tomada de decisão sobre terem mais filhos para receberem mais, ou ainda pararem de trabalhar para serem ‘sustentadas’ pelo benefício, por exemplo.

De acordo com os depoimentos das entrevistadas, apresentarei que o benefício é visto por elas como uma ajuda. No entanto, o termo ‘ajuda’ não aparece apenas no sentido de ser um complemento de suas rendas, uma ‘ajuda financeira’, e sim como uma concessão, como um favor. Ajuda, nesse sentido, aproxima a percepção que elas têm da política social Bolsa Família de um sentido de lealdade devida a um favor concedido, afastando do sentido do direito. Nessa direção, as condicionalidades, na percepção das beneficiárias, aparecem como uma espécie de padronização da retribuição devida à *dádiva* recebida. Não parece plausível termos a expectativa de que elas elaborem uma crítica sobre o peso que condicionalidades e formas de fiscalização e controle têm sobre suas vidas, já que elas de maneira geral acreditam que cumprir com o que as condicionalidades exigem é o mínimo que a beneficiária tem que fazer como forma de retribuição do favor do governo. Nessa percepção, a ajuda reforça um sentido de assistencialismo, como o oposto da impessoalidade e universalidade do direito.

No entanto, antes de concluir que a percepção do Bolsa Família como uma dádiva é resultado do próprio desenho da política, é preciso considerar que a percepção que os beneficiários têm do programa também reflete um processo histórico de alijamento da população pobre do Brasil de qualquer sentido de cidadania. Qualquer análise acerca do impacto atual de políticas de combate à pobreza deve sempre ser mediada por uma análise histórica do significado da ausência de cidadania, como gramática de uma sociabilidade pública, entre os pobres do Brasil.

Em 1992, Vera Telles escreveu que o enigma da pobreza no Brasil se torna visível quando percebemos que apesar de termos construído, ao longo das décadas, as bases econômicas e institucionais necessárias para melhorar as condições de vida da população brasileira, um jogo político muito excludente foi capaz de inviabilizar programas de erradicação da pobreza, renovando velhos privilégios, criando novos e excluindo a maioria. Mais até do que os impasses do crescimento econômico em um país localizado na periferia do sistema capitalista mundial, esse jogo político revelaria, segundo a autora, antes de tudo, a tradição

conservadora e autoritária dessa sociedade. Com base numa pesquisa sobre trabalhadores urbanos na cidade de São Paulo dos anos 1980 – que resultou na sua tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo²³ -, Telles (idem) passa a refletir sobre a relação entre o processo de construção da cidadania do brasileiro e o seu traço mais marcante e mais nefasto, o de uma pobreza persistente e em expansão. Seu trabalho se constitui, portanto, como um exercício sociológico profundo sobre a incivilidade da pobreza no Brasil.

Segundo a autora, a pobreza no Brasil sempre foi percebida no registro da patologia, como efeito de um processo histórico sem autores, sem responsáveis. O caráter patológico da pobreza estaria evidenciado na destituição absoluta dos miseráveis ou no imaginário de violência comumente atribuído a essa população. Em um registro ou no outro, argumenta a autora, a pobreza é transformada em natureza, em traço da nossa formação que teria escapado ao potencial civilizatório do ingresso do país na modernidade capitalista. Como bem coloca Telles:

"(...) entre a imagem do atraso e o horizonte idealizado do progresso, a pobreza é encenada como algo externo ao mundo propriamente social, como algo que não diz respeito aos parâmetros que regem as relações sociais." (Telles, 1993. p.3).

Como uma sombra, a pobreza acompanha a história brasileira, configurando um conjunto de questões que aparecem como contraponto às aspirações de progresso e desenvolvimento. Para a autora, o dilema da pobreza no Brasil consiste exatamente no fato de a sua persistência e dramaticidade nunca terem sido suficientes para promover um debate profundo sobre as iniquidades que nos caracterizam e que constituem a própria trama do nosso tecido social.

Complementando o quebra-cabeça na busca por razões que nos permitam entender os motivos que levam a sociedade brasileira a conviver de forma tão confortável com índices de pobreza absurdos, Elisa Reis (2000) traz para o centro da discussão a importância de se considerar o papel das elites nesse processo. Em pesquisas realizadas na década de 1990 no Brasil, a autora apresentou dados extremamente relevantes sobre a percepção da pobreza no discurso das elites brasileiras.

Reis inicia seu argumento destacando a importância de se estudar as elites nas Ciências Sociais e salienta a pouca produção acadêmica na área, visto que, historicamente, prevaleceram nas Ciências Sociais estudos sobre as classes populares. Para ela, estudar as elites é fundamental na busca por respostas sobre a pobreza brasileira, porque as elites geralmente ocupam posições

²³ TELLES, Vera da Silva. *Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza; um estudo sobre trabalho e família na grande São Paulo*. 1992. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

de destaque no mundo do trabalho e são pessoas altamente influentes na formação de opinião e na tomada de decisões. As elites também ocupam cargos públicos estratégicos e suas percepções do mundo certamente influenciam a elaboração e implementação de políticas públicas.

Como prova de seu argumento, Reis cita um estudo feito na Inglaterra que aponta que a emergência de políticas sociais de bem-estar social só foi vislumbrada no país após uma mudança na percepção das elites acerca da centralidade dos problemas sociais. No entanto, ela enfatiza que esse tipo de processo não teria como fundamento uma conscientização das elites sobre as desigualdades em seu país ou algo como um aumento da sua sensibilidade e responsabilização social. Ao contrário, somente quando as elites inglesas se deram conta de que as suas condições privilegiadas não seriam suficientes para protegê-las de calamidades públicas é que teriam passado a apoiar a ideia de uma proteção ampla e coletiva onde o Estado se tornaria o provedor dessa proteção²⁴. Em suas palavras:

“Enquanto os membros das elites acreditavam que podiam se proteger individualmente das calamidades e incertezas, nenhum incentivo existiu para a coletivização de soluções. Quando, porém, identificaram situações em que a proteção individual era ineficiente, como no caso do cólera, descobriram as vantagens ou a necessidade de soluções coletivas.” (Reis, 2000. p. 144).

Guardadas as devidas proporções e diferenças históricas, não se pode desconsiderar a semelhança entre esse caso apresentado acima e a atual situação causada pela pandemia do Coronavírus em 2020. Enquanto discursos neoliberais de diminuição do Estado são reforçados pelo atual governo do Presidente Jair Bolsonaro, o debate público passa a incorporar seriamente, seja por força das evidências internas/locais, seja por contraste com a situação de outros países, o argumento sobre o papel irrefutável do Estado na liderança dessa crise. Com a crise causada pela pandemia de 2020 é possível perceber em alguns casos, mudanças significativas nos discursos de governantes, para alguns somente nos discursos, que apontam para o fortalecimento de um Sistema Único de Saúde, público, como a principal ‘arma brasileira’ para salvar vidas, por exemplo²⁵.

Desta maneira, não restam dúvidas quanto à importância de se estudar percepções e padrões de comportamento da elite brasileira para discutir a perpetuação e agravamento da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Seguindo essa linha argumentativa, Reis

²⁴ Para maiores informações sobre o assunto ver DE SWAAN, Abram. (1988), *In care of the state. Health care, education and welfare in Europe and the USA in the modern era*. Cambridge, Polity Press.

²⁵ “MANDETTA, o conservador que vestiu o colete do SUS e entrincheirou Bolsonaro.” **El País**, matéria escrita pelos jornalistas Afonso Benite e Naiara Galarraga Grotázar e publicada em 05 de abril de 2020. Acessada em 19/05/2020 pelo endereço <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-04/mandetta-o-conservador-que-vestiu-o-colete-do-sus-e-entrincheirou-bolsonaro.html>.

desenvolveu um projeto de pesquisa comparada entre Brasil, Índia, África do Sul e Bangladesh com o objetivo de perceber como se dava a percepção da elites²⁶ nesses países acerca de questões relacionadas a pobreza, desigualdade, Estado, sociedade civil, etc.

Um dos principais achados de sua pesquisa sobre como a elite percebe o problema da pobreza no Brasil foi a forma como esses discursos são elaborados, onde questões relacionadas a pobreza e desigualdade são representadas de forma distante e isolada. Se por um lado, com base no *survey*, a pobreza aparece como o principal problema do país para os membros da elite brasileira, por outro lado eles não se veem como parte do problema. Junto com Educação, Saúde e Inflação (problema nº1 apontado na época, refletindo provavelmente os altos índices da inflação na década de 1980 e início da década de 1990), pobreza aparece como um dos principais problemas do Brasil, sendo considerado inclusive um risco à democracia brasileira (Reis, 2000). Para a autora, o momento crucial que indica essa distorção nos discursos das elites acontece quando se pergunta como e quem seria responsável por promover mudanças capazes de alterar essa dada realidade. Ao responderem a essa questão, os membros das elites atribuíam ao Estado toda a responsabilidade pelos nossos índices vergonhosos de pobreza, mas não se viram como parte desse Estado. Mesmo que as elites considerassem que para haver melhorias nos índices de pobreza e desigualdade no Brasil seria necessário melhorar os índices educacionais, ampliar a participação popular nas decisões políticas, preservar o regime democrático, entre outros, nos discursos proferidos sobre a quem caberia a realização dessas mudanças, o Estado aparece como responsável quase que exclusivo.

Outro dado importante levantado em sua pesquisa é que quando questionados sobre as possíveis razões capazes de explicar porque as políticas sociais não conseguiram gerar as mudanças necessárias, as respostas se concentraram na incompetência estatal em ‘atacar’ os problemas, fosse por falta de planejamento ou má execução. O curioso é que elites burocráticas e políticas, nesse momento, compartilharam dessa opinião com o mesmo peso que as demais elites pesquisadas, mesmo sendo elas, direta ou indiretamente, parte do Estado. Como bem explica a autora:

“Nesse sentido, falta uma noção de responsabilidade social entre as elites. Aparentemente, elas não se vêem como parte de um todo, uma coletividade, nem tampouco percebem o Estado como parte da sociedade. Quando o responsabilizam pela persistência da pobreza, elas se eximem da responsabilidade coletiva.” (Idem. p. 149)

²⁶ A elite, no estudo de Elisa Reis, foi subdividida nos grupos que compunham elites políticas, burocratas, líderes empresariais, líderes sindicais, líderes religiosos, elites intelectuais e militares.

Essa discussão é extremamente relevante porque nos aproxima dos motivos que levam o tema da pobreza a aparecer como um dos principais problemas no Brasil nos discursos da elite brasileira, mas, de fato, não faz parte do conjunto de prioridades a serem atacadas por suas ações. O distanciamento do problema, a noção de que ‘eu’ enquanto indivíduo não sou capaz de gerar mudança, somada aos interesses pela perpetuação dos privilégios de classe, faz com que, segundo a autora, a pobreza seja colocada como uma ‘realidade histórica’ brasileira, quase que impossível de ser alterada.

Reis indica ainda que o fato de a elite expressar sua preocupação com a pobreza e desigualdade, colocando-as no topo de suas listas dos problemas nacionais não significa uma sensibilidade com o outro, ou ainda, não reflete uma preocupação com o coletivo, e sim, uma preocupação com a manutenção da ordem urbana, ameaçada pela migração do campo para as cidades brasileiras. Não haveria, portanto, uma vontade de mudar a situação com base em princípios solidários e coletivos, e sim a vontade de manutenção do privilégio individual de poucos. Por isso ela, a elite, não enxergaria a pobreza como um problema da sociedade como um todo, se desobrigaria de seus papéis e de sua influência sobre o Estado e por isso não se veria como parte do problema do ‘estado incompetente, desorganizado, corrupto e personalista’. Somado a esse aspecto, existiria também o discurso fatalista, como se o Estado fosse incapaz de promover qualquer melhora, e por essa razão, as elites sequer articulariam esforços para tentar intervir e transformar o Estado.

Seja qual for o diagnóstico a que se possa chegar ao analisar-se as relações entre pobreza e cidadania no Brasil, nos parece acertado dizer que – concordando com Telles e Reis – a configuração pública do problema da pobreza no Brasil (os discursos sobre a pobreza, os padrões de comportamento a ela relacionados, os sentidos das relações sociais construídas em torno dessa questão) revela uma sociedade em que as distâncias sociais são tão grandes, tão profundas e tão duradouras que parece não ter sido possível estabelecer historicamente nenhuma medida comum em que a questão da justiça se coloque como padrão de julgamento das diferenças e critério de arbitragem de conflitos (TELES, 1993). Essa seria, segundo a autora, a matriz de incivilidade que caracteriza mais profundamente a sociedade brasileira. Disso tudo se deduz, segundo Telles e Reis, que mesmo tendo sempre estado presente no cenário público, nos discursos políticos, a pobreza nunca foi de fato abraçada como um problema a ser enfrentado pelas elites brasileiras (REIS, 2000), nem combatida no terreno da cidadania (TELLES, 1993). Esse cenário pode ser facilmente confirmado ao revisitarmos a nossa historiografia mais conhecida e lembrarmos uma tradição tutelar, em que direitos tão constantemente assumem o sentido de concessão ou de proteção benevolente.

Entretanto, seria um equívoco, defende Telles, creditar tudo isso à persistência de traços arcaicos das nossas tradições conservadoras. Se é certo afirmar que a nossa incivilidade está ancorada num imaginário que coloca a pobreza como um traço de inferioridade, que traduz desigualdades e diferenças em termos de hierarquias, em que ao pobre cabe tanto o dever de obediência, quanto o favor da proteção, mas jamais a posse de direitos, é precisamente no processo histórico em que a cidadania foi concebida e institucionalizada que devemos buscar compreender o paradoxo da sociedade brasileira. Essa linha de argumento desenvolvida por Telles, principalmente o seu posicionamento quanto às interpretações consagradas da nossa herança histórica, a aproxima em muitos pontos da (re)interpretação da formação do Brasil oferecida por Jessé Souza em anos recentes, como veremos adiante.

Sintetizando, o paradoxo brasileiro, segundo Telles, não reside no contraste entre a existência formal dos direitos e a realidade de destituição da maioria da população, e sim na lógica que esse contraste revela, no sentido específico da atribuição de direitos entre nós.

“O paradoxo está nesse modelo de cidadania que proclama a justiça como dever do Estado, mas desfaz os efeitos igualitários dos direitos e repõe na esfera social desigualdades, hierarquias e exclusões.” (Idem. p.4).

Sendo assim, no processo de formação da cidadania dos brasileiros, em seu aspecto incivil, os direitos não conseguem desempenhar um papel equalizador frente às desigualdades sociais, e enquanto mecanismo, passam a reafirmar essas desigualdades sociais traduzindo-as em hierarquias e exclusões.

De tudo o que Vera Telles nos ensina das relações entre cidadania e pobreza, nos interessa particularmente a forma como a pobreza no Brasil é concebida como condição de inferioridade, não apenas material, mas também, e principalmente, moral e política.

Vejamos como esses elementos estão presentes em uma outra conhecida interpretação para os dilemas do Brasil sobre a relação entre pobreza, desigualdades e cidadania. Refiro-me ao trabalho de Jessé Souza, e mais especificamente ao seu conceito de ‘subcidadania’.

Na intenção de oferecer uma nova interpretação acerca dos dilemas brasileiros contemporâneos, Jessé Souza (2000) revisita e questiona boa parte da literatura nacional acerca da singularidade do processo de formação (social, político e cultural) do país. Nesse caminho, rejeita o que chama de interpretações “culturalistas essencialistas” da formação brasileira, que buscaram explicar as persistências de nossas mazelas sociais a partir de nossa inadequação às formas modernas de vida. Ou seja, essas interpretações explicam a singularidade da nossa formação social exatamente pelo traço cultural pré-moderno do personalismo. Nesse sentido,

seríamos cronicamente desiguais por sermos insuficientemente modernos. Se contrapondo a essas teses, Jessé Souza defende que o processo de perpetuação e de naturalização de nossas desigualdades é, na realidade, reflexo de nossa condição moderna e periférica. Ou seja, ao invés de se constituir como uma exceção ao processo de modernização, a nossa incapacidade de superar desigualdades duradouras (TILLY, 1998) é um reflexo do tipo de conflitualidade próprio da nossa modernidade periférica.

Segundo Souza, uma das principais bases de sustentação para a produção da invisibilidade da desigualdade no Brasil foi a consolidação das correntes teóricas sobre o pensamento brasileiro que trabalharam no sentido de disseminar a ideia de uma identidade nacional brasileira calcada na emoção e no sentimento. Com críticas diretas às obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto Da Mata, Souza diz que essas teorias, chamadas de “teorias emocionais da ação”, criaram um falso imaginário coletivo que compartilhou por décadas a ideia de que no Brasil a emoção seria o principal elo mediador das relações sociais.

Para ele, essa teoria culturalista essencialista proposta por esses pensadores não se sustenta porque eles não consideraram em suas análises as instituições como importantes meios de produção e reprodução de valores, como será melhor explorado adiante ao falarmos das influências de Charles Taylor em sua obra. Para Souza, a explicação culturalista sobre a sociedade brasileira percebe a cultura como se ela se perpetuasse suspensa em um vácuo institucional, como se não houvesse onde se amparar ou se retroalimentar na sociedade. O esforço de Souza ao longo de seu trabalho, é se contrapor veementemente a essa perspectiva dominante do pensamento brasileiro disseminada no século XX no Brasil. Para ele, essa visão hegemônica construída sobre o brasileiro, calcada no sentimento e na emoção, não é suficiente para responder sobre os verdadeiros motivos que levam a sociedade brasileira a ser uma das mais desiguais do mundo. A ausência de narrativas que discutissem os verdadeiros mecanismos de ‘como’ e ‘porque’ agimos de determinadas maneiras e não de outras, segundo ele, não é respondida por esses teóricos que atribuem à cultura um lugar de destaque sem no entanto explicar os mecanismos que fizeram com que ela (a cultura) fosse como ela é. Em outras palavras, para Souza, a cultura como é apresentada por esses autores se reproduziria por conta própria, como se não houvesse base concreta para que ela fosse reproduzida. Sendo assim, analisar a sociedade brasileira a partir das relações sociais seria para ele, o principal fator responsável por gerar essa normatização da pobreza e invisibilidade da desigualdade. (SOUZA, 2006).

Para empreender tal crítica às interpretações clássicas sobre o Brasil e, ao mesmo tempo, oferecer uma perspectiva alternativa acerca de nossos problemas, Souza lança mão

principalmente de dois teóricos contemporâneos, Charles Taylor e Pierre Bourdieu. Aquilo que Souza retém desses dois autores para a construção de sua análise, é de fundamental importância para essa tese.

De Taylor, Souza absorve a ideia segundo a qual o aspecto mais significativo no processo de transição para o mundo moderno teria sido uma dramática reconstrução da “topografia moral” da sociedade. Como afirma Souza:

“A revolução de que fala Taylor é aquela que redefine a hierarquia social a tal ponto que agora as esferas práticas do trabalho e da família, precisamente aquelas esferas nas quais todos, sem exceção, participam, passam a definir o lugar das atividades superiores e mais importantes,” (SOUZA, 2003 p. 31).

Derivada dessa mudança, Taylor irá afirmar que a conflitualidade típica do mundo moderno pode ser percebida a partir do tensionamento entre padrões de reconhecimento contrastantes: um padrão universalizante centrado no princípio de *dignidade*; um padrão particularista centrado no princípio da *autenticidade*. Com base nesses princípios, que refletem as contradições do mundo moderno, Souza irá refletir sobre as conflitualidades características da modernidade periférica.

Para Souza, Taylor consegue ir além de Max Weber ao analisar o processo de expansão da modernidade, apontando a importância de se compreender o papel das instituições enquanto formadoras do indivíduo moderno. A expansão da lógica da racionalidade ocidental moderna só poderia ser entendida considerando as práticas institucionais criadas e perpetuadas no cotidiano desse indivíduo moderno. Ou seja, para Taylor, é no campo das novas instituições modernas, no cotidiano, que se dá a grande transformação característica da modernidade, com a hierarquização valorativa das pessoas com base nos valores de calculabilidade, utilidade, praticidade, autocontrole e disciplina. Essas seriam as novas bases valorativas que passariam a reger as classificações e hierarquizações dos indivíduos nas sociedades modernas. Sendo assim, reconhecimento social e autoestima, estariam diretamente ligados a essa nova concepção prática e útil da vida moderna. (SOUZA, 2005).

Ao desenvolver esses conceitos, Taylor aprofunda sua discussão sobre reconhecimento social destacando o conceito de dignidade como central em suas análises. Portanto, ao tentar responder os motivos que levam grupos a serem incluídos ou excluídos no processo de hierarquização social, Taylor aprofunda o conceito de dignidade, e Souza por sua vez, se apropria dessa discussão como um dos debates centrais para subsidiar sua proposta teórica e política de análise da sociedade brasileira. Assim afirma Souza:

“O que Taylor chama de dignidade vai designar, portanto, a possibilidade de igualdade tornada eficaz, por exemplo, nos direitos individuais potencialmente universalizáveis. Ao invés da “honra” pré-moderna, que pressupõe distinção e privilégio, a dignidade pressupõe um reconhecimento universal entre iguais”. (SOUZA, 2005 p,74)

Souza utiliza a histórica análise construída por Taylor sobre o conceito de dignidade e passa a usar esse conceito para embasar o tema da moralidade na hierarquização e classificação moral das pessoas na vida moderna periférica. Seu trabalho em traçar as origens da invisibilidade da desigualdade em países periféricos está diretamente ligado aos conceitos de cidadania, que por sua vez, tem como apoio fundamental os conceitos de reconhecimento social e dignidade, discutidos em profundidade por Taylor. Para Souza, reconhecimento social é a base para a discussão sobre cidadania jurídica e política, e a chave de leitura portanto, para que se reconstrua a história moderna periférica com uma narrativa focada nos mecanismos simbólicos que incluem e excluem grupos considerados dignos ou não dignos.

Jessé Souza toma emprestado de Taylor os elementos que dão suporte à discussão sobre cidadania em países periféricos, quando apresenta a estreita relação apontada por Taylor entre as características desse novo indivíduo racional, autocontrolado, útil e produtivo, e a consolidação de sistemas racionais formais como o Estado e o mercado. O indivíduo moderno seria, antes de tudo, um indivíduo que age de acordo com princípios já internalizados da disciplina, do desempenho, do autocontrole, e essa seria a base valorativa reconhecida pelo próprio indivíduo ao refletir sobre si mesmo, com seus sucessos e fracassos, como também a base valorativa reconhecida e valorizada pela sociedade, por meio do reconhecimento social. Portanto, seria eminentemente no exercício da vida cotidiana, ao refletir sobre si mesmo e ao ser reconhecido socialmente, que estaria a essência do que deve ser valorizado no indivíduo.

Se, por um lado, o indivíduo já teria internalizado o que é, e o que deve ser, um indivíduo moderno racional, por outro lado, o reconhecimento social desse indivíduo se constrói e se fortalece no campo das práticas institucionais cotidianas (família, mercado e Estado). É nesse sentido que Souza usa de Taylor o conceito de ‘reconhecimento social’ como base da “noção moderna de cidadania política e jurídica” (2005). Mas antes de chegar no conceito propriamente dito de cidadania trazido por Taylor, Souza utiliza o conceito de dignidade, também trazido por Taylor, como elemento fundamental para entender a naturalização da desigualdade em países periféricos. Mais uma vez, o que Souza reforça em seus trabalhos é a importância do compartilhamento do conceito fundamental, dignidade, para que seja efetivada a cidadania. Segundo ele, se não houver o compartilhamento da noção de dignidade por todos

na sociedade, ou seja, sem que o outro seja levado em consideração, não há base possível para a existência da cidadania. Nas palavras de Jessé Souza:

“É essa dignidade efetivamente compartilhada por classes que lograram homogeneizar a economia emocional de todos os seus membros numa medida significativa, que me parece ser o fundamento profundo do reconhecimento social intra e ultra jurídico o qual, por sua vez, permite a eficácia social da regra jurídica da igualdade, e portanto da noção moderna de cidadania”. (SOUZA 2006 p.37)

Com isso, Souza reforça em seus escritos que a única maneira de se entender de fato como se dá a construção da hierarquia valorativa dos grupos sociais seria aprofundando o conceito de dignidade, onde, segundo ele, nos ajudaria a identificar os mecanismos que levam determinados grupos a serem considerados dignos/cidadãos e outros não dignos/sub-cidadãos.

Sendo assim, o que vale destacar nessa discussão não é a simples definição de cidadania enquanto um conjunto de direitos e deveres exercidos em determinado estado-nação, mas principalmente, para o caso aqui pretendido, a pressuposição do compartilhamento de valores igualitários e universais para todos em uma determinada sociedade. O princípio igualitário e universal do conceito de cidadania é condição necessária para que ela de fato exista, e isso só acontece se, e somente se, houver a internalização desse valor enquanto direito de todos, sem exceção (SOUZA, 2006).

Nesse momento, Souza se aproxima de outro autor para dar suporte à sua teoria. Souza irá se utilizar da perspectiva sociológica disposicionalista de Pierre Bourdieu na análise das relações entre estruturas materiais, construções simbólicas e práticas sociais. É mais especificamente no conceito bourdieusiano de *habitus* que o autor irá se basear para argumentar acerca dos processos de naturalização das desigualdades sociais. Ou seja, é exatamente o caráter irrefletido das práticas sociais classificatórias baseadas no *habitus* o que permite que formações simbólicas construam ‘separações’ e ‘distinções’ entre pessoas e grupos, ao mesmo tempo em que esconde as condições materiais que as sustentam.

Ainda como parte do seu projeto de análise da modernidade periférica, Souza utiliza Bourdieu por considerar que os dois autores (Charles Taylor e Pierre Bourdieu) se complementam. Se uma das críticas a Taylor seria a falta de uma análise que considerasse as lutas de classe, Bourdieu seria o complemento ideal nesse sentido. Enquanto Taylor se dedica a mostrar os mecanismos de manutenção do poder com base nas hierarquias e classificações morais cotidianas na sociedade, Bourdieu reforça em suas obras exatamente o “aspecto instrumental da disputa por poder relativo entre as classes em luta por recursos escassos”

(SOUZA, 2006 p.32). Mesmo reconhecendo que Bourdieu sobrevaloriza a classe em suas análises, e que não considera que a luta de classe também aconteça em um contexto intersubjetivamente produzido, principais críticas ao autor, Souza destaca a importância de seu trabalho para o desenvolvimento de sua teoria da modernidade em países periféricos. (SOUZA, 2006).

Enquanto a tradição sociológica historicamente se dedicava a analisar a lógica racional de ‘internalização de valores’ como tema central da vida moderna, Bourdieu teria se dedicado, ao contrário, ao “condicionamento pré-reflexivo, automático, emotivo, espontâneo, ‘inscrito no corpo’ de nossas ações, disposições e escolhas”. (SOUZA, 2006 p.33). É nesse sentido que Souza se apropria do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, como sendo o conjunto de disposições institucionais e culturais impressas nos corpos dos indivíduos, e expande esse conceito ao longo de seu trabalho.

Nas palavras de Souza, o conceito permite perceber como se dá a legitimação “de forma invisível e subliminar do acesso diferencial aos recursos materiais e ideais escassos da ideologia espontânea do capitalismo” (*Idem*, p.34). A formação desse *habitus* de classe, aconteceria de forma pré-reflexiva, não intencional de “disposições, inclinações e esquemas avaliativos”, que serviriam de base para as escolhas e ações em todas as esferas da vida dessas pessoas.

Desta forma, ao considerar que esquemas avaliativos e disposições (*habitus*) variam de acordo com a situação econômica dos grupos sociais, Souza irá defender que essa variação geraria por sua vez tipos distintos de *habitus*. Ele irá fazer a distinção entre três tipos de *habitus* como forma de melhor explicar sua proposta analítica da modernidade em países periféricos e da sociedade brasileira mais especificamente. Ele irá afirmar que *habitus primário* seria aquele decorrente de um processo histórico de aprendizado coletivo onde as disposições e os esquemas valorativos estariam consolidados e internalizados. Esse processo ‘impresso’ nos indivíduos seria a base necessária que permitiria o compartilhamento da noção de dignidade, como valor igualitário e universal, proposto por Charles Taylor. Aqui se pressupõe aquele indivíduo produtivo, útil, autocontrolado discutido anteriormente. Abaixo desse grupo estariam aqueles que não conseguem exercer essas funções do indivíduo útil e produtivo moderno, logo eles não teriam ‘impresso em seus corpos’ as disposições de comportamento e esquemas valorativos dos indivíduos/dignos/cidadãos que compartilham o *habitus primário*. Esse grupo de indivíduos não seria reconhecido socialmente porque faltaria a ele, conseqüentemente, as predisposições necessárias para que possuísse habilidades emocionais e cognitivas do indivíduo útil e produtivo moderno. Marcado pela ausência, esse grupo compartilharia um *habitus precário*. Por último, ainda como parte de sua classificação, Souza diz que *habitus secundário* seria a

generalização do *habitus primário*, sendo caracterizado pelos critérios de classificação e distinção social, definidos por Bourdieu como o “gosto”²⁷.

Souza destaca a relevância do conceito de *habitus* para desenvolver sua teoria já que esse conceito pode ser visto como um ‘fio condutor’, nas palavras dele, capaz de coordenar as ações de indivíduos e grupos a partir de atos de solidariedade, quando existe a identificação ou, ao contrário, atos de exclusão, quando não existe a identificação. O conceito de *habitus* é de fato utilizado por Souza em várias de suas obras e pode ser encontrado desde seus primeiros livros sobre as razões que explicariam a persistência da desigualdade brasileira até os mais recentes livros onde ele aponta de forma mais direta quem seriam os sub-cidadãos brasileiros (*ralé* brasileira) e a nova classe trabalhadora (os batalhadores)²⁸.

Ao recontar a nossa história, Souza, como já mencionado anteriormente, indica o equívoco em analisar a nossa sociedade como fruto de um modelo de relação calcado em princípios pré-modernos, e, ao buscar explicações substantivas que justifiquem a nossa permissividade em conviver com o horror da pobreza e desigualdade, ele afirma que faltaria ao Brasil o compartilhamento, a ‘universalização de direitos humanitários’ enquanto um valor. Essa seria a principal diferença entre países periféricos, como o Brasil, e países centrais, sendo essa a principal razão para que países centrais não suportassem tamanhas desigualdades como as que são vistas em países periféricos. Em suas palavras:

“Na verdade, a distância de sociedades periféricas como a brasileira por comparação com sociedades centrais, especialmente aquelas com forte influência social-democrata, é não apenas tecnológica ou financeira, mas também de conteúdo normativo, a partir da ausência ou insuficiência de aprendizados coletivos morais e políticos.” (SOUZA, 2005. P.84)

Com base nessa passagem, é como se nos países centrais seus membros fossem capazes de partilhar princípios universais e transclassistas ao ponto de todos, sem distinção, compartilharem valores humanitários e de garantia de direito à vida digna. Seguindo essa linha de raciocínio, se pressupõe que nos países centrais haveria uma certa ‘maturidade humanitária’ decorrente da capacidade dessas sociedades em promoverem de fato o acesso igualitário a direitos, visto que eles sim, conseguiriam ver o outro enquanto humano e valorizar o outro como um igual. Sua explicação parte do princípio de que no Brasil, por exemplo, a noção do direito

²⁷ O conceito de *habitus* é um dos conceitos mais disseminados e utilizados de Pierre Bourdieu pela academia sendo sua obra *A Distinção: crítica social do julgamento* uma de suas obras mais conhecidas.

²⁸ Jessé Souza tem publicado diversos livros que discutem a formação da sociedade brasileira a partir dessa perspectiva disposicionalista, tais como: *A Ralé Brasileira: Quem é e como vive* (2009), *Os Batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (2010), *A Elite do Atraso* (2019), dentre outros.

para todos não foi internalizada como acontece nos países centrais, e aponta de forma contundente o papel das instituições brasileiras em promover e perpetuar desigualdades. Ao indicar como a classe média e alta, por exemplo, conseguem se esquivar de leis pelo simples fato de terem recursos para acessar o sistema jurídico, Souza destaca como um sistema legislativo criado para garantir igualdade no tratamento, na verdade exerce a reprodução de desigualdades ou pior, é responsável por ampliar ainda mais os níveis de desigualdade de acesso a direitos já existentes no Brasil. Ou seja, para ele, os países periféricos teriam suas relações marcadas por um fosso entre aqueles que possuem *habitus primário* (classe média e alta) e os ‘outros’ (*ralé*). Esse processo de classificação e valorização ocorrida nas sociedades periféricas, onde ao pobre a garantia de direitos não é concebida, é a base do argumento de Souza sobre as práticas cotidianas bem-sucedidas de invisibilizar a pobreza e a desigualdade no Brasil. O respeito social, discutido por Taylor, não seria compartilhado universalmente nessas sociedades porque não existiria base para se estabelecer um acordo implícito que conseguisse perceber todos da sociedade como membros de uma mesma categoria fundamental. No Brasil, e em outras sociedades modernas de periferia, existiria então aqueles considerados humanos e os considerados sub-humanos. Só assim seria possível entender como e por que sociedades como a brasileira, conseguiriam suportar realidades tão dramaticamente desiguais. Para os ‘humanos/cidadãos’ dar-se-ia a opção da vida em sociedade com direitos e deveres, mas para aqueles que desempenham atividades braçais, musculares, do uso extremo da força física, os ‘sub-humanos/sub-cidadãos’, restaria a invisibilidade.

Considerando essa discussão, ao falar da diferença que existiria entre países periféricos e centrais, citação destacada acima, parece que Souza dá um peso exagerado ao poder de reprodução do que ele definiu como ‘*habitus primário*’ ao falar dos países centrais. O compartilhamento do *habitus primário* nas classes médias de sociedades civilizadas de grandes centros seria o principal elemento de distinção que marcaria o abismo entre sociedades periféricas, como a brasileira, e sociedades modernas do centro, como a francesa ou a alemã, por exemplo. Não há dúvidas, e a história releva inúmeros exemplos a esse respeito, que países desenvolvidos estão a anos-luz de distância de nós na garantia de direitos civis e políticos, e na efetivação, mesmo que agora sob ameaça, do que se convencionou chamar de direitos sociais sob um estado provedor de bem-estar social. No entanto, parece equivocado acreditar que pessoas de países centrais teriam internalizado de tal forma direitos mínimos humanitários que eles não estariam sujeitos a ‘retroceder’ nesses assuntos.

Não é de hoje que no Brasil discute-se de forma acalorada a adequação/inadequação do uso da nomenclatura, amplamente adotada nos países centrais, sobre estado de bem estar social

(*welfare state*) para caracterizar as variações históricas do nossos arranjos institucionais voltados a lidar com problemas sociais. Existem autores e correntes que vão enfatizar a alternância de períodos da nossa história em que o Estado expandiu e retraiu as suas capacidades institucionais de provisão de bem estar, enquanto outros vão enfatizar que no Brasil a promoção de bem estar social nunca foi seriamente abraçada como um causa, nem pelo Estado, nem pela sociedade e que, por isso mesmo, nunca tivemos nada que se aproximasse do que se convencionou chamar de estado de bem estar social²⁹. Sem entrar em discussões aprofundadas sobre esse debate, o que gostaria de levantar aqui é que o que Souza insere no debate, e que destaca como o principal marco divisor de águas entre países como a França (com características modernas do centro) e países como o Brasil (com características de modernidade periférica), seria o valor moral compartilhado entre os indivíduos e grupos que formam essas sociedades. Ao destacar o *habitus primário* como principal elemento para se entender os motivos que levam leis a serem respeitadas em países como a França e não no Brasil, por exemplo³⁰, ou ainda os motivos que levam países como o Brasil a serem tão permissivos com suas tragédias humanitárias cotidianas causadas pela pobreza e pela desigualdade social, Souza aponta que, ao contrário de países como França e Alemanha, nós não teríamos o respeito social impresso no imaginário coletivo de nosso povo. Souza diz que países centrais desenvolvidos construíram e compartilham valores humanitários básicos, universais e transclassistas, e isso é o que garante, nessas sociedades, a consolidação dos ideais e direitos igualitários para todo e qualquer indivíduo em seu território. Mesmo não aprofundando, como já mencionado acima, as óbvias evidências da existência de maior estabilidade e garantias políticas, sociais e civis em países centrais, não se pode deixar de levar em consideração que a construção e perpetuação

²⁹ É interessante notar que, se tomarmos como referência a corrente analítica dos estudos comparativos internacionais sobre *welfare state*, que ganhou fôlego a partir de meados dos anos 1990 fortemente lastreada em pesquisas empíricas, e que passou a questionar cada vez mais a validade normativa de modelos institucionais usados como padrão avaliativo, os termos do debate sobre a existência ou inexistência de um estado de bem estar social no Brasil perdem peso à medida em que pesquisadores passam a adotar a expressão *regimes de bem estar* para dar conta da grande variação histórica dos arranjos institucionais que a partir de combinações muito diferentes definem pesos e papéis distintos a domínios institucionais como o Estado, a família e o mercado na provisão de proteção social. Nesse campo, muitos concordam em apontar os estudos pioneiros do sociólogo dinamarquês Gosta Esping-Andersen como marcos no desenvolvimento das análises internacionais comparadas. Sua obra *The three worlds of welfare capitalism*, publicada em 1990, é considerada um clássico e uma referência que modificou alguns dos eixos centrais dos debates sobre *welfare state*.

³⁰ O autor irá dizer da probabilidade quase que total de uma pessoa de classe média atropelar um pobre na Alemanha e ser julgada e condenada, enquanto no Brasil o mesmo não aconteceria porque existiria a noção compartilhada de não reconhecimento do outro (pobre) como alguém detentor de direitos. Ele destaca que é como se houvesse um ‘fio condutor’ conectando subjetivamente aqueles inseridos no sistema social e econômico como policial, juiz, jornalista, etc. Eles compartilhariam subjetivamente e de maneira pré-reflexiva dos mesmos códigos, enquanto o pobre atropelado faria parte de uma outra categoria que não a deles. Essa distinção marcada e perpetuada por gerações levaria esse grupo, o dos mais pobres, a não serem vistos como gente da mesma forma que os outros.

dos valores universais de igualdade e direitos humanos europeus passa por imensas transformações nos dias de hoje. Um dos exemplos mais emblemáticos que podem nos ajudar a, minimamente, questionar essa posição apresentada por Souza como tão bem consolidada e estabelecida de um certo consenso moral europeu calcado no valor humano, pode ser o das reações ao aumento massivo dos fluxos migratórios para países da Europa que vem ocorrendo desde 2015. Essa onda migratória, decorrente de conflitos armados, tensões religiosas, guerras e mudanças climáticas, tem trazido para os países centrais um desafio imenso de lidar não somente com a logística de receber milhares de pessoas em um curto espaço de tempo, mas também com o desafio de aceitação/rejeição dessas pessoas.

Se considerarmos que a noção compartilhada de direitos humanos é algo consolidado e transferido de forma quase que instantânea para todos que compartilham os valores morais humanitários dessa sociedade, a Europa rica, não seria correto dizer que deveria haver uma maior aceitação por parte da população desses países em reconhecer ao menos a necessidade de prover condições mínimas de sobrevivência humanitária para aqueles que lograram chegar em suas terras escapando de condições desumanas ou perigos inimagináveis? Não seria correto dizer que mesmo que os países não consigam arcar com os custos de manutenção de milhares de pessoas que chegam inesperadamente em seus territórios, que seria compartilhada a noção de que ao menos essas pessoas teriam que ter condições dignas de entrada, estada e saída de seus países? Se esse valor compartilhado e enraizado de reconhecimento do outro, seja ele quem for, enquanto humano, é o que marca primordialmente a diferença entre franceses e brasileiros, por exemplo, como justificar o maior campo de refugiados da França na cidade de Calais, que já foi apelidado de *'jungle'* (selva em inglês) e que em 2016 abrigava mais de 4 mil refugiados em condições extremamente precárias? As imagens do lugar, se não houvessem legendas, poderiam ser confundidas com qualquer favela tipicamente latino-americana, com ruas de barro, lama, barracos de madeira, plástico, precárias condições de saúde, altos índices de violência, e até um certo setor de serviços estabelecido, como restaurantes populares e salas de aula³¹.

Assim como a onda de imigração para os países europeus, o que dizer da corrida norte-americana, britânica, francesa e de tantos outros países para construção de barreiras e muros

³¹ Depois da cidade de Calais na França ter virado a grande porta de entrada para milhares de refugiados vindo do Oriente Médio, Ásia e África, e ter o maior campo de refugiados de toda a Europa, esse local foi desativado em 2016 após anos de funcionamento e inúmeros casos de violação de direitos humanos. Fonte: CNN, Kara Fox. "Calais 'Jungle' migrant camp: what you need to know". 22 de outubro de 2016. <https://edition.cnn.com/2016/10/21/europe/calais-jungle-migrant-camp-explainer/index.html>)

nas suas fronteiras? Pode-se argumentar com esses exemplos que essa reação de negação dos direitos humanitários, por parte de europeus, só aconteceria porque eles, os imigrantes, não fariam parte desse grupo seletivo de cidadãos europeus, e por isso a sociedade europeia de certa forma ‘conseguiria’ suportar tamanhas atrocidades humanitárias em seus territórios. Mas se essa fosse a justificativa para não ter havido uma repulsa absoluta desse tipo de tratamento aos imigrantes no acampamento de Calais, por exemplo, não estaria a sociedade francesa e brasileira compartilhando da mesma chave de classificação e hierarquização moral das pessoas onde, para alguns, caberia o título de humanos e para outros (imigrantes) o de não humanos? Será que Souza ao querer mostrar de forma tão enfática essa diferença no compartilhamento de valores humanitários como a nossa principal diferença em comparação com sociedades centrais, não se deixou levar por uma visão essencialista, idealizada, como se os franceses, nesse exemplo específico, tivessem historicamente alcançado um patamar na hierarquia de valores, onde essa consolidação dos valores universais humanitários não estivesse passível de ser ameaçada? Quando Souza afirma que “o que diferencia substancialmente esses dois tipos de sociedades é a produção social de uma ‘ralé estrutural’ nas sociedades periféricas” (SOUZA, 2006 p.48) ele aponta para a existência da subcidadania como um fenômeno eminentemente de países periféricos.

Não quero dizer com isso que não concorde com a linha argumentativa proposta por Souza de que a capacidade da sociedade brasileira de suportar tamanha desigualdade social derive de uma classificação/hierarquização das pessoas entre humanas (aquelas que compartilham dos códigos sociais de trabalhador útil) e sub-humanas (aquelas que não se inserem enquanto trabalhadores e que por isso sequer são vistas pela sociedade). O que gostaria de contrapor nesse argumento, é que sim, acredito que essa classificação moral das pessoas seja a chave de leitura para se entender a manutenção e produção de subcidadania em países periféricos, mas não só em países como o Brasil, mas também em países centrais como a França, por exemplo. O caso dos imigrantes na Europa traz à tona uma onda protecionista onde propostas de construção de fronteiras físicas, abandonadas há tanto tempo, retornam ao centro da discussão. De novo o que está em jogo parece ser, mais uma vez, quais seres humanos são desejados (aqueles que ocupam o topo na hierarquia moral de valores) e quais seres humanos são desprezados (aqueles que se encontram no final da classificação moral de valores). O suposto valor universal compartilhado entre aqueles mais ‘maduros democraticamente’ (países europeus e norte-americanos), na verdade teria atingido um ambiente de estabilidade e equilíbrio democrático e social que os levou a avanços em diversos setores ligados aos direitos fundamentais, de valorização da vida. No entanto, em momentos de crise, como a migração,

por exemplo, os governos dos países centrais, com apoio de suas populações, demonstram a fragilidade desse suposto ideal universal consolidado, ao apoiarem políticas duras de enfrentamento aos refugiados, ao apoiarem a modificação de leis endurecendo as regras para solicitação de asilo, ao apoiarem a construção de barreiras e muros e, principalmente, ao apoiarem grupos de extrema direita e ultra conservadores a ocuparem cargos políticos em seus países para que levassem adiante uma das principais bandeiras das campanhas conservadoras: a de proteger sua população dos ‘invasores indesejados’.

Desta forma, reforço que para o presente trabalho, de todos os elementos teóricos mobilizados ou introduzidos por Souza, irei priorizar os elementos contidos na construção analítica do autor acerca da noção de “subcidadania” no Brasil. O exercício de explorar a interpretação do autor a partir desse conceito me permitirá colocar os seus argumentos em perspectiva, tanto em relação às abordagens clássicas sobre a formação da sociedade brasileira (que desde o princípio de seu projeto intelectual são alvo da crítica do autor), quanto em relação a outras interpretações acerca das relações entre pobreza e cidadania, das quais a de Vera Telles e Elisa Reis são exemplos.

Os aspectos conceituais explorados nesse capítulo são fundamentais para interpretar o processo de construção simbólica acerca da pobreza, da desigualdade e dos valores sociais a elas vinculados nas formações discursivas em torno do Programa Bolsa Família. Sendo assim, serão apresentados a seguir os depoimentos de entrevistadas a respeito do Programa Bolsa Família e suas percepções desse benefício. Serão apresentadas suas opiniões sobre a importância das condicionalidades no programa, seu caráter justo ou injusto, além de suas percepções sobre o benefício enquanto direito ou ‘ajuda do governo’.

1.3 Bolsa Família: um benefício garantido ou uma ajuda concedida?

Perguntar sobre o que as pessoas falam sobre determinado assunto tem sido um desafio desde as minhas primeiras incursões como pesquisadora. Essa pergunta, que parece tão simples, em diversas situações demandou uma atenção maior do que a imaginada ao formular a questão. As respostas, na maioria das vezes, apareciam de forma simplificada ou, muitas vezes, até de forma monossilábica, indicando quase uma irrelevância da questão. Mas, após o quase fracasso em conseguir dados sobre a percepção das pessoas através desse tipo de pergunta no passado, pude perceber algumas sutilezas que interferiam no meu diálogo com os entrevistados, fazendo com que uma pergunta como essa parecesse boba ou irrelevante. Perguntar o que as pessoas falam sobre determinado assunto não só remete a algo distante, abstrato, em que a pessoa pode até não fazer ideia sobre o que outro está pensando, mas, e esse é o ponto que quero destacar, pode indicar também algo potencialmente errado, que não deveria ser compartilhado. Talvez pelo termo ‘falar’ ter adquirido uma conotação negativa no cotidiano, ao menos das comunidades de baixa renda em que venho pesquisando, essa pergunta, quando feita de forma isolada, descontextualizada, quase sempre necessita de uma explicação complementar para que a pessoa se sinta à vontade para responder. ‘Falar’ para muitos é sinônimo de ‘falar mal’, ‘fofocar’, e por isso, perguntar de forma tão aberta e sem construir a base de confiança entre pesquisador e pesquisado, pode levar a respostas que indicam desconforto ou simples negação, do tipo, “não sei” ou “não se fala nada”.

Perguntar o que as beneficiárias ouvem falar do Bolsa Família, ou o que as beneficiárias falam sobre o Bolsa Família levou, sem surpresas dessa vez, a muitas respostas lacônicas e até indiferentes, demonstrando o já conhecido distanciamento que essas perguntas isoladas promovem. Para outros grupos, essa pergunta gerou indignação, considerando que “as pessoas falam mal” de algo que elas consideram tão bom, ou, por outro lado, gerou ainda apreço quando as beneficiárias, por exemplo, concordaram que o “programa tem problemas” e que as pessoas ‘falam mal’ mesmo porque o PBF merece ser criticado. No entanto, mesmo insistindo nesse tipo de pergunta, que aparentemente pode trazer mais confusão do que respostas claras e objetivas, continuo achando relevante esse tipo de questão para o caso aqui tratado, porque a pergunta remete à percepção que o grupo entrevistado tem da opinião dos outros, daquelas pessoas que a princípio estão distantes e não fazem parte de seu grupo. Por outro lado, perguntar para as beneficiárias sobre o que elas pensam sobre o Bolsa Família possibilitou perceber também que o outro “eles” podem ser tanto as pessoas que falam na TV, na rádio e no jornal, como os ‘ricos’, pessoas das classes sociais mais altas. Perguntar sobre o que pensam e falam

sobre o Bolsa Família pode ser respondido levando em consideração tanto os demais beneficiários, assim como elas próprias, quanto os não beneficiários, pobres ou ‘ricos’ que possuem opinião formada sobre o programa. Todas essas possibilidades apareceram de forma espontânea nos depoimentos, enriquecendo os dados sobre a percepção que ‘elas’ têm dos ‘outros’.

Sendo assim, nessa seção, irei me deter especificamente à percepção que as beneficiárias têm da opinião dos outros sobre o PBF e à percepção que elas têm do programa e das condicionalidades atreladas a ele, deixando para o capítulo seguinte a discussão sobre a construção simbólica, compartilhada por vários grupos sociais, sobre as pessoas de baixa renda beneficiárias de programas sociais, como o Bolsa Família.

1.3.1 Dúvidas, Inseguranças e Incertezas

Mesmo o Programa Bolsa Família tendo sido instituído a mais de uma década, e várias entrevistadas serem beneficiárias a bastante tempo, isso não significou dizer que elas conhecessem e dominassem o funcionamento do PBF. As regras básicas que indicam a necessidade de frequência escolar para crianças e adolescentes em idade escolar e as condicionalidades da saúde referentes a pesagem e vacinação todas conhecem, do contrário não estariam aptas a manterem seus benefícios. No entanto, o desconhecimento a respeito de ‘como as coisas funcionam’ traz insegurança mesmo para quem é beneficiária há anos e nunca teve seu benefício bloqueado uma vez sequer. Ou seja, mesmo tendo sempre cumprido com sua parte e se mantendo beneficiária por todos esses anos, isso não garante a elas a certeza de que seu benefício não será bloqueado no mês seguinte.

É o caso de E.S., de 59 anos, beneficiária desde a criação do Bolsa Família que ao falar sobre o valor do benefício indica incertezas e inseguranças:

“Graças a Deus assim, é pouco né, mas, pelo menos [o dinheiro] do meu gás eu estou consciente que tenho, eu acho que tenho né? não sei” (E.S. 59 anos)

Mesmo nunca tendo tido nenhum tipo de atraso, bloqueio ou suspensão do benefício, o depoimento acima é um exemplo da insegurança que as beneficiárias, sem exceção, compartilham. O medo de acontecer alguma coisa que gere o bloqueio do recurso é o elemento

mais constante nos depoimentos de todas as entrevistadas quando perguntado se o programa trouxe ou traz segurança para suas famílias³².

Depois do medo de perder o benefício, o segundo assunto mais compartilhado sobre o Programa Bolsa Família diz respeito aos valores dos benefícios. Por não saberem exatamente como é realizado o cálculo dos benefícios, muitos dos depoimentos reforçam a desconfiança existente entre as beneficiárias que não sabem se os valores de seus benefícios estão calculados de forma correta.

“Esse mês eu fui tirar e diminuiu R\$ 183.00. Não sei por que. Eu estou achando que tiraram o Brasil Carinhoso e como eu não levei os documentos do meu marido eu acho que tiraram ele também. Faz um mês só que isso aconteceu” (S.O. 38 anos)

Esse é um bom exemplo da incerteza que permeia essas famílias no que diz respeito à composição dos valores de seus benefícios. No caso citado acima, por exemplo, a beneficiária não tem certeza do motivo que fez com que o valor do benefício diminuísse. Ela cogita ser o término do benefício do Programa Brasil Carinhoso³³, ou ainda, que a ausência de documentação do marido tenha levado à essa redução no benefício.

A incerteza quanto ao cálculo que compõe os valores de seus benefícios é agravada ainda mais quando as beneficiárias tomam conhecimento dos valores de outras beneficiárias, que, receberiam mais ou menos que elas mesmo “compartilhando das mesmas situações familiares que as suas”. O fato de haver bastante especulação sobre os valores dos benefícios

³² Na época em que a pesquisa foi iniciada (outubro de 2016), tinha pouco tempo que o Presidente Michel Temer havia assumido a presidência após o impeachment de Dilma Rousseff, e como uma das principais bandeiras do novo governo foi o combate à corrupção e a mudança de ‘formas antigas de gestão’, o Ministério de Desenvolvimento Social na época lançou um pacote de medidas nada novas de aumento da fiscalização do Programa Bolsa Família. Com o discurso de “passar um pente fino” no Programa, o ministro, na época Osmar Terra, nada mais fez do que diminuir o prazo dado aos municípios para realizarem suas visitas de monitoramento derivadas de cruzamento de base de dados do governo. Essa prática anunciada como nova, vinha sendo realizada desde a criação do Programa, e o aprimoramento das listas geradas por esse cruzamento de dados era realizado sempre que se inseria uma nova base de dados como fonte de informação. Com isso, de fato em novembro de 2016 milhares de benefícios foram cancelados, mas ainda se discute se esse número foi realmente maior do que em outros momentos em que essas averiguações cadastrais aconteceram, e se, e mais preocupante, se esse grande número de benefícios cancelados não foi decorrente de simplesmente uma incapacidade dos municípios de atingirem a meta de visitas domiciliares imposta pelo governo federal. A solicitação de cancelamento de um benefício que depende de averiguação presencial só pode ser feita após a realização de visita domiciliar, e como o período dado aos municípios para realizar essas visitas foi encurtado na época da chegada do novo governo, existe o receio de que o cancelamento de muitos desses benefícios tenha havido sem o preenchimento dos requisitos necessários para constatação de irregularidade cadastral. Sobre discursos e mudanças no Programa Bolsa Família no período que compreende a saída da presidente Dilma Rousseff e o mandato do vice-presidente Michel Temer, ver MEDEIROS e MACHADO, 2018. Para saber mais sobre o discurso do governo sobre as inconsistências encontradas em mais de 1 milhão de benefícios do Bolsa Família ver nota do governo de novembro de 2016 (http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_bolsa_familia/relatorios/relatorio_11012017/1478611065.html). Acessado em 20 de janeiro de 2019.

³³ Programa do governo federal que destina recurso para alunos de até 4 anos, matriculados em creches públicas ou conveniadas com o poder público, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família.

de vizinhos e familiares, e de não entenderem como o cálculo é realizado, agrava ainda mais a desconfiança, visto que elas não sabem se o valor que recebem é justo, e se o que os outros recebem também é justo. Como indica o depoimento abaixo:

“Eu acho que (as pessoas) não falam de mal, só de bom. Ainda tem gente que recebe as coisas e quando vem pouco diz ‘ah porque fulana recebe R\$400.00, fulano recebe R\$500.00 e eu só recebo tanto.” (D.S. 63 anos)

“Assim, tem gente que tem um filho e recebe quase R\$ 200.00. tem outros que só recebem R\$ 70.00, R\$ 80.00. ‘oxe, fulano recebe mais do que eu?’. Quando tem mais criança tudo bem, a gente reconhece, mas às vezes tem o mesmo tanto de criança e recebe mais, aí eu não entendo o que é isso. Tem gente que fala por causa disso.” (M.P. 42 anos)

O cálculo do benefício leva em consideração a composição familiar, como as beneficiárias sabem, mas existem variações de acordo com a idade dos filhos, se a família é considerada pobre ou extremamente pobre, se a titular está gestante, se existe recém-nascido, etc. Uma família pode ter a mesma quantidade de filhos que outra, mas se seus filhos estiverem na faixa etária entre 16 e 17 anos, por exemplo, o benefício calculado para essa família que possui adolescentes será um pouco maior, somente porque o benefício atrelado ao adolescente é ligeiramente maior do que o atrelado a crianças de até 15 anos. Da mesma maneira, pode haver casos de famílias com a mesma quantidade de indivíduos, mas quando calculada a renda *per capita* da família, essa família se enquadre no que o governo classifica como ‘extremamente pobre’ e por isso, além dos benefícios variáveis, aqueles pagos por cada filho, ela receba um valor a mais, chamado *benefício básico*.

O desconhecimento de como se dá o processo de cálculo, atrelado ao desconhecimento dos mecanismos que de fato contabilizam o cumprimento das condicionalidades da saúde e da educação, levantam suspeitas quanto à padronização desse benefício, trazendo essa sensação de incerteza e insegurança para o cotidiano dessas famílias. Esse tipo de desconfiança, compartilhada por grande parte das entrevistadas, gera também especulações baseadas em informações fictícias sobre valores pagos a famílias, que não condizem com a realidade. Por exemplo:

“Tem uma menina lá em Areia que tem 10 filhos, uma reca de menino. Ela recebe uns R\$ 2.000, sei lá, e ainda reclama do governo” (M.B 76 anos)

“Tem mãe que se aproveita desse Bolsa, pra dizer bem a verdade, né? Tem mãe que nem trabalha. Tem uma mulher que tira seiscentos e pouco de 4 pirráias” (S.L.44 anos)

A falta de conhecimento sobre o funcionamento do programa leva as pessoas a imaginarem situações que não condizem necessariamente com a realidade. Mesmo que uma pessoa receba o máximo que pode receber do programa, esse valor jamais chegaria a R\$ 2.000,00 por família. O cálculo do benefício varia de acordo com o tamanho da família e sua composição familiar, no entanto, existem limites para esse pagamento. Por exemplo, mesmo que uma família tenha 10 filhos, o número máximo de benefícios variáveis que uma família pode receber, como já mencionado no início desse capítulo, não pode ultrapassar a soma de cinco benefícios. Portanto, a crença de que quanto mais filho mais alto o benefício é verdadeira somente até determinado ponto, já que o programa estabeleceu desde o início limites na quantidade de benefícios que cada família pode receber mensalmente.

Assim como são imaginados valores de benefícios que na prática não existem, as explicações para ter conseguido o benefício, ou ainda para ter conseguido desbloquear o benefício, por exemplo, são as mais variadas possíveis. Beneficiárias elaboram de acordo com suas próprias percepções os motivos que fazem com que elas, por exemplo, consigam resolver situações ligadas ao programa que outras não conseguem. Ao perguntar, por exemplo, como foi que as beneficiárias acessaram o programa, com o intuito de saber se foi por indicação de alguma pessoa ou encaminhada por algum serviço, o caráter da sorte apareceu como um dos elementos, como indica o depoimento abaixo:

(...) eu me inscrevi assim, na sorte, né? Porque eu achava que não ia dar certo, porque eu nunca tive sorte pra essas coisas (M.S. 33 anos)

Ou ainda, quando perguntado se o benefício havia sido bloqueado ou cancelado alguma vez, foram comuns respostas como a seguinte:

“Não, até porque a minha última menina tinha um problema de refluxo, então os medicamentos dela, os alimentos, o governo não dava. Uma lata de leite dela era R\$ 70.00, então tinha que ter o auxílio do Bolsa Família pra completar o orçamento dela pra essas coisas. Aí nunca saí por conta disso.” (G.S. 33 anos)

Os dois últimos depoimentos, mesmo que se refiram a questões distintas, indicam na verdade, uma falta de compreensão dos mecanismos regulatórios que gerem o PBF. Mesmo que haja, de certa forma, um pouco de sorte para a pessoa começar a receber o benefício, já que de fato as novas inclusões vão acontecendo de acordo com o orçamento destinado ao programa, o trecho mais importante da primeira citação é quando a beneficiária diz que ‘nunca teve sorte

com essas coisas’. Essa passagem indica que ela provavelmente já tentou ter acesso a algum ou alguns benefícios no passado, e como se participasse de um jogo de azar, nunca havia sido contemplada. Da mesma maneira, a explicação dada pela beneficiária na segunda citação, sobre os motivos que levaram o benefício dela a nunca ter sido cancelado, também indica a falta de conhecimento sobre os motivos que podem levar ao cancelamento. Sem entrar nos detalhes da gestão do programa, um cancelamento só ocorre após já ter havido bloqueios e suspensão por conta de descumprimento de condicionalidades ou inconsistências cadastrais, e não porque ‘o Programa’ entendeu que o caso dela, de necessidade de compra de comida especial para a filha, justifica a manutenção do benefício.

Com isso, não quero destacar o problema da falta de conhecimento das regras de funcionamento do PBF como uma falha das beneficiárias, e sim como uma falha da gestão do programa. Com regras complexas, o que de certa forma se espera de um programa dessa magnitude, o PBF se tornou uma verdadeira caixa preta para as beneficiárias, que não conseguem compreender o funcionamento e os mecanismos que possibilitam a sua entrada e permanência no programa. A falta de esclarecimento sobre diversos aspectos ligados ao PBF faz com que a percepção e a apropriação do sentido desse benefício enquanto um direito não aconteça. Se não há o conhecimento compartilhado de quem deve receber ou de como esse benefício pode ser acessado e mantido, como lutar por ele?

1.3.2. O benefício como ajuda

Outro fator que deve ser apontado como elemento importante na argumentação sobre como o benefício do Bolsa Família não é percebido por suas beneficiárias como um direito é o caráter de ‘ajuda’ que aparece de forma recorrente em seus discursos.

“Dá uma ajuda né? Para quem faz bico, quem vive de faxina, essas coisas, é bom que dá para comprar uns negócios, uma roupa, um calçado”. (H. S. 42 anos)

“Meu sonho mesmo é arrumar um emprego de novo, pra ter o que é da gente, né? Porque com essa reca de menino, minha filha, R\$ 240.00 eu não passo o mês.” (M. S. 39 anos)

“Eles estão ajudando, lógico que é uma ajuda, mas a pobreza é muito grande e as pessoas que são beneficiárias vivem numa situação muito precária, e é muito pouco o que eles dão. Então assim, eles dão aquele dinheiro, mas não dá nem pro começo, como diz o outro. Se a pessoa for usar com comida, não dá pra quase nada.” (M.S. 33 anos)

“Com certeza, pra mim é um complemento de renda.” (C.O. 32 anos)

“É uma ajuda. Não vou dizer a você que dependo dele porque cento e pouco não dá pra tudo, mas me ajuda e muito.” (E.S. 43 anos)

Aqui a ‘ajuda’ do benefício pode ser interpretada pelo menos de duas formas. A primeira, de que o governo ‘ajudaria’ aqueles que mais precisam, ou seja, não seria um dever do Estado prover o mínimo para aqueles que necessitam e sim uma ação quase que benevolente do poder público. A segunda seria o caráter de complemento da renda que o benefício possui, indicando que o valor recebido não seria suficiente para arcar com todas as despesas de suas famílias.

O aspecto que merece destaque nessa seção é o da percepção, por parte das entrevistadas, de que o Bolsa Família seria uma *ajuda*, um *favor* por parte do governo, já que no capítulo 4 será melhor discutida a noção de *ajuda* como complemento de renda. Sendo assim, os depoimentos abaixo indicam a noção de ajuda como um favor, uma benesse governamental:

“Alguns reclamam que é pouco. Eu digo: homem, tu não trabalha! pra muitos é uma benção porque tem filho pequeno.” (M. S. 54 anos)

“Eu sou tão agradecida com o que me dão. Se eu não botei lá e eu vou e recebo, eu fico muito agradecida. Mas tem gente que só agradece as coisas se for muito.” (D.S. 63 anos)

“Minha vizinha fala que é bom, mas tem gente que fala que é pouco. Que pouco que nada, eu recebia meus R\$ 32.00 e gostei muito de receber. O povo fala do governo, mas eu não trabalhei e ainda tenho um salário.” (M.B. 76 anos)

“Dizem que é pouco, mas querendo ou não, não botaram nada né? Já é uma ajuda. Pra que falar mal daquele que está me ajudando.” (C.S. 40 anos)

Aqui um novo elemento pode auxiliar na composição do argumento de que o Bolsa Família não é visto pelas entrevistadas como um direito. Ao dizerem que não ‘botaram lá’, ou que não ‘botaram nada’, as beneficiárias se referem ao fato de não terem contribuído com o seu trabalho para garantir esse benefício. Ou seja, usando a lógica contributiva da previdência social como exemplo, vários depoimentos demonstram um certo consenso de que como esse é um benefício que não dependeu de sua contribuição direta, ele seria uma ajuda e que não caberia a elas reclamar ou sequer questionar sobre seus direitos relacionados ao programa. Ainda como parte da insegurança e incerteza sobre seus direitos, algumas beneficiárias apontam que:

“Se eles acharem que não é pra eu receber mais, eu não vou ficar com raiva não. Eu também já recebi, tem outras pessoas que precisam também.” (M.S. 61 anos)

Para algumas beneficiárias, como a citada acima, poderia parecer até moralmente condenável recorrer, caso o benefício venha a ser cancelado, porque é como se ela já tivesse

usufruído da *sorte* de ter se tornado beneficiária, e essa *sorte* deveria ser passada para outro que tanto quanto ou talvez até mais do que ela. Mas assim como essa beneficiária, que não se permite questionar o suposto direito que ela possui em receber tal benefício, outros depoimentos demonstram a indignação de algumas beneficiárias com relação a beneficiários que reclamam do programa.

“Tem muita gente mal-agradecida né? que acha que tá dando pouco.” (A.L. 51 anos)

“Eu já ouvi falar que é pouco, não dá pra isso, não dá pra aquilo, mas como eu já disse, se souber usar dá pra muita coisa. Hoje meus filhos têm lanche pra levar pro colégio, antes não tinha. Hoje eu posso ter uma panela de comida, antes eu não podia, então eu acho injusto quando as pessoas ficam falando”. (A.S. 29 anos)

“Esses traíra! Uns dizem umas coisas boas, outros dizem umas coisas ruins.” (J.F. 42 anos)

Aqui, de forma mais explícita pode-se notar que para aquelas que sentem o impacto positivo que o benefício trouxe às suas vidas, “falar mal” ou criticar o programa aparece como injusto, ingrato ou até mesmo coisa de traidor. Em seus depoimentos, grande parte da demonstração de desagrado das entrevistadas aparece em relação aos valores dos benefícios. Se por um lado os discursos reforçam que os valores são insuficientes para o sustento de suas famílias, por outro lado os discursos também apontam as supostas injustiças dos ‘outros’ receberem mais do que deveriam. No entanto, não se pode esquecer que a importância que o benefício tem para cada família é relativa, dependendo da necessidade particular de garantir o sustento da família. Para aqueles que não possuem outra fonte de renda, ou que a outra fonte de renda é muito baixa ou muito inconstante, criticar aspectos do funcionamento do programa ou sugerir mudanças pode ser ainda mais difícil, visto que a chegada do benefício pode ter o significado de uma melhora sensível na qualidade de suas vidas.

“Melhorou muito a minha vida. É muito importante pra mim. É o Bolsa Família que me tira de toda enrascada. Por exemplo, só tenho uma faxina por semana, eu pago o aluguel e fico com R\$ 100.00, aí junto com o Bolsa Família, e ele me salva. Eu misturo ele com meus R\$ 100.00 e faço a feira.” (G.S. 32 anos)

“Muito importante. O gás todo mês pelo menos está garantido.” (J. F 56 anos)

“Se não fosse o Bolsa Família, menino, pelo amor de Deus. No tempo que eu fiz eu estava precisando bastante. E preciso ainda porque às vezes a pessoa passa uma semana sem fazer a faxina e teve um tempo que eu passei sem trabalhar... e o que eu tiro, pode ser pouco, mas eu agradeço porque dá pra comprar as coisas pros meninos. Dá pra fazer minha feirinha graças a Deus, ainda sobra um dinheiro pra comprar uma roupinha pra ele, um calçadinho.” (S.L. 44 anos)

Ao perguntar sobre aspectos do Programa que na opinião das beneficiárias poderiam ser melhorados, várias demonstraram um certo desconforto em sequer pensar em alguma crítica, como se isso fosse sinônimo de ingratidão. Mesmo que quase todas tenham mencionado que uma coisa que poderia mudar seria o valor, aumentar um pouco, um grande número de entrevistadas demonstrou gratidão ao receberem esse benefício. Por outro lado, ao longo das entrevistas, pôde-se perceber que um elemento de distinção era compartilhado entre as beneficiárias entrevistadas. Ao falarem de suas vidas e elaborarem as justificativas de suas ações, o caráter da batalha cotidiana, da luta diária, surgia como elemento capaz de distinguir algumas delas, as batalhadoras, dos ‘outros’. Como os depoimentos abaixo revelam, o fato de ser beneficiária, em alguns momentos, por si só, indicou uma certa superioridade moral em comparação com os outros que, mesmo estando ‘na mesma situação’ de pobreza que elas, não se esforçariam para conseguir o benefício.

“Esse povo fica falando que vai acabar (o Bolsa Família), que esse povo não quer trabalhar... Isso aí eu escuto direto. Pessoas que não tiram porque não têm coragem de acordar cedo, de ir atrás, e por conta disso não tiram, porque se tivessem coragem tirariam igual a mim. Mas não têm coragem porque dormem demais, têm muita preguiça, aí não tiram e querem que os outros não tirem também. Aí eu acho isso injusto.” (M.S.33 anos)

“Uns recebem ingratos porque ao invés de agradecer R\$5.00, R\$10.00 que vem, que o governo está dando, não, fica reclamando da vida. Não porque não dá, porque é uma esmola... Se for esmola ou não eu vou porque eu preciso. Pode ser cinco reais eu vou atrás.” (J.S. 28 anos)

Em vários casos pôde-se perceber nos discursos que o fato de conseguir o benefício pode ser visto como um indicativo positivo, por indicar proatividade e ser sinônimo de empenho, de não acomodação, de pessoas que lutam por seus ‘direitos’. Os dois depoimentos acima retratam exatamente isso quando as entrevistadas criticam os ‘outros’ que reclamam demais ou que ‘*não iriam atrás*’ do benefício do Bolsa Família, mesmo estando em situação similar ou pior que a delas. Seja por ‘preguiça’ ou por considerar o valor baixo ao ponto de não terem interesse, o fato é que a forma com que as beneficiárias elaboram seus argumentos sobre vizinhos e familiares que estariam na mesma condição que elas, mas que não são beneficiários, é a de que essas pessoas ‘pobres não beneficiárias’, não se esforçariam o suficiente para conseguirem o benefício do Bolsa Família.

Esse foi um dado que surgiu de forma espontânea e que funciona como importante elemento para se compreender o conjunto de valores construídos pelas beneficiárias que

justificam suas ações e classificam quem elas consideram parecidos com elas ou não. Se por um lado as beneficiárias afirmaram serem vítimas de preconceitos pelo fato de serem beneficiárias do Bolsa Família, tema do próximo capítulo, por outro lado pôde-se apreender que as beneficiárias entrevistadas percebem aquelas famílias que se encontram na mesma situação de pobreza que elas, mas que não possuem o benefício, como acomodadas e desorganizadas. Para muitas delas, essa seria a razão para que essas famílias não conseguissem o benefício e por isso essas pessoas criticariam as beneficiárias do Bolsa Família por receberem o benefício.

1.3.3. Fiscalização e condicionalidades: o controle em seus discursos

Para as entrevistadas está claro de que para se ‘manter’ beneficiária a família deve cumprir com diversas regras ligadas a um comportamento disciplinado, do contrário, a pessoa pode até conseguir o benefício, mas ela não conseguiria mantê-lo. Acordar cedo, ter o controle dos filhos e ser responsável com a saúde de todos os membros da família, são todos indícios de que se a família não controlar suas ações de modo a cumprir com as condicionalidades, ela não consegue manter o benefício.

Talvez isso explique porque ao perguntar às entrevistadas o que elas gostariam que fosse modificado no PBF, tenha aparecido ‘mais fiscalização’ como uma das principais sugestões³⁴. A noção compartilhada de que existem muitas famílias que recebem, mas que não deveriam receber, é a razão principal para compreender o desejo por maior controle e maior fiscalização por parte da gestão do programa. Isso pode ser percebido nos depoimentos abaixo:

“Porque eu conheço muita gente que está precisando e tem muita gente que não precisa e fica gastando dinheiro com droga. Eu conheço muita gente que faz isso.” (S.L. 44 anos)

“Mas tem pessoas perto de mim que não precisam, nem sei se não precisam, mas tem que saber usar o dinheiro, mas tem gente que não sabe, né?” (M.S.33 anos)

“Acho que deveria ter mais rigor, entendeu? Porque muitas vezes é cortado quem necessita e quem não necessita recebe. Eles não têm essa fiscalização.” (C.O. 32 anos)

“Uma vez a moça do Bolsa veio aqui porque a gente fez um abaixo-assinado pra cortar das pessoas que não precisam.” (E.S.43 anos)

³⁴ As entrevistadas indicaram o valor do benefício como o principal elemento que elas gostariam que fosse mudado no Programa Bolsa Família. A grande maioria disse que aumentar o valor do benefício seria o principal desejo delas, estando em segundo lugar o aumento da fiscalização.

Com esses depoimentos pode-se perceber que o desejo de mais fiscalização serviria não só para fazer justiça, já que retiraria daqueles que ‘não devem receber’ para abrir mais vagas para aqueles que de fato ‘devem receber’, como também para controlar um suposto mal uso do recurso, como a compra de drogas, por exemplo. Nesse momento, parece que o desejo de maior fiscalização teria uma dupla função. A maior fiscalização garantiria não só a correção de injustiças, com a retirada de quem não ‘merece’ receber, como também, de certa forma, a legitimação de que os que permanecem no programa são de fato merecedores e dignos do benefício. Como forma de dar suporte a esse argumento, destaco os depoimentos das entrevistadas que, em sua grande maioria, concordam com a prerrogativa das condicionalidades como requisito básico para a manutenção do benefício.

1.3.3.1 As condicionalidades da educação

Para que não haja bloqueios, suspensão ou cancelamento do benefício, as famílias beneficiárias devem cumprir, de acordo com sua composição familiar, com as condicionalidades ligadas a saúde, educação e assistência social³⁵. Considerando que a condicionalidade, é o principal controle exercido pelo programa na vida dos beneficiários³⁶, foi perguntado se as beneficiárias concordavam com essa exigência para a manutenção do benefício.

Ao perguntar se as beneficiárias concordavam com a condicionalidade da educação, 39 (trinta e nove), das 53 (cinquenta e três) entrevistadas, disseram que sim. Oito entrevistadas disseram que não concordavam com essa exigência e seis disseram que concordavam parcialmente. O intuito dessa pergunta foi entender não só, de forma geral, como as

³⁵ Inicialmente, as condicionalidades PBF relacionavam-se exclusivamente a ações no campo da educação e da saúde. No entanto, com a publicação da Instrução Operacional Conjunta SNAS/SENARC MDS nº 5 de abril de 2010, a Assistência Social passou a fazer parte do conjunto de condicionalidades vinculadas ao PBF. De acordo com o documento citado acima, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. Como na época em que essa normativa foi publicada os sistemas de acompanhamento e registro de frequência do PETI e dos SCFV ainda não estavam adequados para cumprir com essa demanda, poucas pesquisas foram realizadas a respeito da inserção da condicionalidade da Assistência Social no PBF. Atualmente, com a redução drástica de investimentos na área da Assistência Social com o cancelamento inclusive de vários serviços e programas da pasta, fica ainda mais difícil saber como anda o acompanhamento da condicionalidade da Assistência Social para o PBF. Desta forma, a pesquisa que realizei, considerou informações especificamente relacionadas a Educação e Saúde.

³⁶ Existem outras formas de averiguação de informação que também podem gerar bloqueios ou suspensões, como as diversas listas com cruzamento de dados gerados mensalmente pelos órgãos de controle, que geralmente demandam visitas técnicas para averiguação de possíveis incompatibilidades ou inconsistências cadastrais, ou ainda, a exigência de realização de recadastramento a cada dois anos que todo beneficiário deve fazer sob pena de suspensão do benefício.

beneficiárias percebiam a condicionalidade do PBF, como também, de forma prática, como se dava a efetivação do cumprimento das condicionalidades, já que, para manter o benefício, toda família deve seguir o recomendado pelo programa, sob risco de perder o benefício.

A seguir, destaco alguns depoimentos favoráveis à existência da condicionalidade da educação para a manutenção do Bolsa Família:

“Se a gente exige tanto esses direitos, ah, eu exijo isso e isso do governo, o governo também tem que exigir da gente. É uma via de mão dupla, tanto vem quanto vai, mas muita gente não vê isso.” (L.S. 19 anos)

“Acho certo. Porque todo mês a pessoa quer receber, mas não quer ir na escola estudar, ir pro posto se pesar.” (E.M. 21 anos)

Justo, porque se ele cortou não é porque faltou uma vez, é porque faltou várias. (J.F.42 anos)

Acho certo porque isso já é pra incentivar a ficar no colégio né? Porque às vezes o adolescente não tem noção, mente pra mãe, e estando no Bolsa a mãe tem noção se está faltando ou não. (I.M. 23 anos)

Porque pelo menos eles estão exigindo uma coisa que vai fazer o bem. Estar na escola é fazer o bem na vida da criança e da família. Eu acho que tem algumas pessoas que, se não tivesse essa exigência, talvez o filho nem pra escola fosse. (M.A. 28 anos)

Correto. Não é pra criança ir pra escola? O certo é ir. Não vai pra escola quando está doente? Aí vai no posto, pega um atestado, leva pra diretora. Mas faltar porque quer e achar ruim porque está bloqueado? Está mais do que certo. Eu penso assim. (S.O. 38 anos)

Correto sim. Não sabe a regra? Quando é pequeno tem que levar pro posto e pesar tudo direitinho, e a criança que estuda tem que ir pra escola direitinho. Tá certo sim (J.S. 28 anos)

Uma das principais razões para as entrevistadas afirmarem que concordam com a condicionalidade da educação é o fato dessa regra estar estabelecida desde o início do PBF, ou seja, não haveria dúvidas de que ao entrar no programa a família deveria cumprir com certos requisitos. Como o primeiro depoimento ressalta, *“é uma via de mão dupla, tanto vem quanto vai”*, ou seja, não haveria novidade quanto a essa exigência, então não haveria motivos para o não cumprimento dessa regra, e, além disso, também seria de se esperar que nada acontecesse ‘de graça’, isto é, para que o governo ‘dê’ alguma coisa é necessário ‘receber’ algo em troca. Em grande parte dos discursos pode-se perceber que a impressão é a de que nada seria mais justo do que o governo exigir o retorno dos beneficiários com algo que é bom para suas famílias:

“*pelo menos eles estão exigindo uma coisa que vai fazer o bem*”. A educação enquanto um valor compartilhado, mesmo que se saiba que é muito mais difícil para uma família pobre conseguir manter seus filhos na escola pela triste realidade da inserção antecipada das crianças e adolescentes no mundo do trabalho, faz com que seus depoimentos sejam consensuais no que se refere ao valor indiscutível da educação na vida de seus filhos. No entanto, além da condicionalidade da educação ser colocada pelas entrevistadas como um requisito justo, também apareceu em vários depoimentos o fato desse requisito ser uma ferramenta boa de controlar os filhos, já que essa seria a ‘prova’ máxima de que os filhos estariam de fato indo para a escola. Para as famílias que possuem filhos mais velhos, que já vão sozinhos para a escola, por exemplo, manter o benefício sem bloqueios significa a efetivação de que seu filho está fazendo o que deve fazer. Ou seja, nesse caso, a condicionalidade seria uma ferramenta de controle utilizada pela própria família para auxiliá-la no controle da sua própria família.

Com relação aos depoimentos das beneficiárias que concordam parcialmente com o caráter punitivo do descumprimento da condicionalidade da educação, o principal argumento utilizado por elas para terem essa opinião é a possibilidade de haver injustiças no registro dessas informações:

“Assim, depende. Acho que não devia bloquear não. Era pra ter uma pessoa pra chamar os pais e saber porque está faltando, porque as vezes os pais nem sabem que o filho está faltando. Eles mandam pra escola, mas só quando vem uma carta do colégio ou do Bolsa Família dizendo que vai ser cortado, é que os pais vão saber das faltas dos filhos. Acho que primeiro tinha que comunicar, chamar pra dizer que estava faltando.”
(M.S.61 anos)

“Depende da forma, né? Se fosse como o da minha menina, que ia todo dia e bloqueasse sem saber o motivo, eu acharia injusto. Mas realmente tem menino que não quer nada com a vida, né? Aí eu acho certo porque não está cumprindo com o que a lei manda.”
(A.Q.31 anos)

Concordar com a condicionalidade significa concordar com os efeitos do bloqueio, suspensão e cancelamento que a condicionalidade acarreta nos casos de descumprimento. Desta forma, tanto para as pessoas que disseram concordar parcialmente, como para as pessoas que disseram não concordar com as condicionalidades, a justificativa encontrada nos seus depoimentos variava entre saber da necessidade de cumprir com os requisitos impostos pelo programa e não conseguir dar conta deles, ou achar injusto caso aconteçam sanções de forma equivocada. Esse é o caso do segundo depoimento, por exemplo, que expressa ser favorável ao

bloqueio desde que se tenha certeza que, de fato, tenha havido descumprimento da condicionalidade.

Para aquelas que discordam da obrigatoriedade da condicionalidade, os motivos variam, desde sentir pena daquelas que têm o recurso bloqueado, até o fato de questionarem a insensibilidade do programa ao não ‘perceber’ que as faltas escolares, nesse caso, não acontecem por desejo das mães, e sim pela impossibilidade muitas vezes de cumprir com suas tarefas. Como mostram os depoimentos abaixo, as entrevistadas que dizem não concordar com a condicionalidade da educação justificam seus posicionamentos dizendo:

“Não (concordo) porque a mãe não vai resolver sempre. Porque a pessoa anda muito e tem vezes que não desbloqueia mais não. É muito difícil.” (M.S. 43 anos)

“Não acho justo não. Acho que era pra eles darem um tempo pra mãe resolver e a criança voltar pra escola e não cortar assim do nada sem a pessoa saber” (R.S. 24 anos)

“Não porque tem muita gente passando necessidade. Eu fico com pena. Tem gente que depende só do Bolsa família. Tem gente né, eu não!” (R.B. 44 anos)

“Não acho justo, mas também é o controle, né? Todo mundo paga o preço pelo problema.” (M.A. 47 anos)

“Acho que não porque às vezes tem que ter um porquê. No meu caso, o meu menino passou um bom tempo sem ir pro colégio porque eu tive que ter o bebê e demorou um pouco mais. Se fosse o caso de ser cancelado, seria injustamente porque eu não podia levar.” (A.S. 29 anos)

As justificativas para não concordarem com a condicionalidade da educação variam entre não acharem justo punirem aqueles que necessitam do benefício, acharem que muitos pagam pelos erros de poucos, acharem injusto suspenderem o pagamento sem que se saibam os motivos que levaram à baixa frequência escolar, ou porque o programa deveria considerar as situações que levam famílias a descumprirem condicionalidades caso a caso, como foi o caso da mãe que deu à luz a um novo filho e não tinha como levar o filho mais velho para a escola. Mesmo tendo sido pouca a quantidade de beneficiárias que discordaram da exigência da condicionalidade da educação no PBF, é interessante ressaltar esses depoimentos porque eles indicam, mesmo que ainda timidamente, alguns dos motivos que podem levar o beneficiário a descumprir com as condicionalidades da educação.

Vale a pena ressaltar nesse caso que, o mecanismo do controle que as condicionalidades oferecem para a gestão pública sempre foi uma das principais ferramentas utilizadas pelo poder

público. No entanto, é sabido também que as famílias que acabam sofrendo algum tipo de sanção (bloqueio, suspensão ou cancelamento) são, em sua maioria, aquelas famílias que se encontram em situações de ainda maior vulnerabilidade social. Pensando nisso, o Ministério de Desenvolvimento Social publicou uma resolução, em 2009 (Resolução nº7, de 10 de setembro de 2009), que concedia maior flexibilidade aos gestores locais para suspender os efeitos das sanções quando achassem necessário. Essa resolução tinha como objetivo alcançar exatamente o público beneficiário em situação de descumprimento de condicionalidade que deveria ser acompanhado pela equipe da Assistência Social, com o intuito de superar as dificuldades que provavelmente teriam levado as famílias a não conseguirem cumprir com as condicionalidades do PBF. Famílias que estivessem nessa condição, em situação de descumprimento, mas acompanhadas pelo PBF, não teriam seus benefícios bloqueados enquanto estivessem sendo acompanhadas pela equipe de profissionais do programa no município. Ou seja, a gestão local teria o poder de suspender os efeitos do bloqueio enquanto durasse o acompanhamento³⁷.

Com isso quero dizer que, se por um lado existe, ou ao menos deveria existir, uma preocupação com as famílias que descumprem as condicionalidades por se saber que as famílias que se encontram nessa situação em grande parte se encontram nas condições mais precárias de sobrevivência, por outro lado, os discursos proferidos pelas beneficiárias, sobre as pessoas que descumprem as condicionalidades não vislumbram essas situações.

Para grande parte das entrevistadas, como já indicado acima, cumprir as condicionalidades da educação é uma questão quase exclusivamente de ‘valor moral’. Para aquelas que seguem as regras, não haveria surpresas, mas para aquelas que não seguem as regras, o programa faria o que já se espera dele. Como forma de melhor visualizar a percepção acerca dos motivos que levaram os benefícios de algumas beneficiárias a serem bloqueados, destaco abaixo alguns de seus depoimentos. Os discursos refletem a opinião daquelas que já tiveram seus recursos bloqueados uma única vez ou diversas vezes, e têm o objetivo de facilitar a compreensão de quais seriam as principais dificuldades que podem levar famílias que já se encontram em situações precárias de sobrevivência a situações de ainda maior vulnerabilidade.

Ao perguntar se as beneficiárias já tiveram seus benefícios bloqueados, suspensos ou cancelados 31 beneficiárias responderam que sim. Os motivos variaram entre, cadastro

³⁷ Para maiores informações sobre o assunto ver MACHADO, Níve F.; MEDEIROS, Rogério de S. “Condicionalidades e Monitoramento: Desafios à gestão do Programa Bolsa Família em municípios paraibanos”. In. QUIROGA, Junia. et. al. (orgs.) *Avaliação de Políticas Públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome*. Vol. 2. ‘Transferência de Renda’. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Brasília, DF, 2014. Disponível: https://issuu.com/sagi_mds/docs/2_transferencia_de_renda.

desatualizado, descumprimento de condicionalidades, aumento da renda familiar e erro da gestão do programa.

“Quando minha filha ficou doente ficou duas semanas internada. Eu devia ter pedido o atestado, mas aperreada com a menina não fiz isso e aí bloqueou. Foi a única vez.” (S.L. 44 anos)

“Meu filho de 17 anos estudava e desistiu. Ele trabalhava entregando água e gás e chegava em casa cansado, aí bloqueou. Passou 4 meses depois liberou.” (M.A. 47 anos)

“Porque tinha um menino na escola que queria pegar ela (filha), pegou ela uma vez no banheiro. Aí ela desistiu. Ele era bandido daqui. Aí fui pra Piancó e matriculei ela lá. Lá tinha um menino que queria dar nela, falando coisa pela internet e tudo. Aí ela desistiu e não foi mais não. Ela estudava no Alice Carneiro.” (M.R. 37 anos)

“Vieram cortar agora. Trabalhei quase 4 anos no hospital e não cortaram. Eu ganhava 90.00 e pagava luz e água, o condomínio já era com o meu dinheiro. Aí veio que eu tinha que me cadastrar e quando eu cheguei lá a mulher disse que ia ser cortado porque tinha um ano e nove meses de carteira assinada.” (T.C. 52 anos)

“A escola não estava emitindo a frequência, aí fui lá e falei com o Assistente Social. Aí falei para o rapaz qual era a situação aí ele falou, passa aqui depois do dia 23.” (H.S.42 anos)

“Eles avisaram que o peso da gente não estava sendo enviado pra eles. Aí eu fui atrás do agente de saúde lá (posto), porque aqui até agora não apareceu nenhum agente de saúde.” (C.O. 32 anos)

“Frequência do colégio que a professora não colocou e quem sofreu fui eu. Às vezes eles faltam muito, os professores, por exemplo, são 5 professores, aí um falta, já dá problema.” (M.S. 36 anos)

“Não sei por que. Fui lá e disseram que no próximo mês eu ia receber. Ela disse que estava tudo ok. Só foi essa vez.” (C.A. 33 anos)

Os depoimentos acima reúnem os principais motivos que levaram as entrevistadas a terem seus benefícios bloqueados. A maioria dos bloqueios parece estar relacionados à condicionalidade da educação, mas isso é de se esperar já que, de maneira geral, existem mais famílias vinculadas à condicionalidade da educação, devido à faixa etária das crianças que abrange de 6 a 17 anos, do que famílias vinculadas a condicionalidade da saúde, responsável por acompanhar crianças do nascimento até os seis anos de idade. No entanto, é curioso perceber que os motivos que levaram as beneficiárias a descumprirem a condicionalidade da educação variam um pouco. Os motivos podem ser relacionados ao nascimento de um outro

filho, ou ao adoecimento de algum ou até mesmo a simples chegada na adolescência. O motivo pode estar relacionado ao *Bullying* sofrido na escola ou até mesmo a simples falha do sistema em não registrar a frequência corretamente.

1.3.3.2. As condicionalidades da saúde

Com relação à condicionalidade da saúde, que se refere basicamente a manter o cartão de vacinação das crianças em dia e acompanhar o peso de crianças, gestantes, nutrizes e idosos (aqueles beneficiários portadores do cartão), a maioria das entrevistadas indicou concordar com essa exigência do programa. Em comparação com o número de entrevistadas que concordaram com a condicionalidade da educação, houve um leve acréscimo de depoimentos críticos a essa exigência. A explicação para se ter um pouco mais de opiniões críticas à condicionalidade da saúde se deve ao fato de as beneficiárias acharem que o serviço prestado pela saúde não funciona direito, causando falhas e injustiças que prejudicam as beneficiárias. Para aquelas que acreditam ser justa a condicionalidade da saúde, seus argumentos são:

“Acho justo. Não sabe tudo o que tem que fazer? Não é a saúde do filho? É uma, duas ou três vacinas só. Tem que pensar na saúde do filho. Esse Bolsa Família vem pra uns se ligar nos filhos, prestar mais atenção nos filhos. Porque tem uns que deixam os filhos largados.” (M.R. 37 anos)

“Não acho errado não porque tem gente que nem liga de levar o filho pra pesar, tomar vacina. Acho que aí é um incentivo pra aquela mãe comparecer.” (M.S. 61 anos)

“Acho justo porque toda ação tem uma reação né?” (G.S. 33 anos)

“As vacinas tem que estar em dia. Isso é uma responsabilidade da mãe da criança, né?” (J.J. 27 anos)

“A mãe tem que levar um castiguinho, né?” (D.S.39 anos)

“Eu acho justo porque eles dizem o que tem que fazer. Então, não está fazendo porque não quer, porque tem que ver o peso, vacinar a criança, tudo isso vem no papel do Bolsa Família. Então se você não faz é porque você não quer receber.” (M.R.37 anos)

“É um alerta, né? Eu sou muito descuidada, sabe? (risadas). Eu recebi uma cartinha quando fui dar o reforço da minha filha de 4 anos. “se você não regularizar o cartão de vacina vai ser bloqueado”. Aí você tem que correr e fazer direitinho. Esse ano aconteceu isso, aí você vai lá e regulariza. Eu acho justo por essa parte.” (M.A. 47 anos)

“Acho, porque é uma forma de... como se diz bem no popular: é um puxavante de orelha. Porque você já está recebendo uma coisa que é gratuita, né? Aí você também não se interessa de retribuir aquilo. Você também não quer nada, só quer receber?” (M.A. 26 anos)

Assim, como já mencionado anteriormente, as principais razões destacadas pelas beneficiárias dizem respeito ao fato desse ‘contrato social’ entre governo e indivíduo que pressupõe deveres dos dois lados. Se o governo ‘dá’ algo, é esperado que ele ‘peça’ algo em troca. O interessante aqui é entender como algumas beneficiárias percebem esse controle como uma ‘outra ajuda’, onde o governo auxilia, de certa forma, elas mesmas a estruturarem suas vidas cotidianas. É como se o risco do bloqueio do benefício as ajudasse a seguir as regras, mesmo que essas regras, vacinar e pesar, por exemplo, não sejam ‘regras novas’, já que essa prática não surgiu com a implementação do Programa Bolsa Família. A percepção de que os requisitos para a manutenção do benefício são claros e conhecidos de longa data pelos beneficiários, faz com que o depoimento de grande parte seja coeso no sentido de perceber aquelas que não cumprem com as condicionalidades como desleixadas, irresponsáveis, erradas antes de tudo. Desse modo, é como se a transparência e a clareza das regras a serem seguidas fossem suficientes para atestar a sua justiça.

Outro fato interessante, que merece destaque é uma certa distinção entre a concordância e a consequente legitimidade da condicionalidade da educação quando comparada com a condicionalidade da saúde. Aqui me detenho às percepções das entrevistadas, e não quero com isso dizer que uma se sobrepõe à outra, mas por terem naturezas distintas de funcionamento, com dinâmicas e procedimentos distintos, isso sem dúvida causa impactos distintos também nas percepções das beneficiárias sobre os dois tipos de condicionalidade (educação e saúde). Enquanto a frequência escolar é calculada e enviada a cada três meses para a gestão do PBF, os dados relativos à pesagem e ao cartão de vacinação dependem das visitas de agentes comunitários de saúde nos domicílios dos usuários, além da visita dos beneficiários aos postos de saúde. Outra diferença marcante é que os dados relacionados à saúde são encaminhados para o Programa Bolsa Família a cada seis meses, e não a cada três meses, como acontece com a frequência escolar. A relação que se estabelece entre a família e a escola parece mais estreita do que a relação estabelecida entre família e agente de saúde, quando esta existe, ou funcionários do posto de saúde.

Essas podem ser algumas das razões para entendermos porque o número de beneficiárias que discordam da condicionalidade da saúde tenha sido ligeiramente mais alto do que o número de beneficiárias que discordam da condicionalidade da educação. Isso também pode ser um

indicador interessante para entender os motivos que levaram beneficiárias a concordarem com os efeitos do bloqueio caso haja descumprimento da condicionalidade da educação, mas, ao mesmo tempo, discordarem desse mecanismo de controle quando o descumprimento é relacionado à condicionalidade da saúde. Como pode ser percebido abaixo:

“Aí não, porque às vezes a mãe não vai porque não está sabendo, porque a agente de saúde não foi na casa. Passa 4 meses, 6 meses sem aparecer!” (J.F.42 anos)

“Da saúde eu não acho não, porque é como eu disse, às vezes o médico falta, está fechado (posto) e se bloquear é mais difícil de desbloquear.” (S.L. 44 anos)

“Eu acho um pouco complicado porque é aquela coisa, nem todo mundo tem culpa. A gente não tem culpa se o funcionário público não quer trabalhar, se ele se acomoda. Tem muitos agentes de saúde que são acomodados.” (C.O. 32 anos)

“Não! Porque falta vacina.” (L.M. 54 anos)

“Isso é bom porque cuida dos filhos, mas pra quem trabalha é complicado. A gente não fica sentado e levando os filhos pra todo canto não. A gente tem que correr atrás de uma faxina, fazer uma lavagem de roupa, aí passa o tempo e não pesou o filho. A gente é cortado por conta disso? Não pode. Tem que dar uma chance pelo menos.” (G.S. 32 anos)

Como os depoimentos indicam, é como se o serviço prestado pela saúde deixasse maiores brechas e, conseqüentemente, levasse à população que mais precisa dele desamparada. Nesse caso, faltar vacina, não ter a visita do agente de saúde, ou não ter regularidade no funcionamento do posto de saúde, tudo isso deixaria as famílias de beneficiários do PBF não só desassistidos dos cuidados de saúde, como também os prejudicaria ao gerarem bloqueios no benefício por terem ‘falhado’ com o cumprimento da condicionalidade. Esse é um ponto que merece destaque, especialmente pela importância desse dado para o campo de estudos sobre implementação de políticas sociais. O que encontrei nos dados da pesquisa acerca da diferença entre as percepções das beneficiárias sobre as condicionalidades da educação de um lado, e as condicionalidades da saúde, de outro, me permitem argumentar que a própria forma como os serviços de saúde são prestados, de maneira institucionalmente mais difusa - envolvendo diferentes estruturas administrativas, diferentes profissionais, diferentes calendários, etc. -, com uma frequência significativamente menor e com procedimentos de registro de prestação dos serviços bem mais complexos, levam a uma dificuldade significativamente maior de estabelecer relações de proximidade e confiança entre o público usuário e os profissionais prestadores dos serviços. Todos esses elementos trazem conseqüências negativas tanto para a legitimidade da

política de saúde como um todo, quanto para as condições da população atendida em cumprir as condicionalidades que lhes garantem a manutenção do benefício do PBF. Dessa forma, enquanto a clareza e a simplicidade das regras das condicionalidades da educação, aliadas à proximidade cotidiana com os profissionais da escola, garantem, de um modo geral, a percepção do requisito como uma regra justa, a complexidade dos procedimentos, a variedade de serviços prestados (vacinação, pesagem, acompanhamento pré-natal, etc.) por diferentes órgãos públicos e diferentes profissionais resultam numa percepção das condicionalidades da saúde como confusas e potencialmente injustas. Esses elementos são observados nas falas apresentadas acima e reforçados nos dois outros depoimentos indicados a seguir:

“Também, né mulher, tem vezes que bloqueia com as pessoas fazendo tudo certinho. Eu já vi casos assim.” (E.V. 35 anos)

“Aí depende, porque a saúde é meio diferente, principalmente no PSF. No PSF a criança está no peso, mas é um sacrifício danado. Às vezes o agente de saúde falta, a pessoa está de licença, o outro não quer pesar porque não é da área dele, aí começam aquelas brigas: ‘ah, eu não vou pesar não, porque é da área de fulano’.” (H.S. 42 anos)

Por mais que as reclamações dos serviços de saúde tenham sido mais frequentes que as reclamações dos serviços das escolas, de uma maneira geral, a percepção de que o descumprimento de condicionalidade pode ocorrer devido a algum erro ou por causa de alguma fragilidade temporária que a família venha a passar (doenças, nascimentos, mortes, separações) só aparece nos discursos daquelas beneficiárias que já tiveram seus recursos bloqueados alguma vez. Isso não quer dizer que todas que já tiveram algum tipo de suspensão do recurso considerem a possibilidade de não ser ‘culpa da mãe’ sempre que houver um bloqueio. No entanto, quase todas que disseram ser contrárias às condicionalidades da educação ou saúde já tiveram seus benefícios bloqueados no mínimo uma vez. Ou seja, a percepção de que o descumprimento de condicionalidade pode acontecer devido a alguma fragilidade familiar situacional, e não por irresponsabilidade da mãe, só aparece nos discursos daquelas que já passaram por alguma situação dessas em suas próprias vidas.

Por fim, saliento que são diversos os motivos que podem ser considerados para indicar que o PBF não é percebido pelas entrevistadas como um direito que elas detêm. A falta de compreensão sobre a base de cálculo de seu benefício, a falta de compreensão dos reais motivos que levam seus benefícios a serem bloqueados, a ‘sorte’ como elemento explicativo para acessar o benefício, a percepção de que o governo está ‘ajudando’, e não cumprindo com um dever do Estado, o desconforto em criticar o programa porque ele é uma benesse, já que elas não

contribuíram com o esforço do trabalho delas para conquistar esse direito, dentre outros motivos, nos levam à conclusão que o PBF não conseguiu estabelecer uma base de garantias que permita levar aos seus beneficiários a sensação de que esse programa seja um direito daqueles aptos a recebê-lo.

O objetivo desse capítulo foi trazer à tona a discussão levantada por Vera Telles, Elisa Reis e Jessé Souza sobre a falta de garantia de direitos aos pobres brasileiros, e, partindo dessa perspectiva, perceber como as beneficiárias do PBF percebem seus papéis enquanto beneficiárias de um programa de transferência de renda. Nesse sentido, os três autores se debruçam sobre os conceitos de pobreza e cidadania como forma de analisar a desigualdade no Brasil, e os depoimentos trazidos nesse capítulo corroboram essa situação. Enquanto Telles ressalta a incivilidade da pobreza como forma de chamar a atenção para a ausência de uma gramática de direitos na vivência, no cotidiano e na subjetividade da população pobre, Reis destaca a desconexão e falta de compromisso das elites em priorizar a pobreza enquanto um problema a ser de fato resolvido. Dito isso, me apoio em Vera Telles para argumentar que mesmo tendo sempre estado presente no cenário público e nos discursos políticos, a pobreza nunca foi combatida no terreno da cidadania, e isso é confirmado ao revisitarmos a nossa história e relembrarmos uma tradição tutelar, em que direitos tão constantemente assumem o sentido de concessão ou de proteção benevolente. A frequência e a naturalidade com que as mulheres beneficiárias do PBF se referem ao benefício como “uma ajuda”, uma dádiva, sobre a qual não caberia qualquer crítica ou reclamação, apenas gratidão, é uma evidência forte de como a linguagem impessoal e racional do direito é estranha e distante do cotidiano da população pobre do Brasil.

Souza, por sua vez, trata de subcidadania como um dos principais resultados da nossa desigualdade histórica. Enquanto Telles e Reis falam que a pobreza é vista pela sociedade e pelo poder público como se fosse uma patologia, externa, como se não fosse de responsabilidade de todos, Souza traça um caminho histórico para mostrar que a invisibilidade da pobreza e da desigualdade no país é fruto de políticas de Estado e de ações compartilhadas de grupos sociais para produzir, manter e perpetuar os fossos sociais existentes entre os pobres e as demais classes sociais em países periféricos.

Com isso concluo que mesmo que o PBF seja indiscutivelmente um programa essencial para auxiliar no enfrentamento à pobreza no Brasil, e que ele tenha trazido melhoras significativas para todos que participam dele, ele não conseguiu ser percebido pelos seus beneficiários como um direito adquirido. No entanto, não enxergar o benefício desse programa social como um direito não é uma prerrogativa exclusiva do grupo de beneficiários. A

compreensão de que programas de transferência de renda são de fato parte da responsabilidade do Estado em garantir condições mínimas de vida a seus cidadãos não está consolidada e permanece em constante disputa. Em um jogo de reforço mútuo, de um lado beneficiários não se sentem merecedores desse benefício como um direito porque não ‘trabalharam’ por ele, de outro lado a sociedade julga moralmente esses beneficiários como ‘não merecedores’ também por entenderem que eles não trabalharam ou não se esforçaram o suficiente para merecê-lo. Essa relação entre julgamento moral e classe será melhor debatida no capítulo seguinte, onde serão apresentadas as discussões sobre a construção da imagem do pobre como acomodado e o vínculo dessa imagem ao ‘pobre não merecedor beneficiário de programas sociais’. Com base nisso, serão apresentadas as percepções que as beneficiárias do PBF têm de suas condições e o impacto que essa imagem negativa exerce em suas vidas.

Capítulo 2

Moralidade e classe: o peso de ser beneficiário

Ah, eu acho que eles vêm as pessoas como menores que eles, que não são iguais a eles. Realmente, eu acho que preconceito existe mesmo porque se você for em um lugar e a pessoa vê você com o cartão do Bolsa Família, elas olham pra você de outro jeito, né, com superioridade, porque é melhor do que a pessoa. Então há preconceito sim sobre isso. Mas a minha pessoa mesmo nunca sofreu preconceito com isso, até porque eu não fico na frente de ninguém mostrando nada que é meu. (M.S. 33 anos)

Esse capítulo irá discutir a constante batalha travada pelas beneficiárias do Programa Bolsa Família na construção de um sentido de superioridade moral/dignidade em contextos fortemente marcados por desigualdades e privações materiais. Ou seja, busco abordar o tema da pobreza sob o ponto de vista da construção de distinções baseadas em valores morais, tendo como norteador desse debate o conceito de fronteiras simbólicas trabalhado por Michèle Lamont (LAMONT, 2000; 2002) e nas contribuições de Andrew Sayer acerca da relação entre classe e moralidade (SAYER, 2005a; 2005b).

No campo da Sociologia da Moral, busco aporte conceitual nos trabalhos de Michèle Lamont sobre as relações entre as dimensões material e simbólica das relações de classe (LAMONT, 2000), assim como na ênfase dada pela autora ao conceito de ‘fronteiras’ (simbólicas, econômicas, morais, étnicas, entre outras), como ferramenta para a construção de uma perspectiva analítica de caráter relacional acerca dos processos de reprodução das relações de classe.

Baseada em ampla pesquisa comparativa realizada com trabalhadores franceses e norte-americanos, em *The Dignity of Working Men: Morality and the boundaries of race, class, and immigration*, Lamont nos apresenta um estudo centrado fundamentalmente nos processos através dos quais esses trabalhadores criam ‘valor próprio’ (*self-worth*). No desenvolvimento de sua análise, a autora explora os sentidos e os papéis da classe, da raça e da moralidade na construção de fronteiras simbólicas construídas pelos atores sociais para se diferenciarem de outros.

O objetivo principal do livro, argumenta a autora, foi definir concretamente o processo de formação dos sentimentos de pertencimento de grupos ao usarem termos como 'nós' e 'eles'. Ao investigar como seus entrevistados constroem classificações hierarquizadas, que distinguem

grupos e pessoas em termos de maior ou menor valor, a autora buscou compreender os critérios classificatórios utilizados pelo grupo estudado com base nos conceitos relacionados a valores morais. Com mais de 150 entrevistas realizadas com indivíduos da classe trabalhadora nos Estados Unidos e na França, a pesquisa buscou identificar esquemas classificatórios utilizados pelos entrevistados na construção de modelos de comportamento e de atitude valorizados, almejados ou simplesmente admirados por esses grupos. Ao apresentar questões do tipo: “descreva seus amigos e inimigos”, “quais são seus modelos de inspiração”, “qual o tipo de pessoa que você gosta e qual o tipo que você não gosta”, ou ainda “quem você considera superior(es) e inferior(es) a você(s)”, Lamont apresenta uma análise detalhada sobre os valores morais e as fronteiras simbólicas que marcam as diferenças e as hierarquias estabelecidas entre grupos sociais nas sociedades estudadas. Os resultados dessa pesquisa trazem, a partir de um modelo analítico inovador e cuidadosamente desenhado, a construção de divisões hierarquizadas na perspectiva da classe trabalhadora de ambos os países, com definições e justificativas baseadas nos valores morais que fizeram parte da construção das identidades desses grupos.

A perspectiva analítica construída por Lamont nesse estudo avança no sentido de revelar que a hierarquização social construída por grupos se dá não apenas com base no acesso (ou na dificuldade de acesso) desses grupos a recursos materiais, simbólicos, culturais, mas também com base na construção de códigos morais que dão sentido às suas vidas. Fazendo o caminho inverso, a autora busca perceber como os seus entrevistados elaboram sentimentos de pertencimento, valor próprio e dignidade, a partir do que eles mesmos valorizam como certo, justo, moralmente aceitável e digno. Longe de desconsiderar o conhecimento sociológico acumulado que busca explicar os mecanismos que fazem com que determinados grupos sociais alcancem status social e que outros sejam estigmatizados, por meio de explicações baseadas no acesso ao poder e ao status socioeconômico, a autora propõe uma nova agenda de pesquisa em que defende a importância de se entender também as ferramentas (valores morais) utilizadas pelos grupos sociais ao buscarem dar sentido às suas vidas. Segundo a autora, compreender os códigos de valores que orientam as classificações e justificam as ações dos grupos sociais passa a ser uma tarefa central da análise sociológica, na medida em que as categorias que definem e hierarquizam indivíduos e grupos na sociedade extrapolam as explicações construídas exclusivamente com base no acesso, na posse ou na disputa por capitais econômicos, culturais e sociais. (Small, Harding, Lamont. 2011). Como afirma Lamont:

“Moralidade está geralmente no centro das palavras desses trabalhadores. Eles encontram seus valores próprios na habilidade de se autodisciplinarem e conduzirem suas vidas de forma responsável a ponto de assegurarem ordem para suas vidas e para a dos outros. Esses padrões morais funcionam como alternativa para definições econômicas de sucesso e oferece a eles um caminho para manter a dignidade e dar sentido às suas vidas em uma terra onde o 'sonho americano' está cada vez mais distante de ser alcançado³⁸.” (Lamont, p.2. 2000)

Como parte de seu argumento, Lamont afirma que os grupos tendem a criar uma comunidade imaginada formada pelo contraste entre aqueles “como nós” e aqueles que “não são como nós”. Esses valores compartilhados podem ultrapassar barreiras de classe e de raça, por exemplo, já que o compartilhamento de valores morais seria na verdade o elo de ligação entre as pessoas e grupos. Nesse sentido, Lamont acaba revelando uma perspectiva que complementa a análise de Bourdieu acerca da reprodução das relações de classe. Se Bourdieu enfatiza a dimensão material na forma como as pessoas e grupos criam distinção a partir de fronteiras simbólicas, Lamont identifica elementos morais como decisivos para a forma como as pessoas organizam e dão sentido ao mundo em que vivem. Por exemplo, ao comparar as concepções reveladas por trabalhadores norte-americanos brancos, de um lado, e afrodescendentes, de outro, a autora afirma que eles habitam mundos culturais sobrepostos, porém apartados. Isso se revela na diferença entre as formas pelas quais os dois grupos acessam e articulam status socioeconômico e concepções morais (trabalho árduo, sucesso material, sinceridade, honestidade, etc.) na construção de valor moral próprio (*moral self-worth*) e de julgamentos morais acerca de outros atores e grupos localizados acima ou abaixo na hierarquia social.

Em conjunto com os estudos recentes sobre pobreza³⁹, a perspectiva da Sociologia da Moral apresentada por Lamont oferece um repertório conceitual e teórico valioso na busca pela compreensão dos processos de construção simbólica de distinções morais por parte de pessoas que estão na condição de beneficiárias de uma política de combate à pobreza.

Outro autor que traz contribuições importantes para o debate acerca da relação entre classe e moralidade é Andrew Sayer (2005a; 2005b). Sua obra *The Moral Significance of Class* (2005a) é uma referência importante e uma contribuição valiosa para os estudos sobre classes sociais por diversos motivos, que vão desde uma abrangente e cuidadosa reconstituição do

³⁸ Traduzido do original em inglês. Ao longo da tese, todas as citações em português derivadas de obras originalmente publicadas em línguas estrangeiras (tal como constam da bibliografia) representam traduções feitas pela própria autora da tese.

³⁹ Como parte dessa literatura considero tanto os estudos empíricos recentes no campo da estratificação social (LI. et. al. 2013; SCALON, 2000), quanto as alternativas teóricas contemporâneas sobre a questão da pobreza no Brasil, das quais Jessé Souza (2000; 2003; 2009) é uma referência importante nesse estudo.

debate da filosofia moral sobre ‘redistribuição’ e ‘reconhecimento’, até o aprofundamento (com proposições provocantes e por vezes polêmicas) da discussão acerca da interação entre desigualdade de classe e outros tipos de divisões sociais, como gênero, raça, sexualidade e origem migratória. No entanto, o aspecto da obra de Sayer que interessa mais diretamente ao argumento que busco desenvolver nesse estudo é aquele em que o autor procura caracterizar, assim como Lamont, a especificidade de seu modelo analítico em diálogo e em contraste com a teoria bourdieusiana de classes. Em seu livro, Sayer dedica uma parte significativa do capítulo sobre ‘habitus’ e ‘disposições éticas’ a reconhecer a importância da abordagem bourdieusiana para a compreensão da experiência subjetiva da classe, como sintetizada teoricamente nos conceitos de *habitus* e *campo*. No entanto, é também a partir de uma crítica ao uso que Bourdieu faz do *habitus* que o autor irá delinear o seu modelo de análise que busca valorizar os aspectos morais da agência humana que, segundo ele, seriam minimizados, ou mesmo negligenciados por Bourdieu.

Sayer valoriza e compartilha com Bourdieu a importância em ressaltar a natureza prática e incorporada da experiência de classe, quando afirma “classe não é meramente um conceito sociológico ou uma localização no campo social; é algo profundamente corporificado, permeando nossa experiência e nosso senso de *self*.” (2005a, p.22). Nesse sentido, o autor defende que se pretendemos compreender como a classe é importante para as pessoas, nós precisamos considerar o quanto ela está incorporada e o quanto ela interfere em nossas atitudes, nossas crenças, nossas preferências e nossas práticas.

No entanto, ao resgatar o conceito de *habitus* em Bourdieu, Sayer procura apontar como as disposições que compõem o *habitus* são concebidas como orientações instrumentais para adequar a ação às exigências de cada posição objetiva ocupada pelos atores nos diversos campos que eles habitam. Ou seja, pelo fato de ocuparem posições específicas no mundo social os indivíduos desenvolvem as disposições que são necessárias para atuarem de forma competente nas posições que ocupam. Segundo Sayer, esse traço da teorização de Bourdieu acaba pondo uma ênfase excessiva nos aspectos de acomodação e conformidade da ação, que tenderia a reforçar a adequação entre localização social e *habitus*, deixando pouco espaço para as possibilidades de rejeição, incongruência e resistência à “suposta cumplicidade entre o *habitat* e o *habitus*.” (SAYER, 2005a. p.30).

O outro elemento da crítica de Sayer a Bourdieu que constitui um dos pilares do modelo analítico que ele propõe, e que se torna particularmente importante para essa tese, diz respeito ao lugar dos valores morais na análise da classe enquanto experiência subjetiva que tem consequências para a ação social. Segundo o autor, é necessário desenvolver uma compreensão

acerca da orientação normativa do *habitus*, enquanto “disposição ética”, uma dimensão do processo de formação das disposições que teria sido negligenciada por Bourdieu. Para concluir essa exposição dos argumentos de Sayer, e melhor caracterizar a posição do autor sobre a relação entre classe e moralidade, recorro a uma longa, porém necessária, citação:

“Se quisermos entender o significado da classe, precisamos levar a normatividade leiga, especialmente a moralidade, muito mais a sério do que a sociologia costuma fazer; sem isso, é provável que produzamos visões desinteressantes e alienadas, que não conseguem entender por que a classe é uma questão de preocupação e constrangimento para as pessoas, ou como Savage et al. colocam "um significante moral carregado" (Savage et al., 2001; ver também Lawler, 2000; Reay, 1998; Sayer, 2002; Skeggs, 1997, 2004). Sentimentos como orgulho, vergonha, inveja, ressentimento, compaixão e desprezo não são apenas formas de 'afeto', mas são julgamentos avaliativos de como as pessoas estão sendo tratadas em relação ao que valorizam, ou seja, coisas que consideram afetar seu bem-estar. São formas de razão emocional. Tais sentimentos podem variar em sua distribuição pelo campo social, mas também podem ser em parte indiferentes às divisões sociais, pois respondem e discriminam padrões, situações e comportamentos que variam parcialmente independentemente da classe e de outras divisões.” (SAYER, 2005b. p.948).

Finalmente, com essa citação é possível verificarmos vários pontos de aproximação entre a Sociologia da Moral de Lamont e o modelo analítico de Sayer para a relação entre moralidade e classe. Especificamente para o tipo de questão que me ocupa nessa tese, os dois autores me ajudam a compreender o processo de construção de valor próprio e de sentidos de dignidade como processos avaliativos, enquanto julgamentos morais, ou, nos termos de Sayer, enquanto exercício de uma “normatividade leiga”, a moralidade, que nos permite vislumbrar a significância da classe na vida das pessoas, em suas dimensões material e simbólica.

Os elementos conceituais mobilizados acima irão ajudar a compreender como as beneficiárias do PBF constroem, em contato e em contraste com outras pessoas (mais próximas ou mais distantes), sentidos de dignidade, merecimento e valor próprio, na forma de julgamentos morais dirigidos a pessoas, acontecimentos, atitudes e situações.

No entanto, antes de começarmos a ter contato com os depoimentos colhidos na pesquisa, é muito importante que eu faça considerações acerca das representações simbólicas amplamente compartilhadas na sociedade brasileira sobre essa política de transferência de renda. Ou seja, é preciso conhecer um pouco do contexto narrativo mais abrangente, onde o próprio debate público sobre o PBF revela discursos, atitudes e opiniões carregados de julgamento moral. Para tanto, irei recorrer a alguns argumentos presentes nas análises que por muito tempo se centraram numa suposta *cultura da pobreza*, e, em seguida, comentarei

brevemente estudos recentes sobre *welfare attitudes* para dar conta dos processos de construção político-cultural da (des)legitimidade de políticas de bem-estar. Em conjunto, essa caracterização mais ampla deve servir como pano de fundo para os depoimentos que serão apresentados e analisados ao longo desse capítulo.

Desde a criação do Programa Bolsa Família, um acalorado debate sobre a sua validade (política, social) e viabilidade (técnica, econômica) tem atraído grande parte do interesse de pesquisadores. Não é difícil encontrar opiniões, manchetes, slogans e charges que sintetizem algumas das críticas e concepções negativas acerca dessa política nos vários meios de comunicação, em geral carregadas de estereótipos (LINDERT, VICENSINI, 2010)

Figura 1 – Charge 1



Fonte: <https://amarildocharge.wordpress.com/2010/08/04/numero-de-dependentes/>⁴⁰

Da mesma forma, não é raro encontrar menções ao PBF em depoimentos de políticos e outras figuras públicas sempre que está em questão uma opinião acerca da condução e da relevância das políticas sociais do governo federal desde 2003⁴¹. Em setembro de 2004, por exemplo, o site oficial do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) publicou um editorial intitulado “Bolsa Esmola”⁴², no qual podia-se ler uma avaliação ácida e repleta de ironia acerca das políticas de combate à fome e à pobreza do então governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Como é possível perceber nesses fragmentos do referido editorial:

⁴⁰ Essa imagem foi encontrada a partir de uma busca rápida na internet a partir da inserção dos termos “charges sobre o Bolsa Família” na ferramenta de busca Google Images.

⁴¹ Em 2002 o governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) ganhou sua primeira eleição presidencial, que operou mudanças significativas na estruturação, no financiamento, na cobertura e na abrangência das políticas sociais no país.

⁴² Disponível no seguinte endereço: <http://www.psdb.org.br/bolsa-esmola-editorial/>. Acessado em 23/09/2015.

“O programa Fome Zero, eixo central do discurso de campanha do então candidato petista, Luiz Inácio Lula da Silva, sofre de inanição desde a sua festejada criação e atabalhoada execução. (...)O risco é que, ao fim do mandato petista, boa parte delas [famílias beneficiárias] continue à espera da esmola presidencial.” (<http://www.psdb.org.br/bolsa-esmola-editorial/>).

Além do fato de que os dois exemplos citados acima representam uma reprovação contundente a essa estratégia de combate à pobreza, é possível perceber neles – e em praticamente qualquer debate público sobre o assunto – claros elementos morais subjacentes às opiniões veiculadas. Nos dois exemplos a *dependência* (igualada a *vícios* no caso da charge) é o elemento moral central mobilizado.

Outro exemplo que serve como indício da constante batalha por legitimidade do PBF pode ser visto em campanhas eleitorais ou em disputas partidárias em que o PBF é utilizado como se fosse ‘moeda de troca’. Na época da campanha pela aprovação de mudanças nas regras da Previdência Social, liderada pelo Presidente Michel Temer, em março de 2017, foi publicado no site oficial de seu partido, o PMDB, que, caso a proposta de reforma da Previdência Social não fosse aprovada pelo Congresso, seria o fim do Programa Bolsa Família e dos programas sociais. Abaixo vê-se o cartaz:

Figura 2 – Publicidade do PMDB



No entanto, a constante busca por legitimidade que possa garantir a manutenção desse tipo de política social não é característica particular do Brasil. Países que também possuem programas de assistência financeira, ou mesmo programas sociais ligados à seguridade social que compõem uma estrutura de Estado de bem-estar social, enfrentam batalhas internas e externas constantes por legitimação social, política e econômica. Reflexo disso é o surgimento

de diversos estudos que buscam estabelecer novos paradigmas de análise para a avaliação de impacto de programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família. Um dos principais esforços dos trabalhos realizados nesse campo é o de superar as antigas concepções, difundidas até meados da década de 1960, que buscavam explicar o surgimento e a perpetuação do fenômeno da pobreza.

O argumento amplamente difundido por vários trabalhos dessa época se relacionava à defesa da existência de uma *cultura da pobreza* (LEWIS, 1966; MOYNIHAN, 1965) que seria responsável pela reprodução de padrões de comportamento, particulares aos pobres, que figuravam nessas análises como fator preponderante para a permanência dessa população na condição de pobreza. Ou seja, existiria uma cultura própria dessas pessoas que as manteriam na pobreza, e, mesmo que fossem adotadas medidas externas para auxiliá-las a sair dessa condição, tais medidas não surtiriam efeito. Nesse sentido, como afirmam Van Hook e Bean (2009) ao apresentarem essa corrente teórica, o Estado de bem-estar social, por exemplo, poderia influenciar na manutenção de comportamentos 'deficitários', já existentes, fortalecendo o comportamento dessas pessoas que, nada mais fariam do que se aproveitarem do sistema. Esse tipo de comportamento seria ainda mais provável de se reproduzir porque, segundo essa perspectiva, acreditava-se que esses comportamentos seriam facilmente encontrados e compartilhados pelos seus pares em localidades com alto índice de pessoas vivendo na mesma situação de vulnerabilidade financeira (VAN HOOK e BEAN, p. 426, 2009).

Como resposta a essa corrente de pensamento que não apenas alcançou grande ressonância no passado, mas que ainda ecoa hoje em dia, diversos trabalhos vêm sendo desenvolvidos na tentativa de construir análises mais complexas, capazes de conectar aspectos estruturais e culturais para a compreensão dos mecanismos de perpetuação da pobreza. No entanto, não resta dúvida de que elementos oriundos desse modelo explicativo baseado na *cultura da pobreza* permanecem até hoje. A culpa pela existência da pobreza continua sendo, em grande medida, transferida para os pobres, que por 'compartilharem' códigos e condutas distintas, não fariam as escolhas corretas e os esforços necessários para superação das situações vulneráveis em que se encontram. O que defendo nesse trabalho é que essa visão construída e amplamente disseminada sobre o que 'seriam' os padrões comportamentais dos pobres, deve ser analisada como importante fator para explicar a resistência que se tem a programas sociais de transferência de renda como o Programa Bolsa Família. O receio de que esses programas incentivem a preguiça e a dependência é um indicador do resquício desses argumentos e pode ser encontrado em diversos pronunciamentos, como mencionado anteriormente. O argumento de que a entrada e a permanência nesses programas levariam a uma 'cultura da preguiça' é

facilmente encontrado em discursos dos mais variados grupos sociais, construindo a imagem do pobre que 'se aproveita do governo'. A explicação da pobreza pela *cultura da pobreza* colocou a responsabilidade pela permanência da pobreza exclusivamente no âmbito individual das escolhas e dos comportamentos da própria população pobre. Ou seja, a explicação para o fato de os pobres não conseguirem superar a condição de pobreza estaria na 'falta de esforço' dessa população, que, mesmo com o apoio de programas sociais, não conseguiriam superar a situação em que se encontram por reproduzirem comportamentos típicos de seu grupo social.

Resquícios desse pensamento podem ser percebidos ainda hoje quando discursos sobre a necessidade de se estabelecer um limite de tempo para a permanência em programas de transferência de renda, por exemplo, são anunciados como forma de evitarem o incentivo à acomodação do beneficiário. Da mesma forma, resquícios desse pensamento são a base para a formação da imagem do pobre como preguiçoso, acomodado, e principal responsável pela não superação da condição de pobreza em que se encontra.

Sendo assim, destaco que um dos principais argumentos que ainda perpassam os discursos que circulam no debate público sobre esse tema, e que marcam a desconfiança e a resistência a programas de transferência de renda, têm como base a crença de que a permanência na condição de beneficiários desse tipo de política se dá mais por escolha e por conveniência do que por necessidade. É nesse contexto que quero ainda apresentar aqui estudos que vêm sendo realizados com o objetivo de apreender as percepções que se tem dos beneficiários de programas e políticas sociais, considerando que essas percepções guardam, em medida significativa, muito do legado deixado pelos estudos da *cultura da pobreza*. Com isso, pretendo mostrar que a base comum que sustenta os argumentos de resistência a programas sociais de combate à pobreza é, na verdade, e nunca deixou de ser, uma desconfiança e uma resistência às pessoas, ou seja, à população pobre beneficiária.

Os estudos realizados sobre *welfare attitudes* enfatizam crenças, orientações normativas e representações coletivas sobre bem-estar e justiça social que muitas vezes são negligenciadas na análise dos processos históricos de mudança dos regimes de bem-estar social, que tendem a ser estudos quase sempre centrados em desenvolvimentos estruturais e/ou institucionais. Portanto, os estudos sobre *welfare attitudes*, buscam dar centralidade aos processos político-culturais de construção de legitimidade dos sistemas de políticas sociais com base tanto em valores bem sedimentados, quanto em processos comunicativos que influenciam a construção desses valores.

“Atitudes, em relação ao *welfare state* e a outras instituições públicas devem ser vistas como componentes centrais da ordem social, da governança e da legitimidade da sociedade moderna. Elas nos dizem algo sobre se arranjos sociais existentes são ou não legítimos. Eles são aceitos apenas porque as pessoas não enxergam alternativas ou pensam que seria inútil agir, ou eles são normativamente enraizados? As instituições são consideradas como fundamentalmente justas ou não? A pesquisa sobre os antecedentes e as consequências dessas atitudes também nos cobra o julgamento das políticas públicas não apenas por seus efeitos distributivos ou por sua eficiência econômica, mas por seus efeitos normativos sobre o público.” (SVALLFORS, 2012, p. 13)

Sendo assim, os estudos sobre o processo de estigmatização que beneficiários de programas socioassistenciais sofrem vem se acumulando com o passar dos anos em diversos campos da academia. Como exemplo disso poderiam ser citados vários trabalhos relevantes norte-americanos, latino-americanos e europeus, (WEST, 1983; NEWMAN, 1999; ABRAMOVITZ, 2000; PAUGAM 2003; HANCOCK, 2004; VAN HOOK, 2009; BLOFIELD, 2011; KATZ, 2013) que podem nos ajudar a entender o processo de estigmatização dos pobres brasileiros, e mais especificamente, das beneficiárias do Programa Bolsa Família. Um exemplo disso é a conhecida etnografia urbana realizada por Katherine Newman no Harlem, Nova York, na década de 1990, que mostra os desafios enfrentados cotidianamente por trabalhadores de lanchonetes residentes do bairro. Dentre os diversos destaques que merecem ser feitos sobre essa obra, está a relevância do trabalho para uma época em que se associava majoritariamente o público beneficiário de programas sociais norte-americanos aos desempregados daquele país. Como um de seus achados, Newman aponta que, assim como a realidade nacional indicava, os trabalhadores pobres (*working poor*) entrevistados do Harlem também eram beneficiários de programas sociais. Ou seja, se antes os benefícios do sistema de *welfare* norte-americanos eram destinados basicamente para aqueles que não trabalhavam, como comumente eram conhecidos seus beneficiários, naquele momento se via que os benefícios atendiam também aquelas pessoas que trabalhavam, mas que recebiam os piores salários na hierarquia laboral norte-americana. Esse é um dado importante, que representa uma mudança histórica na visão que se tinha sobre esse tipo de benefício (*welfare*), antes predominantemente associado a pessoas desempregadas, mas que com o passar do tempo, vinha sendo cada vez mais acessado por trabalhadores que ocupavam os trabalhos menos valorizados socialmente e conseqüentemente que pagam os menores salários. Um simples exemplo dessa realidade norte-americana pode ser visto quando Newman destaca que no Harlem na década de 90 um ‘trabalhador de fast food’ (*fast food worker*) ganhava cerca de US\$ 5.00 por hora trabalhada e que, mesmo que muitos quisessem

trabalhar por tempo integral, isso só acontecia quase como se fosse um prêmio para um grupo seletivo de pessoas⁴³.

Como afirma a autora:

“Ao invés de colocar o ‘sistema de *welfare*’ e ‘trabalho’ como palavras distintas, faz muito mais sentido descrevê-las como duas faces de uma mesma moeda, como um sistema econômico integrado às bases da nossa estrutura social” (NEWMAN, 1999 p. 53)

Os ‘trabalhadores pobres’ passariam então a compor cada vez mais o perfil de beneficiários de programas sociais, mudando de forma significativa as categorias antes pré-estabelecidas que definiam as pessoas que mereciam receber os auxílios e as pessoas que não mereciam receber esse tipo de benefício. Se por um lado a criação dessas categorias, ligadas a elegibilidade para participar dos programas, surge como estratégia para definir quem poderia ser elegível ou não para receber benefícios sociais, o alargamento dessa classificação se expande de tal forma que os termos ‘merecedor’ e ‘não merecedor’ passam a refletir muito mais do que uma simples categorização burocrática de utilização de gestão pública.

Nos últimos anos, a expressão ‘*undeserving poor*’ tem sido mais e mais utilizada nos estudos sobre estigma, racismo e preconceito nas Ciências Sociais norte-americanas, por retratar de forma clara a desvalorização moral atribuída às pessoas consideradas como ‘pobres não merecedores’. Newman, ao comparar os Estados Unidos com países europeus, usa o sistema de saúde como exemplo para explicar as possíveis origens do termo. Para ela, enquanto em alguns países europeus o acesso aos serviços de saúde seria garantido para que tivesse o status formal de cidadão, que trabalhasse ou não, nos Estados Unidos, esse serviço seria fornecido por meio do trabalho, ou seja, teria direito, mereceria acesso a esse serviço, apenas quem trabalhasse. A direta relação entre o merecedor e o não merecedor de benefícios viria então do fato da pessoa trabalhar ou não trabalhar. Para os trabalhadores haveria o reconhecimento legal e social pelos direitos adquiridos, e para os que não trabalham restariam os benefícios socioassistenciais desprezados pela sociedade por serem destinados exatamente para aqueles que não se ‘esforçaram’ o suficiente para trabalhar, e por isso ‘não merecedores’. Mas, se o estigma do pobre não merecedor está atrelado à imagem do pobre não trabalhador que acessa o sistema de *welfare* norte-americano, como explicar então o estigma que sofrem os trabalhadores pobres que trabalham, mas recebem tão pouco que acabam se qualificando para serem beneficiários de programas sociais? A dicotomia infeliz e tão bem construída entre

⁴³ A autora aponta que, em 1996, mais de 7 milhões de americanos estavam abaixo da linha da pobreza, mesmo trabalhando por tempo integral (NEWMAN, 1999).

beneficiário/desempregado, de um lado, e não beneficiário/trabalhador, de outro, nunca foi tão insuficiente para retratar a realidade atual norte-americana, europeia ou brasileira, se é que algum dia ela de fato tenha representado a realidade dessas sociedades.

No entanto, não se pode negar que o legado dessa forma de classificar a realidade social continua presente no imaginário social que classifica os beneficiários de programas sociais como não trabalhadores. A concepção do pobre não trabalhador, deve-se destacar, está intrinsecamente relacionada à imagem de pessoas acomodadas, preguiçosas, irresponsáveis e incompetentes. Esse tipo de imagem deturpada e socialmente construída reforça o indivíduo como responsável pela sua situação e não considera o fosso da desigualdade que separa a população pobre daqueles que nascem com a sorte de terem melhores condições de vida e que por isso possuem maiores chances de se colocarem do lado mais estável dessa balança, de serem possíveis trabalhadores/não beneficiários. Por outro lado, os outros, não tão sortudos, ao longo da vida serão expostos quase que exclusivamente a possibilidades incertas, inseguras e informais de trabalho, os deixando sempre mais vulneráveis e fazendo com que eles estejam sempre mais próximos da categoria trabalho precarizado/beneficiário. A parte mais cruel desse quebra-cabeça é que essas pessoas não sortudas começam a trabalhar mais cedo e, na maioria das vezes, trabalham mais do que as sortudas, mas a falta de reconhecimento de seus diversos tipos de trabalho, as coloca como acomodadas, preguiçosas e não merecedoras. Ou seja, o estigma que recai sobre elas é reforçado, e constantemente renovado pelas condições precárias de vida que são a condição de existência do próprio estigma. Essa população permanece presa a um ciclo constante de reprodução da sua condição de vulnerabilidade e desvalorização social: condições precárias de vida-estigma-trabalho árduo e precário-baixa remuneração-estigma-condições precárias de vida.

Figura 3 – Ciclo de reprodução pobreza-estigma-trabalho



Fonte: Elaboração própria

Como Newman afirma, o fato de vivermos em uma cultura que torna invisível as inúmeras razões pelas quais pessoas conseguem certos tipos de emprego e outras são deixadas para trás faz com que a sociedade negligencie “barreiras, dificuldades, desigualdades e injustiças, para aplicar uma resposta simplista e dicotômica: ‘o digno e o indigno, o trabalhador e o preguiçoso’” (NEWMAN, 1999 p.87).

Ao falar das barreiras, dificuldades, desigualdades e injustiças que historicamente marcam a vida dos pobres norte-americanos e suas dificuldades em acessar trabalhos dignos, Ange-Marie Hancock, em seu livro *The politics of disgust: the public identity of the welfare queen*, questiona o próprio processo democrático deliberativo norte-americano com base em sua pesquisa sobre a identidade pública construída das mães solteiras negras e pobres beneficiárias do *welfare* nos Estados Unidos. Utilizando o discurso da mídia e de políticos como material de análise, Hancock afirma que a maneira com que se construiu historicamente a imagem dessas mulheres não possibilita que se tenha uma visão real, não-distorcida sobre elas, prejudicando desta forma, qualquer possibilidade de construção da sua representação política. Assim, a autora reforça que, a construção dessa identidade negativa, enquanto representação distorcida, inviabilizaria qualquer forma de discussão real dos seus problemas e interesses, comprometendo não só a formulação de políticas públicas, como a própria capacidade da sociedade de legitimar e apoiar ações voltadas para esse grupo de pessoas. Sendo assim, para a autora, não haveria então a possibilidade de se conhecer todos os lados dessa história para que se efetivasse uma política de fato democrática. Hancock reforça ainda que naturalizar o perfil dos beneficiários de bem-estar social norte-americano como sendo tipicamente mulheres negras e pobres é a constatação mais clara do sexismo, racismo e do preconceito de classe na vida pública norte-americana (HANCOCK, 2004).

Segundo a perspectiva de análise interseccional, Hancock argumenta que só é possível entender como se chegou a uma imagem estigmatizada da mulher beneficiária das políticas de bem-estar social nos Estados Unidos se for feita uma análise considerando gênero, raça e classe enquanto categorias mutuamente constituídas e reforçadas. Como ela mesma afirma, não se pode entender a construção da categoria ‘*welfare queen*’ (rainha do *welfare*) isolando as categorias de mulheres, negras e pobres, e sim considerando essas três categorias em conjunto.

Com base em análises históricas sobre a criação do programa de *welfare* norte-americano (WEST, 1983, ABRAMOVITZ 2000), Hancock demonstra como, desde o início da criação do primeiro programa de assistência financeira norte-americano, os negros foram excluídos consecutivamente dessas iniciativas. A inserção gradativa de programas que atendessem a população negra norte-americana é um processo descrito por ela como resultado de mobilizações populares que lutavam pela garantia de direitos para esse grupo que representava, e representa, parte significativa da população do país.

A autora revisita a história política para mostrar o racismo instituído nas políticas públicas governamentais que ao criarem o primeiro programa de benefício financeiro do país, antes mesmo do que viria a ser o sistema de *welfare* norte-americano, destinaram esse benefício para viúvas de imigrantes europeus. Esse programa ficou conhecido como ‘*Widow Pension*’ (pensão da viúva), e como o nome já diz, era destinado a um grupo seletivo de pessoas, as viúvas de imigrantes europeus que já estavam residindo no país. Ao longo de décadas, à medida que se estruturava o que viria a ser o sistema de *welfare*, várias lutas políticas foram travadas com o intuito de garantir aos negros pobres do país o direito de serem beneficiados por programas socioassistenciais, visto que eles continuavam sendo excluídos da atenção do governo. Um fato marcante retratado por Hancock foram as políticas desenvolvidas após a crise de 1929 nos Estados dos Estados Unidos para retomada da economia e auxílio às famílias devastadas pela crise que assolou o país. Uma das iniciativas foi a criação de programa de assistência financeira para trabalhadores, mas dentre todos os trabalhadores assistidos, trabalhadores domésticos e agricultores não seriam incluídos como elegíveis a receberem os benefícios financeiros. Essa decisão deixava de fora quase que exclusivamente a população negra do país que majoritariamente trabalhava com agricultura no sul rural norte-americano. As mulheres negras foram ainda mais afetadas por essa política porque além de serem grande parte da mão de obra na agricultura, elas também eram, em sua grande maioria, trabalhadoras domésticas. Assim como esse exemplo, tantos outros são elencados pela autora como forma de mostrar como, depois de lutarem tanto para serem consideradas como dignas de receberem benefícios, assim

como outros americanos pobres, as mulheres negras pobres passam a ser estigmatizadas quando finalmente conquistam esse direito.

A categoria *welfare queen* atribuída às beneficiárias do sistema de bem-estar social norte-americano remete à ideia de que essas beneficiárias, majoritariamente mulheres, mães solteiras, pobres e negras, seriam mulheres preguiçosas, acomodadas e com comportamentos reprodutivos reprováveis, que produziriam gerações de dependentes do governo, responsáveis por criar um novo ‘estilo de vida’. Esses atributos negativos seriam a base da criação do termo *welfare queen*. Nas palavras da autora:

“A identidade pública da “rainha do *Welfare*” apresenta a prova cabal da existência do consenso entre grupos dominantes, elites políticas e a sociedade de massa sobre mães solteiras negras e pobres.” (HANCOCK. 2004 p, 56)

Hancock argumenta ainda que esses atributos seriam resquícios da escravidão, onde a mulher negra na época era retratada como ‘preguiçosa’ e ‘hiper fértil’. Como se fosse um show de horrores interminável, as características atribuídas às mulheres negras na época que eram obrigadas a trabalharem e terem filhos para a sustentação da economia escravista, essas mesmas ‘características’ seriam atribuídas às beneficiárias de programas sociais hoje que, mais uma vez, optariam por não trabalharem, teriam um número de filhos incompatível com suas realidades financeiras e, ficariam sentadas como se fossem rainhas gerenciando o incrível recurso que receberiam do governo.

Nesse caminho, o que está em discussão é o julgamento moral que se faz daquele que é beneficiário da ação governamental. Nesse sentido, a categoria do ‘pobre não merecedor’ (*undeserving poor*) aparece como pano de fundo de todo o debate acerca de como são atribuídos valores e significados que configuram imagens e atitudes em relação a àquelas pessoas que são merecedoras e àquelas que não são.

Os pobres não merecedores são tão marcadamente representados por diferentes categorias que fica a pergunta, quem seriam então os pobres merecedores? Afinal, o pobre merecedor não seria necessariamente o pobre trabalhador, porque dependendo do trabalho exercido por ele, sequer ele seria considerado um trabalhador, e ainda, trabalhando com as ocupações menos valorizadas e mais mal pagas, esse trabalhador pobre seria considerado acomodado e com poucas aspirações para superar suas condições de pobreza. Não seria também a mulher pobre trabalhadora, porque essa sim não teria se preparado, ainda pior que os homens, para entrar no mercado de trabalho e ocuparia apenas o que ‘sobrara’ pra ela, o trabalho doméstico. Também não seria a mulher pobre que ficaria em casa para cuidar dos filhos, porque

isso indicaria certamente que ela teve filhos de forma irresponsável, já que sua condição não permitiria a ela sequer ter filhos. Ser pobre e ter filhos é um ato antes de tudo irresponsável, que indicaria a falta de consideração dela, mãe, em colocar filhos no mundo sem que possa dar conta de criá-los.

Ao me debruçar sobre a literatura norte-americana a respeito da história de criação e o desenvolvimento de programas de assistência financeira para pobres no país, uma coisa ficou clara, desde o início: o peso moral depositado naquele que é recipiente de benefícios governamentais varia de acordo com os grupos étnicos que acessam cada um desses programas. No entanto, isso não quer dizer que beneficiários de *welfare* não sejam, de maneira geral, julgados e estigmatizados como aqueles que não deram certo, ou como eles comumente classificam, os *losers* (os perdedores).

A história de criação do sistema de *welfare* norte-americano é marcada por práticas racistas institucionalizadas por meio de políticas públicas discriminatórias de exclusão dos negros⁴⁴. A categoria do *undeserving poor* é atribuída ao longo do tempo aos pobres beneficiários de programas sociais que acabaram sendo estigmatizados pela sociedade em geral, como sendo pessoas acomodadas e por isso não merecedoras. Como prova da relevância dessa discussão, a produção de trabalhos sobre essa temática já é significativa e aumenta a cada ano. Alguns exemplos emblemáticos são os trabalhos de Michael Katz (*The Undeserving Poor: America's endurance confrontation with poverty*), Merike Blofield (*The Great Gap: Inequality and the Politics of Redistribution in Latin America*), e Martin Gilens (*Why American Hate Welfare: Race, media, and the politics of antipoverty*), que discutem o problema da pobreza, o surgimento de sistemas de bem-estar social e o consequente processo de culpabilização do pobre por suas condições desfavoráveis pela sociedade em geral.

A categoria do *undeserving poor* surge como resultado da histórica relação estabelecida entre a alegada 'dependência' do pobre da assistência governamental e os supostos padrões comportamentais individuais que os levaram à situação econômica desvantajosa. Mais uma vez, a crença de que um grupo específico seria responsável por sua própria tragédia econômica, devido a seus próprios comportamentos equivocados, traz a responsabilidade da situação

⁴⁴ A autora destaca que depois de décadas de exclusão dos negros de políticas sociais, as mães solteiras pobres e negras norte-americanas conseguiram finalmente o direito de terem acesso a um benefício exclusivo para as mulheres nessa situação o Programa AFDC - *Aid to Families with Dependent Children* [Auxílio às Famílias com Filhos Dependentes]. No entanto, o estigma de serem desse grupo de mulheres foi ainda maior do que os sofridos pelos demais beneficiários de outros programas sociais, porque era como se essas mulheres ocupassem o lugar mais desvalorizado na hierarquia moral da sociedade. O estigma de serem mães solteiras ou de terem sido abandonadas pelos seus maridos agravava ainda mais suas situações, visto que o julgamento moral que faziam delas era a de que elas representavam um grupo com comportamentos reprováveis diante dos valores conservadores do que deveria ser uma família estruturada.

exclusivamente para o indivíduo, como se não houvesse componente estrutural, histórico e institucional que pudesse explicar os motivos que levam determinados grupos a se perpetuarem em situações de pobreza e exclusão. Com essa literatura sobre o pobre não merecedor uma questão continua pairando no ar. Será que existiria o pobre merecedor? Por mais que a literatura demonstre o trabalho como o valor primordial, capaz de conceder o título de merecedor para aqueles que dão duro, é sabido também que não é todo e qualquer trabalho que é capaz de garantir esse posto seguro de reconhecimento da sociedade. Tendo essa pergunta como pano de fundo para esse capítulo, serão apresentados a seguir os dados da pesquisa relacionados à percepção que as beneficiárias possuem dos outros, não beneficiários, além da imagem da beneficiária do PBF que elas acham que é reproduzida para a sociedade. Além disso serão apresentadas também suas percepções do que elas acreditam ser correto, justo e adequado para conseguir e manter o benefício do programa.

2.1 Os outros e eu: percepção das beneficiárias de como são vistas e como enxergam os outros

Refletir sobre o que se pensa e o que se fala sobre os beneficiários do Bolsa Família e conseqüentemente os efeitos disso para construção das fronteiras simbólicas entre as classes para as beneficiárias do programa, foi a principal questão que motivou a realização dessa pesquisa. Partindo do princípio, como já indicado desde o início desse trabalho, de que o que se fala sobre os beneficiários do programa geralmente é carregado de preconceito, estigma e discriminação, não seria difícil encontrar discursos indicando reprovação e repulsa quanto aos pobres beneficiários do programa. Muitos desses discursos podem ser facilmente observados nas classes média e alta desse país, e que, seguindo com suas tradições de manutenção de suas posições sociais de privilégio, culpabilizam os pobres pelas situações de desvantagens sociais e econômicas em que se encontram. Outro pressuposto importante dessa pesquisa foi o de que ao mesmo tempo em que as classes média e alta desconsideram suas posições privilegiadas como elemento importante na análise acerca da manutenção de desigualdades sociais no Brasil, é construído e mobilizado um conjunto de categorias morais que estabiliza e normaliza essa distância social por meio de julgamentos morais que se fazem sobre os pobres brasileiros. Tendo tudo isso como pressuposto, a pergunta principal norteadora dessa pesquisa buscava saber como beneficiários do Programa Bolsa Família vivem e refletem sobre suas vidas, considerando que o imaginário social construído sobre os beneficiários está repleto de sinais negativos e carregado

de julgamentos morais advindos primordialmente das classes mais altas do país. O ponto de partida dessa pesquisa pressupôs então, dois conjuntos de informação muito definidos: 1) a imagem que se tem de quem é beneficiário é negativa; e 2) os principais responsáveis pela elaboração dessa imagem são as classes média e alta.

Com essas percepções em mente, foi definido o escopo da pesquisa, considerando obviamente a sensibilidade que haveria de ter ao se realizar uma pesquisa como essa. O ponto de partida da investigação pressupunha entender como beneficiárias vivem no seu cotidiano e, mais especificamente, como as beneficiárias percebem o mundo em que vivem, considerando os constantes desafios enfrentados por elas não só no campo da luta pela sobrevivência, mas também no campo da busca por legitimidade moral. Aprender os códigos morais elaborados pelas beneficiárias do Bolsa Família no bairro de São José, que dão sentido e guiam suas escolhas, levou em consideração desde o princípio as imagens construídas e comumente veiculadas sobre o programa e sobre seus beneficiários. Por isso, grande parte das perguntas dessa pesquisa dizem respeito a questões como “o que você acha que eles pensam sobre”, “como você acha que eles percebem”, “o que você ouviu falar”, como forma de apreender a percepção que as beneficiárias possuem sobre questões mais gerais, que têm relação com o programa, sem que seja direcionado explicitamente quem seriam os ‘outros’ responsáveis por formar opiniões. Por mais que para mim isso estivesse muito bem delimitado, os ‘outros’ seriam basicamente os membros de classes média e alta, as questões foram cuidadosamente elaboradas de forma a deixar a categoria “eles” e “outros” abertas o suficiente para que as beneficiárias as explicassem. É nesse sentido que o roteiro de entrevista foi construído, como será mais detalhado no capítulo seguinte, considerando a percepção que as beneficiárias têm sobre temas amplos como maternidade, dignidade, vida justa, para que posteriormente fossem feitas perguntas relacionadas aos seus cotidianos e suas experiências relacionadas a maternidade, dignidade e uma vida justa. Para tanto, apresentarei a seguir o que as beneficiárias entrevistadas responderam quando perguntado: o que você acha que aqueles que não recebem o Bolsa Família pensam daqueles que recebem? O intuito com essa pergunta era perceber: a) qual é a imagem que as beneficiárias acham que os outros têm delas? b) seria essa imagem construída com base em elementos negativos como o pressuposto inicial da pesquisa? c) qual o impacto que essa imagem teria na vida das beneficiárias? d) Será que a percepção que eu tinha da imagem que se fazia do programa e das beneficiárias por meio dos meios de comunicação seria a mesma que as beneficiárias tinham? e) Será que essa imagem tão clara pra mim, de preconceito e discriminação com os pobres, era também percebida da mesma maneira por quem de fato estaria nessa condição?

2.1.1. Miseráveis, vagabundos e aproveitadoras

Como mencionado anteriormente, a disseminação da imagem negativa dos beneficiários do Bolsa Família pode ser facilmente encontrada em discursos e representações midiáticas. Essa imagem, infelizmente influencia a vida dos beneficiários que lutam cotidianamente para ‘provar’ que não são aquilo que os outros dizem. Sendo assim, sem recorrer agora às falas de políticos, familiares, jornalistas ou às charges aporofóbicas⁴⁵, vejamos o que as beneficiárias acham que os outros (não beneficiários) pensam dos beneficiários do Bolsa Família.

“enxergam como sustentador de bandidos, de preguiçosos, de quem não quer nada com a vida...” (L. S. 19 anos)

“como esmolé, passa fome”. (M.S. 36 anos)

“quem não recebe mete o pau, né? que isso é roubo, lavagem de dinheiro e que os pobres não têm nem como comprar um lanche pro seu filho, um gás quando acaba.” (M.M 46 anos)

Com apenas esses três depoimentos, pode-se perceber a quantidade de associações negativas relacionadas aos beneficiários do Bolsa Família presentes nas percepções das entrevistadas: *Bandidos, preguiçosos, acomodados, mortos de fome, ladrões*. Além de todos esses adjetivos, segundo as entrevistadas, os outros veem os beneficiários também como incapazes de manter suas famílias, já que, segundo os depoimentos, beneficiários seriam pessoas que precisariam de esmolas, que não conseguiriam comprar comida para seus filhos e que, se comprassem, não conseguiriam garantir o mínimo, como, por exemplo, a compra de bujão de gás para cozinhar.

Outros depoimentos indicam também a associação comumente encontrada na sociedade entre a entrada de pessoas no programa e a suposta produção da ‘preguiça’.

“Já ouvi falar que eles (não beneficiários) estão sustentando vagabundo. Ouvi na rua mesmo. Que estão sustentando vagabundo pra fumar maconha.” (M.S 54 anos)

⁴⁵ O termo aporofobia foi criado pela filósofa espanhola Adela Cortina e significa ‘aversão aos pobres’. Em resposta às formas como a sociedade tem respondido às ondas migratórias recentes ao redor do mundo, a autora irá dizer que termos como xenofobia, ou racismo, não são suficientes para explicar tamanha repulsa de determinados países em relação a esses imigrantes. Por isso ela criou o termo para melhor qualificar os motivos que levam as sociedades a se negarem a receber essas pessoas: a aversão a pessoas pobres.

“Eu já escutei muitas pessoas falarem que esse programa que o governo fez só foi pra deixar as pessoas mais vagabundas ainda. Já escutei de quem tem dinheiro dizer isso mesmo.” (M.A. 28 anos)

“Meu ex-patrão mesmo chamava de Bolsa vagabundo (E.V. 35 anos)

“Tem o doutor ali (aponta para o posto de saúde) que eu trabalhava com ele. Ele escolhamba o Bolsa Escola. É bolsa num sei o que, o maior palavrão. É Bolsa num sei o que, Bolsa num sei o que, e é a gente que paga do nosso bolso com nossos impostos pra ir pro bolso dos vagabundos...” (C.A. 33 anos)

“Que ele tem que acabar, que depois que apareceu o Bolsa só tem vagabundo. Eles não veem que se é vagabundo é porque nasceu vagabundo, não é por causa do Bolsa Família não. Nasceu vagabundo, sem coragem pra trabalhar. (G.S. 32 anos)

Aqui aparece de forma mais explícita a ideia de que o programa incentivaria a produção do ócio, deixando “as pessoas mais vagabundas ainda”. Ou seja, seja para ‘fumar maconha’ ou para ‘incentivar simplesmente a produção de preguiça’, o programa seria responsável por corroborar comportamentos inadequados. Outro ponto importante pode ser discutido a partir do terceiro depoimento, da entrevistada G.S., de 32 anos. A entrevistada recusa a categoria de ‘beneficiário vagabundo’, não porque ela talvez questione que o valor do benefício poderia não ser suficiente para que uma pessoa decidisse parar de trabalhar para viver apenas com o benefício, e sim porque *nem todos* os beneficiários seriam acomodados de fato. Como ela bem destaca, aqueles que são ‘vagabundos’ é porque nasceram assim, isto é, o programa não transformou ninguém. Com isso, ao invés da entrevistada se opor à classificação genérica de ‘beneficiário vagabundo’, na verdade, ela pressupõe que isso até existe, mas que, ao contrário do que dizem, não teria sido o programa o responsável por tal ‘falha de caráter’, e sim a sua ‘natureza’, o fato da pessoa ter nascido assim.

Outra categoria que pode ser vista recorrentemente associada às pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família é a categoria ligada a gênero. Como será melhor explorado no quarto capítulo, a narrativa construída de que mulheres decidiriam, de forma deliberada, ter mais filhos para aumentarem os valores de seus benefícios, é uma das principais percepções compartilhadas sobre as beneficiárias do Bolsa Família. No entanto, aqui, quando perguntadas de forma geral, como elas acham que os não beneficiários enxergam os beneficiários, vários depoimentos apontaram o seguinte caminho:

“‘Esse Bolsa Família só é pras mulheres se encherem de filho, é todo mundo engravidando, é um filho atrás do outro’. Eu não acho não. Eu não acho que seja isso

não. Isso é só uma ajuda, mas o povo fala por tudo, minha filha. Se a gente for na conversa do povo...” (M.S. 61 anos)

Aqui vale destacar que a categoria construída de beneficiário do Bolsa Família pressupõe que os beneficiários podem ser homens e mulheres. No entanto, o programa foi elaborado com o intuito de priorizar as mulheres como titulares do benefício e atualmente as mulheres são responsáveis por mais de 90% da titularidade dos benefícios. Isso quer dizer que, na realidade, falar de beneficiário do Bolsa Família significa, quase que exclusivamente, falar da mulher pobre brasileira. Na literatura acadêmica, nas reportagens televisivas, nos artigos de jornais, bem como nas percepções das entrevistadas, geralmente se referem aos ‘beneficiários’, e não às ‘beneficiárias’ do programa. Mesmo que isso possa ser facilmente explicado por meio de justificativas gramaticais, próprias da língua portuguesa, já que se pressupõe que ao falar em ‘eles’ e ‘elas’, a língua exige que se use o gênero masculino para essa representação, não deixa de ser curioso perceber que dentre as representações comumente disseminadas sobre beneficiários não seja mencionado explicitamente que sim, estamos falando na grande maioria de mulheres.

Quando são criadas imagens, por meio de charges, matérias de televisão, rádio ou nos discursos de cidadãos e políticos, por mais que nem sempre esteja clara a referência às mulheres pela ausência dos artigos que as definem, deve-se pensar que na verdade, essas representações negativas pesam bem mais sobre as beneficiária, principalmente quando o assunto é número de filhos. Elas, as mulheres, são a ‘cara’ do programa, e por mais que os termos negativos, nesse caso específico, sejam em sua grande maioria representados no gênero masculino, as mulheres são exatamente aquelas beneficiárias *preguiçosas, acomodadas, vagabundas, ladras, dissimuladas*, como mencionado anteriormente. No entanto, se por um lado existem formas semânticas capazes de ofuscar o peso e o viés de gênero contidos nas críticas morais feitas aos beneficiários do Bolsa Família, na verdade, elas são diretamente direcionadas às beneficiárias, no feminino, principalmente quando percebemos a prevalência dos temas ‘maternidade’ e ‘cuidado com filhos’ como elementos articuladores das narrativas moralmente carregadas sobre comportamentos adequados/inadequados, aceitos/condenáveis. Observados esses elementos, fica mais explícito o viés de gênero de boa parte do julgamento moral dirigido (e quase sempre em tom genérico) ‘aos beneficiários’ do PBF. A imagem de que as mulheres agiriam de forma dissimulada, orquestrando o aumento da família para aumentar o valor do benefício, é algo amplamente difundido como uma estratégia das mulheres beneficiárias. Mesmo que não haja nenhum estudo que comprove a relação de aumento da taxa de natalidade entre os mais pobres, perfil dos beneficiários do programa, depois da criação do PBF (SIGNORINI e QUEIROZ,

2011). No entanto, a imagem de que isso seria verdadeiro se espalhou de tal forma que pode ser encontrado em diferentes meios sociais, inclusive entre as próprias beneficiárias.

Um depoimento marcante e deprimente, dentre tantos proferidos pelo atual presidente da república, Jair Bolsonaro, serve como exemplo do peso moral que incide sobre as mulheres pobres desse país, quando supostas críticas a programas sociais, na verdade, nada mais são do que ataques velados, sinais de repulsa às essas mulheres. Em entrevista, ainda quando era deputado federal, o atual presidente Jair Bolsonaro afirmou:

“Eu não acredito no Bolsa Família como proposta permanente de ajudar o pobre, ela tem que ser transitória. Isso é um crime. Tem gente que está aí há nove anos e não quer ser empregado porque perde o Bolsa Família. O Bolsa Família atende famílias de até 5 filhos. Essa garotada vai crescer pensando em que? Você vê as meninas no Nordeste, bate a mão na barriga assim, porque tem também o auxílio natalidade, e diz, esse aqui vai ser uma geladeira, esse aqui vai ser uma máquina de lavar. E não querem trabalhar.”

(Fonte: <https://youtu.be/GH4FPTyyCJs>)

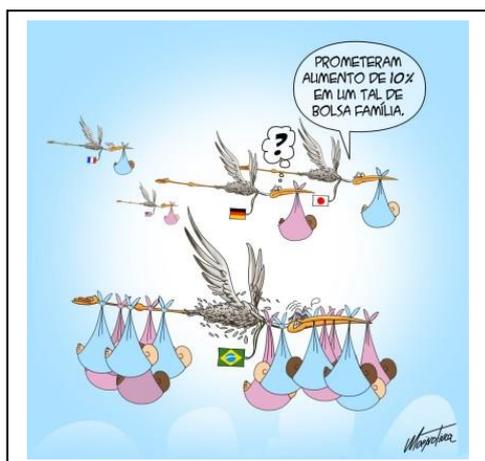
Nota-se com esse depoimento que Jair Bolsonaro até começa seu argumento fingindo fazer uma crítica ao Programa Bolsa Família, enquanto uma plataforma de enfrentamento à pobreza no Brasil, mas rapidamente seu discurso é substituído por percepções e opiniões preconceituosas sobre mulheres pobres nordestinas. No início do discurso, mais uma vez, a categoria ‘beneficiário’ aparece de forma genérica, ampla, sem personalidade nem gênero: ‘tem gente que está lá e não quer ser empregado’, ‘o Bolsa Família atende a famílias de até cinco filhos’, ‘essa garotada vai crescer pensando em que?’. Mas, na verdade, ele está se referindo especificamente às meninas e mulheres, todo o tempo, mesmo que isso só apareça de forma explícita posteriormente, quando ele exemplifica: ‘você vê as meninas no Nordeste’, ‘bate a mão na barriga assim’, ‘e não querem trabalhar’. Esse, como tantos outros exemplos, serve como forma de exemplificar que críticas e julgamentos morais comumente proferidos sobre o programa e seus beneficiários, na verdade, são em grande parte direcionados explicitamente às mulheres pobres do Brasil. As críticas à baixa escolaridade, ao alto número de filhos, à acomodação, à preguiça, ao mal uso dos recursos financeiros, à dissimulação e o comportamento aproveitador de ‘tirar’ mais dinheiro do governo, são críticas feitas às mulheres beneficiárias desse programa.

Jair Bolsonaro reforça sua posição contrária ao programa, à forma como essa política foi idealizada e executada, porque, de acordo com seu depoimento, manter o programa dessa forma não seria uma questão de ‘insustentabilidade financeira’, mas, e o mais preocupante

segundo o seu destaque, poderia induzir os jovens de hoje a desejarem ter muitos filhos no futuro, estimulados pelo incentivo financeiro que o programa oferece. O argumento de que “*O Bolsa Família atende famílias de até 5 filhos. Essa garotada vai crescer pensando em que?*”, significa que o programa estaria induzindo os pobres a terem mais filhos no futuro como estratégia para receberem mais recursos do governo. Com base nesse argumento, o programa estaria sendo responsável por moldar comportamentos reprodutivos dos pobres hoje e no futuro. Como afirmou: “*Você vê as meninas no Nordeste, bate a mão na barriga assim, porque tem também o auxílio natalidade, e diz, esse aqui vai ser uma geladeira, esse aqui vai ser uma máquina de lavar. E não querem trabalhar*”. Aqui aparece a crítica ainda mais explícita de que o problema não é tanto uma questão de desenho operacional do programa, o problema são as pessoas que deturpam e se aproveitam do programa. Ou pior, o problema são as mulheres, que, dissimuladamente, ‘optam’ por terem mais filhos para receberem mais do governo e com isso não trabalham. Em um único depoimento são apresentados elementos que reforçam e sintetizam claramente a associação entre beneficiários e atributos comportamentais reprováveis, como a acomodação, a dissimulação, a irresponsabilidade, para citar apenas alguns. E ainda, considerando que o programa é desenhado para que mulheres sejam preferencialmente as titulares do cartão, a associação de comportamentos moralmente reprováveis, como dissimuladamente decidirem ter mais filhos para receberem mais, por exemplo, recai quase exclusivamente sobre as mulheres pobres beneficiárias.

Por mais que existam homens beneficiários, as críticas geralmente realizadas ao Programa Bolsa Família são, como o exemplo citado acima, e a charge abaixo, escancaram críticas embasadas em julgamentos morais relacionadas ao comportamento das mulheres pobres beneficiárias. Lançar luz sobre o fato de que a rejeição, ou a resistência, que se tem a esse tipo de política social traduz na verdade uma visão preconceituosa e estigmatizada das pessoas beneficiárias, pode nos levar a uma mudança no tipo de análise que tem sido feita sobre os processos de legitimação e deslegitimação de programas sociais. E ainda, especificar que as pessoas que ‘não merecem confiança’ são, nesse caso específico, mulheres pobres e em sua maioria negras, se torna ainda mais necessário em um contexto em que julgamentos morais sobre o comportamento dessas mulheres reflete as situações complexas que combinam múltiplas formas de discriminação, opressão e exclusão a que elas estão sujeitas cotidianamente e historicamente.

Figura 4 – Charge 2



Fonte:
<https://www.humorpolitico.com.br/moesio/peso-do-bolsa-familia/>. Acessado em 20 de abril de 2019.

Assim, retomo o depoimento da entrevistada de M.S., de 61 anos, que ao ser indagada sobre como os ‘outros’ enxergam os beneficiários, destacou o que mais era relevante para ela. Ela, uma mulher negra, de 61 anos, casada com um pescador, que jamais havia tido filhos e que recebe R\$ 89.00 mensais, acha que os não beneficiários enxergam as beneficiárias do Bolsa Família como mulheres decididas a terem filhos como estratégia para aumentar o valor de seus benefícios. Nas palavras dela:

“Esse Bolsa Família só é pras mulheres se encherem de filho, é todo mundo engravidando, é um filho atrás do outro’. Eu não acho não. Eu não acho que seja isso não. Isso é só uma ajuda, mas o povo fala por tudo, minha filha. Se a gente for na conversa do povo...” (M.S. 61 anos)

2.1.2. Os outros ricos e os outros pobres

Dando continuidade às observações já feitas anteriormente, os ‘outros não beneficiários’ são representados pelas entrevistadas em grande parte dos depoimentos como aquelas pessoas distantes de suas realidades. Os ‘outros’ são aquelas pessoas que pertenceriam às classes sociais mais altas e por isso sequer enxergariam a existência dos beneficiários do PBF, como aponta um dos depoimentos abaixo:

“Não enxergam! classe média, pra que vai se preocupar? Tem tudo de bom pros seus filhos, vão pra escola particular, tem balé, tem aula de inglês, tem tudo, né mulher? E ainda tem desses que recebe, né?” (A.L. 51 anos)

“Como se fosse assim, como se fosse um... um... uma vaca dando leite, que veio e fosse ficar sendo merecedor pro resto da vida” (H.S. 42 anos)

“Realmente, tem muita gente que não precisa’. Ouvi isso de gente mais rica, né? que não sabe das dificuldades da gente, porque se soubesse não falava. Gente mais rica ignora o porquê a gente recebe esse benefício.” (I. M. 23 anos)

Vários depoimentos apontaram para as classes média e alta, ou simplesmente para os ‘ricos’, como os responsáveis por proferirem opiniões preconceituosas, humilhantes, discriminatórias ou até mesmo de ódio ao programa e seus beneficiários. No entanto, um dado que chamou a atenção, pela recorrência nos depoimentos, foi o de que, ao serem questionadas sobre como os não beneficiários percebem os beneficiários, muitas entrevistadas se referiram aos demais moradores do bairro como sendo os ‘outros não beneficiários’, e não aos ‘ricos’, ou àquelas pessoas que falam na TV ou no rádio. Muitos dos depoimentos destacados na seção anterior, que fazem referência aos beneficiários do Programa Bolsa Família como preguiçosos, vagabundos, acomodados ou dissimulados, na verdade foram apontados como tendo sido proferidos por pessoas do próprio bairro, vizinhos ou até mesmo familiares. Ou seja, pessoas em situações econômicas similares a dos beneficiários, moradores do próprio bairro ou da própria rua, seriam responsáveis também por compartilhar das mesmas opiniões negativas e preconceituosas sobre aqueles que recebem o benefício do Bolsa Família. Como indicam os depoimentos abaixo:

“Com certeza pensam que ‘tem preguiça de trabalhar’ (risos). Eu mesma já ouvi falar “fulano perdeu o Bolsa, achei foi pouco”. (A.S. 29 anos)

“Aqui no bairro mesmo: ‘Ah, era bom que acabasse porque só assim muita gente ia cair em si e pensar em trabalhar’” (C.O. 32 anos)

Ao questionar os motivos que provavelmente levariam moradores do mesmo bairro, vizinhos ou familiares não beneficiários a se posicionarem dessa maneira, as respostas indicaram sentimento de injustiça, inveja e falta de sorte dos ‘pobres não beneficiários’, visto que, segundo as entrevistadas, essas pessoas poderiam, ou deveriam, ser beneficiárias também.

“Acho que eles ficam tristes né? porque não têm a oportunidade de receber.” (D.S.)

63 anos)

“Difícil responder isso. Tem pessoa que não tem sorte de inscrever e receber.”
(M.M. 46 anos)

“Elas queriam fazer e não conseguem” (M.R. 37 anos)

“Acho que pensam: eu preciso tanto e não recebo, aquela não precisa tanto e recebe.” (D.S. 39 anos)

“Como uma coisa injusta porque uns recebem e eles não recebem, aí fica julgando entendeu?”

(Pesquisadora): *já ouviu falando isso de você?*
De mim não, dos outros!” (M.R. 37 anos)

“Muita gente diz que o Bolsa é por cara, que a pessoa recebe por conta da cara. Não é isso. Muita gente tenta entrar no Bolsa e não consegue. Não sei o motivo ou o que acontece. Mas eu conheço gente que precisa, tenta fazer o cadastro e não é aprovado.” (C.O. 32 anos)

A inveja aparece como um dos elementos principais que, segundo as beneficiárias, levaria os demais pobres não beneficiários a criticarem o programa e, por extensão, quem é beneficiado por ele. Ou seja, o principal argumento elaborado por elas que justificaria as críticas de não beneficiários pobres ao PBF, seria a impossibilidade ou incapacidade destes se tornarem também beneficiários. Como indicam alguns depoimentos abaixo, esse sentimento “invejoso” seria não só um dos motivos para os pobres não beneficiários fazerem julgamentos morais sobre os pobres beneficiários, como também seria responsável por outras ações mais efetivas como a realização de denúncia a órgãos públicos de possíveis irregularidades cadastrais:

“Pode ter umas que tenham inveja porque não tiram”. (E.M. 21 anos)

“Tem inveja porque não recebe”. (M.S. 46 anos)

“Para de falar merda e vai atrás pra tu receber também” (C.S. 23 anos)

“Tem gente que não recebe e tem raiva de quem recebe. Fica criticando quem recebe”
(S.O. 38 anos)

“Elas ficam revoltadas, né? porque muitas vezes tem gente que precisa mais... por exemplo, querendo ou não eu tenho uma renda, aí ela (vizinha) fica revoltada porque eu tenho alguma coisa pra receber e ela não recebe. Uma vez uma Assistente Social veio na minha casa pra ver (recurso havia sido bloqueado), aí uma vizinha disse: ‘ela não precisa não porque os avós dela tem casa, tem tudo e ela está recebendo o Bolsa Família.’ Só que na verdade, o que eles (avós) têm é deles, e o que eu tenho é meu.”
(G.S. 33 anos)

Surpreendentemente, o número de depoimentos que indicam o próprio bairro como um dos principais locais em que as beneficiárias sofreriam com situações de desrespeito, discriminação e humilhação simplesmente por serem beneficiárias do PBF, se mostrou bastante significativo. Talvez por ingenuidade, ou por sobrevalorizar o lugar de onde venho, acabei por imaginar que essas situações de hierarquização carregadas de julgamento moral em relação ao pobre beneficiário se concentrassem quase que exclusivamente nas classes mais altas. Como bem apresentado por diversas pesquisas (POLAZ e ALMEIDA 2018; REIS 2000; SILVA e LOPEZ, 2015), não faltam exemplos que indiquem a classificação e hierarquização moral que classes mais altas e membros da elite realizam em relação àqueles que se encontram nos extratos mais baixos da sociedade, além do papel imprescindível da elite em criar e formar opiniões e ditar normas de padrões comportamentais ‘adequados’ para a sociedade. No entanto, muitos depoimentos apontam para a relevância de se pensar nos processos de discriminação e julgamentos de valor em que os beneficiários sofrem simplesmente por serem beneficiários no próprio bairro em que vivem.

Se são recorrentes os depoimentos em que beneficiários relatam terem sido vítimas de ações preconceituosas e discriminatórias em espaços públicos como casas lotéricas, shopping centers, escolas, hospitais (MARINS 2017), vale ressaltar também com esses dados, como se dá a criação de categorias e a hierarquização de valores dentro dos espaços em que os beneficiários mais usufruem, seus locais de moradia. Perceber a ‘reprovação de comportamento de um vizinho, ouvir piadas de mal gosto, ser alvo de comentários de forma indireta ou ainda ser confrontado diretamente por algum familiar ou outro morador do bairro, pode ter um impacto tão ou mais forte do que ouvir no rádio ou do seu próprio patrão que beneficiários do Bolsa Família são preguiçosos, por exemplo. Como a pergunta ‘o que você acha que não beneficiários pensam de beneficiários’ foi formulada com o intuito de perceber basicamente se, e quais são os momentos em que as beneficiárias sofrem algum tipo de preconceito, causou um certo espanto perceber que para muitas delas, o que mais incomodava, magoava e ofendia eram as situações ocorridas no bairro ou nas casas de família em que as beneficiárias trabalham como diaristas ou empregadas domésticas. Não que a imagem negativa veiculada pelos meios de comunicação não as incomode, mas de fato, os locais onde se tem que lidar com as batalhas cotidianas em busca de legitimidade moral e reconhecimento social são, para elas, eminentemente o bairro em que vivem e os espaços familiares privados de suas casas ou das casas em que trabalham. Esse tema será melhor debatido no quarto capítulo da tese, mas vale a pena ressaltar aqui a importância dada por elas aos espaços públicos locais e aos laços de

vizinhança na análise sobre o impacto que têm em suas vidas as demonstrações de reprovação de seus comportamentos ou simplesmente os julgamentos morais relacionados ao simples fato de serem beneficiárias do Bolsa Família.

2.1.3. Os pobres não merecedores

Ainda como forma de melhor apreender como as beneficiárias entrevistadas elaboram as críticas daqueles que são pobres como elas, mas não beneficiários, percebe-se com os depoimentos abaixo que as características negativas muitas vezes atribuídas aos beneficiários como, por exemplo, ‘preguiçosos’, ‘acomodados’ ou ‘vagabundos’, são utilizadas por várias entrevistadas exatamente em sentido explicativo para justificar os motivos pelos quais essas pessoas, pobres como elas, não se tornariam beneficiários assim como elas.

P- *“Alguém já falou isso para você?”*

E - *“Já! não diretamente, mas indiretamente, que você sabe que é com você. Que era bom que acabasse, que queria ver como é que ia acontecer, que ia acabar com a boquinha das pessoas. Gente daqui do bairro mesmo. só que é assim, cada um tem que buscar as suas oportunidades, aí a pessoa não vai...”* (M.S. 33 anos)

P- *“E você conhece alguém que merece receber, mas não recebe?”*

E - *“Conheço também”*

P - *“E por que você acha que isso acontece?”*

E - *“Aí é porque ela não foi atrás, não é? quem quer, quem precisa mesmo, corre atrás.”* (S.L. 44 anos)

“Eles dizem assim ‘eu queria também conseguir tirar’. A gente diz: ‘vai atrás!’ A gente tira porque os meninos estudavam na época, chegou o pessoal na porta fazendo pesquisa se era ou se não era (estudante). Mando ir atrás!” (M.S. 43 anos)

“Esse povo fica falando que vai acabar, que esse povo não quer trabalhar. Isso aí eu escuto direto, pessoas mesmo que não tiram porque não têm coragem de acordar cedo, de ir atrás, e por conta disso não tiram. Porque se tivessem coragem tirariam igual a mim. Mas não têm coragem porque dormem demais, têm muita preguiça, aí não tira e quer que os outros não tirem também. Aí eu acho isso injusto.” (M.S. 33 anos)

Nesse momento, uma categoria nova aparece como elemento explicativo dos motivos que levariam pessoas pobres como elas a não se tornarem beneficiárias assim como elas. Ser beneficiária implicaria seguir uma série de regras e normas que possibilitaria não só conseguir ser aceita pelo programa como também conseguir permanecer no programa. Se por um lado adjetivos como ‘preguiçosos’, ‘acomodados’ e ‘vagabundos’ são comumente associados aos

beneficiários do PBF como forma de representar o ‘efeito preguiça’ que o programa geraria nas pessoas, por outro lado, essas mesmas classificações seriam utilizadas pelas beneficiárias para justificar exatamente os motivos pelos quais pessoas pobres como elas não se tornariam beneficiárias. Mesmo estando no perfil econômico para serem beneficiários do programa, os pobres não beneficiários não disporiam, de acordo com os depoimentos acima, das mesmas qualidades que elas, as beneficiárias. Ou seja, as mesmas categorias utilizadas para classificar os beneficiários do PBF são agora utilizadas pelas beneficiárias para explicar porque mulheres pobres como elas, vizinhas delas, não são beneficiárias do Bolsa Família. A ‘preguiça’ agora não seria o resultado de uma política pública que havia falhado. A preguiça agora seria o principal motivo, a razão pela qual mulheres, mesmo tão necessitadas quanto elas, não se mexeriam o suficiente, “*não correriam atrás*”, para conseguir esse benefício. Mesmo que várias entrevistadas considerem a possibilidade de haver erro ou falha de cobertura, quando mencionam não entender os motivos que levam pessoas assim como elas a não conseguirem o benefício, foi bastante recorrente também o discurso de que o benefício só é concedido para aquelas que lutam por ele. Como será melhor debatido no capítulo quatro, ser beneficiária, ao contrário do que Marins (2017) aponta, é sinônimo também de um certo ‘orgulho’, por representar manutenção da ordem familiar, do contrário a beneficiária não conseguiria se manter beneficiária. *Correr atrás*, significa não só lutar para conseguir se tornar beneficiária, mas também manter a família ‘nos trilhos’, cumprindo com as condicionalidades da educação e da saúde, do contrário, o descumprimento pode levar ao cancelamento do benefício.

2.1.4. Uso errado do dinheiro

Pensando nos discursos sobre o cotidiano das beneficiárias do Bolsa Família, os comportamentos inadequados, como preguiça e acomodação, tão veementemente disseminados sobre elas, não seriam em nada representativos da realidade das beneficiárias, como discutido na seção anterior. Ao contrário, ser beneficiária significaria ser batalhadora e responsável pelo bom funcionamento de suas famílias. Como ‘marca’ desse registro de uma vida regrada, correta e justa, outro fator, esse de caráter mais simbólico, é utilizado também por elas como forma de distinção entre as próprias beneficiárias. Se por um lado a não adequação às regras das condicionalidades pode ser ‘verificada’, já que o não cumprimento pode levar ao bloqueio e ao cancelamento do benefício, o uso que se faz do dinheiro não interfere na manutenção ou não do benefício. No entanto, mesmo que propositalmente não haja o controle por parte da política pública, sendo isso um avanço dessa política em comparação com outros benefícios que no

passado limitavam o que os beneficiários poderiam ou não comprar com o dinheiro do benefício, as beneficiárias se utilizam dessa informação para julgarem moralmente aqueles que, segundo elas, gastariam o dinheiro de forma adequada ou inadequada.

Alguns depoimentos indicam que as beneficiárias já ouviram falar de maus usos do recurso do Bolsa Família pelos meios de comunicação. Outros depoimentos indicam que essa realidade existe não só no mundo distante do delas, mas que elas mesmas já presenciaram ou presenciam isso no bairro. Outros depoimentos fazem menção a essa realidade, o mal-uso do dinheiro do Bolsa Família, como forma de exemplificar o claro contraste existente entre esse tipo de beneficiárias, e elas, que usam o recurso de forma correta. Dentre os assuntos destacados por algumas beneficiárias, ao responderem a pergunta sobre suas percepções a respeito do que se fala nos meios de comunicação sobre o Programa Bolsa Família, chama a atenção que algumas beneficiárias tenham colocado em evidência o uso do recurso do benefício para comprar drogas ou bebidas alcoólicas:

“Que tem mãe que tira dinheiro pra se drogar e ficar bêbada.” (D.S. 39 anos)

“Eu acho que o povo fala mais porque muita gente está usando para meios errados. Drogas! Eu vejo tanta gente com precisão e não consegue, tanta gente que não precisa e tem. No interior tinha uma mulher do prefeito que recebia. Eu não sei se ainda recebe.” (M.N. 28 anos)

“Essas coisas que a gente vê em reportagem que muita gente que não precisa está recebendo, essas coisas que eu vejo na TV. Muita gente que ajuda partido político. Meu Deus, é uma ajuda tão boa que o governo dá e ainda tem gente fazendo maldade com isso?” (J.F. 56 anos)

O choque desses beneficiários ao retratarem esses casos é compreensível, porque de fato, não haveria imagem mais ingrata para as beneficiárias do que a imagem de mulheres que fazem uso de bebidas alcoólicas e drogas associada a imagem de beneficiárias do Programa Bolsa Família. Ou ainda, como destacou o único homem entrevistado pela pesquisa, imaginar que esse dinheiro, tão difícil de acessar, esteja sendo doado para financiamento de campanhas políticas. Se considerarmos que grande parte da batalha cotidiana que essas beneficiárias travam acontece exatamente no campo simbólico, onde as disputas por ocupar o espaço de *peessoas de bem, corretas e justas*, como fazer com que essa imagem divulgada em âmbito nacional muitas vezes, não seja relacionada à elas, *mulheres de bem*? Em momento algum as beneficiárias que citaram esses casos questionaram a veracidade ou se essas reportagens tinham como objetivo apontar casos isolados que conseqüentemente não poderiam ser generalizados. Essas informações simplesmente foram recebidas como verdades e a partir disso ao menos duas

reações foram percebidas de forma quase instantânea. A repulsa a comportamentos desse tipo e a quase imediata reação de rejeição a esse tipo de comportamento com afirmações sobre os ‘usos corretos’ que fazem do dinheiro do Bolsa Família. O mal-uso do dinheiro do Bolsa Família aparece muitas vezes nos discursos das beneficiárias como um problema, já que esses comportamentos podem levar as pessoas, de maneira geral, a questionarem a utilidade do PBF, como representado nas reportagens de TV e rádio, por exemplo. Ou seja, o ‘controle do uso do recurso’ exercido pelos vizinhos e familiares funciona como forma de categorizar quem é beneficiário correto e quem não é.

O trabalho de Talita Eger (2013) é um bom exemplo da relação que deve ser aprofundada a respeito de questões que envolvam o recurso do Bolsa Família e moralidade. Buscando responder a perguntas do tipo ‘quais são os valores morais que orientam o gasto do dinheiro do Bolsa Família’, ‘quais são os significados sociais e simbólicos desse dinheiro’, ‘quais seriam os usos considerados adequados e quais seriam as restrições feitas a ele’, a autora argumenta que o dinheiro do benefício do Bolsa Família deve ser considerado como um dinheiro diferente. Ela afirma que, diferentemente do dinheiro advindo de mesadas, pensões e salários, por exemplo, esse dinheiro seria marcado por gênero e classe e que por isso se configuraria como um ‘dinheiro feminino’ e um ‘dinheiro dos pobres’. Para a autora, perceber o dinheiro do Bolsa Família dessa forma, explicaria os motivos de tantas críticas que se fazem aos usos desse dinheiro pelas mulheres pobres brasileiras beneficiárias do programa. A construção simbólica do que viria a ser o uso correto/adequado do recurso *versus* o uso incorreto/inadequado do recurso, diria respeito não só à consequente discussão utilitarista sobre os gastos efetivos do recurso, mas, e principalmente, de uma ‘gestão moral’, das mulheres pobres beneficiárias do programa. Em suas próprias palavras:

“O dinheiro do PBF se caracteriza, segundo meu ponto de vista, como um dinheiro socialmente diferente de outros, na medida em que é transferido pelo poder público, fica a cargo e sob a titularidade preferencial das mulheres (de baixa renda) e, por último, é transferido tendo em vista, como condições para tal, a adesão de crianças e adolescentes a determinadas iniciativas de cunho educacional, de saúde e de assistência social. Sendo, por isso, um dinheiro, a princípio, carregado por marcas de classe, gênero e geração e atravessado por sentidos, moralidades, classificações e expectativas socialmente constituídas e permanentemente tensionadas.” (Eger, 2013 p. 18)

Considerar o dinheiro do Bolsa Família como um dinheiro diferente, caracterizado por uma classe e um gênero específico, auxiliaria, portanto, na compreensão dos motivos que levam a uma cobertura midiática tão focada em aspectos negativos, preconceituosos e muitas vezes

discriminatórios sobre o programa e seu público beneficiário. Segundo a autora, a imagem construída e veiculada de maus usos desse dinheiro, por exemplo, colaboraria não só para a construção de uma imagem negativa do programa e de seus beneficiários, mas, salientaria as tensões e julgamentos morais que se fazem dessas pessoas.

A discussão proposta por Eger me auxiliou na análise dos dados, principalmente quando foram perguntadas questões relacionadas à percepção que as entrevistadas tinham do Programa Bolsa Família, de seus beneficiários e do recurso financeiro que recebiam. Sendo assim, foram selecionados depoimentos que retratam questões relacionadas ao uso do recurso financeiro recebido pelo PBF. Uma das perguntas às beneficiárias do São José, dizia respeito aos gastos realizados com o recurso do benefício e, ao mesmo tempo que as entrevistadas respondiam a essa pergunta, opiniões sobre como esse dinheiro deveria ser gasto e quem o gastaria de forma adequada, foram surgindo de forma espontânea, como se fosse um complemento das suas respostas. Ou seja, ‘como’ se gasta, estaria diretamente ligado a ‘quem’ gasta e ‘com o quê’ gasta, e isso seria uma distinção importante na classificação que as próprias beneficiárias elaborariam de quem seriam as beneficiárias corretas (ou merecedoras), que gastariam o dinheiro de forma correta, e as ‘outras’ (não merecedoras), que não só fariam isso de forma errada, como ajudariam a formar uma imagem negativa das beneficiárias do programa por meio de suas atitudes reprováveis. Como resultado dessa mistura entre o que é visto nos meios de comunicação e o que é visto nas ruas do bairro, seus depoimentos indicam, antes de tudo, uma ordem moral utilizada pelas beneficiárias para distinguir o certo do errado:

“Tem que saber usar o dinheiro, mas tem gente que não sabe né?” (M.S. 33 anos)

“Porque eu conheço muita gente que está precisando e tem muita gente que não precisa e fica gastando dinheiro com droga. Eu conheço muita gente que faz isso.” (S.L. 44 anos)

“Eu acho que o povo fala mais porque muita gente está usando para meios errados.” (M.N. 28 anos)

“Tá certo que tem gente que pega pra usar no justo né, e tem outros que só Jesus sabe como é que faz.” (E.S. 59 anos)

O uso ‘adequado’ do dinheiro funciona como uma forma de comprovação de que a beneficiária faz a coisa certa. Desta forma, se contrapor ao uso ‘errado’ que se faz do dinheiro é um dos principais sinais, junto com o cumprimento das condicionalidades, que ‘atestam’ que aquela família segue padrões de comportamento adequados e aceitos pela sociedade. No entanto, o uso adequado do recurso pode ser percebido nos discursos das entrevistadas de

formas distintas. Adequado não seria tudo aquilo menos drogas e álcool. Adequado seria, para algumas delas, o uso do recurso somente para despesas de casa. Adequado pode ser também o uso do recurso para despesas relacionadas exclusivamente às crianças, visto que o dinheiro só seria recebido se elas, as crianças, cumprissem com as condicionalidades exigidas. Talvez por conta desse controle subjetivo exercido entre as beneficiárias e objetivo exercido por reportagens como às mencionadas pelos entrevistados, ao responderem sobre os usos que fazem do recurso do PBF, a grande maioria indicou gastar o dinheiro com despesas de manutenção da casa ou especificamente com despesas relacionadas aos filhos.

2.1.5. Uso certo do dinheiro

A grande maioria das entrevistadas indicou usar o dinheiro do benefício para a compra de comida e para o pagamento de contas mensais como água e luz. Deve-se considerar que essa pergunta foi realizada com o intuito de perceber como as beneficiárias administram esse recurso considerando as possíveis variações que podem ocorrer de acordo com o valor do benefício, com a composição familiar ou ainda com as variações de renda decorrentes da instabilidade ocupacional a que essas famílias estão sujeitas. Sendo assim, foram selecionados abaixo alguns depoimentos nesse sentido:

“O grosso mesmo, quando eu recebo, eu compro com ele. Arroz, feijão...” (C.A. 33 anos)

“Faço a feira dos meus filhos. Nunca gastei nada pra mim. É mais comida mesmo.” (M.S. 43 anos)

“Estou com 4 papéis de energia e água pra pagar. Sempre fica assim, pago dois, ficam dois. Estou pagando com o Bolsa Família, está sendo a minha salvação.” (L.M. 54 anos)

“Antes eu pagava escola pra Raniele, o Milenium ali na frente. Nunca tive condições de comprar uma roupinha, meia, e agora eu tenho. Mas eu só compro roupa quando é época de festa, porque o resto do tempo é só comida mesmo pra dentro de casa.” (D.S. 39 anos)

“Eu compro alimentação e o que sobrar eu guardo pra comprar um gás.” (J.N. 25 anos)

Nota-se em vários discursos que explicar como elas gastam o recurso implica ao mesmo tempo justificar os motivos que as levaram a gastar o dinheiro de determinada forma. *“Faço a feira dos meus filhos. Nunca gastei nada pra mim”*, ou, *“mas eu só compro roupa quando é*

época de festa, porque o resto do tempo é só comida mesmo pra dentro de casa.”, indicam a preocupação em demonstrar, nesse caso pra mim, que elas utilizam o dinheiro de forma correta e responsável. Além de pagar as contas e comprar comida, comprar bujão de gás de cozinha apareceu inúmeras vezes como uma das principais prioridades no gasto do recurso.

“Ontem eu comprei dois bujões de gás. Recebi o dinheiro do Bolsa e comprei logo porque não posso ficar sem, né? Todo dia eu faço comida, todo dia, todo dia, todo dia, todo dia, todo dia.” (M.S. 39 anos)

“Eu compro o que tiver mais precisando, mas primeiro eu pago meu papel de energia e, se der, o gás pra passar, porque é eu e meu menino e o bujão não seca assim rapidamente. Eu boto na pressão feijão, macaxeira, aí chega a durar dois meses, um mês e meio...” (E.S. 59 anos)

“O gás todo mês pelo menos está garantido”. (M.S. 61 anos)

As beneficiárias que ressaltaram que o gasto do benefício é geralmente realizado com a compra de alimentos, gás de cozinha e pagamento de contas de água e eletricidade, são em sua vasta maioria, as beneficiárias que mais dependem do benefício para o sustento da casa. Em sua maioria dependem significativamente desse recurso para complementar a renda familiar, não havendo brechas para gastar o recurso com outra coisa que não seja relacionada com a subsistência delas e de suas famílias. Algumas famílias, na época da realização do trabalho de campo, indicaram não terem mais condições de comprar bujão de gás devido ao aumento consecutivo do valor do bujão de gás de cozinha⁴⁶, tendo como única alternativa cozinhar à lenha. Algumas beneficiárias disseram ir para a beira do Rio Jaguaribe, que corta todo o bairro, buscar gravetos para fazer fogo no quintal e cozinhar.

Outro dado recorrente observado nos depoimentos refere-se aos gastos exclusivamente com os filhos. Mesmo que a compra de alimentos, gás e o pagamento de contas de luz e água sirvam para toda a família, incluindo os filhos, pode-se notar em alguns casos a existência de uma divisão rígida entre o que seria o dinheiro para a família, proveniente do trabalho e o que seria o dinheiro dos filhos, proveniente do benefício do Bolsa Família. Mesmo que o gasto cotidiano desse recurso provavelmente aconteça de forma mais fluida, considerando o uso de

⁴⁶ O bujão do gás de cozinha sofreu diversos aumentos entre 2017 e 2018, dificultando a vida dos mais pobres em manter a compra desse item de forma regular. Diversas reportagens anunciaram aumentos acima dos valores da inflação nesse período, como resultado de uma batalha entre Petrobrás e distribuidoras. Enquanto o valor do bujão de gás deveria ficar entre R\$60.00 e R\$ 70.00, na época tinham distribuidoras vendendo um bujão de 13 Kg de gás por R\$ 100.00. Fonte: Correio Braziliense. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/09/22/internas_economia,707568/gas-sobe-e-preco-do-botijao-pode-passar-de-r-100-nas-proximas-semanas.shtml. Acessado em 20/02/2020

acordo com as necessidades que surgem no dia-a-dia, vale ressaltar que para algumas famílias, a decisão de como gastar o recurso parece seguir uma regra bem delimitada em seus discursos.

“Ele é o pão de cada dia delas. Eu pago energia, água, gás, faço feira, leite pras meninas. (C.S. 31 anos)

“Eu não sou assim de gastar dinheiro, compro roupa pra ela, remédio, comida, fralda...” (C.S. 23 anos)

“Compro uma coisa pra elas, pago um curso. Quando o pai dela não ajuda eu pago a escola dela, as vezes compro coisa pra dentro de casa. (G.S. 33 anos)

“No tempo que ela estudava eu pagava a passagem dela. Quando ela era pequena eu comprava algum lanchinho pra ela. Tem vez que eu compro alguma roupinha pra ela também.” (D.S. 63 anos)

“Eu compro coisa pra elas, quando meu marido não tem dinheiro eu pago a escola dela. Compro um remédio, compro umas calcinhas” (D.S. 39 anos)

“A pequena está em casa, a outra no Alice (escola) e ele na escola particular, no Raio de Luz. Ele está com 4 anos e coloquei ele com 3 anos lá. Aí com o dinheiro do Bolsa mesmo eu pago.” (S.O. 38 anos)

Curioso perceber que para aquelas que destacaram utilizar o recurso exclusivamente para suprir necessidades dos filhos, grande parte disse destinar o recurso para o pagamento de escolas particulares no bairro. Além de mencionarem itens específicos como roupas, fraldas, remédios para as crianças, a decisão de pagar escola particular para as crianças chamou a atenção devido ao baixo valor da renda familiar dessas famílias. Com exceção de apenas uma entrevistada, que tem filha adolescente e disse pagar curso profissionalizante para ela, todas as entrevistadas que mencionaram usar o recurso do Bolsa Família para pagar escola particular tinham crianças menores de 6 anos. A decisão de colocar os filhos em escolinhas particulares do bairro, em vez da creche, era explicado devido à falta de vaga nas creches do bairro ou na falta de confiança de deixar seus filhos nesses espaços.

Para as beneficiárias que não possuíam casa própria, o pagamento do aluguel com o recurso do Bolsa Família também era bastante frequente. Outros usos também apareceram para o recurso do benefício, mas esses surgiram de forma mais esporádica, como exemplificam os depoimentos abaixo:

“Mas desde que eu saí do emprego que parei de pagar o INSS. Quando eu comecei a receber o Bolsa voltei a pagar, eu pagava R\$ 87.00. mas quando foi dois meses atrás o valor subiu pra R\$ 109.00, aí eu tive que parar de pagar.” (L.M. 54 anos)

“...um shampoo, um creme de cabelo, um batom, um perfume” (T.C. 52 anos)

“Se eu passasse na frente da padaria eu deixava lá os R\$ 42.00” (A.L. 51 anos)

“Antigamente eu comprava as coisas pras meninas com o dinheiro, mas agora, como eu comprei uma cama, estou pagando a cama.” (L.S. 35 anos)

Não resta dúvida de que o destino dado ao recurso depende diretamente da situação econômica em que a família se encontra. Se a família é chefiada por uma mulher beneficiária sem um parceiro que compartilhe os custos de manutenção da família, a situação é uma. Se na família há a presença de um parceiro que contribui financeiramente ou que assuma os gastos majoritariamente, a situação é outra. Se existe um parceiro morando na casa, mas desempregado, já é outra configuração. Tudo isso deve ser analisado antes que se generalize como o recurso do Bolsa Família é gasto, sem que sejam deixadas de lado as relações de gênero, quantidade de crianças em idade escolar, etc. No entanto, um elemento que vale destacar na análise dos usos do dinheiro trazido por Eger é o de que o uso do dinheiro não deve ser visto exclusivamente como um reflexo das condições financeiras da família, mas também como reflexo das relações previamente existentes que marcaram a família não só economicamente como também moralmente. Ao propor outra análise teórica sobre o dinheiro, diferente daquela proposta por Simmel (1998), a autora irá argumentar que ao contrário do dinheiro transformar as relações de modo a deixá-las mais objetivas e utilitaristas, como se ele por si só fosse responsável por gerar transformações de maneira desconectada das relações sociais, o dinheiro na verdade reforça papéis e posições de classe, gênero e geração:

“Diferentemente, portanto, do que seus críticos afirmam, a presença do dinheiro não marca necessariamente as relações entre as pessoas de modo quantitativo, corrompendo as relações interpessoais. O dinheiro não assume um lugar central, onipresente nas relações, mas é somente a partir delas que pode se tornar central em determinados contextos. Se para Simmel (1998) o dinheiro torna as relações entre pessoas e objetos impessoais, objetivas, numéricas, anônima, ocupando o lugar de mediador entre as pessoas e afastando-as umas das outras, Damo (2007) irá propor uma possibilidade analítica distinta.” (Eger, 2013 p. 127)

A autora irá se valer dessa análise teórica proposta por Damo (2007) para dizer que o dinheiro do Bolsa Família, como observado em sua pesquisa etnográfica, não alterou posições nas relações sociais familiares e que, ao contrário, esse dinheiro servira muitas vezes para reforçar os papéis de gênero já existentes. Ou seja, os usos que as beneficiárias fazem do dinheiro não podem ser vistos exclusivamente tendo como base as necessidades advindas de

das condições financeiras de suas famílias, mas também tendo como base as relações previamente existentes que marcariam as famílias economicamente e moralmente. Isso tornaria sem dúvida a análise mais complexa sobre os usos do dinheiro e os discursos utilizados para justificar esses usos. Sendo assim, a autora afirma que o dinheiro do Bolsa Família não modifica as relações sociais já existentes e que isso pode ser percebido quando as entrevistadas indicam que o dinheiro delas, o do Bolsa Família, é gasto geralmente como se fosse um dinheiro eminentemente feminino e secundário dentro de suas casas. Em sua pesquisa, as entrevistadas disseram gastar o dinheiro do Bolsa Família com gastos relacionados às crianças ou com gastos que não diziam respeito a efetiva manutenção da casa. Ela ainda afirma que as entrevistadas de sua pesquisa disseram que o dinheiro do Bolsa Família não é gasto com o ‘grosso’, indicando que a responsabilidade pelo ‘grosso’ da casa, seria de outro membro da casa, marido ou parceiro. Realizando um extenso detalhamento do que seriam os gastos aceitos e não aceitos pelas beneficiárias, e do que seriam os gastos ‘femininos’ e ‘masculinos’ dentro de uma casa, o que vale ressaltar com o seu argumento é a reflexão do quanto existe de reprodução de papéis de gênero no uso do recurso do Bolsa Família.

Em contraste com os dados encontrados por Eger, que ao que tudo indica devem se referir a beneficiárias que possuíam figuras masculinas em casa para compartilhar os custos da manutenção da família, e que provavelmente não tinham o recurso do Bolsa Família como a principal renda da casa, a maior parte das beneficiárias entrevistadas do São José não usavam o dinheiro do Bolsa Família para complementar a renda masculina, e sim eram elas próprias as provedoras de suas casas em sua grande maioria. Se podemos falar em reprodução de papéis de gênero com a chegada do dinheiro do Bolsa Família, a realidade encontrada no São José é aquela que foi negada por muito tempo, mas que agora não pode ser mais ocultada. A reprodução de papéis de gênero no São José refere-se ao fato de que as mulheres pobres são cada vez mais as grandes responsáveis por prover e manter suas famílias coesas, mesmo que haja homens como parceiros em suas casas. Se de fato o dinheiro do Bolsa Família não é capaz de mudar por si só as relações de dominação masculina facilmente encontradas nos ambientes familiares brasileiros, o que acho que vale a pena destacar nessa perspectiva é o caráter de manutenção e reprodução de papéis onde a mulher atua praticamente sozinha na manutenção da coesão familiar. Assim, reforço que a reprodução do papel da mulher que acho que vale a pena destacar é aquela de que caberia a mulher, e exclusivamente a ela, manter sua família ‘funcionando’ de acordo com as regras, para que o dinheiro do Bolsa Família não seja bloqueado. A incapacidade do dinheiro transformar relações sociais, não seria decorrente da divisão do dinheiro entre o que é ‘grosso e essencial’ como masculino, e ‘fino e superficial’

como feminino, como afirma a autora, e sim da mulher sendo provedora ou não, tendo o homem dentro de casa ou não, caberia sempre a ela o papel de ser a responsável pelo cuidado e pelo ‘funcionamento da família’.

2.1.6. As que correm atrás

Se por um lado saber usar o recurso de forma correta serve como elemento para classificar as beneficiárias entre si como ‘dignas/merecedoras’ ou ‘não dignas/não merecedoras’ de receberem o benefício, ‘correr atrás’ de outros benefícios também contribui para a construção da imagem de mulheres proativas, ‘batalhadoras’.

Das 53 entrevistadas, cerca de metade afirmou receber algum outro tipo de benefício ou já ter recebido ao menos uma vez algum outro benefício. Dentre os benefícios mais comuns acessados pelas beneficiárias estão os benefícios eventuais concedidos pela Assistência Social do município de João Pessoa, como auxílio enxoval, auxílio funeral, auxílio aluguel, auxílio cesta básica, etc. Esses auxílios são normalmente concedidos após a solicitação do usuário e, se autorizados, repassados para as famílias por um tempo determinado. Além desses benefícios, quase metade das beneficiárias do Bolsa Família também afirmou ser beneficiária de um programa estadual, o Cartão Alimentação, que disponibilizava R\$ 25.00 para cada família usuária do programa. Uma pequena parte das beneficiárias indicou recorrer às igrejas da redondeza, dos bairros de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco. em busca de cestas básicas e doações de roupas.

“Eu vou muito aqui na Igreja Batista daqui (Manaíra) e de Tambaú, e também uma católica em Cabo Branco. Todas essas, no final do mês dão cesta básica. Então, eu recebo três cestas básicas. Mas a do CRAS eu nunca recebi, por causa do bairro, porque quando veem minha casa, acham que tem dinheiro.” (M.M. 46 anos)

“O pessoal me ajuda, às vezes eu recebo uma feirinha da igreja que eu faço parte, a católica lá de Cabo Branco. Às vezes eu recebo da Igreja Batista aqui de Tambaú.”

P – “a senhora já se inscreveu para receber pelo CRAS?”

E – “me inscrevi, mas ainda não recebi não” (A.C. 56 anos)

“Eu recebo também uma cestinha, da igreja ali, de São Pedro e São Paulo”. (M.B. 76 anos)

O primeiro depoimento da entrevistada M.M. traz à luz uma questão relevante, explorada por autoras como Marins (2017) e Eger (2013), que é a necessidade do beneficiário de programas sociais terem sempre que pleitear o lugar de pobre para terem direito a serviços e benefícios. O caso dessa beneficiária do Bolsa Família se destaca das demais beneficiárias por ela ter sido no passado integrante de uma família de classe média e atualmente estar no perfil para receber o benefício do PBF. M.M estudou em escola particular a vida toda, tem três irmãos e seu pai era funcionário público do Banco do Brasil. De acordo com o seu relato, o declínio financeiro de sua família começou quando seu pai abandonou sua mãe, ela e outros três irmãos para viver com outra mulher no Rio de Janeiro. Segundo ela, seu pai teria feito a ‘feira’, uma compra grande no supermercado, deixado em casa e partido para nunca mais voltar. Sua mãe, pega de surpresa, teria adoecido e lutado na justiça para conseguir algum tipo de auxílio financeiro junto ao Banco do Brasil, mas com o passar do tempo, eles tiveram que sair vendendo tudo de casa para se sustentarem, já que a mãe era dona de casa e os filhos ainda estavam em idade escolar. A única coisa que a família havia herdado com o sumiço do pai foi a casa em que moravam. Essa casa, onde realizei a entrevista com M.M fica fora do bairro São José, no bairro de classe média de Manaíra. Por se tratar de uma casa no bairro de Manaíra e ser uma casa grande, com quatro quartos, a beneficiária diz sempre ter problemas para explicar que na verdade a casa abriga quatro famílias, e por mais que seja de fato grande, cada família ocupa um quarto e todos compartilham as áreas comuns como sala, cozinha, garagem, etc. Com a morte da mãe, pouco tempo depois que o pai saiu de casa, os filhos se viram sozinhos, tendo que correr atrás do sustento da casa. A casa foi a única coisa que restou e nenhum filho saiu dela. Cada um foi fazendo sua família, casando, tendo filhos e permanecendo na casa. M.M nunca casou e segue morando sozinha em seu quarto. O irmão se casou, trabalha em dois empregos e teve uma filha. Uma irmã trabalha como atendente em empresa de telemarketing e também não se casou e a outra irmã se casou e mora com marido e dois filhos em um dos quartos. M.M, por mais que tivesse terminado o ensino médio, nunca conseguira estabilidade em nenhum emprego e na época da pesquisa tentava tirar o seu sustento vendendo títulos de capitalização *Paraíba de Prêmios* na frente de um supermercado a poucas quadras de sua casa, ao mesmo tempo que tentava retomar as vendas de açaí com o seu carrinho, que estava com o pneu furado em sua casa. Ao olhar a casa de fora, de fato, causa estranheza imaginar que pudesse haver alguém com o perfil do Bolsa Família residindo ali. Acostumada a andar por vielas e becos no bairro São José para encontrar as beneficiárias em casas de um cômodo só, entrar em uma casa que ficava praticamente na mesma rua em que eu morava, uma rua

tipicamente de classe média, para realizar entrevista, parecia esquisito. Mas, ao entrar na casa, os sinais de um ambiente marcado pela falta de manutenção rapidamente saltam aos olhos.

No quintal muitos entulhos indicam algumas tentativas de negócios, ‘lava-jato’, carrinho de ambulante para vender lanche, material reciclável em grande quantidade, uma moto em péssimo estado de conservação e um cachorro ensandecido preso pelo pescoço prestes a me devorar caso se soltasse da corda. Na sala, onde fui convidada a sentar e realizar a entrevista, praticamente não haviam móveis, apenas um sofá em más condições e uma mesa com poucas cadeiras, o que deixava claro que se todos da casa decidissem fazer as refeições ao mesmo tempo não haveria cadeira suficiente. Uma menina adolescente nos interrompia diversas vezes e com o tempo percebi que ela tinha alguma deficiência intelectual. Ela era sobrinha de M.M e sua mãe participou como coadjuvante durante a entrevista toda porque vinha constantemente tirar a menina que insistia em sentar no meu colo. Ao término da entrevista, a mãe da adolescente veio conversar comigo pedindo informações e se queixando por não ter conseguido ainda receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefício da Assistência Social para famílias de baixa renda que tenham pessoas com deficiência ou idosos. De alguma maneira ela achava que eu poderia auxiliá-la de alguma forma, o que infelizmente não consegui.

Mas M.M seguia contando sua trajetória de quase sucesso na vida, de quase conseguir um trabalho com carteira assinada, de quase conseguir liquidar a dívida dos seus empreendimentos que deram errado, e com o passar do tempo a luz natural do sol foi acabando e ninguém ligava a luz da sala. Percebi posteriormente que não havia lâmpada onde estávamos, e assim acontecia em alguns outros cômodos que eu podia ver de onde eu estava sentada. M.M. contou que basicamente quem mantinha a casa era o irmão e a irmã que trabalhavam, e que ela e a mãe da adolescente contribuía quando podiam e como podiam. M.M recebia o benefício básico, no valor de R\$ 85.00 na época e passava o dia tentando vender títulos de capitalização sem muito êxito. Ela disse que tanto podia vender bem em um dia e tirar R\$ 10.00 quanto não conseguir vender nada e voltar pra casa sem nenhum real a mais. Para cada título de capitalização vendido no valor de R\$ 5.00, sua comissão era de R\$ 1.00, ou seja, para ela ganhar R\$10.00 no dia tinha que vender 10 títulos, o que segundo ela, era praticamente impossível de acontecer.

A trajetória de M.M e sua condição de vida atual são constantemente colocados em discussão sempre que ela sai em busca de algum serviço ou benefício, já que morar no bairro em que mora e na casa em que mora, sempre levanta suspeitas quanto à real necessidade que ela teria. A necessidade de confirmação da pobreza não é prerrogativa exclusiva dela. São constantes as situações em que as famílias de baixa renda se encontram como que ‘obrigadas a

provarem sua pobreza' como forma de garantir o acesso a serviços ou benefícios da Assistência Social. Além das documentações necessárias utilizadas para comprovação de suas situações socioeconômicas, é recorrente presenciar também discursos proferidos por elas reafirmando suas condições de vulnerabilidade quando visitam o CRAS, ou quando são visitadas em seus domicílios pelas equipes de referência dos CRAS. Assim como já discutido no primeiro capítulo, serviços e benefícios não são percebidos pelas beneficiárias do PBF como direito garantido e aparentemente também não são percebidos assim pelos profissionais que atuam na execução de programas sociais. Desta forma, é comum verificar as beneficiárias do PBF utilizarem como 'prova de suas condições de pobreza' seus discursos, que muitas vezes parecem funcionar como condição necessária para garantir a conquista do que deveria ser delas por direito. Recorrer a diversas igrejas como caminho para conseguir alimentos básicos é uma estratégia utilizada por algumas delas. Instituições que, ao contrário do CRAS, não demandariam 'provas de pobreza', mas por outro lado requereriam suas participações nos encontros, cultos ou missas.

Outro programa bastante utilizado por muitas beneficiárias do bairro é o Programa de Aquisição de Alimento, chamado PAA. O PAA é um programa do governo federal com o objetivo de incentivar a produção de alimentos da agricultura familiar e a distribuição direta desses alimentos para setores públicos como escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, etc. Cada município estrutura o programa da sua própria maneira e João Pessoa, incluiu os CRAS como unidade pública para receber esses alimentos. Além de utilizar os alimentos como complemento para a produção de lanche para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que acontecem com crianças, jovens e idosos, no CRAS São José também foi realizado cadastro para distribuição de alimentos, como macaxeira, batata doce, batata, inhame, etc. As famílias cadastradas recebem uma vez por semana alguns quilos de um único item e devem buscar no próprio CRAS os alimentos no dia estipulado por cada CRAS. O PAA, assim como outros programas sociais, está perdendo seus financiamentos nos últimos anos levando inclusive a completa extinção em alguns casos. Na época da pesquisa, o PAA no município já demonstrava sinais de fraqueza e a entrega de alimentos nos CRAS da cidade, incluindo o do São José, estava acontecendo de forma irregular. Mesmo com essa irregularidade e mesmo que os alimentos só pudessem ser entregues a aquelas famílias que já tivessem sido cadastradas, várias beneficiárias do Bolsa Família não cadastradas no PAA, comparecem nas quintas-feiras na expectativa de conseguirem pegar alimentos do PAA.

“No ano retrasado recebi a feira. De vez em quando eu vou pegar macaxeira.” (C.S. 40 anos)

“Mas eu vou às vezes pegar nas quintas macaxeira, mas como eu não sou do cadastro eu não vou sempre. Fiz cadastro, mas nunca recebi, nem do enxoval, nem da cesta básica.” (A. Q. 31 anos)

Mesmo que esse não seja um programa grande (PAA), que consiga de fato atender um número significativo de moradores do bairro São José, as beneficiárias do Bolsa Família que decidem buscar esses alimentos em geral são as mesmas que vão buscar cestas básicas nas igrejas da redondeza, e também são as mesmas que se inscreveram no programa estadual Cartão Alimentação. Talvez o fato de obterem respostas positivas ao tentarem acessar novas formas de garantir o sustento de suas famílias as motivem a seguirem tentando novas alternativas, seja de serviços e benefícios ligados ao poder público ou a organizações da sociedade civil. A motivação para ‘correr atrás’ sem dúvida está relacionada à real necessidade que cada beneficiária vivencia para sustentar a sua casa, mas, a iniciativa de buscar novas formas de conseguir recurso, alimentos, roupas ou demais doações que por ventura venham a aparecer, não acontece somente com aquelas entrevistadas que se encontravam em situações mais precárias de sobrevivência. Esse fato pode indicar que na verdade, por mais que a motivação por buscar novas alternativas de sustento de suas casas aconteça com base em uma necessidade real, a possibilidade de circular em diversas esferas e conquistar novas possibilidades, acaba sendo ainda mais complicada para aquelas que mais necessitam, seja por dificuldades encontradas para descobrir novas oportunidades, para se deslocar, ou ainda, para conseguir pleitear, argumentar, disputar novos espaços. Talvez essa reflexão explique os motivos que levaram a encontrar tantas beneficiárias do Programa Bolsa Família em situações de extrema pobreza no bairro São José que nunca acessaram nenhum outro tipo de benefício ou serviço no bairro ou fora dele.

2.1.7. Sopa já é demais!

Considerando as diversas estratégias de buscar outras alternativas para garantir alimento em suas casas, uma estratégia gerou reações mais acaloradas: a sopa oferecida no CRAS no final do dia. Se todas as iniciativas indicadas na seção anterior para acessar benefícios, como os auxílios emergenciais da prefeitura, o PAA, ou até mesmo as igrejas dos bairros vizinhos, indicam que essas são mulheres batalhadoras, que lutam cotidianamente para manter suas famílias alimentadas, pegar a sopa no CRAS não pareceu nos discursos como algo fácil de ser

realizado. A distribuição da sopa é realizada há mais de 10 anos por uma igreja católica do bairro vizinho, Manaíra, que arrecada doações de alimentos e conta com o apoio de voluntários do próprio bairro São José para cozinhar e distribuir para os interessados. O CRAS apenas sede o espaço para que a sopa possa ser preparada em uma das cozinhas que a unidade possui. Como essa unidade do CRAS dispõe de quatro blocos, um deles fica à disposição dessa iniciativa da sociedade civil, não fazendo parte portanto dos serviços disponibilizados pela assistência social do município.

Como será melhor detalhado no capítulo três, uma das estratégias utilizadas para acessar beneficiárias do PBF para a realização da pesquisa foi comparecer diariamente antes da entrega da sopa para conversar com as mulheres que ficavam na fila, aguardando a distribuição da sopa. Consegui agendar várias entrevistas com beneficiárias que estavam na fila e como forma de compreender os caminhos e estratégias utilizadas pelas beneficiárias para acessar serviços e benefícios, fez parte do roteiro de entrevistas perguntar se as beneficiárias utilizavam os serviços ofertados pelo CRAS São José, além de outros espaços no bairro. Mesmo que a sopa não seja um serviço prestado pelo CRAS, essa unidade cede seu espaço para que essa atividade seja realizada e por isso, a entrega da sopa apareceu como uma das alternativas utilizadas pelas beneficiárias em suas buscas constantes de garantia de sustento de suas famílias. Sendo assim, foram entrevistadas tanto beneficiárias que aguardavam na fila pela entrega da sopa, quanto beneficiárias que trabalhavam como voluntárias na preparação da sopa, além de beneficiárias que já pegaram sopa no CRAS, mas que não pegam mais por acharem desorganizado, tumultuado ou, nas palavras de algumas delas, ‘mundiçado’.

“Eu sou uma pessoa assim, se me der a ficha, toma, vai buscar, eu vou! Mas pra eu estar em cima, amundiçando, eu não gosto não.” (D.S. 63 anos)

P – “E você também vai receber a sopa?”

E – “Não mulher, aí me perdoe, eu não vou não.”

P – “Por que?”

E – “Não mulher, é meio nojentinho.”

A, irmã – “Não é ruim não, não é sopa?”

E – “Você vai com aqueles baldinhos de margarina mulher?” (pergunta para a irmã)

A, irmã – “Eu nunca fui não.” (morrendo de rir)

E – “Lá na frente do trabalho, do Espaço Cultural, também dão sopa no final do dia. Eu não vou não. Quem quiser ir que vá. É uma sopa boa, mas o povo já olha pra você com cara de homem, eu não vou não, de jeito nenhum.” (A.L.51 anos)

“Eu estava indo, mas eu deixei de ir porque é longe pra ir no sol quente e também começou uma mundiçada, Jesus! Eu ia pegar sopa, aí meu marido falou, não vai mais

não (risos). Não é porque eu acho que sou melhor, porque ninguém é melhor do que ninguém, mas aqui é muito muniçado mulher. Parece que está todo mundo morrendo de fome, sai pra lá, Deus me livre!” (S.O. 38 anos)

“Como amanhã é feriado vão dar (sopa) hoje. Eu fui pra sopa já, mas é difícil eu ir, nunca mais eu fui. É muita gente, você chega lá já está cheio e eu não gosto de ir cedo pra ficar esperando. Às vezes eu pego ali na igreja naquele muro azul. É uma casa, mas eles fazem culto toda noite, depois do culto eles dão a sopa.” (M.P. 42 anos)

Esses são alguns dos depoimentos relacionados à pergunta sobre o uso das entrevistadas de serviços e benefícios ofertados pelo CRAS São José, incluindo a distribuição da sopa. Percebe-se que a imagem que se tem de quem vai buscar a sopa é uma imagem de pessoas que seriam antes de tudo mais necessitadas que elas. A necessidade econômica dessas pessoas seria tão maior que a atual necessidade das beneficiárias entrevistadas, que faria com que elas (as que vão buscar a sopa) se prestassem a essa situação praticamente humilhante de ter que pegar a sopa no CRAS. Diversos elementos indicam o sentimento de humilhação e vergonha que levam as entrevistadas a se negarem a pegar a sopa, como o fato de levar um ‘baldinho de margarina’, ‘nojentinho’, ‘muniçado’. Algumas relataram haver discussões e até brigas na fila da sopa, o que seria um dos indícios mais significativos da pobreza em que essas pessoas se encontram, visto que elas estariam até brigando por comida nas filas. O depoimento “*parece que está todo mundo morrendo de fome, sai pra lá, Deus me livre!*”, indica não só a possível desconexão que essa entrevistada tenha da realidade dos demais moradores de seu bairro, que de fato devem estar passando fome, mas também a necessidade dela de se distanciar dessa situação que sem dúvida projeta a imagem de que as pessoas que se submetem a isso seriam as mais pobres do bairro.

Buscar a sopa no CRAS significaria pertencer ao estrato econômico mais baixo do bairro, seriam os ‘mais pobres’ do bairro, e somente ‘essas pessoas’ se submeteriam a esse processo humilhante de ‘ficar esperando na fila com um pote de margarina’ para pegar uma sopa. Como o último depoimento aponta, o fato de ter muita gente, ser desorganizado, fragiliza ainda mais esse processo. No caso da entrevistada M.P., catadora de material reciclável e que dentre as entrevistadas se encontrava em uma das situações mais precárias de sobrevivência, a sopa não parecia ser um problema em si, tanto é que ela decide pegar a sopa em outro lugar, mais organizado e sem tumulto. No caso dela, um dos principais indicadores da humilhação seria ter que passar por filas e até tumultos para garantir um pouco de comida. Já para A.L., pegar sopa é em si o símbolo da humilhação. Quando ela fala: *Quem quiser ir que vá. E é uma sopa boa, mas o povo já olha pra você com cara de homem, eu não vou não, de jeito*

nenhum!”, ela deixa claro que, mesmo sendo uma sopa boa, em outro lugar, longe de onde ela mora, ela não se submeteria a isso porque as pessoas olhariam para aqueles que estão na fila da sopa de forma diferente. Esse depoimento traz vários elementos importantes, porque essa entrevistada, A.L., elenca os sinais que para ela são humilhantes, passando desde o símbolo máximo, destacado por ela, da representação da miséria, ‘o pote de margarina’, até o fato da sopa em si ser muito ruim, sem qualidade, uma ‘lavagem’ como muitas disseram. Mesmo o fato dessa entrevistada ser ex-presidiária, e, conseqüentemente, ter passado por severas restrições alimentares no presídio, se submeter a essa situação, ainda que necessite, parece extrapolar o limite da dignidade. A irmã dela, que participava da entrevista e posteriormente fora entrevistada também, ainda tenta relativizar, a postura tão contundente de sua irmã de aversão à sopa dizendo: “*Não é ruim não, não é sopa?*”. Mas quando confrontada por A.L. admite, caindo na risada, que de fato, ela nunca havia ido buscar a sopa.

Como afirma uma das entrevistadas:

“A única coisa que eu não quis, porque a gente tem que abrir mão pra quem está precisando, foi aquela sopa. Eu não vou tirar da boca de quem não tem nada. E aquilo ali não é nem uma sopa, é uma lavagem que eles dão ao povo. Uma vez eu reclamei lá, vocês deviam ter vergonha de chamar isso de sopa, isso está errado, não quer dar, não dê. Eu conheço gente desses conjuntos que vão pegar almoço e janta. Aí dizem, mas a senhora não vai querer? A senhora tem direito. Não, deixa pra quem realmente está precisando.” (E.S. 43 anos)

Essa entrevistada aproveitou o dinheiro que recebeu quando foi demitida do trabalho de cuidadora de idosos e investiu na compra de material para fazer quentinhas, vender salgados e açaí. A entrevista com ela foi realizada na cozinha de sua casa, enquanto ela fazia o almoço para servir para as pessoas que vinham buscar ou que almoçavam na mesa da sala de sua casa. Talvez por trabalhar com comida, ela foi a única que verbalizou na entrevista ter reclamado da qualidade da sopa para aqueles que organizavam essa ação. No entanto, mesmo dizendo que aquilo estava longe de ser comida de ser humano, fazendo menção a comida de porcos, ela ressalta que não vai buscar a sopa porque *não vou tirar da boca de quem não tem nada*, e que vai deixar *pra quem realmente está precisando*. Assim como as outras entrevistadas apontaram, nota-se nesse depoimento uma divisão clara entre aqueles pobres como ‘eu’ e os ‘muito mais pobres’, que se submeteriam à sopa por estarem em situação muito mais fragilizada que a delas.

Não resta dúvida de que esses depoimentos, dados de forma bastante veemente, foram depoimentos de pessoas que já foram buscar a sopa e, pelas razões expostas acima, decidiram parar de fazer isso. Para as beneficiárias entrevistadas que seguem buscando a sopa no CRAS,

essa iniciativa aparece em seus discursos sem grande destaque. Da mesma maneira que elas relatam acordar cedo para se cadastrar em programas sociais, pesar o filho no posto de saúde ou participar dos encontros promovidos pelo CRAS, também, como parte de suas atribuições de chefe de família, vão buscar a sopa no CRAS. No entanto, para aquelas que já foram e não vão mais, ou para aquelas que nunca foram, a razão para não buscarem a sopa parece clara: só vai buscar a sopa quem realmente está em uma situação muito difícil.

Em uma pesquisa realizada com beneficiários do Bolsa Família no Rio de Janeiro, Marins (2017) apresenta dados sobre os processos humilhantes que pobres são levados a passar em suas vidas para terem acesso aos serviços e benefícios públicos no Brasil. Com uma pesquisa que incluiu beneficiários do Bolsa Família, pobres não beneficiários e ainda servidores públicos ligados à execução do PBF e dos serviços diretamente ligados ao programa, a autora aponta os diversos processos de humilhação enfrentados pelos pobres no seu cotidiano, especificamente quando buscam acessar o benefício do PBF. Marins, argumenta em seu livro, *Bolsa Família: questões de gênero e moralidade*, que os beneficiários do PBF indicam terem vergonha de serem beneficiários. Dentre as principais razões apontadas pela autora estaria o fato de beneficiários indicarem sofrer um *processo de humilhação* ao acessarem o Programa Bolsa Família. Segundo ela, esse *processo de humilhação* se daria, mais especificamente, nos momentos de interação entre os beneficiários e os trabalhadores envolvidos na execução do programa. Em sua pesquisa, os beneficiários indicaram serem humilhados por diversos atores ligados à execução direta do programa, como cadastradores do CadÚnico, assistentes sociais, agentes comunitários de saúde, psicólogos, professores, dentre outros. Os beneficiários teriam elencado esses momentos, de interação e utilização dos serviços públicos diretamente relacionados à execução do Programa Bolsa Família, como marcadores dos maus tratos, sendo esses espaços os locais destacados por eles de vivência do estigma social por serem pobres.

Para subsidiar seu argumento de que os beneficiários do Bolsa Família teriam vergonha de serem beneficiários, Marins expõe a *via crucis* que os pobres devem fazer para conseguirem ser admitidos no programa. Com o relato de seus entrevistados, a autora afirma que os beneficiários são obrigados a permanecerem em filas enormes para se cadastrarem no programa, que os beneficiários são desrespeitados pelas equipes responsáveis nos momentos do cadastro, das entrevistas e das visitas domiciliares, e ainda, que eles são humilhados por profissionais da saúde, educação e assistência social. Não resta dúvida que tudo isso é de fato representativo da realidade cotidiana do beneficiário do PBF mas, ao contrário da afirmação da autora, esse processo de ‘desqualificação social’ ao qual ela se refere, não se daria, ao meu ver, no momento

que o pobre busca sua inserção no Programa Bolsa Família, e sim, desde o seu nascimento na condição de pobre.

O conceito de ‘desqualificação social’ desenvolvido por Serge Paugam (1999), é utilizado pela autora como eixo central de sua análise sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família. Com o objetivo de distinguir esse conceito do conceito de exclusão social, o autor francês afirma:

“A desqualificação social corresponde a uma das formas possíveis dessa relação entre uma população designada como pobre em função de sua dependência em relação aos serviços sociais e o restante da sociedade” (PAUGAM, 1999 p. 64)

Com o intuito de buscar novas formas de definir o que ele chama de ‘nova pobreza’ na França, Paugam irá se valer do grande aumento de solicitações a auxílios assistenciais como um marcador capaz de classificar quem seriam os ‘novos pobres’ na França após a década de 1980. Ou seja, pobre seria aquele cidadão usuário da Assistência Social, aquele que *depende*, nas palavras dele, da Assistência Social no país.

Marins argumenta que uma das consequências inesperadas do PBF foi reforçar o processo de estigmatização que o beneficiário passa ao se tornar um beneficiário do Programa Bolsa Família. No entanto, um dos principais problemas com esse argumento é considerar que o beneficiário sofreria esse processo de estigmatização social no momento que ele fosse inserido no processo para se tornar beneficiário do PBF. Talvez, muito influenciada pelo trabalho de Paugam (2003), que faz uma análise do processo de ‘desqualificação social’ que franceses passam ao se tornarem beneficiários de programas da Assistência Social, a autora parece considerar que a entrada no PBF marcaria definitivamente o início do processo de estigmatização e ‘desqualificação social’ do pobre brasileiro.

No caso francês, o público que acessa esses programas parece ser totalmente distinto do público brasileiro que acessa o PBF, o que torna os casos muito difíceis de serem comparados. No caso francês, os usuários que chegam a acessar o programa o fazem após a perda de um trabalho ou queda na qualidade de vida por causas diversas. Ou seja, esses usuários franceses estariam em uma condição de emprego formal ou mesmo de trabalhos esporádicos, e, devido a insegurança causada pela perda do trabalho, teriam sido levados a acessar os serviços de assistência social no país. Assim, o marcador social que classificaria a ‘nova pobreza’ para o autor seria o acesso a serviços e benefícios da assistência social (PAUGAM, 2003). Nesse caso, parece ser bem aplicado o conceito de desqualificação social do beneficiário ao acessar os programas franceses, porque isso pressupõe um momento específico na vida dessas pessoas em

que elas têm que enfrentar todos os processos de reconhecimento de uma queda na sua condição econômica e social no momento que se tornam elegíveis aos programas socioassistenciais do governo francês. O conceito de ‘desqualificação social’, tal como usado por Paugam para retratar a realidade da França, indica um processo de rebaixamento social, principalmente enquanto ferramenta construída para compreender a “nova pobreza”. Esse rebaixamento social, por sua vez, pressupõe sempre uma situação anterior em que a humilhação e o estigma não faziam parte das relações sociais cotidianas daquela população.

No caso dos beneficiários do Programa Bolsa Família, por mais que haja casos de queda no status social de alguns beneficiários que os tornariam elegíveis ao programa, pode-se dizer que majoritariamente os pobres elegíveis para o PBF se encontram historicamente em condições de pobreza e extrema pobreza por gerações. Os beneficiários do PBF, na verdade, são o resultado da perpetuação da pobreza e da gigantesca desigualdade social que passa de geração em geração no Brasil. Desta forma, seria equivocado ao meu ver, indicar como ponto inicial desse processo de desqualificação social do pobre a entrada dele no programa, já que o público beneficiário do PBF, historicamente, convive com esse ‘processo’ de desvalorização social e estigmatização desde o nascimento, e não especificamente ao acessarem, ou por terem acessado, o PBF. As etapas do processo de desqualificação social sugeridas por Paugam e utilizadas por Marins para justificar a vergonha do beneficiário do PBF em ser beneficiário, iniciariam com a efetiva rejeição do cidadão em acessar o benefício, passando pela resistência, aceitação, para finalmente se acomodarem com a situação de serem cidadãos assistidos. (MARINS, 2017). Talvez mais adequado do que identificar o processo de ‘desqualificação social’ a partir da inserção em um programa de transferência de renda no Brasil, seria considerar que a vida vivida pelo pobre no Brasil é marcada pela desqualificação social sempre que as classes desfavorecidas buscam acessar qualquer tipo de trabalho, serviço ou benefício público.

Como parte de sua pesquisa de campo, Marins entrevistou majoritariamente famílias compostas por marido e mulher, ou seja, famílias beneficiárias que provavelmente possuem uma situação econômica melhor do que aquelas famílias em que há apenas um provedor em casa, a mulher beneficiária. Há de se considerar que esse perfil de entrevistados pode levar a diferenças quanto às percepções sobre o que é mais ‘suportável’ ou não, ou o que é considerado digno/indigno ou humilhante. Não há aqui o interesse de negar a existência de desrespeito e humilhação na oferta de serviços e no atendimento ao pobre beneficiário mas, principalmente, tentar perceber os motivos que levaram a tamanha discrepância entre os dados encontrados por Marins no Rio de Janeiro e os meus em João Pessoa. Considerando que as beneficiárias do bairro de São José reconhecem a existência de preconceito com elas por serem pobres e

beneficiárias do PBF, não houve indícios de que essas entrevistadas sentissem vergonha especificamente por serem beneficiárias do PBF. Outro ponto que merece destaque é que os dados apresentados pela autora não fazem menção ao sentimento de humilhação dos pobres não beneficiários, já que esse grupo foi entrevistado por ela também. Não estariam os pobres não beneficiários sujeitos também a processos de ‘desqualificação social’ por serem pobres? Será que não haveria esse mesmo processo de desqualificação social com os pobres desempregados ou ainda com os pobres trabalhadores autônomos ou informais? E o que dizer dos pobres não beneficiários que utilizam os serviços públicos como postos de saúde, CRAS e escolas do bairro, será que eles seriam tratados de forma distinta dos beneficiários⁴⁷?

Não reconhecer que existe uma diferença significativa entre o perfil do público assistido desses dois países (Brasil e França), e que, de formas distintas, esses indivíduos acessam os programas da assistência social, pode nos levar à interpretações equivocadas, visto que o significado de ser beneficiário em uma nação economicamente forte e com altas taxas de empregabilidade formal, caso da França, é extremamente diferente do significado de ser beneficiário em um país como o Brasil, onde o emprego formal e a estabilidade financeira nunca chegaram a ser realidade para o público no perfil do Programa Bolsa Família.

Para Paugam e Marins, programas de assistência social criam ou reforçam estereótipos, colaborando ainda mais para a perpetuação das desigualdades e exclusões. Não se pode negar de fato a existência de processos de humilhação e reprodução de desigualdades e estereótipos inseridos na produção e efetivação de políticas públicas de combate à pobreza (PIRES, 2019). No entanto, assumir a categorização de beneficiários como efetivamente ‘pobres humilhados’ a partir exclusivamente da inserção deles no Programa Bolsa Família parece desconsiderar todas as violações de acesso a direitos que esse público vivencia desde seu nascimento, ao mesmo tempo que não reconhece que, para muitos beneficiários a entrada no programa significou o acesso, mesmo que precário, a serviços e benefícios jamais acessados por eles.

Com isso se encerra esse capítulo, reforçando que assim como qualquer outro grupo social, as beneficiárias do Programa Bolsa Família no bairro de São José classificam e categorizam as pessoas que estão ao se redor com base em fronteiras simbólicas fortemente marcadas pelo o que elas consideram como justo, correto e digno. Para os membros das classes mais altas que as acusam de serem preguiçosas e de terem muitos filhos, segundo a percepção das beneficiárias, somente a falta de empatia e conhecimento de suas realidades justificaria

⁴⁷ Como parte do argumento da autora sobre o processo de desqualificação social, o Estado assume o papel principal em criar e manter estruturas capazes de classificar, controlar e enquadrar os grupos, sendo o Programa Bolsa Família e as demais esferas públicas ofertantes de serviços os espaços físicos responsáveis pela efetivação do exercício desse poder.

tamanho equívoco com relação a elas. Para os pobres não beneficiários que as criticam com os mesmos adjetivos, somente a inveja explicaria os motivos que fazem pobres não beneficiários criticarem pobres beneficiários. Essa inveja, segundo elas, se daria porque esses pobres não beneficiários não teriam sorte ou pior, não teriam um comportamento condizente com aquele exigido para se tornar um beneficiário do Programa Bolsa Família. Acomodados e preguiçosos seriam os pobres não beneficiários que estariam no perfil do programa, mas não se esforçariam o bastante para serem contemplados. Da mesma maneira que se espera o cumprimento de um conjunto de ações e comportamentos adequados para se tornar e se manter beneficiário, é fortemente marcado também o julgamento moral que se faz da ‘beneficiária merecedora’ a e da ‘beneficiária não merecedora’. Essa classificação envolve a capacidade da mulher em manter seus filhos na escola, cumprir com as condicionalidades, gastar o dinheiro de forma correta, ser grata pelo benefício que recebe e buscar alternativas via outros benefícios e serviços para suprir as necessidades cotidianas enfrentadas por suas famílias. Sendo assim, conclui-se esse capítulo para que seja apresentado no capítulo seguinte as nuances do bairro de São Jose, onde foi realizada a pesquisa, bem como os aspectos metodológicos da pesquisa.

Capítulo 3

No coração do São José

“Uma vez quando eu fui na padaria em Manaira eu ouvi o pessoal falando. ‘Se eu pudesse eu mandava fazer um muro pra essa gente do bairro do São José não passar pra aqui’”. (M.P. 39 anos)

A escolha do bairro de São José para a realização da pesquisa levou em consideração dois aspectos fundamentais. Primeiro, ser um bairro com alta concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade social, o que acarretaria consequentemente no alto índice de moradores beneficiários do Programa Bolsa Família; Segundo, existir no bairro equipamento da Assistência Social, já que normalmente os bairros que contam com equipamentos da Assistência Social instalados são aqueles que apresentam indicadores mais elevados de vulnerabilidade social.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi instituída em 2004 e como parte dela foi criado em 2005 o Sistema Único da Assistência Social (SUAS). O SUAS tem como objetivo organizar nacionalmente a gestão das políticas de Assistência Social de forma descentralizada pressupondo o cofinanciamento pelos três entes federados bem como pelo Controle Social exercido pelos Conselhos de Assistência Social. Todas as ações da Assistência Social devem ser desenvolvidas nos territórios que possuam as maiores concentrações de população em situação de vulnerabilidade social. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) funcionam como principais portas de entrada dos serviços da Assistência Social nos municípios. Espalhados por todo o Brasil, eles não só são responsáveis pela execução de serviços e programas da Assistência Social como também executam ações relacionadas ao Programa Bolsa Família, como visita domiciliar, acompanhamento familiar, acompanhamento de famílias em situação de descumprimento de condicionalidades, etc.⁴⁸

A existência de equipamentos da Assistência Social também serviria como possível facilitador para inserção da pesquisadora no território, visto que o contato preliminar com beneficiários sem a mediação do equipamento público poderia gerar desconfianças por parte

⁴⁸ Para maiores informações sobre Programas, Serviços e Benefícios da Assistência Social visite o site do Ministério da Cidadania <http://mds.gov.br/>

dos beneficiários contatados. A desconfiança em responder questionários ou entrevistas sobre o Programa Bolsa Família se deve ao fato do receio constante da perda do benefício. Como parte do sistema de acompanhamento e monitoramento do Programa Bolsa Família, são realizadas visitas domiciliares que as vezes possuem o caráter de fiscalização ou averiguação dos dados fornecidos no cadastro ou recadastramento dos beneficiários. Muitas vezes, o resultado dessas visitas pode gerar bloqueio, suspensão ou até mesmo cancelamento do benefício, motivo que justifica o trabalho cuidadoso necessário para conquistar a confiança dos entrevistados de que a referida pesquisa não tinha relação alguma com os órgãos públicos responsáveis pela execução do Programa Bolsa Família no município.

Além desses critérios utilizados na escolha, e do fato do bairro já ter sido considerado o bairro mais pobre de João Pessoa⁴⁹, o São José apresenta também uma formação bastante peculiar na história do desenvolvimento urbano de João Pessoa, estando situado em uma região nobre da cidade.

A área onde hoje está localizado o bairro São José teve sua ocupação intensificada com a relocação de moradores de uma vila de pescadores por conta do projeto de revitalização da orla do bairro de Manaíra, ainda na década de 1970. Hoje em dia, o que divide o bairro de São José do bairro de classe média alta de Manaíra é o Rio Jaguaribe. O São José encontra-se hoje comprimido entre o rio e uma barreira, devido ao seu crescimento sem planejamento. Hoje a população do bairro sofre com vários problemas de infraestrutura e acesso a serviços, além dos problemas constantes de alagamento e deslizamento de barreiras no período das chuvas.

O São José também dispõe de unidade pública do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), o que contribui, entre outros fatores, para a escolha do bairro como local da pesquisa, como mencionado anteriormente. O leito do Rio Jaguaribe percorre quase que exclusivamente o perímetro urbano da cidade de João Pessoa⁵⁰, o que o tornou, ao longo do crescente processo de urbanização da capital, um verdadeiro depósito de lixo, poluentes e esgoto dos bairros por onde passa. A história de formação do bairro de São José é marcada pelo uso que se fazia do Rio Jaguaribe na época e pelo papel que o rio tinha no cotidiano das

⁴⁹ De acordo com dados do IBGE, o bairro de São José possui o menor valor de *renda média domiciliar mensal* e de *renda média per capita* de todos os 68 bairros que compreendem a cidade de João Pessoa. O dado se torna ainda mais relevante quando se considera o fato de que esse bairro está localizado ao lado, dividido apenas por um rio, do bairro de Manaíra, que possui a terceira maior *renda média domiciliar* e *domiciliar per capita* da capital. Estas são estatísticas derivadas do Censo 2010. Fonte: Banco Multidimensional de Estatísticas (BME/IBGE).

⁵⁰ A nascente do Rio Jaguaribe se encontra entre as regiões do bairro Esplanada e das Três Lagoas, passando pelos bairros Cruz das Armas, Varjão, Jaguaribe, Castelo Branco, Manaíra, Cabo Branco, Bessa e Miramar. Os últimos quatro bairros citados vêm passando nas últimas décadas por um processo de verticalização intensa, o que agrava ainda mais o processo de poluição do rio por conta do aumento do despejo de agentes poluidores e de lixo em seu leito, já que essas são as áreas de maior especulação imobiliária da cidade. Sobre a história e os impactos da urbanização da cidade de João Pessoa ao longo do curso do Rio Jaguaribe ver Dieb e Martins (2017).

primeiras famílias que chegaram no local. O Rio Jaguaribe é literalmente um marco divisor do território, pois separa o bairro nobre de Manaíra do bairro pobre de São José. Mas ele é também um marco divisor do tempo, visto que a percepção e o uso que se tinha do Rio Jaguaribe na época em que a comunidade foi se desenvolvendo no início da década de 70 é completamente distinta da percepção e da relação que os moradores de hoje possuem com o rio.

Figuras 5 e 6 – Imagens do bairro



Para aqueles moradores que chegaram no início da formação do bairro, a referência que se tem do rio e do seu entorno é a de um local limpo, amplo, com poucos moradores, que mais se parecia com um ambiente rural dentro do perímetro urbano. Isso pode ser facilmente percebido nas falas das pessoas mais velhas que primeiro chegaram no bairro, ou daquelas pessoas que passaram sua infância no bairro entre as décadas de 1970 e 1980.

“Só tinha eu aqui. Não era rua não, era só mato, perto do rio. Quando foi em 1980 o padre passou dando terreno”. (M.B. 76 anos)

Segundo a entrevistada, a casa em que ela vive hoje foi construída em um terreno doado por um padre de uma igreja católica, que na época, segundo ela, foi o responsável por 'lotear' os terrenos na beira do Rio Jaguaribe, considerando o tamanho das famílias que viviam ali. A entrevistada menciona ainda que ao ver que ela tinha muitos filhos, sete ao todo, o padre decidira dar a ela um terreno grande, que seria 'compatível' com o tamanho de sua família⁵¹. Seu terreno era tão grande e próximo do rio que era possível plantar, diz a entrevistada:

“plantei porque o terreno era grande. Plantei jerimum, milho, feijão, abacate, manga, coco”. (M.B. 76 anos)

⁵¹ Hoje em dia não é possível ter a dimensão do terreno porque ao redor da casa dela, construída no início da década de 1980, foram construídas várias casas dentro do mesmo terreno, onde moram vários de seus filhos com suas famílias.

+

“Aqui era cheio de pé de caju. A gente vivia cheio de bicho no pé. Esse rio era bem limpinho, a gente tomava banho aqui. Na época não tinha água encanada, nem energia. Na época minha mãe ia lavar roupa, era bem longe, lá depois do shopping, no rio. Ia ela e um monte de mulher cheia de bacia de roupa na cabeça. Chamava Ariero. Ia todo mundo, aí a gente ficava lá tomando banho.” (M. P. 39 anos)

No entanto, com o passar do tempo, a relação com o Rio Jaguaribe mudou bastante e essa imagem essencialmente bucólica dos moradores antigos ficou no passado. Se antes o rio era fonte de água limpa, para tomar banho, beber, cozinhar, lavar roupa, irrigar pequenas plantações e pescar, hoje em dia o rio é uma das principais fontes de preocupação dos moradores do bairro por conta da poluição de suas águas e dos alagamentos constantes causados nos períodos de chuva. O período do ano que mais chove em João Pessoa, assim como em várias outras cidades do litoral do Nordeste brasileiro, vai de abril a agosto. As estações do outono e inverno são marcadas por chuvas torrenciais, o que causa a elevação do nível do Rio Jaguaribe e conseqüentemente o alagamento de várias casas e barracos localizados à margem do rio. Devido à ocupação irregular às margens do rio, ao assoreamento, ao depósito de lixo e demais poluentes ao longo dos anos, no período das chuvas o Rio Jaguaribe transborda e invade as casas daqueles que se encontram nas situações mais precárias de habitação do bairro.

Todos os anos os alagamentos e deslizamentos de terra acontecem causando acidentes e graves problemas para centenas de famílias residentes no bairro. O bairro fica limitado entre o rio de um lado e uma barreira, com o que restou de vegetação nativa, de outro. É como se o bairro fosse um corredor com uma avenida principal que percorre toda a sua extensão, começando na Avenida Rui Carneiro, na altura do bairro de Manaíra, se estendendo até a BR-230. Derivadas dessa rua principal existem outras ruas, becos e vielas, mas o principal acesso de carro ou transporte público ao bairro São José só pode ser feito por essa única rua principal. Devido às constantes relocações realizadas com as famílias afetadas durante o período das chuvas, algumas obras e várias promessas são feitas constantemente pelo poder público na tentativa de garantir condições seguras e salubres de moradia para os moradores do São José. As promessas de revitalização do Rio Jaguaribe e do seu entorno são recorrentes por parte do poder público ligado a Defesa Civil e demais secretarias como infraestrutura, meio ambiente, habitação, etc. Algumas obras já foram realizadas ao longo dos anos na tentativa de minimizar os riscos que a população do bairro sofre anualmente com alagamentos e deslizamentos de barreira. Como exemplo disso, em setembro de 2018 o prefeito de João Pessoa na época, Luciano Cartaxo, inaugurou o que chamou de “obras de urbanização do bairro”, que compreendeu a construção de um parquinho infantil, uma academia popular, um calçadão, obras

de limpeza do leito do rio bem como a construção de barreira de contenção. Alguns meses depois, em dezembro de 2018, foram entregues também mais de 300 apartamentos construídos com recurso do governo federal do Programa Minha Casa Minha Vida para residentes do bairro que moravam em localidades de alto risco. Assim como essas ações recentes, outras iniciativas também já foram tomadas para tentar sanar o problema dos alagamentos constantes, no entanto, nenhuma ação significativa de revitalização do Rio Jaguaribe aparece no histórico de obras já realizadas pelo município. Ao longo dos anos, pode-se perceber a repetição de ações pontuais de limpeza superficial do Rio Jaguaribe, mas nada que se proponha tentar resolver de forma mais definitiva o problema dos alagamentos causados pelo aumento do nível do rio em época de chuva.

Na fala de várias entrevistadas, os alagamentos aparecem como um dos principais problemas de se viver no bairro São José:

“Quando chega o inverno, a maré alta e chovendo muito, só Jesus na causa. Lá em casa, dentro de casa, a água fica no joelho.” (M.V. 61 anos)

“Querida sair dessa casa, não queria sair do bairro não, mas aqui entra água no quarto, cozinha, essa sala e banheiro. Pra ela (filha) ter o cantinho dela, porque ela dorme com a gente. Aqui não dá pra comprar nada, tudo se acaba, guarda-roupa já foram uns três. Não tenho nada porque a água acaba com tudo”. (I.N. 23 anos)

“Aqui alaga todo ano. Por isso que eu não tenho quase nada, porque a água aqui é muito alta. Tinha um beliche, foi uma vez só”. (M.C. 43 anos)

Os alagamentos no bairro alcançam praticamente o bairro todo, mas alguns locais são ainda mais afetados que outros. Quanto mais próximo da beira do rio, maior a quantidade de água dentro das casas, e quanto mais próximo à barreira, menores as chances de alagamento visto que essas casas se encontram na parte mais alta do bairro. Como colocado por diversas entrevistadas, a perda da mobília de suas casas por causa dos alagamentos é tão recorrente que muitos desses móveis nunca são substituídos. As casas da rua 'Beira do Rio', são as mais afetadas com os alagamentos do bairro São José. Várias casas que visitei nessa rua de fato possuíam espaços vazios como decorrência da perda de mobília em enchentes passadas. Além disso, quando a casa possui mobília como cama, geladeira, fogão ou mesa, tudo era elevado, colocado em cima de tijolos para proteger os móveis de um possível novo alagamento. Em uma das casas visitadas, de apenas dois cômodos, a única cama do quarto estava tão elevada por tijolos que para subir na cama era necessário usar uma cadeira, e ao ficar sentada na cama minha cabeça quase batia no teto.

O Rio Jaguaribe como fronteira geográfica, que marca e delimita a área do bairro São

José, também funciona como um marco que evidencia as fronteiras sociais que dividem esse bairro marcado pela pobreza extrema, do bairro de Manaíra de classe média alta, que concentra casarões e condomínios verticais de luxo. O discurso recorrente por parte dos moradores do bairro São José marcam a divisão concebida por eles de que, “eles”, os que moram do lado de “lá” do rio, os percebem, os moradores do lado de “cá”, como um problema, uma ameaça. É curioso perceber que nas falas que reforçam a diferença de classe entre “nós pobres” do bairro São José e “eles ricos” do bairro vizinho Manaíra, o bairro de classe média João Agripino que também faz divisa com o bairro São José sequer aparece nos relatos dos moradores do bairro São José. De fato, o bairro São José está localizado como se fosse no fundo do bairro de Manaíra, compreendendo praticamente toda a extensão de Manaíra, entre a barreira e o rio. Já o marco divisor entre o bairro São José e o bairro João Agripino não é o rio, mas exatamente a barreira, que possui apenas uma escada como forma de conectar os dois bairros. De fato, quando os moradores se deslocam, acessam serviços, buscam por emprego, etc., o bairro de Manaíra aparece como o principal espaço para todas essas atividades. Talvez, devido a isso fique mais evidente para os moradores do bairro São José que a divisão entre “bairro pobre” e “bairro rico” vivenciada no seu cotidiano se traduza basicamente como bairro de São José e bairro de Manaíra.

A percepção das entrevistadas de que o bairro São José é visto por “eles”, “ricos de Manaíra” como um lugar perigoso aparece constantemente nos discursos. Ao relatarem suas trajetórias profissionais, várias entrevistadas destacaram já terem sido discriminadas ou terem enfrentado dificuldades para conseguir trabalho devido ao fato de serem moradoras do bairro São José. A principal explicação seria exatamente o fato de o bairro ter alcançado visibilidade nos últimos anos pelas constantes relações entre criminalidade e tráfico de drogas. O contato com pessoas de outros bairros, a circulação pelos bairros vizinhos e a busca por trabalho, segundo várias entrevistadas, é marcada por interações onde a desconfiança aparece como principal elemento mediador. Em alguns casos, essa desconfiança passa do campo subjetivo para comportamentos preconceituosos e discriminatórios como demonstram os relatos a seguir:

“Principalmente o povo rico daí de Manaíra que discrimina o São José. Muitas vezes perdi faxina e acho que perdi emprego por conta disso. Faz uns 4 meses que perdi uma faxina. Eu estava ajudando uma amiga a fazer faxina aí em Manaíra e estava acontecendo essas coisas de morte aqui no São José. E a mulher estava desconfiando de J. (amiga) e de mim também. Aí ela perguntou pra J., e J. comentou. No outro mês ela não quis mais”. (L.M. 54 anos)

“Quando eu venho dentro do ônibus tem gente que fala que o bairro é perigoso, que o bairro é aquilo. Tem dia que eu fico calada, mas minha menina tem hora que fala: ah

aquele bairro é o melhor que tem, é perto de Manaíra, perto do shopping, perto do supermercado, da praia, de tudo. Eu mesma gosto daqui”. (D. F. 63 anos)

“Eu quero que entreguem um negócio, aí a mulher pergunta onde é? Quando digo falam, vixe maria! Entrega não. É difícil alguém entrar aqui pra entregar lanche”. (R.S. 24 anos)

Segundo Veloso (2010), que realizou pesquisa sobre as notícias veiculadas sobre criminalidade no bairro São José e o impacto dessa representação negativa do bairro na vida dos moradores do São José, “o bairro é uma espécie de 'personagem' das histórias tristes de João Pessoa” (p.18). Segundo a autora, nos últimos anos houve um crescimento do número de programas de televisão sensacionalistas que têm como base a veiculação de notícias relacionadas aos casos de violência que acontecem na cidade de João Pessoa, e em muitos desses programas o bairro São José ganhou destaque⁵². Uma das razões para isso, aponta a autora, seria exatamente o fato de o bairro estar localizado em uma área nobre da cidade, na divisa com bairros de classe média, fazendo fronteira com o maior shopping center da cidade. Talvez os índices de criminalidade não sejam necessariamente maiores na região do entorno do São José, mas como ele se encontra cercado por bairros de classe média e algumas vezes os afetados por esses crimes são da classe média, pode haver maior repercussão desses casos do que aqueles que acontecem em bairros de baixa renda.

Em seu trabalho, Veloso apresenta o papel que programas de televisão sensacionalistas exercem na produção de categorizações e na estigmatização de determinados grupos sociais. Como um dos diversos exemplos apresentados por ela, a citação abaixo indica a forma com que a notícia é frequentemente veiculada por esses programas televisivos. Após anunciar um caso de briga de gangues que teria acontecido nas imediações do bairro São José, uma bala teria atingido um jovem no momento em que ele saía do Shopping Manaíra.

“E a Polícia ainda não pegou os acusados por que eles fugiram para a comunidade São José. Eles provavelmente estão escondidos lá! É sempre assim, eles praticam os crimes nas imediações do Manaíra e fogem para o São José, porque o acesso é difícil nessa área (...)”. (Veloso, 2010. p.10)

O exemplo citado acima é apenas uma pequena fração do tipo de notícia frequentemente veiculada sobre o bairro São José, mas apresenta de forma significativa a imagem veiculada sobre o bairro e os consecutivos entraves enfrentados por moradores do bairro quando circulam

⁵² A Pesquisa de Wanessa Veloso analisou reportagens veiculadas pelos telejornais locais do meio-dia, “Caso de Polícia” (TV Tambaú), “JPB” (TV Cabo Branco), “Correio Verdade” (TV Correio) e “Cidade em Ação” (TV Arapuã).

pela cidade buscando serviços, trabalho ou até mesmo lazer. A necessidade de demonstrar que a 'realidade' apresentada pelos meios de comunicação não é condizente com o que os moradores vivenciam no bairro é ressaltada sempre que as entrevistadas são indagadas sobre sua trajetória de vida ou o que as trouxe para morar no bairro. Nesse momento, as categorias de aproximação e distanciamento (nós/eles) podem ser percebidas, ao menos para esse caso específico, em pelo menos duas formas distintas. A primeira, que aparece quase que espontaneamente quando as entrevistadas discorrem sobre suas vidas, seu cotidiano no bairro, suas relações de vizinhança, diz respeito a uma vida justa e correta, contrastando substancialmente com a imagem comumente veiculada do bairro, como local perigoso e de altos índices de criminalidade. Existe uma necessidade de afirmação, por parte das entrevistadas, de que essa visão negativa que se tem do bairro é algo criado e reproduzido por 'eles, os ricos', e que 'nós', moradores do bairro, não somos 'bandidos', como 'eles falam'.

“Arrumei um emprego e mandaram eu levar um currículo no Bessa. A mulher me tratou super bem, até tomei café com a mulher, mas quando ela viu bairro São José, ela disse, minha filha, eu não quero ninguém de lá. Eu disse a ela: Lá mora muita gente que não presta, mas também muito cidadão de bem”. (M.A. 36 anos)

“Nunca gostam de dizer que moram no bairro porque saiu, eu lembro, assim, preconceitos dos empregadores pra não empregar ninguém que morasse aqui. Comigo nunca aconteceu não, eu dizia, eu moro no bairro do São José, mas aquela coisa né, parece que está escrito na sua cara se você presta ou não. Eu nunca gostei disso, eu sempre disse, eu moro no bairro. Eu vou dizer que moro em Tambaú? Ou numa cobertura triplex em Cabo Branco? Não! Eu moro na minha favelinha, mas eu sou direito, nunca fui preso, nunca matei, nunca roubei. Porque isso é de cada um, do seu caráter que você nasce com ele, das suas atitudes, não é isso?” (J.G. 56 anos)

“Um é pedreiro, outro marceneiro, outro cozinheiro, o outro parou de trabalhar porque sofreu um acidente, mas nenhum virou bandido” (M. B. 76 anos)

Nesse momento percebe-se que a caracterização do bairro, tão fortemente produzida pelos meios de comunicação, na verdade cria uma imagem de que o bairro pobre de São José estaria diretamente ligado a atividades violentas e criminosas, enquanto que os bairros 'ricos' não teriam essas categorias negativas como forma de representação de seus moradores. Essa primeira forma de perceber como os moradores do bairro elaboram os significados sobre o que 'eles'/os outros ricos' pensam sobre 'nós/os moradores pobres do bairro', é apenas um indicativo do impacto que os meios de comunicação exercem na produção de significados, como Veloso aponta, e como as populações afetadas por construções sociais negativas buscam formas para

darem sentido às suas vidas com base em valores morais de uma vida justa e correta (Lamont, 2000).

No entanto, estabelecido que ser morador do bairro São José não significa ser 'bandido', e que todos do bairro acabam sendo vítimas da imagem negativa construída com base na atividade de alguns pequenos grupos, os elementos utilizados posteriormente para justificar o pertencimento a um grupo e não a outro não mais têm a ver com a dicotomia sugerida anteriormente, entre 'rico/honesto' e 'pobre/bandido', e sim com as categorias 'pobre/honesto' e 'pobre/bandido'⁵³. Se antes a classe social era o principal elemento de distinção entre 'uns' e 'outros' nos discursos das entrevistadas, agora os elementos utilizados para compor o sentimento de pertencimento/distanciamento a um determinado grupo dizem respeito ao conjunto de valores compartilhados por esse grupo. Ou seja, se reconhece que no bairro existem grupos que exercem atividades criminosas, mas, mesmo sendo residentes do mesmo bairro, a categoria 'eles' passa a representar aqueles que optaram por uma vida 'errada' e 'desonesta', enquanto a categoria 'nós' surge como o grupo de trabalhadores e trabalhadoras honestos do bairro.

Como explorado no capítulo anterior, a construção de fronteiras simbólicas funciona como um importante elemento norteador de condutas e práticas humanas. É com base em concepções de certo/errado, justo/injusto, que grupos dão sentido às suas vidas e agem se aproximando ou se distanciando de outros grupos, como resultado das condições e situações a que foram expostos, das experiências que acumularam e valorizam ao longo de suas trajetórias. Esse movimento de aproximação e distanciamento realizado por grupos sociais é constitutivo do próprio processo de construção de uma identidade grupal, onde, a exemplo da análise apresentada por Norbert Elias em *Estabelecidos e Outsiders*, é possível compreender que a constante busca por afirmação e diferenciação social extrapola qualquer tentativa explicativa exclusivamente relacionada a classe social. A desigualdade de classe não pode ser tomada como a única dimensão relevante, tampouco como fator determinante dos processos de construção e legitimação das fronteiras entre os grupos sociais. Ao contrário, desigualdades de classe, assim como diferenças raciais, étnicas, religiosas, dentre outras, são cotidianamente vivenciadas por grupos sociais no processo de interação social, e, para se compreender os processos que definem os limites de grupos (*group closure*), é necessário observar a realidade a partir de um olhar mais

⁵³ As categorias 'rico/honesto', 'pobre/bandido', 'pobre/honesto' foram colocadas aqui apenas como forma de melhor representar os discursos veiculados pelos meios de comunicação, bem como pelas entrevistadas. Os meios de comunicação e as entrevistadas da pesquisa não utilizaram esses termos da forma como apresentado nesse trabalho. No entanto, a análise dos dados e discursos sugerem categorizações relacionadas a classe social e valores morais, sendo essa a razão da escolha de tais categorizações representativas.

abrangente e inclusivo. Para Elias, é nas formas cotidianas de sociabilidade e interação que se constroem e se transformam constantemente os códigos de valores que marcam os elementos de diferenciação entre grupos sociais. É com base nessa identidade de grupo, na *autoimagem* grupal, que as concepções de 'nós' e 'eles' são construídas, sendo os processos de interação social responsáveis pela afirmação e legitimação de determinados grupos em detrimento de outros. Ou seja, a distinção de determinados grupos viria somente como resultado de um processo de legitimação, onde elementos relacionados a carisma, poder, status, desempenhariam um importante papel na hierarquização de grupos, rendendo reconhecimento positivo para uns e produzindo estigma em outros (ELIAS, 2000). Da perspectiva de uma sociologia figuracional, Elias defende que só é possível compreender o processo de formação de identidade e, conseqüentemente, de estabelecimento de fronteiras simbólicas que diferenciam uns grupos de outros, se, e somente se, a análise considerar a natureza interdependente dos grupos em questão. Só é possível compreender essa figuração, grupos estabelecidos/grupos estigmatizados (*Estabelecidos e Outsiders*), se for empreendida uma análise processual da construção, permanência e transformação dessas relações. Ou seja, seu esforço se dá no sentido de destacar que o processo de construção de atributos positivos a uns grupos e negativos a outros não deve ser investigado de forma individualizada, e sim de maneira a ser capaz de apreender o fenômeno como resultado de processos coletivos que levam à legitimação positiva de alguns grupos e ao estigma social de outros.

Considerando a perspectiva teórica e metodológica proposta por Elias, pode-se avançar nos estudos relacionados à construção de fronteiras simbólicas como forma de aprofundar as análises sobre os processos de legitimação e estigmatização de grupos sociais. Sendo assim, os discursos referentes a violência e crime no bairro que dessa vez aparecem nas falas das entrevistadas surgem como algo presente na vida daqueles que moram no bairro, mas, sempre que esse assunto surge, aparece acompanhado de posturas de reprovação por essas mulheres. Mesmo quando é o caso do envolvimento em atividades ilícitas por algum membro de suas famílias, a reprovação desses atos é ressaltada em seus discursos, buscando deixar claro que esse comportamento não condiz com o conjunto de valores cultivados por elas a seus familiares.

Dentre os crimes relatados pelas entrevistadas, que mais diretamente afetam as suas vidas, o furto e o tráfico de drogas aparecem como os mais recorrentes. Praticamente todas as entrevistadas mencionaram já terem sido roubadas ao menos uma vez em suas vidas, mas que esses furtos nunca aconteceram dentro do bairro. O relato de terem suas bolsas e celulares roubados foi tão recorrente no período de realização da pesquisa que várias delas não dispunham

sequer de número de telefone ativo para que eu pudesse entrar em contato. Como afirma uma das entrevistadas:

“Ninguém mexe com ninguém aqui. Você pode sair com o celular que for que ninguém rouba e se roubar mandam devolver. Mas isso aqui no bairro né? Porque saindo, daqui pra ali é outra coisa. Porque ali perto do Hiper, em Manaíra, já levaram meu celular. Veio um cara na moto. Já é o segundo que eu perco, mas nenhum foi aqui”. (M.P. 39 anos)

Essa mesma entrevistada, usa como exemplo o que aconteceu com a própria filha no bairro, para mostrar que ali existe um código de conduta que não permite o furto ou roubo de moradores, e caso isso aconteça, grupos internos buscam a justiça sem necessariamente recorrerem à polícia.

“Teve uma época que ela (filha) trouxe um pessoal da Torre e esse pessoal levou o celular de uma menina dentro do ônibus aqui no bairro. Ela passou uns 7 meses escondida sem colocar o pé aqui. Aí eu peguei emprestado com minha patroa R\$ 800.00 e dei pra mãe da menina. Aí pra onde eu ia ficavam falando. Eu não sabia onde enfiar a cara. Levei ela pro interior, mas a sogra não queria ficar com ela. Aí ela conheceu um menino e foi embora. Agora ela vem quando quer porque os meninos falaram: agora ela pode entrar, já pagou e tudo”. (M.P. 39 anos)

Mesmo o furto sendo relatado como um problema vivenciado cotidianamente por essas mulheres, o tráfico de drogas e a violência decorrente dessa atividade criminosa no bairro é sem dúvida a maior fonte de preocupação das entrevistadas do bairro São José quando o assunto é violência. O risco de 'perder um filho', como é comumente falado, para o mundo das drogas é um grande desafio a ser enfrentado no exercício do papel dessas mães. Diversos relatos apontam para o desafio que é criar filhos (meninos ou meninas) que venham a se tornar jovens e adultos que não se envolvam com as 'pessoas erradas' e sigam assim o curso de uma vida correta e justa, como concebido por elas. No entanto, muitas vezes esse distanciamento não acontece e a relação de um dos membros da família com atividades ligadas ao tráfico de drogas marca de forma trágica a trajetória dessas famílias.

“Ela (filha) mora no bairro depois da casa da minha mãe. Ela tava para terminar, faltava um ano pra terminar o estudo já, mas se envolveu com quem não devia e agora tá com uma filha de 5 anos. O pai (marido da filha) gerencia boca de fumo e tudo ... eu não gosto que ela venha muito aqui não”. (H. S. 42 anos)

“O outro (filho) que mataram se meteu com droga e os outros não estudaram porque não quiseram. Fiz minha parte”. (D.F. 63 anos)

P- “Posso perguntar por que você foi presa?

E - Tráfico, aqui mesmo nessa rua, mas só que lá embaixo”. (A. F. 51 anos)

Mesmo sendo mais recorrente relatos de meninos adolescentes que acabam se envolvendo com atividades ligadas ao tráfico de drogas no bairro, diversos relatos também apontaram para o fato de meninas se envolverem afetivamente com homens ligados ao tráfico ou até mesmo, como é o caso do último depoimento, da própria beneficiária ter se envolvido com esse tipo de atividade⁵⁴. Os temas da violência e do tráfico de drogas não fizeram parte do roteiro de perguntas originalmente elaborado no início da pesquisa, mas como resultado da própria dinâmica do trabalho de campo, o tema surgiu espontaneamente nos discursos sobre o cotidiano dos moradores do bairro e por isso mereceu destaque também nesse capítulo.

3.1 Desafios do campo

Meu primeiro contato com o bairro São José aconteceu quando eu buscava encontrar o Centro de Referência da Assistência Social. Na época, João Pessoa possuía 11 CRAS espalhados pela cidade e o CRAS São José era um desses. Meu objetivo, como já mencionado anteriormente, era estabelecer uma relação com os profissionais do CRAS porque essas unidades públicas seriam as responsáveis, ao menos como idealizado pela Política Nacional de Assistência Social, por ofertar as políticas ligadas a garantia de direitos e alívio da pobreza para o público em situação de vulnerabilidade social no país.

A entrada no bairro, portanto, foi feita a pé, saindo de uma das ruas do bairro Manaíra em direção ao CRAS São José, que se localiza bem na ‘entrada do bairro’, ao lado do Rio Jaguaribe, mas do lado de Manaíra. O bairro São José é comumente descrito como a faixa de terra que fica depois do rio, saindo de Manaíra. No entanto, várias casas e barracos se encontram dos dois lados do rio, sendo toda essa região também considerada como parte do bairro São José. A saída da rua asfaltada de Manaíra para a entrada na rua de terra que dá acesso ao CRAS São José marca imediatamente a fronteira entre os dois mundos. É como se você cruzasse um portal que lhe leva instantaneamente para um outro mundo, carregado das marcas do abandono público que os moradores desse bairro enfrentam diariamente. O bairro de Manaíra foi marcado

⁵⁴ Essa entrevistada se encontrava, durante o período da pesquisa, cumprindo pena em liberdade condicional. Após ter cumprido mais de 4 anos de pena por tráfico de drogas, ela afirmou ter tido o recurso do PBF bloqueado enquanto estava presa, mas que havia ido na central de cadastramento do Programa Bolsa Família para atualizar seu cadastro. Segundo ela, por estar em liberdade condicional, já poderia reativar seu cadastro e voltar a receber. Mesmo estando com o recurso bloqueado ou cancelado devido ao tempo, ela se considera beneficiária do Programa Bolsa e Família e por isso concordou em fazer parte da pesquisa.

inicialmente por construções de casas de famílias de classe média. Com o processo de especulação imobiliária que João Pessoa vem passando desde a década de 90, várias dessas casas vem sendo demolidas para construção de condomínios verticais como visto em diversas capitais do país. Devido a restrições de construção de prédios altos na orla das praias urbanas da capital (Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e Bessa) por conta do Plano Diretor da Cidade de João Pessoa, a construção de prédios ou condomínios verticais desse tipo só é permitida a partir de determinadas localidades que estejam distantes o suficiente da beira-mar. Por esse motivo, se concentra atualmente grandes condomínios verticais longe da orla, mas também não tão perto do “fundo” do bairro, porque quanto mais distante da praia menos valorizado o empreendimento. Sendo assim, há hoje em dia uma concentração de prédios altos no 'meio' do bairro, já que o distanciamento da praia quer dizer não só ficar longe de uma das principais fontes de lazer do bairro, como também se aproximar do bairro São José. As ruas no entorno do bairro São José, que por sua vez dão acesso a ele, são ruas com imóveis não tão valorizados, se comparados com imóveis em outros locais dentro do bairro de Manaíra, por conta de sua proximidade ao bairro São José. Mas mesmo assim, são inúmeros os casos de casarões e prédios cercados com cercas elétricas marcando o trágico contraste entre as condições de vida do bairro de classe média de Manaíra e do bairro São José.

Figura 7 – Imagem aérea do Bairro São José



Fonte: Google Earth.

Uma das ruas que dá acesso ao bairro São José saindo de Manaíra em direção ao CRAS, é bem curta e tem logo na entrada um mercadinho, onde quase todas as entrevistadas indicaram

fazer suas compras. Além do mercadinho tem também uma borracharia, um depósito de ferro e madeira e um depósito de venda de gás de cozinha. No fim dessa pequena rua está uma das pontes que dão acesso ao bairro, passando sobre o Rio Jaguaribe. Existem outras pontes feitas de ferro ao longo do bairro que permitem o acesso de moradores do bairro São José ao bairro de Manaíra. Essas pontes são estreitas e só podem ser utilizadas por pedestres, ciclistas ou motoqueiros. O acesso de carro ao bairro é feito somente pela Rua Edmundo Filho como indicado anteriormente.

Essa rua que dá acesso ao CRAS São José é um dos acessos mais fáceis e visíveis ao bairro para aqueles que saem do bairro de Manaíra, porque essa rua de acesso é perpendicular a uma rua residencial e asfaltada do bairro de Manaíra, onde circula transporte público. Outras entradas para o bairro não são tão visíveis, como por exemplo, uma outra ponte de acesso que se encontra no final de um beco exatamente no limite do bairro com o muro do Shopping Manaíra. Existe também uma outra ponte que se encontra por trás de uma Unidade Básica de Saúde de Manaíra que também dá acesso ao bairro São José.

Talvez por essa relativa facilidade de acesso ao bairro Manaíra, a rua que dá acesso ao CRAS São José tem também na esquina uma casa que chama a atenção pela movimentação e concentração de pessoas, dentro e no pequeno terraço gradeado que fica na frente da casa. Não importa a hora do dia, sempre que passava por essa casa eu notava a grande concentração de pessoas, em sua maioria homens, falando alto, discutindo, ouvindo música alta ou jogando dominó. Uma das entrevistadas chegou a dizer que utilizava essa casa e que se eu precisasse comprar pedra algum dia ali era um bom lugar⁵⁵.

Outra referência da existência de atividades ligadas ao tráfego no bairro foi dada pela própria Coordenadora do CRAS na época, que sugeriu que eu circulasse no bairro somente até às 16:00 e nunca agendasse entrevistas nas sextas-feiras. Segundo ela, as sextas-feiras são marcadas por muita movimentação no bairro por causa de supostas entregas de drogas e como forma de prevenção, eles também nunca agendavam nenhum tipo de visita domiciliar nesses dias.

Como mencionado anteriormente, estabelecer uma relação com o CRAS São José seria fundamental para a pesquisa por vários motivos, mas a principal razão que me levou a usar o CRAS como porta de entrada para minha pesquisa, foi tentar ter um conhecimento prévio do perfil das famílias moradores daquele bairro antes de começar a circular pelo bairro.

⁵⁵ 'Pedra' é o nome popular dado ao Crack. A entrevista com essa beneficiária aconteceu no CRAS, mas não chegou a ser concluída porque a entrevistada parecia alterada e não conseguia responder as perguntas de forma clara. Por causa disso acabei desconsiderando essa entrevista já que não consegui que ela me encontrasse novamente para finalizarmos a entrevista.

Considerando que o bairro é cortado por becos e vielas e que sua densidade demográfica é relativamente alta, visto que ele ocupa uma área geográfica pequena e fisicamente limitada, parecia importante saber a percepção que os profissionais da Assistência Social tinham com relação à dinâmica cotidiana do bairro. Não demorou muito para perceber que eu havia depositado nesses profissionais muita expectativa com relação ao domínio que eles tinham do território, e que minha relação com eles seria muito menos efetiva do que eu planejava.

Ao tentar acessar o conhecimento desses profissionais para a partir de então estabelecer as melhores estratégias de inserção no bairro, não foi difícil de perceber que eles pouco sabiam sobre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes no bairro. Ao longo de um ano de trabalho de campo foi solicitado aos profissionais informações sobre as áreas mais vulneráveis do bairro, sobre as famílias que se encontravam em situação aguda de vulnerabilidade social, sobre atividades promovidas pelo CRAS para o público específico do Programa Bolsa Família, sobre as estratégias utilizadas por eles para priorizar os atendimentos, e quase nenhum retorno foi dado com relação a essas indagações. O CRAS estava sempre com as portas abertas para o público, mas quase não havia funcionário trabalhando e as atividades promovidas por eles eram praticamente inexistentes. No período de realização do trabalho de campo, que ocorreu de outubro de 2016 a outubro de 2017, alguns momentos marcaram a utilização do CRAS pelos moradores do bairro: A entrega de sopa realizada duas vezes por semana, por voluntários; a entrega de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos PAA⁵⁶; a execução do PETI⁵⁷; e a execução de um curso do Programa PRONATEC⁵⁸ de Agentes Endêmicos. Esses foram os momentos em que testemunhei a utilização desse equipamento público que pressupõe a oferta de diversos tipos de atividades ligadas à proteção social básica da Política Nacional de Assistência Social⁵⁹.

⁵⁶ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 e fortalecido com o passar dos anos para integrar o conjunto de Programas e Serviços implantados pelo Ministério de Desenvolvimento Social como parte das políticas de desenvolvimento sustentável e segurança alimentar. Para maiores informações sobre o PAA visitar o site do MDS: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>

⁵⁷ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi criado em 1996 com o apoio da Organização Internacional do Trabalho para combater o trabalho infantil em carvoarias em um município de Minas Gerais. Em 2005 o Programa passou por mudanças significativas quando passou a fazer parte do conjunto de programas atrelados ao Programa Bolsa Família. Desde então várias reformulações foram feitas no Programa com o intuito de aperfeiçoamento do seu desenho e gestão. Para maiores informações sobre o PETI visitar o site do MDS: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/servicos-e-programas/peti>

⁵⁸ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado em 2011 com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica de forma gratuita. Pela primeira vez um Programa como esse teve como foco principal a população de baixa renda, sendo uma grande fatia desse público beneficiário do Programa Bolsa Família. Para maiores informações sobre o Pronatec visitar o site do MEC: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>

⁵⁹ Como parte do processo de aprimoramento da Política Nacional de Assistência Social, foi implantado o Sistema Único de Assistência Social em 2005 com o objetivo de garantir a oferta de serviços e benefícios da Assistência

Diversas razões podem ser aventadas para explicar os motivos que levam os profissionais, que deveriam ser os principais agentes do Programa Bolsa Família no território, a não conhecerem bem o território em que atuam. Algumas delas são: 1. Existe uma alta rotatividade dos profissionais que ocupam os cargos dos equipamentos públicos da Assistência Social no município de João Pessoa, principalmente os cargos de técnicos de nível superior nos CRAS⁶⁰. Devido à forma precarizada de contratação temporária desses profissionais, é comum eles passarem poucos meses no desempenho da função para a qual foram contratados, bem como é comum acumularem mais de um vínculo empregatício como forma de aumentar a renda; 2. O acúmulo de atividades burocráticas os distanciam de uma de suas principais responsabilidades, que é exatamente a de acessar grupos muitas vezes isolados, que sequer acessam os serviços prestados pelos CRAS. Prova dessa dificuldade seria o baixo índice de realização de visitas domiciliares, chamadas de 'busca ativa', para identificar famílias em situações de vulnerabilidade que estariam no perfil para serem beneficiárias de programas sociais específicos, mas que ainda não foram identificadas e cadastradas; 3. Condições precárias de trabalho que dificultam o deslocamento dos profissionais em territórios grandes, o que não é o caso do bairro São José, visto que esse bairro é pequeno, sendo possível fazer os deslocamentos na maioria das vezes a pé; 4. Falta de compreensão do papel central que o trabalhador do SUAS exerce para a efetivação da política pública, e que esse 'poder de interferência' com grande potencial transformador do agente público, só se consolida se este profissional possuir conhecimento e domínio do território em que atua; 5. Medo. O medo de sair e circular pelo bairro foi percebido como um dos principais entraves identificados nessa pesquisa, que explicaria parcialmente a não apropriação do território pelos profissionais que executavam suas funções no período da realização da pesquisa. A falta de conhecimento do

Social para todo o território Brasileiro. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais surge em 2009 com o intuito de descrever o que cabe à assistência social fazer, como fazer e que o público priorizar em suas atividades. Esse guia de serviços que devem ser prestados pelos municípios pressupõe a execução de diversas atividades em cada unidade pública da assistência social, sendo os CRAS um dos principais articuladores e executores das ações. Devido a esse papel importante que os CRAS devem desempenhar, chamou a atenção a baixa oferta de ações pelo CRAS São José e a baixa frequência de usuários que buscavam atendimento nesse local. Os momentos em que havia maior concentração de usuários no CRAS eram aqueles relacionados à entrega de alimentos, sendo ele a sopa ou os alimentos do PAA, o que não deve ser o tipo de ação que caracteriza a prestação de serviço de um Centro de Referência da Assistência Social.

⁶⁰ A Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB) foi publicada em 2005 e posteriormente em 2012 e orienta, dentre outras coisas, como devem ser os equipamentos da Assistência Social nos municípios bem como, quem são os profissionais sugeridos para atuarem na execução das ações da pasta. Dentre as diversas sugestões relacionadas à formação da equipe de trabalhadores do SUAS, está a contratação de técnico de nível superior pelos CRAS. Esse profissional é responsável por diversas atividades de responsabilidade do CRAS como por exemplo a realização de visitas domiciliares de acompanhamento familiar, visitas domiciliares para averiguação de dados cadastrais e descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família ou ainda a realização de ações de monitoramento/fiscalização para os demais Programas e Serviços que atendem a população referenciada ao CRAS em que trabalham.

território e o medo foram elementos tão marcantes no comportamento dos profissionais do CRAS São José que eles foram capazes inclusive de restringir as atividades externas realizadas por esses profissionais. Uma das vezes que acompanhei uma Assistente Social em visitas domiciliares que a mesma realizara no bairro, surpreendentemente o número de visitas de fato consolidadas foi praticamente zero. Das cinco residências selecionadas para visita naquela tarde, duas residências estavam vazias, duas não foram encontradas e apenas uma residência, que se encontrava a poucos metros do CRAS, foi efetivada a visita com sucesso. A técnica responsável na época ficava dentro do carro, como se ali ela estivesse protegida, não saindo sequer do carro muitas vezes para tentar achar as casas de acordo com o endereço fornecido no cadastro. Vale a pena salientar que muitas das visitas realizadas pelo CRAS não diziam respeito exclusivamente a visitas de monitoramento do Programa Bolsa Família, e sim, para concessão de benefícios da assistência social, chamados de *Benefícios Eventuais*. Esses benefícios são aqueles dados em caso de nascimento, auxílio aluguel ou fornecimento de cestas básicas. Benefícios como esses são temporários e só são concedidos após a visita domiciliar realizada por um técnico do CRAS. Ou seja, as famílias que solicitam esse tipo de benefício são aquelas que se encontram em situações de vulnerabilidade social ainda mais agravadas e recorrem muitas vezes a esses benefícios como forma de tentar aliviar imediatamente a necessidade que estão passando. Não garantir o cumprimento desse tipo de serviço pelo CRAS, sem dúvida compromete a vida daqueles que mais necessitam e levam o Estado a corroborar com manutenção de desigualdades sociais ao invés de combatê-la.

Como o acesso a informações específicas referentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no bairro não foi possível, tomei a decisão de acompanhar os técnicos de referência do CRAS em suas visitas domiciliares, como forma de entrar em contato com possíveis beneficiários do PBF. Visitas domiciliares foram marcadas, mas foram realizadas diversas tentativas frustradas de localização dos endereços registrados no cadastro das famílias, o que torna evidente que a falta de conhecimento do território em que atuam traz um problema concreto de implementação que fragiliza a execução da política no bairro. As chances de uma residência ser de fato visitada pelos técnicos do CRAS diminuía significativamente se a localização dessa residência não fosse na rua principal que corta o bairro, a Rua Edmundo Filho. Como mencionado anteriormente, o bairro São José possui apenas uma única rua asfaltada, com a largura suficiente para passar um carro, e foi praticamente nessa rua que as visitas domiciliares acompanhadas por mim se concentraram. É nessa rua que se encontra a grande concentração de estabelecimentos comerciais, bem como as casas em melhores condições estruturais. No entanto, não se pode negar que por trás dessas casas um pouco melhores, do ponto de vista

estrutural, existem muitas vezes realidades tão difíceis de serem vistas, quanto as demais encontradas bairro adentro. Por trás de muitas dessas casas se encontram muitas vezes becos repletos de quartos, onde vivem famílias inteiras ou até mesmo casas muito pequenas que se espremem entre as casas da frente e a falésia nos fundos. Na maioria das vezes essas vilas são criadas pelos proprietários da casa da frente como estratégia para aumento da renda familiar, mas também existem casos em que o 'dono da vila' não mora na casa da frente e toda a vila, incluindo a casa da frente, é ocupada por inquilinos. O mesmo acontece com as casas do outro lado da Rua Edmundo Filho, do lado do rio. Além de comércio e algumas casas em melhores condições estruturais, é possível ver diversas casas em situações extremamente precárias, beirando o colapso estrutural.

Além da Rua Edmundo Filho, principal referência do bairro pelo comércio vívido que divide espaço com as demais residências, duas outras ruas compõem o território do bairro São José. A rua mais próxima ao rio, chamada *Beira do Rio*, concentra as casas com condições mais precárias do bairro. Enquanto a Rua Edmundo Filho é asfaltada e tem largura para passar ônibus e caminhão de coleta de lixo, a *Beira do Rio*, que sequer recebe o nome rua nos registros da prefeitura, é um beco comprido de chão batido de terra, com casas grudadas umas nas outras, tendo a largura suficiente para passar apenas bicicletas e motocicletas. No entanto, entre a Rua Edmundo Filho e a *Beira do Rio* existe a Rua do Meio, que possui esse nome exatamente por estar localizada entre as duas ruas já citadas⁶¹.

A disposição das residências do bairro nessas três ruas coincide com diferenças bem marcadas de status socioeconômico, refletidas também nas diferenças observáveis entre as condições e composições das casas. Os moradores da Beira do Rio têm o acesso às suas casas limitado por esse beco que percorre quase todo o comprimento do bairro, margeando o Rio Jaguaribe. Dependendo do curso do rio, algumas dessas casas têm como 'quintal,' no fundo da casa, o Rio Jaguaribe, tendo apenas algumas palafitas como barreira física que separa as moradias do contato com o rio. Essas casas são as mais afetadas com os alagamentos do bairro porque muitas delas foram construídas literalmente às suas margens. Na Beira do Rio, assim como na Rua do Meio, não existe coleta de lixo, visto que não há espaço para a circulação de veículos de grande porte. Da mesma maneira, algumas casas não possuem saneamento básico,

⁶¹ Outras duas ruas menores também fazem parte do bairro, Rua Fábio Silva Lima e Rua Ricardo Antonio Jardim. No entanto, como essas ruas se encontram mais nas extremidades do bairro, e as entrevistas realizadas contaram com a indicação de moradores que moram 'no meio' do bairro, essas outras duas ruas não foram visitadas pela pesquisa.

onde é possível observar os canos que levam os resíduos sanitários das casas direcionados para a rua, becos, ou diretamente para o rio.

A privacidade é um aspecto claramente ausente na composição dessas moradias, que em muitos casos não possuem quaisquer divisões internas. Com exceção dos banheiros, para os quais, na maioria das casas, podia-se observar uma divisão física de cômodos, era bem comum ver casas sem divisão entre cozinha, sala e quarto. Algumas vezes, mesmo que houvesse divisões físicas nas casas mais estruturadas, era frequente encontrar camas onde seria a sala, sofás onde seria o quarto e até mesmo camas na área da cozinha, ao lado de fogões e geladeiras. A ocupação dos ambientes internos das casas visitadas segue a dinâmica familiar de cada moradia, sendo notória a falta de espaço físico para comportar os moradores que ali residem. Além disso, mesmo havendo muitas vezes a separação de casas por tijolos de alvenaria, enquanto realizava as entrevistas era comum ouvir e sentir as vibrações das músicas, conversas de vizinhos e até mesmo, para aqueles que têm a parede de suas casas como muro dos próprios becos, ter a sensação de que motos estariam entrando na casa, de tão próximo fisicamente que era o espaço público do espaço privado.

O bairro apresenta uma dinâmica diferente se visitado pela manhã ou na parte da tarde⁶². Pela manhã, com o sol escaldante em um bairro que não possui árvores ou qualquer outra vegetação capaz de produzir sombra, não se vê praticamente ninguém nas ruas. Além daquelas pessoas que transitam para ir ao trabalho, a escola, pegar um ônibus ou utilizar algum dos serviços do comércio da Rua Edmundo Filho, não se vê muita gente. Mas assim que a sombra produzida pela barreira no fundo do bairro começa a aparecer, por volta das quatro da tarde, as pessoas colocam suas cadeiras na rua ou se juntam com vizinhos na calçada para conversarem. No final da tarde, todos os dias, nas três ruas visitadas, os moradores saem de suas casas e ficam nas calçadas conversando. Essa é a hora em que as crianças e adolescentes em idade escolar também começam a chegar em casa voltando da escola e que mães, avós, tias e amigas se revezam para buscar as crianças menores nas creches. O encontro de alguns grupos é tão recorrente nas tardes do bairro que alguns contatos para realização de entrevistas foram realizados com esses grupos de moradores que conversavam nas ruas. Como me falou um deles quando certa vez me aproximei para perguntar se alguém teria interesse em participar da pesquisa: *“agora eu entendi porque você fica passando aqui todo dia pra lá e pra cá”*.

⁶² Todas as minhas visitas ao bairro foram feitas entre segunda-feira e quinta-feira nos turnos da manhã e da tarde. Não foi necessário agendar encontros no período noturno nem nos finais de semana porque as pessoas que se dispuseram a participar da pesquisa estavam disponíveis durante a semana.

No entanto, a circulação pelo bairro só foi possível depois de um longo tempo, de tentativas frustradas de mapear os espaços do bairro buscando localizar famílias beneficiárias do Bolsa Família. Por mais que se saiba, por inferência, que uma grande parcela dos moradores do bairro é de beneficiários do PBF, entrevistá-los requer, em certo sentido, ser aceito por eles, já que, como mencionado no início do capítulo, o medo de perder o benefício é uma das razões mais comuns para gerar um sentimento de desconfiança quanto ao impacto que respostas sobre suas vidas pode ter na manutenção ou cancelamento de seus benefícios. A desconfiança dos beneficiários muitas vezes em responder pesquisa é consequência de diversos fatores, como por exemplo o fato das visitas de monitoramento realizadas por profissionais do Bolsa Família ou do CRAS para averiguação de inconsistências cadastrais não serem anunciadas com o propósito exatamente de não explicitar o motivo da visita. Muitas vezes, após essas visitas, são gerados bloqueios do benefício até que determinada situação seja corrigida. Outro fato importante que leva a desconfiança dos beneficiários quando anunciada que a pesquisa era sobre o Bolsa Família, é o baixo grau de conhecimento do funcionamento do programa. Por não saberem exatamente como são calculados os valores do benefício, o receio de dar informações sobre suas vidas que possam impactar o recebimento do benefício, é mais do que compreensível. Ainda mais porque o programa é sempre alvo de manchetes e destaques de jornal com temas relacionados a fraudes, desvios de verba, mal uso do recurso etc. Tudo isso colabora com o argumento do capítulo um onde foi discutido que o PBF não é visto como um direito garantido pelas beneficiárias, do contrário o medo em falar não seria tão recorrente.

Considerando que bater na porta das casas de forma aleatória sem nenhum tipo de apresentação prévia poderia causar estranhamento e resistência, visto que ninguém me conhecia, optei por usar o CRAS do bairro como principal porta de entrada para facilitar o acesso às famílias beneficiárias. Por mais que essa decisão pudesse dificultar, de certa forma, a relação com as entrevistadas, já que havia o risco de ser identificada como agente do poder público ou profissional do CRAS/Programa Bolsa Família, essa estratégia inicial foi fundamental para o estabelecimento dos primeiros contatos com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no bairro. A decisão inicial de contatar o CRAS foi realizada com o intuito de participar de visitas domiciliares realizadas pelos profissionais da unidade para identificar quais, dentre aquelas visitadas, seriam beneficiárias do Programa Bolsa Família e que estariam dispostas a participar da pesquisa concedendo entrevistas. Ou seja, o objetivo principal em acompanhar profissionais do CRAS pelo bairro era conhecer o bairro e fazer contato com famílias que poderiam vir a ser entrevistadas posteriormente. Outro motivo para a utilização do CRAS como principal via de acesso às famílias beneficiárias foi o fato de o CRAS

ser orientado a realizar atividades, como reuniões, palestras, cursos, além da oferta de serviços socioeducativos para um público que, em sua maioria, seria formado por beneficiários do Programa Bolsa Família.

Uma vez estabelecido que essas seriam as principais formas de acessar as primeiras famílias a serem entrevistadas, fiz contato também com a Secretaria Municipal de Saúde, a fim de solicitar a permissão para acompanhar as visitas domiciliares realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do bairro. A proposta era contatar o máximo de pessoas possível por meio do acompanhamento dessas ações da Saúde e da Assistência Social para que, a partir daí, fossem selecionados os beneficiários do Programa Bolsa Família que seriam entrevistados. Infelizmente o contato com a Secretaria de Saúde não surtiu efeito porque o acompanhamento dos ACS só poderia ser realizado com a aprovação do comitê de ética responsável pelas pesquisas da área de saúde da Universidade Federal da Paraíba, que por sua vez nunca respondera à solicitação para acompanhamento dos ACS⁶³. Sendo assim, a entrada no bairro para acessar famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família foi realizada basicamente por intermédio do CRAS São José.

Em acordo com a coordenadora do CRAS na época, ficou estabelecido que eu participaria de todas as atividades promovidas pelo CRAS em sua unidade física, além também de acompanhar os técnicos de referência da unidade quando esses fossem realizar visitas de acompanhamento familiar, fossem essas visitas para monitoramento de famílias que se encontravam em situação de descumprimento de condicionalidades, averiguação de inconsistências cadastrais ou concessão de benefícios eventuais. Para as famílias que por algum motivo tiveram seus benefícios bloqueados ou suspensos por motivos de descumprimento de condicionalidades, são solicitadas visitas domiciliares para acompanhamento das causas que levaram a esse descumprimento. Essas visitas são realizadas pela equipe de assistentes sociais do Programa Bolsa Família ou, se solicitado, pelos técnicos de referência dos CRAS. Da mesma maneira, após cruzamento de dados realizados pela Coordenação Geral do Programa Bolsa Família a nível federal, são solicitadas visitas domiciliares para averiguação e constatação de tais inconsistências. Essa demanda por acompanhamento com base em inconsistência no

⁶³ O processo solicitando a participação da pesquisadora nas visitas domiciliares dos Agentes Comunitários de Saúde do bairro São José foi enviado em julho de 2017 para o comitê de ética responsável na Universidade Federal da Paraíba de acordo com a orientação repassada pela Secretaria de Saúde, no entanto, nunca houve resposta para a referida solicitação. Vale salientar que a solicitação para participar das atividades realizadas pelo CRAS, foi encaminhada para a Secretaria de Desenvolvimento Social da prefeitura de João Pessoa e obteve aprovação da Diretoria de Assistência Social responsável por coordenar todos os equipamentos de Assistência Social no município, bem como o Programa Bolsa Família.

cadastro pode ser solicitada também por outros órgãos como o Ministério Público por exemplo, que envia constantemente listas com supostas irregularidades para serem averiguadas pelos municípios.

As entrevistas foram realizadas ao longo de um ano de coleta de dados, entre outubro de 2016 e outubro de 2017. Como forma de tentar alcançar o maior número de famílias beneficiárias possível, optei por participar de todas as atividades promovidas pelo CRAS entre 2016 e 2017, com o intuito de estabelecer um vínculo preliminar de proximidade com essas famílias. As atividades do CRAS São José de que participei nesse período foram:

- Reunião do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos;
- Reunião do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 07 a 14 anos (antigo PETI);
- Encontros do Curso Pronatec de Formação de Agente de Endemias;
- Distribuição de sopa duas vezes por semana;
- Distribuição de alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA uma vez por semana;
- Acompanhamento de técnico em realização de visita domiciliar semanalmente.

A partir desses encontros foi realizada a apresentação do projeto de pesquisa para o grupo ou para indivíduos e a partir daí efetivava-se o convite para realização da entrevista. Para aqueles que concordassem, era então agendado dia, hora e local de preferência para realização da entrevista. As entrevistas nunca aconteciam no momento do primeiro contato, pois era necessário explicar às beneficiárias que o tempo da entrevista variava bastante, mas geralmente durava no mínimo uma hora.

A participação nos encontros do Serviço de Convivência para idosos foi muito importante, porque possibilitou acessar beneficiárias com idade mais avançada e, conseqüentemente, com contextos socioeconômicos e familiares distintos. Mesmo havendo poucas beneficiárias do PBF nesse grupo⁶⁴, a situação de vulnerabilidade em que se encontram essas beneficiárias idosas chama bastante atenção, especialmente aquelas que não tiveram filhos, ou tiveram, mas vivem sozinhas atualmente, sem vínculos familiares sólidos. Como será melhor detalhado no capítulo seguinte, quando será apresentado o perfil dessas beneficiárias, a

⁶⁴ A maioria dos participantes do grupo de idosos que acontece no CRAS recebe o Benefício de Prestação Continuada - BPC e por isso não podem receber o benefício do Programa Bolsa Família. O BPC oferece um salário mínimo mensal para idosos acima de 65 anos ou para pessoas portadoras de deficiência, de qualquer idade.

maior parte das beneficiárias entrevistadas encontravam-se entre 25 e 45 anos e a grande maioria com filhos. Em muitos casos, mesmo que não haja necessariamente uma melhora na condição de vida dos filhos quando atingem a vida adulta, é comum ver filhos e netos contribuindo, se não financeiramente, ao menos com a divisão de tarefas domésticas ligadas a manutenção da casa, fazendo companhia ou mesmo cuidando das pessoas mais velhas. Por mais que não tenha dados suficientes para explorar se haveria uma maior fragilidade nas condições de vida das beneficiárias do Programa Bolsa Família idosas sem filhos, em comparação com beneficiárias idosas com filhos, vale destacar que ao menos para aquelas que foram entrevistadas nessa situação, a solidão foi apontada por elas como maior indicador de sua condição de vulnerabilidade. Seja porque essas mulheres não têm a quem recorrer em situações de extrema necessidade, como não terem o que comer nem dinheiro para comprar por exemplo, ou em caso de temerem uma enfermidade, já que não teria ninguém para cuidar delas, ser uma idosa sem filhos beneficiária do Programa Bolsa Família apareceu como uma das situações de maior risco e vulnerabilidade social encontrados pela pesquisa.

Já a decisão de comparecer ao CRAS nos dias em que o Serviço de Convivência para crianças de 07 a 14 anos era ofertado teve como objetivo contatar as mães, tias ou avós⁶⁵ no momento em que elas iam deixar seus filhos, sobrinhos ou netos no CRAS. Nesse momento era realizada a apresentação da pesquisa e agendada a entrevista para aquelas interessadas em participar.

A participação nos encontros do curso do Pronatec também foi bastante proveitosa. Ao longo de quatro meses de curso, foram realizadas visitas semanais onde foi estabelecido o contato individualmente com cada cursista⁶⁶.

Já a decisão de ir ao CRAS nos dias em que eram distribuídas sopas também foi de extrema relevância, porque as pessoas que costumavam comparecer nesses dias não tinham, necessariamente, uma relação mais próxima com as demais atividades desenvolvidas pelo CRAS. A distribuição da sopa era feita nas terças-feiras e quintas-feiras e o CRAS apenas disponibiliza o espaço físico. Foram contatadas pessoas que aguardavam na fila para a

⁶⁵ Em 12 meses de trabalho de campo nunca nenhum homem foi deixar ou buscar nenhuma criança que participava desse tipo de Serviço no CRAS. O Serviço de Convivência para crianças de 07 a 14 anos substituiu o antigo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

⁶⁶ Uma das iniciativas mais importantes na época que o PRONATEC foi criado foi a vinculação entre oferta de cursos de qualificação profissional com o público que de fato mais necessitava desse tipo de apoio. Para tanto, a parceria entre MEC, responsável pela gestão dos cursos e o MDS na época, responsável pela gestão dos programas sociais do governo federal, foi um dos passos mais importantes na meta de aumentar a escolaridade por meio de cursos de qualificação profissional para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Como fruto dessa parceria, o Curso Pronatec de Agentes de Endemias que acontecia no CRAS na época da realização da pesquisa, tinha como participantes somente mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família.

distribuição da sopa e, para aquelas que eram beneficiárias do Programa Bolsa Família e concordavam em participar da pesquisa, eram agendadas as entrevistas. Foram realizadas duas entrevistas com voluntárias que trabalhavam na cozinha, preparando a sopa, visto que essas também eram moradoras do bairro São José e beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Da mesma forma, enquanto as pessoas aguardavam na fila para recebimento dos alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, novos contatos foram estabelecidos. Na época da pesquisa, o PAA não estava executando a distribuição de forma regular, semanalmente, como deveria ser. No entanto, sempre que havia o planejamento da distribuição, os técnicos do CRAS avisavam a alguns usuários, que ficavam responsáveis por levar a informação da distribuição para quem mais estivesse no cadastro. Diferente das pessoas que se dirigiam ao CRAS para receber a sopa, o grupo de usuários que recebia alimentos pelo PAA tinha que fazer parte de um cadastro, sendo esse grupo bem mais restrito.

Outra forma utilizada para acessar beneficiários do PBF foi acompanhar os técnicos de referência do CRAS em visitas domiciliares pelo bairro. As visitas domiciliares eram realizadas sem nenhuma interferência da minha parte. Eu aguardava que o técnico do CRAS finalizasse a visita para me aproximar das usuárias. Após a finalização da visita, era explicado às usuárias o motivo do contato, e verificado se as usuárias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Caso as usuárias fossem beneficiárias, era explicado que a pesquisa em questão não tinha relação com a visita que acabara de acontecer. Esse esclarecimento sempre foi feito com muita atenção e cuidado, visto que as beneficiárias poderiam relacionar a pesquisa com as atividades do CRAS. Esse tipo de estratégia também gerou bons resultados, pois após esse primeiro contato, as pessoas que aceitavam ser entrevistadas raramente desmarcavam os agendamentos para realização da entrevista⁶⁷.

Além das formas de contatar beneficiárias descritas acima, utilizou-se também a estratégia metodológica conhecida como *Bola de Neve*, que conta com a indicação, pelos entrevistados, de outras pessoas com o mesmo perfil desejado pela pesquisa. *Bola de Neve* é uma técnica de seleção de casos particularmente interessante em situações em que se deseja identificar uma rede de vínculos entre os casos pesquisados. Normalmente, a utilização dessa técnica compreende a indicação, por parte da pessoa (ou grupo) investigado, de outras pessoas (ou grupos) que elas conheçam e com as quais compartilhem algum tipo de característica valorizada na pesquisa. A identificação de redundâncias nas indicações dos entrevistados

⁶⁷ A quantidade de beneficiárias que aceitavam participar das entrevistas, mas posteriormente desmarcavam ou simplesmente não apareciam nos dias marcados foi extremamente elevada, o que justifica as estratégias tomadas ao longo do trabalho de campo de tentar ampliar ao máximo possível as formas de acessar novos grupos de beneficiárias do bairro.

sinaliza, para o pesquisador, a aproximação de um ponto de saturação em que os contornos do grupo, especialmente em termos do número de casos a serem investigados, começa a se revelar. Os contatos realizados dessa forma, com a indicação de uma amiga, vizinha ou parente, literalmente 'abriram portas' para novas entrevistas, porque muitas vezes as recém entrevistadas me levavam até a casa da pessoa que elas estavam indicando, e ao me apresentarem, elas mesmas se adiantavam em explicar o motivo da visita e que essa visita parecia mais com uma 'conversa' do que com uma pesquisa. Como o roteiro de entrevista foi estruturado de forma a priorizar as trajetórias de vida dessas beneficiárias, a maior parte das perguntas diziam respeito a questões relacionadas a infância, escolaridade, trajetória ocupacional, arranjo familiar, para que posteriormente se chegasse às questões mais específicas ligadas às suas percepções sobre maternidade, condição de beneficiárias do Bolsa Família, percepções sobre dignidade, mérito, dependência, autonomia, etc. Como reflexo disso, muitas entrevistadas comentavam ao acabar a entrevista que aquilo não tinha parecido uma entrevista e sim uma 'conversa'. Para aquelas que haviam gostado da experiência, era mais fácil indicar outras pessoas que também pudessem participar da pesquisa quando solicitado por mim no final da entrevista. Nesses casos, uma das estratégias utilizadas por elas mesmas para convencer as pessoas que elas estavam indicando, era deixar claro que a pesquisa era mais uma 'conversa' do que uma lista de perguntas difíceis. Outro ponto que vale ser ressaltado é que em vários casos as já entrevistadas sentiam-se como se fosse seu dever me ajudar a conseguir um número maior de pessoas que pudessem ser entrevistadas, o que foi sem dúvida uma das principais razões para ter concluído com êxito o trabalho de campo. A solidariedade em 'ajudar uma estudante a terminar um trabalho da faculdade', como elas mesmas me apresentavam, marcou a trajetória do trabalho de campo e trouxe à superfície não só a satisfação de muitas delas em mostrar suas conexões no bairro ao indicarem outras beneficiárias para serem entrevistadas, como também parecia que de certa forma, era como se algumas delas compartilhassem comigo a meta de realizar mais e mais entrevistas e o resultado alcançado ao longo do trabalho do campo fosse delas também. Em alguns casos, quando passava por beneficiárias que já haviam sido entrevistadas pelas ruas, algumas perguntavam: quantas você já conseguiu? Ou, E aquela que te indiquei, te recebeu?

Nos casos em que conseguia ser indicada para entrevistar alguma conhecida, vizinha ou parente, não só o número de cancelamentos de entrevistas era praticamente nulo, como a desconfiança em participar de uma pesquisa sobre o Programa Bolsa Família era superada, já que uma pessoa de sua confiança e também beneficiária havia indicado.

Com base nessa trajetória, foram realizadas ao todo 55 entrevistas em profundidade ao longo de 12 meses de trabalho de campo. Das 55 entrevistas realizadas foram consideradas para

a análise de dados 53 entrevistas visto que duas não foram concluídas por desistências das beneficiárias. As entrevistas foram conduzidas, em sua grande maioria, nas casas das beneficiárias, favorecendo dessa forma a construção de um elo entre pesquisadora e pesquisada. Para a realização de algumas entrevistas também foi utilizada a área do CRAS, quando a beneficiária, por algum motivo, não queria que eu comparecesse à sua residência. O tempo de cada entrevista variou de acordo com cada caso, tendo as entrevistas mais curtas duração de 40 minutos e as mais longas de 2 horas. A quantidade de entrevistas realizadas levou em consideração a saturação do campo. Ou seja, quando se percebeu que os depoimentos começavam a alcançar um grau de repetição, sem a revelação de aspectos novos, decidiu-se encerrar o agendamento de novas entrevistas.

No capítulo seguinte serão apresentados dados sobre o perfil dessas beneficiárias entrevistadas além de questões relacionadas a suas trajetórias ocupacionais e arranjos familiares. As últimas duas seções do capítulo serão mais especificamente sobre a percepção das beneficiárias sobre suas condições de vida e como se dá a elaboração de sentido e de significado de suas vidas. Busca-se apresentar também a percepção que elas possuem de si mesmas, enquanto beneficiárias, e de quem está ao seu redor. Os estudos sobre identidade e fronteiras simbólicas sempre reforçam que o sentimento de pertencimento, buscado por indivíduos e grupos sociais, é algo intrínseco a vida em sociedade. No entanto, a necessidade que indivíduos e grupos teriam em definir características que os aproximam de determinados grupos e conseqüentemente os distanciam de outros, só seria capaz de ser entendido se analisado de maneira relacional. Ou seja, os elementos que marcam a diferença de grupos só se concretizam quando em contraste com outro e isso é o que norteia os dados das últimas duas seções do capítulo seguinte.

Capítulo 4

Quem são essas mulheres: suas trajetórias e o processo de construção do valor próprio

Esse capítulo busca analisar os dados colhidos durante a pesquisa de campo, considerando tanto as entrevistas realizadas no bairro São José com beneficiárias do Programa Bolsa Família, como também o trabalho de observação, ao longo de um ano de coleta de dados. A observação foi um recurso extremamente importante para auxiliar na compreensão de certas dinâmicas familiares e comunitárias que compuseram tanto a vida cotidiana, quanto os elementos discursivos mobilizados pelas beneficiárias do PBF no bairro São José. O objetivo foi explorar as similaridades e diferenças que aproximam e distanciam essas mulheres umas das outras, enquanto beneficiárias de um mesmo programa de transferência de renda. A partir das histórias que reconstroem o passado dessas beneficiárias foi possível compreender como, a partir de suas trajetórias, são elaborados discursos que nos dão acesso ao sentido e às justificativas que elas dão para as suas ações. A presente seção do trabalho busca mostrar como a situação vulnerável em que se encontram hoje é, em boa medida, o reflexo de uma vida de privações, e não de uma situação de acomodação, como indicam diversos discursos que circulam no debate público.

Alguns elementos decorrentes da observação se destacaram como relevantes ao longo do trabalho de campo, como por exemplo, o desconforto de algumas beneficiárias em responderem as questões da pesquisa no ambiente do CRAS. Foram poucos os casos de beneficiárias que optaram por realizar as entrevistas no CRAS, mas nos casos em que isso aconteceu, as entrevistas foram sempre mais curtas e resultaram em respostas mais superficiais. A escolha do CRAS pelas beneficiárias como local para realização das entrevistas pode sugerir no mínimo dois motivos. O primeiro seria a possível precariedade das condições de moradia em que as entrevistadas se encontravam. Esse pode ter sido o motivo para que elas não quisessem compartilhar essa situação com uma estranha. O segundo motivo poderia estar ligado à decisão de manter, de fato, um distanciamento entre a entrevistada e a pesquisadora, justificando desta forma o baixo interesse em responder às perguntas e o desejo em não se estender nas respostas. Vale salientar que sempre foi sugerido que a entrevista acontecesse na residência da beneficiária, e somente quando elas não concordavam com isso, dizendo que era muito longe, ou que eu não conseguiria encontrar o local sozinha, é que era sugerido um outro local que fosse confortável pra elas.

Para as entrevistas que aconteceram nas casas das beneficiárias, pôde-se perceber um certo desconforto inicial, mas na maioria das vezes essa sensação ia sendo dissipada com o passar do tempo. As poucas ocasiões em que havia parceiros presentes em casa, as mulheres mais uma vez demonstravam desconforto ao darem seus depoimentos, principalmente quando seus depoimentos tinham a ver com algum tipo de sofrimento, dificuldade ou privação relacionados à vida compartilhada com o parceiro. Nesses casos, as entrevistadas mudavam de assunto rapidamente quando os parceiros se aproximavam, ou até mesmo sussurravam e apontavam para eles como se pedissem para que eu não continuasse tocando em determinado assunto. Algumas entrevistas foram realizadas com membros da família ao redor, crianças, mães, tias, sobrinhas, vizinhas, e nesses casos, não se via o constrangimento em reviverem momentos difíceis ou felizes de suas vidas, o que não acontecia quando havia a presença de seus parceiros conjugais. Como será melhor explorado nessa seção, a figura masculina é sinônimo de opressão e sofrimento para muitas dessas mulheres, e isso pode ser percebido claramente em seus depoimentos e confirmado pela observação da interação familiar no momento da realização das entrevistas. Houve momentos também em que a tensão com a chegada do marido, companheiro ou até mesmo filho, foi tamanha que a entrevista teve que ser interrompida, dado o grau de desconforto da entrevistada.

Entrar no bairro, nos becos, nas casas e cômodos que essas famílias ocupam foi uma experiência dura, pois antes de mais nada, testemunhei com muita vivacidade a dramaticidade de condições de vida muito precárias e que são resultantes da ineficácia dos mecanismos públicos utilizados para se garantir vida digna àqueles que ao longo de gerações são preteridos pela sociedade e pelo poder público. Ouvir as histórias dessas mulheres, carregadas de inseguranças, violações e abandonos, nos traz uma compreensão ampliada e aprofundada do quanto a condição de mulher agrava a condição de pobreza em que nasceram, e é por isso que esse capítulo conta suas histórias.

As entrevistas tiveram o objetivo de apreender a trajetória de vida dessas mulheres. Para tanto, foi perguntado no início das entrevistas como havia sido o passado e suas infâncias. Suas histórias são marcadas por violação de direitos, suas infâncias são repletas de trabalho infantil, abandono, fome e violência. Essas são apenas algumas das marcas que aparecem nos discursos dessas mulheres quando narram as suas histórias.

Começar a entrevista perguntando sobre suas infâncias, como estratégia para 'quebrar o gelo', serviu algumas vezes como ponto de partida para levar as entrevistadas a um passado com memórias boas e prazerosas. No entanto, as memórias felizes, que elas gostavam de revisitar, infelizmente correspondiam apenas a uma pequena parte das trajetórias dessas 53 mulheres.

Suas histórias marcam percursos repletos de sofrimento e tristeza, com infâncias marcadas por trabalho, insegurança, dificuldade financeira, violência e abandono. A memória desse passado povoado de más lembranças fez com que várias entrevistadas, ao serem perguntadas sobre suas infâncias, se negassem a falar. Algumas, mesmo se negando a falar de qualquer coisa que remetesse ao passado, choravam no momento em que reforçavam que não queriam falar sobre o assunto. Falar do passado significava reviver momentos que não queriam lembrar, levando muitas delas a chorar quase que instantaneamente após serem indagadas sobre suas infâncias. Em alguns casos, era possível perceber nos seus discursos momentos relacionados à infância que apareciam de forma espontânea ao longo da entrevista. Mas para os casos em que as infâncias foram marcadas por privações extremas e muita violência, a volta ao passado para compor suas trajetórias era praticamente impossível de ser verbalizada. Outro momento que também foi marcado por muita emoção, levando algumas entrevistadas a chorarem novamente, foi o do final da entrevista quando era perguntado sobre planos para o futuro. Nesse caso, várias entrevistadas começavam a chorar, como se aquela pergunta as lembrasse que seus futuros provavelmente seriam também muito difíceis. É como se o passado e o futuro dessas mulheres estivessem conectados, onde o passado difícil, por mais que trabalhado para ser superado, não tivesse alcançado bases sólidas no presente para garantir um futuro melhor. Perguntar sobre o futuro para algumas dessas mulheres significou refletir sobre suas trajetórias trazendo no choro o medo da difícil constatação de que provavelmente seus futuros também não seriam muito diferentes do que foram suas infâncias.

Outro indicador que marcou a dificuldade de reviver o passado difícil que tiveram foi o fato de muitas afirmarem não lembrar de suas infâncias. Talvez como forma de negar esse passado difícil, e para não parecerem 'grosseiras' ao se negarem a falar sobre o assunto, afirmavam que não se lembravam da infância, ao invés de dizer que elas não queriam falar sobre o assunto. Esse tipo de resposta, 'não me lembro da minha infância', foi bastante recorrente, mesmo que na grande maioria desses casos, as memórias relativas a esse passado acabassem sendo compartilhadas no decorrer da entrevista.

“Faz tanto tempo que nem lembro. Só ficava em casa mesmo, não ia pra canto nenhum não”. (R.B. 44 anos)

“Não foi muito boa não, não me lembro de muita coisa. A gente só vivia pra trabalhar mesmo, lembro que tinha gado, mas o leite era pouco também, então só dava pros menores. Às vezes a gente comia queijo que papai fazia” (M. S. 54 anos)

“Minha filha, eu fico doida pra esquecer, porque ô vida sofrida. Foi muito difícil. Sinceramente, eu orei muito pra esquecer” (J.F. 42 anos)

“Mulher, você sabe que eu não me lembro. Não me lembro de nada. Vai passando, vai passando assim o tempo e parece que vai apagando. Só tem uma coisa que eu gravei, parece que eu tinha 15 anos. Na época não tinha esse negócio de água encanada em casa, tinha um chafariz público e ia eu e minha prima buscar água. A gente vivia quase morrendo e também a gente ia buscar muita lenha na mata pra queimar. Só é o que eu me lembro. Não me lembro de quando tinha 5 ou 6 anos”. (M.S. 61 anos)

“Minha infância foi muito sofrida (começa a chorar). Comecei a trabalhar com 12 anos de idade.” (H.S. 42 anos)

“Ela não foi muito boa não, se eu começar a lembrar vou botar para chorar aqui (começa a chorar). Desculpa, mas eu não preciso contar não. Eu sou mais feliz agora. Agora graças a Deus eu sou feliz com meu marido, meus filhos, meu cantinho.” (S. L. 44 anos)

Ao se negarem a falar sobre a infância, ou ao dizerem que não se lembravam dessa etapa da vida, pude perceber que essas mulheres eram as que se encontravam nas situações mais precárias de sobrevivência no momento da realização da pesquisa. Pude perceber também que, para aquelas que tiveram um passado marcado por muita dificuldade, mas que no momento da pesquisa se encontravam em situação melhor de vida, quando comparado com suas infâncias, parecia mais fácil falar desse passado difícil, visto que consideravam que atualmente, de uma forma ou de outra, aquela situação precária da infância havia sido superada. Para aquelas que não conseguiram perceber melhoras em suas vidas desde suas infâncias, parece ter sido mais difícil rememorar o passado, visto que, de alguma maneira, os elementos que as faziam repelir as lembranças daquele tempo continuavam atormentando-as no presente. Nesses casos, assumir falar de um passado precário parecia ser o mesmo que falar de um presente precário e com isso reconhecer que suas vidas estavam marcadas por dificuldades ligadas à subsistência enquanto crianças, e agora também enquanto mães de família.

Considerando todos esses elementos, apresentarei alguns depoimentos nesse capítulo com o intuito de apresentar o perfil das mulheres entrevistadas no bairro São José. A partir desses perfis, apresentarei também alguns dados referentes a suas trajetórias de vida e situações socioeconômicas para que se possa compreender melhor as condições em que essas mulheres crescem e formam suas famílias. A escolha dos perfis e dos principais temas a serem abordados nessa seção sem dúvida podem ser considerados arbitrários visto que qualquer tentativa de sistematização de informação nesse sentido pressupõe a exclusão de uma série de outras informações, e, conseqüentemente, não consegue abranger a riqueza de dados obtidas com o trabalho de campo. No entanto, a seleção dos dados que serão aqui apresentados, aparece com

frequência em seus depoimentos e, devido à recorrência de alguns desses temas, essas histórias merecem destaque e buscam representar as beneficiárias do PBF no bairro São José.

O primeiro perfil que apresento é de Eduarda que conta de forma sucinta sua trajetória ao nascer e passar parte da sua infância em ambiente rural, migrando posteriormente para João Pessoa, para trabalhar como babá em casa de família.

Eu sou de Pilar, meus pais moram lá e já faz 15 anos que moro aqui. Vim trabalhar em João Pessoa, gostei do pai deles e até hoje estou aqui. Meus pais trabalhavam na agricultura em terra de família. Faz uns 2 anos que eles se aposentaram. Aí compraram um terreno e construíram a casa deles. Eles plantavam feijão, milho, batata, inhame, macaxeira, jerimum. Trabalhei muito, pescava e aí deixei de estudar. Todo mundo trabalhava, carregava água na cabeça, porque não tinha esse negócio de água encanada não, era aquele aperreio. Era sítio mesmo. Lá só tinha areia e barro. Hoje em dia eu sou toda lascada de tanta veia por causa disso. Desde que eu engravidei da primeira barriga que começou a mostrar. Na minha infância eu gostava muito de brincar e de pescar. Minha paixão mesmo era pescar, não podia ver ninguém com um jereré no espinhaço, ou com uma rede no espinhaço que eu fazia carreira atrás. Eu dizia, vou ali fazer xixi, fazer cocô, depois da matinha que tinha, né? Só que não era. Eu ia era pro açude. Fiz isso muitas vezes, levava pisa, levava peia de cipó, mas não tinha jeito. Minha mãe dizia, “você vai morrer na peia, mas vai aprender.” Não estudei, nem o nome eu assino. Eu sou analfabeta mesmo. Minha profissão era essa, botar água em casa e pescar era comigo mesmo. Pescava e trazia pra casa. Minha mãe era bem pobrezinha, era casa de barro. Lá não tinha isso aqui não, o colchão era de capim, uma palhinha só. Na cama dela dormia tudinho junto, o lençol era de pedaço, não tinha aqueles de tirinha. Meu pai estava sempre trabalhando pra quando chegasse o sábado minha mãe ir na feira comprar a misturinha. Ia eu e ela pra Cajá de pés. Era longe, longe. A gente foi criado assim, no terreno de um, no terreno de outro. Aí depois conheci meu marido, ele é zelador de prédio aqui em Manaíra. Ele tem carteira assinada. Faz 17 anos que ele está lá. A gente se conheceu na fundação do prédio. Até hoje estou com ele e a gente meteu filho no mundo. Tenho quatro com ele, mas ao todo são sete porque eu já tinha outros. Tinha três de lá de Pilar. Aqui eu tive essa que vai fazer 24, mas é de lá de Pilar. A outra 21 e o outro 16. Tem também um de 11, ela com 8, outra com 5 e essa de 1 ano. Aqui moram 4 crianças, mais a minha mais velha, mais eu e meu marido, e minha netinha também. São oito ao todo.”

O perfil apresentado acima retrata de forma direta e aprofundada a realidade vivida por diversas mulheres entrevistadas no bairro de São José. Das 53 entrevistadas, 34 nasceram em alguma cidade do interior da região e tiveram como característica comum uma infância pobre, com seus responsáveis trabalhando em pequenos terrenos com agricultura familiar, plantação e corte de cana de açúcar ou ainda com os demais serviços relacionados às usinas de cana de açúcar. Os casos se repetem quando as beneficiárias relatam seus passados de fome, seca, trabalho infantil, trabalho doméstico e trabalho na lavoura.

Na maioria dos casos, suas famílias moravam em terrenos cedidos pelos donos da fazenda ou da usina, onde era permitido que eles plantassem nos terrenos em troca de seus serviços laborais. Os casos geralmente aconteciam da seguinte forma: Cada trabalhador tinha direito a uma casa na fazenda ou na usina em que trabalhava e junto com essa casa tinha também ‘um pedacinho de terra’ para que cada família pudesse plantar o que quisesse para o sustento de sua própria família. Não fica claro nos relatos se seus pais, tios e avós recebiam salários de seus patrões por seus trabalhos. Nos discursos, os trabalhadores ‘ganhavam’ o direito à moradia e a um pedaço de terra para plantar em troca de seus trabalhos nas fazendas e usinas de cana de açúcar. Nos relatos, quando elas falam ter nascido nas cidades do interior, isso quer dizer na verdade nos sítios, na zona rural das cidades do interior. Isso faz muita diferença, porque ressalta o distanciamento dessas famílias de serviços públicos, de transportes, de educação, de saúde e até mesmo de acesso a outros produtos alimentícios que não fossem oriundos de suas pequenas plantações. Por isso, dizer que veio do interior deve na verdade ser visto não como sendo mulheres vindas da cidade do interior, mas da zona rural das cidades do interior.

Atrelada a essa infância pobre rural, está também a triste realidade da inserção precoce do trabalho para as crianças nessas condições. Vale salientar que a realidade do trabalho infantil não é prerrogativa exclusiva da região rural e isso pode ser verificado também nos discursos das beneficiárias que nasceram e foram criadas na zona urbana de João Pessoa. No entanto, todas as entrevistadas oriundas das cidades do interior e que tinham seus responsáveis trabalhando na agricultura, relataram iniciar trabalhos domésticos e na agricultura ainda quando crianças. Seja na limpeza do terreno para plantar, na preparação da terra ou ainda na colheita, os relatos se acumulam ao indicarem seus trabalhos em seus ‘próprios’ terrenos ou ainda nos terrenos das fazendas e usinas. No entanto, se o trabalho na lavoura é uma realidade que marca a diferença dessas meninas nascidas no campo para as meninas nascidas na cidade, o trabalho doméstico e o cuidado com seus familiares é algo compartilhado por todas as meninas pobres, independentemente de serem da zona rural ou urbana. A responsabilidade de cuidarem de irmãos, pais, avós, tios e de manterem a casa limpa e com comida feita, é algo que pode ser visto nas trajetórias dessas mulheres que, desde crianças, assumem esse papel em suas famílias. Seja carregando água, pescando e plantando nas cidades do interior, ou cozinhando, limpando a casa e levando seus irmãos mais novos para a escola na zona urbana, o fato é que as meninas pobres assumem desde muito cedo o que parece ser seus ‘destinos’ na vida: o trabalho relacionado ao cuidado da casa e das pessoas que vivem nela.

A violência, as privações e os abandonos também, infelizmente, aparecem como marca registrada desses passados, como revelado por Eduarda. O trauma de uma infância violenta e

marcada pelas privações muitas vezes é tão forte que as entrevistadas se recusaram a falar de seus passados, como já mencionado no início desse capítulo. O choro e o ressentimento marcam esse passado, mesmo para aquelas que, ao realizarem uma autoavaliação concluíam que houve uma melhora em suas condições de vida. Para aquelas que não conseguem ver muita melhora, a dor e a dificuldade de retomar histórias do passado fica ainda mais visível.

Para aquelas que migraram para João Pessoa, as razões para essa mudança geralmente são as mesmas: trabalho. No caso de Eduarda, ela acabou vindo para João Pessoa trabalhar já adulta, mas a maioria dos casos das entrevistadas que vieram do interior para trabalhar em João Pessoa, vieram ainda crianças ou adolescentes para trabalharem como babás, empregadas domésticas ou faxineiras.

Outro dado trazido pelo depoimento acima, que merece destaque, é o fato da entrevistada ser casada e do tamanho de sua família. Com relação ao estado civil das entrevistadas nota-se na tabela abaixo que a grande maioria é ou já teve algum parceiro morando em casa.

**Tabela 2 -
Estado civil das beneficiárias entrevistadas do PBF no São José**

Estado Civil	Nº
Possui parceiro/casada	23
Já teve parceiro/ divorciada	20
Solteira	6
Viúva	4

Na maioria dos casos as beneficiárias relataram não ter oficializado as uniões com seus parceiros e por isso diziam não ser ou não terem sido casadas, mas como o que interessa para a pesquisa é saber se na época da realização do trabalho de campo essas mulheres estavam compartilhando suas casas com parceiros, ou se já tinham compartilhado no passado, a questão do registro legal da união não se mostra relevante. Assim como M.S., outras 22 entrevistadas indicaram estar com parceiros morando em casa no período da realização da pesquisa. Esse dado é relevante não só para saber o retrato das famílias entrevistadas, como também, e principalmente, para saber como se dá a dinâmica cotidiana de cuidado da família sem um parceiro em casa para dividir as funções e os custos de manutenção de suas famílias. Mais da metade das entrevistadas (divorciadas e solteiras) indicaram ser responsáveis sozinhas pelo cuidado de seus filhos e dos demais familiares que eventualmente moravam em casa e, mesmo que esporadicamente alguns pais pagassem pensão para os filhos que tiveram com essas

entrevistadas, isso apareceu em seus discursos como pontual e insuficiente para cobrir os custos com seus filhos.

Quando perguntado sobre o número de parceiros que já tiveram, assim como Eduarda, a imensa maioria das entrevistadas disse ter tido em suas vidas entre 1 e 2 parceiros em suas vidas. Reforçando que o termo parceiro nesse caso quer dizer aqueles que moram ou moraram com as entrevistadas em algum momento de suas vidas. Ou seja, parceiro se refere a relacionamentos que foram considerados mais sérios e que, por não ter acontecido a formalização da união, as entrevistadas não os chamavam de maridos ou ex-maridos.

**Tabela 3 -
Quantidade de parceiros das beneficiárias entrevistadas do PBF no São José**

Nº de parceiros	Nº
Nenhum	1
1	25
2	19
3	4
4 ou mais	4

Em relação à idade das entrevistadas, houve uma distribuição razoável entre as faixas etárias, como pode ser melhor apreendido na tabela abaixo.

**Tabela 4 -
Idade das beneficiárias entrevistadas do PBF no São José**

Faixa etária	Nº
De 18 a 29 anos	12
De 30 a 39 anos	16
De 40 a 49 anos	13
De 50 a 59 anos	9
Mais de 60 anos	3

Considerando o perfil do Programa Bolsa Família, a maior parte das beneficiárias encontra-se de fato na faixa até os 50 anos de idade, visto que o benefício é voltado majoritariamente para as famílias que possuem crianças e adolescente com até 17 anos de idade. Por mais que uma família que não tenha filhos nessa faixa etária possa ser elegível ao benefício, esses casos se tornam mais raros porque a família deve estar na condição de extremamente pobre para que possa receber o benefício básico de R\$ 89.00 e não os benefícios variáveis associados às crianças e adolescentes. Outro fator importante que justificaria o baixo número

de beneficiárias mais velhas no PBF seria o possível recebimento do BPC (Benefício de Prestação Continuada), que garante o pagamento de um salário mínimo para idosos em situação de vulnerabilidade social. Ao receberem o BPC os idosos são impedidos de receber o PBF. Sendo assim, pode-se dizer que a situação de idosos beneficiários do PBF provavelmente indica uma fragilidade ainda maior das pessoas nesse perfil, porque esses beneficiários idosos do PBF estariam em condições extremamente vulneráveis, do contrário não seriam elegíveis para receberem o benefício básico do PBF, mas ao mesmo tempo, não seriam beneficiários do BPC, seja porque não conseguiram dar entrada ou porque tiveram suas solicitações indeferidas. Independente dos motivos que levaram as beneficiárias entrevistadas com mais de 50 anos a não serem beneficiários do BPC, o fato é que as mulheres e o único homem que entrevistei com mais de 50 anos, em sua grande maioria não tinham filhos e viviam situações de isolamento social ainda mais agravados que as beneficiárias com idade inferior a 50 anos.

Mas se o depoimento apresentado acima representa as histórias de vida de várias beneficiárias do Bolsa Família no São José, uma característica de sua família destoa da realidade encontrada dentre as demais entrevistadas: o número de filhos. Como pode ser percebido abaixo, quase metade das entrevistadas tem entre um e dois filhos e se somarmos a quantidade de entrevistadas que não tem filhos com aquelas que têm entre um e dois filhos, mais da metade das entrevistadas se encontram nessa situação.

**Tabela 5 -
Quantidade de filhos das beneficiárias entrevistadas do PBF no São José**

Nº de filhos	Nº
Não tem	5
1 ou 2	24
3 ou 4	14
5 ou 6	6
7 ou mais	4

Assim como Eduarda, apenas outras 3 beneficiárias tiveram em suas vidas sete filhos ou mais. Essa informação é relevante porque ainda nesse capítulo serão apresentadas as opiniões das próprias beneficiárias a respeito do estereótipo criado de que beneficiárias decidem ter mais filhos para receberem benefícios maiores do governo. Esse dado não serve como registro estatístico do comportamento reprodutivo das famílias pobres do bairro São Jose, mas como elemento norteador na análise sobre os depoimentos dessas mulheres que, em sua maioria, não possuem um número elevado de filhos, mesmo sendo beneficiárias do PBF, o que vai de

encontro aos estereótipos carregados de preconceito sobre as mães beneficiárias do Bolsa Família.

O caso da beneficiária Eduarda também merece destaque pela precariedade de sua moradia. Vivendo no final de um beco, por trás de uma casa, em um puxadinho que possui dois quartos, cozinha e banheiro, a beneficiária se vê todos os dias dividindo o exíguo espaço de sua casa com mais sete pessoas. Ela e seu marido compartilham a casa com uma neta e cinco filhos. As idades dos filhos variam de 1 a 24 anos, sendo a mais velha a mãe da neta de Eduarda. A mesa com quatro lugares colocada na cozinha, serve tanto para fazer as refeições da família como também de apoio para utensílios de cozinha e armazenamento de alimentos e roupa. Existem roupas espalhadas por todos os ambientes e a única mesa, mesmo se estivesse totalmente desocupada, comportaria metade da família no horário das refeições. Essa falta de espaço físico, por mais que seja agravado pela quantidade de pessoas que residem nessa casa, é também uma realidade compartilhada por praticamente todas as beneficiárias entrevistadas no São José. Os espaços nunca comportam a quantidade de moradores das casas, e mesmo que as famílias sejam pequenas, era frequente encontrar casas com banheiros do lado de fora, colchões espalhados pelas salas e cozinha, e espaços totalmente inapropriados para se viver uma vida digna. Mais da metade das entrevistadas, 34, relataram que o número de moradores em suas residências é entre dois e quatro pessoas. Quatorze entrevistadas relataram ter entre 5 e 7 moradores em casa enquanto apenas 3 entrevistadas se encaixam no mesmo perfil que M.S., com 8 moradores em casa ou mais.

Seus parceiros, em sua grande maioria, trabalhavam ou trabalham com serviços manuais ligados à construção civil, como pintor, ajudante de pedreiro, porteiro, zelador, como o marido de Eduarda.

Assim como Eduarda, outras beneficiárias relataram que em algum momento de suas vidas já sofreram algum tipo de maus tratos de seus maridos/parceiros/ex-parceiros. Infelizmente, essa também é uma característica compartilhada entre grande parte das beneficiárias entrevistadas, o que nos leva a pensar em um tipo de comportamento que se reproduz e permanece latente na sociedade brasileira. Com o agravamento das situações econômicas fragilizadas e do distanciamento muitas vezes de suas famílias, que permaneceram nas cidades do interior, muitas mulheres destacaram as dificuldades em manter relacionamentos amorosos diante das atitudes desrespeitosas, abusivas e muitas vezes violentas de seus parceiros.

Eu fiquei com ele e engravidei da minha primeira filha e fui morar com ele. Ele dividia a casa com a irmã, como eu trabalhava, eu dividia o aluguel com a irmã dele. Quando engravidei da mais velha foi um sofrimento também porque ele era muito mulherengo, sabe? Aí, quando eu estava grávida do segundo eu peguei ele com outra mulher. Aí, eu fui morar com a minha mãe e foi um aperreio total, minha mãe não aceitava que eu tinha voltado pra casa. Aí ela fez assim um dia: ‘se você estivesse com dois ou três dias, tu abortava não era?’ Eu olhei pra cara dela e disse - não! Não abortava. Eu tenho certeza que Deus vai me dar força, vai me dar saúde pra eu criar minha filha. Não tive apoio da minha mãe, dos meus irmãos. Só tive dos meus vizinhos que me ajudaram que só. Aí, fui morar com meu irmão, que bebe que só também. Aí, eu arrumei um trabalho, grávida, e fiquei ali até os nove meses, em casa de família. Eu tive lá mesmo, foi a mulher que me levou pro hospital. Na hora de ter alta, só ela que foi no hospital. Depois foi ele mesmo que voltou. Eu não fui atrás dele não. Porque quando eu fiquei grávida dele ele disse que não era dele. Aí quando ele soube que o nome da menina era o mesmo da mãe dele, aí ficou querendo conhecer a menina, aí chegou e estamos até hoje, graças a Deus. Mas eu também sofri com ele, viu. Mas graças a Deus ele está melhor.

O depoimento de Helena traz um tema frequentemente relatado sobre seus parceiros e ex-parceiros: a traição. Mesmo tendo três filhos do mesmo parceiro, o fato de ser ‘mulherengo’ no passado marcou e ainda marca a relação dessa beneficiária com o seu parceiro quando ela finaliza o seu depoimento dizendo que ‘graças a Deus ele está melhor’. Quase como se fosse uma doença que ele vem se recuperando, ela não conseguiu, em seu depoimento, dizer que ele estava ‘curado’, e sim que estava ‘melhor’. O interessante é que mesmo sendo ele o autor das traições, quando ela se separou dele e saiu de casa, ela foi acusada por ele de traição já que ele afirmou que a filha que ela estava esperando não era dele. Ao longo de seu depoimento vários indícios apontam para uma vida insegura e oprimida com seu parceiro:

“Mulher, eu gostava de estudar, até hoje eu digo: eu devia estar estudando. Eu disse até pra Hugo, meu marido, ‘eu acho que vou voltar a estudar’, mas ele não quer não, tem ciúme.”

“Ele é porteiro, ele trabalhava como porteiro, mas nem sei quando saiu, não pergunto não.”

“Eu só trabalho uma vez por semana. Eu não quero trabalhar mais dias porque os meus meninos são muito pequenininhos ainda e ele não tem muita paciência de ficar com os meninos.”

“Meu marido é que as vezes dizia: - você só quer estar dentro de casa, estar no bem bom recendo Bolsa Família. Mas depois que eu comecei a fazer a faxina ele parou mais. Mas as vezes ainda passa na minha cara.”

Mesmo Helena dando graças a Deus que eles estão juntos até hoje, pelos depoimentos fica claro que a relação entre os dois é marcada por atitudes de desrespeito, desconfiança e dominação. O fato de a beneficiária não saber informar a renda do seu marido e sequer ter

coragem de perguntar quando ele saiu do emprego, indica uma relação muito restritiva entre os dois. Na época da entrevista ele estava trabalhando como guardador de carro na beira mar de Tambaú algumas noites por semana, e ao chegar em casa e ver que eu estava conversando com sua mulher teve uma atitude de espanto e demonstrou insatisfação diante da situação. Esse foi um dos casos em que tive que mudar o assunto que estávamos conversando porque a beneficiária indicara sussurrando que não poderia mais falar sobre suas decepções amorosas com o marido após a chegada dele em casa. Além de não compartilhar com ela questões relacionadas ao seu trabalho e ao seu rendimento, o marido também não autoriza que ela volte a estudar e ainda é o responsável por criticá-la, acusando-a de acomodada por ficar em casa “no bem bom recebendo Bolsa Família”. Como se não bastassem esses julgamentos morais vindos dos outros, essa beneficiária sofre essas acusações dentro da própria casa. A justificativa dada por ela para não trabalhar mais dias fora de casa refere-se ao fato de seus filhos ainda serem muito pequenos e ela não poder contar com ele, que não tem paciência de cuidar das crianças. Interessante de perceber nesse caso é que mesmo ela sendo casada, o cuidado com os filhos é de responsabilidade exclusiva dela. Nesse caso, mesmo que haja o parceiro para dividir as contas e as demais atribuições domésticas que demanda uma família, o cuidado dos filhos não é compartilhado entre o casal, como acontece com grande parte das entrevistadas. Se uma das principais dificuldades elencadas pelas mães beneficiárias que cuidam de seus filhos sozinhas é exatamente não ter com quem compartilhar os cuidados que os filhos demandam, essa realidade não parece ser muito diferente no caso das mulheres mães com parceiros dentro de casa. De uma maneira geral a responsabilidade dos afazeres domésticos, da educação, da saúde e do lazer das crianças é sempre da mulher, seja ela a mãe, irmã mais velha, tia ou avó.

Ao falarem de suas histórias as beneficiárias entrevistadas apresentaram inúmeros depoimentos que marcam o lugar da menina pobre na sociedade brasileira.

“Primeiro que onde a gente morava era uma seca grande, pra gente conseguir água tinha que descer para um riacho. Eu ia pegar água sempre” (A.S. 29 anos)

“A situação do pai é que minha mãe foi trabalhar e me deixou com ele. Eu que criei ele. Eu levava no médico, eu que cuidava, eu que fazia tudo, cuidava da casa. Eu não vou nem falar, porque eu não tive nem infância. Não sei nem o que é infância. Eu estou tendo infância agora que eu tenho um filho. (...) O meu irmão, eu deixava ele na creche, depois ia para a escola. E depois que eu ia para a escola tinha que arrumar a casa, e depois ia pegar ele na creche. Eu tinha uns 11 ou 12 anos nessa época” (M.N. 28 anos)

“Eu trabalhava muito em casa. Minha vó ia pra roça com os meninos e eu ficava em casa, tinha uns 8 anos pra fazer comida pra tudinho. Eu tinha que acender o fogo de lenha”. (M. R. 37 anos)

“Ah, lavava roupa no açude, carregava feixe de lenha, carregava lata de água na cabeça. Coisa do interior mesmo. Gostava, mas era meio sofrido na verdade” (S. O. 38 anos)

Os relatos da infância das beneficiárias são marcados por trabalhos domésticos, onde a reponsabilidade do cuidado da casa era, para quase todas elas, compartilhada entre as mães e suas filhas. Suas responsabilidades variavam de acordo com a localidade onde moravam, como, por exemplo, serem responsáveis por buscar água nos açudes, cozinhar, limpar a casa, cuidar de seus irmãos mais novos ou até mesmo de pessoas mais velhas, como foi o caso do depoimento citado acima, em que a filha cuidava do pai. A responsabilização da menina pelo cuidado e pelos afazeres domésticos de suas próprias casas acontece desde muito cedo para a maior parte delas, havendo relatos que marcam as idades a partir dos 9 ou 10 anos em muitos casos. Os depoimentos indicam a existência de uma certa expectativa por parte das famílias de que ao nascerem meninas a responsabilidade pelo cuidado, da casa ou dos próprios familiares, seja quase que imediatamente transferida para elas.

Ao falarem do passado ficou claro que o cuidado com a casa e com as pessoas que moravam nela era de responsabilidade das mulheres e meninas e, ao falarem do presente, continua evidente que o cuidado doméstico e de seus filhos segue sendo uma responsabilidade eminentemente feminina entre as beneficiárias. Outro dado que aparece no discurso de Helena, mas que também pode ser visto nas demais beneficiárias, é o papel que as figuras masculinas desempenham em suas vidas. Ao longo das entrevistas, os depoimentos das beneficiárias eram preenchidos com histórias do passado e do presente, carregadas de violências, abusos ou abandonos, muitas vezes por parte das figuras masculinas de suas famílias. Esses relatos geralmente começavam ainda na vida infantil, quando se referiam aos seus pais, passando posteriormente ao presente, com relatos referentes aos namorados, parceiros, maridos, ex-maridos, filhos, empregadores ou irmãos, como Helena destacou.

A ausência da figura masculina, como marido ou parceiro, nas casas das beneficiárias no período em que foi desenvolvida a pesquisa, foi marcante. Isso não se deu exclusivamente porque o horário das entrevistas coincidiu com o horário comercial, ou seja, horário em que eles poderiam estar trabalhando, mas também porque a maior parte das mulheres entrevistadas se encontravam sem parceiros no momento. Praticamente todas as mulheres entrevistadas tinham

filhos⁶⁸ de um ou mais parceiros. No entanto, ao relatarem suas histórias elas ressaltavam que suas vidas foram marcadas por tentativas frustradas de constituir relacionamentos, e que, segundo várias delas, esses relacionamentos 'nunca davam certo'.

Como pode ser percebido em alguns dos depoimentos destacados abaixo, a vida de grande parte dessas beneficiárias foi marcada por abusos e violências masculinas:

“Muito sofrimento. A gente era muito pobre, meu pai, meu avô, né? bebiam muito e quando meu pai chegava arrancava o roçado tudinho. Eu perdi muito roçado. A gente morava perto da Ponte da Batalha, mas meu avô e minha avó saíam andando de uma cidade pra outra. Chegava, plantava um roçado, brigava com o patrão, mudava pra outro, brigava, e saía andando”. (M.B. 76 anos)

“Dava pra escrever um livro. O que eu mais lembro era do sofrimento que passei com minha mãe. De chegar em casa e ele estar batendo na minha mãe, nas minhas irmãs. Um dia ela saiu pra buscar ele que estava bebendo, e eu fiquei na chuva com raio e trovão. A pessoa lembra, quer esquecer, mas não esquece.” (M. R. 37 anos)

“Meu pai foi embora, minha mãe era minha mãe e meu pai”. (T.C. 52 anos)

“Ficava muito com meu pai e meu pai não deixava a gente sair para canto nenhum. Meu pai era daquelas pessoas bem ruim. Ruim assim, ele não dava mole, não deixava criança ir para canto nenhum e botava os filhos pra trabalhar, pra ajudar ele na roça mesmo. Tanto é que eu queria estudar e ele não deixava a gente estudar. Só que eu era muito insistente, eu insisti muito até que eu mesma fui fazer minha matrícula. Eu fui estudar, só que eu estudava só uns dois, três dias, quando era no terceiro dia meu pai falava, você não vai mais pro colégio”. (M.S. 33 anos)

“Ele (ex-marido) me ameaçava, porque ele tem um primo assassino, e dizia que ia mandar me matar se eu colocasse ele na justiça. Sorte que minha mãe e meu pai me ajudam com minhas duas filhas”. (L.S. 35 anos)

“Eu mesma tive cinco filhos, mas naquele tempo pra evitar era um problema de marido. O pai daquelas duas ali era um problema para evitar. Minha mãe comprava o remédio escondido pra evitar. E quando ele achou, ele queria fazer eu engolir a cartela todinha. Era muito difícil naquele tempo.” (E.J.S. 59 anos)

“Minha filha tem 4 anos, mas nunca foi pra creche. O pai não queria.” (I. M. 23 anos).

São numerosos os relatos que remontam a um passado de privação escolar, trabalho infantil, alcoolismo, violência doméstica, abandono e até mesmo ameaça de morte por figuras masculinas que passaram por suas vidas. Muitas de suas histórias do passado são marcadas por

⁶⁸Das 53 entrevistadas apenas 4 não tiveram filhos. Dentre os quatro entrevistados sem filhos está incluído o único homem beneficiário entrevistado pela pesquisa. Todas as entrevistadas sem filhos possuíam acima de 40 anos.

abandonos e abusos por parte das figuras masculinas de suas famílias. E ao falarem de suas vidas no presente, o discurso não parece ser muito diferente, já que a responsabilidade de manter a família 'funcionando' sem o apoio financeiro e emocional dos pais de seus filhos e parceiros, continua sendo das mulheres, mães, tias, irmãs e avós.

Além das características já mencionadas até então, nenhuma característica poderia ser mais representativa das mulheres pobres beneficiárias do PBF do que a característica de trabalhadoras. Ainda meninas, independentemente de serem do campo ou da cidade, as mulheres pobres começam a trabalhar desde muito cedo. O relato de Iracema é um bom exemplo de como o trabalho é um dos principais traços da trajetória dessas mulheres pobres, que mesmo antes de começarem a trabalhar fora de casa, assumem responsabilidades domésticas dentro de casa desde muito cedo.

Minha filha, pra falar a verdade eu não sei o que é infância. Não tive infância. Desde pequena que comecei a fazer mingau, trocar fralda, porque era assim, um atrás do outro. Acho que minha mãe não teve resguardo não. Ela teve sete, na verdade ela teve mais, teve 11, mas deu quatro filhos. Acho que o primeiro que ela teve, ela tinha 13 anos. Então eu não vou dizer pra você que eu tive infância porque eu não tive, senão eu vou estar mentindo. Minha infância foi tomar conta de menino, o papel que eu tive foi só esse. Depois eu tive que desde muito cedo trabalhar na casa dos outros para os meus irmãos não passarem fome, aí eu não tive oportunidade pra estudar. Estudei até o terceiro ano e depois só fui estudar depois de velha. Desde os 13 anos de idade eu trabalho. Já limpei mato, já catei papelão, no domingo me largava no meio do mundo, quando morava em Campina Grande, né? Quando tinha aqueles torneios eu ia vender pipoca, laranja, o que viesse eu tava indo. A gente às vezes ia pra cidade vizinha pra trabalhar no campo, catar algodão, feijão nas épocas, sabe? Ia eu, minha mãe e meu irmão mais velho. Nessa vida eu só não fiz me prostituir e roubar. Já trabalhei em 4 casas com carteira assinada. Trabalhei por nove anos como cozinheira numa casa de família e saí em 2016, tinha carteira assinada e tudo. Tive problema na coluna e depois tive inflamação nos ossos. Eu saía de um emprego e ia pra outro. Eu engomava, sabe? Na casa de uma outra senhora que era enferma. Eu pegava de sete até as três na primeira, aí quando eu saía de lá ia pra casa dessa outra senhora engomar. Eu trabalhava segunda, quinta e sexta também em um quiosque. Trabalhava durante o dia nas duas casas normal e depois nesse do quiosque de noite. Saía de casa às 7 da manhã e só chegava as 9 ou 10 da noite. Não via meus filhos, eles ficavam em casa sozinhos e tinha uma vizinha que pegava na escola e de vez em quando olhava eles. Agora eu tenho mais tempo, faz alguma coisa eu estou vendo.

Mesmo que a grande maioria das mulheres beneficiárias entrevistadas tenha como ocupação ao longo da sua vida o trabalho doméstico em casa de família, muitas trabalharam durante a infância, adolescência ou mesmo na vida adulta, em diversas atividades de forma precária e incerta. Não são raros os casos de trabalho infantil em feiras livres, fazendas, usinas e comércio nas cidades do interior. Para aquelas que cresceram em zonas urbanas, também é

muito comum os trabalhos infantis em feiras livres, na venda de produtos nos sinais, praia e pontos turísticos. Ao crescerem, muitas já trabalharam fazendo salgados, bolos, como manicures, cabeleireiras, seguranças, garçonetes, cozinheiras, etc. Outro dado marcante em suas trajetórias ocupacionais é a precariedade e instabilidade de seus trabalhos. Considerados como *bicos* por elas, esse dinheiro, quando entra, serve para suprir necessidades imediatas como bem retrata Iracema. Apenas três entrevistadas afirmaram estar com trabalho fixo no período da realização da pesquisa e dessas três entrevistadas, apenas uma afirmou estar com carteira assinada.

Das 53 entrevistadas, 30 disseram estar fazendo bico no momento e menos da metade, 23 entrevistadas, afirmaram já ter tido carteira assinada em algum momento de suas vidas. Ter carteira assinada continua sendo o sonho de quase todas as beneficiárias que entrevistei. No entanto, suas trajetórias são marcadas por experiências inseguras de trabalho, sem qualquer tipo de garantia trabalhista ou de previsibilidade de renda. O empreendedorismo de Iracema, que optou por investir o dinheiro que ganhou com a rescisão de contrato de um dos seus três trabalhos, é surpreendente considerando o esforço que esse movimento demandou. Iracema abriu seu próprio negócio e começou a fazer marmitta com o dinheiro da rescisão, mas antes trabalhava em três lugares e tinha carteira assinada em apenas um deles. Depois de ser diagnosticada com problemas de saúde, provavelmente advindos dos intensos esforços físicos que ela foi forçada a fazer desde a infância para garantir seu sustento e o dos seus irmãos, Iracema decidiu começar a fazer em sua casa marmittas para vender. A maior parte do dinheiro de sua rescisão, cerca de 3.000 reais, ela investiu em uma geladeira, um fogão e na compra de mantimentos para dar início ao seu negócio. Ela começou a vender marmittas não só para pessoas que pegavam e levavam pra comer em suas casas, como também para uma construtora que estava com uma obra bem perto de sua casa. Com a garantia de venda de no mínimo 15 marmittas diárias, quantidade de trabalhadores na obra, Iracema se motivou com a sua tomada de decisão de investir em algo que ela gostava e sabia fazer, que era cozinhar. Infelizmente, poucos meses depois de ter firmado o acordo de fornecimento das marmittas, o responsável pela obra abandona o posto de trabalho e além de não finalizar o trabalho da obra deixou de pagar o que estava devendo a Iracema. Com a promessa de pagá-la quinzenalmente, Iracema deixou de receber o equivalente a 15 marmittas diárias por 12 dias de trabalho, ou seja, R\$ 1.800,00. Com cada marmitta sendo vendida a R\$ 10,00 na época, Iracema ficou com um prejuízo que rendeu mais de três anos de pagamento dessa dívida aos fornecedores que ela tinha e aos agiotas que se meteram em sua vida.

Mesmo essa sendo uma história triste pela infelicidade dela ter encontrado uma pessoa mal caráter em sua vida, a história de Iracema é uma das poucas histórias de empreendedorismo dentre as entrevistadas no bairro. As situações de pobreza extrema foram tão frequentes dentre as entrevistadas que uma história de empreendedorismo como essa se destaca frente à realidade do bairro São José. Não resta dúvida que o principal motivo que possibilitou esse movimento foi a sua condição de ter sido empregada formalizada com seus direitos trabalhistas garantidos. Como essa é uma fatia da população que não tem acesso a crédito, o pontapé necessário para que ela pudesse buscar mudanças em sua trajetória ocupacional foi propiciado exatamente pelo dinheiro da rescisão de seu próprio trabalho. No período da entrevista, Iracema estava terminando de pagar a dívida com agiotas e fornecedores, e já estava vendendo açaí e lanche como forma de complementar a renda com a venda das marmitas. Mesmo que ela tenha decidido sair dos três trabalhos por indicação médica, porque não poderia ficar mais em pé por tantas horas seguidas, Iracema passa o dia em pé na cozinha de sua casa para garantir a produção das comidas que ela tem anunciada no muro do prédio em que mora.

Os custos para manter sua família são altos e sem o apoio financeiro de nenhum dos pais de seus filhos, Iracema não pode diminuir o ritmo de trabalho. Assim como outras 20 beneficiárias, Iracema paga aluguel, e de todas as entrevistadas ela é a que paga mais caro pelo lugar que mora. O valor dos alugueis variava entre R\$ 150.00 até R\$ 450.00, mas Iracema paga R\$ 550.00 todo mês por um apartamento no térreo de um prédio próximo ao Shopping Manaíra. Iracema disse ter vontade de sair de lá porque o aluguel está muito caro, mas duas razões fazem com que ela não faça esse movimento. Ela se mudou para esse lugar para sair de dentro do bairro São José quando suas filhas entraram na adolescência. Mudando praticamente uma rua ‘para fora’ do bairro, ela saiu de uma rua de terra para uma rua asfaltada e afastou, nas palavras dela, suas filhas de companhias indesejadas do bairro. Outro fator que colabora para a permanência de Iracema no apartamento em que está é o fato do apartamento estar bem localizado, em uma rua com relativo movimento, o que garante a venda de suas marmitas. Muitas pessoas compram a marmita e almoçam na sala da casa dela, na sua mesa de jantar, e depois voltam para os seus trabalhos. Mudar para um outro apartamento, pode até reduzir o valor do aluguel, mas pode também comprometer a renda de sua família com a possível queda no número de venda de marmitas, lanches e açaís.

A renda familiar de Iracema fica em torno de um salário e meio por mês. Com alguns filhos já adultos, mas que ainda dependem dela financeiramente, ela é a única responsável por colocar dinheiro dentro de casa. Como indica a tabela abaixo, a renda familiar das beneficiárias entrevistadas no bairro São José varia majoritariamente entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos.

**Tabela 6 -
Renda familiar mensal das beneficiárias entrevistadas do PBF no São José**

Renda familiar mensal	Nº de entrevistadas
Até ½ salário mínimo	8
De ½ a 1 salário	15
De 1 a 2 salários	25
Mais de 2 salários	1
Não respondeu	4

Ao contrário da sua trajetória de vida, onde Iracema nunca teve a rotina escolar como parte da sua vida, seus cinco filhos estudaram. Uma de suas filhas estava cursando engenharia na faculdade privada Maurício de Nassau na época da pesquisa. Mesmo tendo outros filhos que desistiram de continuar os estudos, não concluindo o ensino médio, e outros que seguem estudando no ensino fundamental e médio, não resta dúvida de que o fato da beneficiária manter a casa, fez com que seus filhos não ingressassem em situações de trabalho infantil, garantindo uma maior estabilidade do que a que ela teve, para que seus filhos permanecessem estudando.

Outro dado relevante referente à renda familiar das beneficiárias entrevistadas diz respeito ao valor que elas recebem do Programa Bolsa Família. Como pode ser observado na tabela abaixo, a maioria recebe entre R\$ 101.00 e R\$ 200.00 mensalmente, o que sem dúvida é um importante complemento para suas rendas.

**Tabela 7.
Valor do benefício do PBF das entrevistadas no São José**

Valor PBF	Nº de entrevistadas
Até R\$ 50.00	2
De R\$ 51.00 a R\$ 100.00	10
De R\$ 101.00 a R\$ 200.00	25
De R\$ 201.00 a R\$ 300.00	13
De R\$ 301.00 a R\$ 400.00	2
Mais de R\$ 500.00	1

Esses dados revelam que o benefício do PBF funciona muito mais como um complemento de renda do que como fonte principal da renda dessas mulheres. Diante dos valores que recebem, o benefício, mesmo que muito importante, está longe de ser a única fonte de renda dessas mulheres capaz de motivar a tomada de decisão para paparem de trabalhar. Esse dado se torna ainda mais relevante quando contrastados com a imagem socialmente construída de que os pobres beneficiários do Programa Bolsa Família teriam se acomodado e até decidido

pararem de trabalhar após terem se tornado beneficiários. Mesmo que a entrada no programa possa ter dado uma certa ‘garantia’ para essas famílias, essas mulheres que sempre trabalharam, nunca param de trabalhar após terem se tornado beneficiárias, até porque se tivessem feito isso, teriam levado suas famílias a situações ainda mais vulneráveis do que aquelas em que elas se encontravam.

O curioso é que, como foi discutido no primeiro capítulo, o senso comum, percebido também nos discursos das beneficiárias entrevistadas, promove a imagem de que os valores dos benefícios do Bolsa Família podem atingir índices muito elevados, de até R\$ 1.000.00 ou R\$ 2.000.00, como citado por algumas entrevistadas anteriormente. No entanto, mesmo que o valor do benefício possa variar bastante devido à condição socioeconômica da família e da composição familiar, quase todas as entrevistadas pela pesquisa recebem abaixo de R\$ 300.00 por mês. Se comparados os valores dos benefícios que a maioria das beneficiárias entrevistadas no São José recebem, entre R\$ 101.00 e R\$ 200.00, com o valor médio do benefício da cidade de João Pessoa, por exemplo, pode-se perceber que os valores estão bem próximos. De acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério da Cidadania em março de 2020, o valor médio do benefício pago na cidade de João Pessoa é de R\$ 179.17. Curioso perceber também que em alguns depoimentos, as entrevistadas destacaram não só acreditarem em valores muito elevados do benefício para determinadas famílias, como destacaram também que isso é mais comum de acontecer em cidades do interior, onde as mulheres teriam mais filhos, segundo elas, em comparação com as famílias das zonas urbanas. Mesmo que haja de fato a possibilidade das cidades do interior terem famílias com maior número de filhos, e mesmo que a média do valor do benefício possa ser de fato mais elevada nas cidades do interior do que nas zonas urbanas, os valores elevados que o benefício pode chegar com certeza não seriam a regra e sim a exceção. E ainda, mesmo que houvessem valores elevados, esses benefícios jamais chegariam a R\$1.000.00 ou R\$2.000.00 mensais como algumas beneficiárias afirmaram existir. Apenas como forma de exemplificar que a crença em valores elevados do benefício do Bolsa Família, na verdade, faz parte de um conjunto de mitos criados para deslegitimar o programa e desqualificar moralmente o pobre beneficiário, apresento uma tabela com os dados de valores médios do benefício na cidade de João Pessoa e em duas outras cidades do interior da Paraíba.

**Tabela 8 -
Valor médio do benefício do PBF na Paraíba**

Estado/Cidade	Porte do município	% da população beneficiada pelo PBF	Valor médio do PBF (R\$)
Paraíba	N/A	30.46	205.19
João Pessoa	Grande	18.12	179.17
Cajazeiras	Médio	31.31	235.98
Quixabá	Pequeno Porte I	42.61	251.10

Fonte: Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município – Resumido - Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, março de 2020.

Mesmo considerando que a média não seja a unidade de mensuração mais precisa para se saber de fato os valores mais elevados que as famílias podem chegar a receber e a quantidade de famílias que se encaixariam nesse perfil, não deixa de ser curioso que os valores dos benefícios pagos no estado em média sejam inferiores a R\$300.00. Além dos dados de João Pessoa e do estado da Paraíba, foram escolhidas duas outras cidades do sertão paraibano, de forma aleatória, somente para que pudéssemos comparar os dados de João Pessoa com uma cidade de grande porte e outra de pequeno porte. Nota-se de fato que o valor médio do benefício é maior nas cidades do interior se comparados com a capital João Pessoa, mas mesmo assim, nada se compara com a imagem construída de que beneficiários receberiam mais de R\$ 1.000,00 mensais do Programa Bolsa Família.

Um dos dados mais relevantes que podemos aprender com o caso de Iracema é que as beneficiárias, assim como ela, jamais pararam de trabalhar. No entanto, diferente de Iracema, que já trabalhou em diversas atividades e até conseguiu fazer parte do grupo seletivo de mulheres pobres que já tiveram carteira assinada, a maioria das beneficiárias entrevistadas teve o trabalho doméstico como única oportunidade de trabalho em suas vidas. Seja no período de suas infâncias ou enquanto adultas, os trabalhos domésticos aparecem como as únicas possibilidades de inserção no mercado de trabalho para essas mulheres pobres. Os perfis que serão apresentados agora, refletem exatamente esse caminho, praticamente sem alternativa de ocupação para essas mulheres.

“Nasci no sítio, em Aliança - PE. Saí de lá com uns 10 anos pra Recife trabalhar, fui babá e pronto, não tive tempo de estudar. Depois fui pra palha da cana. Minha vida foi trabalhar, não tive tempo de estudar, marido não dava certo, então foi assim. Meus pais não tinham condições de dar tudo para seis filhos, comida, isso e aquilo outro... Quem partiu primeiro foi Maria, minha irmã mais velha e depois fui eu, porque eu não gostei da palha da cana. Quando não dava certo na casa eu saía. Naquele tempo não tinha salário, tinha uns trocadinhos. Do tempo que eu comecei pra hoje já era pra eu estar aposentada, mas não tinha esse negócio do patrão querer assinar a carteira, aí foi muito difícil.

Josefa, ao relatar sua trajetória de vida, apresenta a história da grande maioria das beneficiárias do PBF entrevistadas no São José. Ainda criança trabalha com sua família no corte da cana de açúcar e ao buscar condições melhores de trabalho, começa a trabalhar como trabalhadora doméstica em casa de família na capital de Pernambuco. Aos 10 anos de idade começa a trabalhar como babá e por isso nunca teve a chance de ir pra escola aprender a ler e escrever. Ao perguntar em que ano nasceu, ela não soube dizer e me deu a sua carteira de identidade para que eu buscasse a resposta para a minha pergunta. Analfabeta e sem ter frequentado a escola durante toda a vida, Josefa também não sabia informar a idade de seus filhos. O grau de escolaridade das beneficiárias entrevistadas era em geral muito baixo, mas pode-se perceber uma leve elevação do grau de escolaridade das beneficiárias entrevistadas mais jovens. De uma maneira geral, o grau de escolaridades das entrevistadas mais velhas era sempre menor do que o grau de escolaridade das beneficiárias mais jovens.

**Tabela 9 -
Escolaridade das beneficiárias entrevistadas no São José**

Grau de escolaridade	Nº de entrevistadas
Analfabeta – nunca frequentou a escola	2
Analfabeta - já frequentou a escola	17
Fundamental I completo	3
Fundamental I incompleto	2
Fundamental II completo	5
Fundamental II incompleto	7
Ensino médio completo	9
Ensino médio incompleto	8

Quase metade das entrevistadas eram analfabetas e apenas nove delas conseguiram concluir o ensino médio. Com graus de escolaridade baixíssimos, o trabalho doméstico aparece como praticamente a única opção de reanda para essas mulheres. Além do trabalho doméstico ser historicamente desvalorizado, os baixos salários pagos a essas trabalhadoras são acompanhadas da falta de garantias trabalhistas. Mesmo com o avanço das garantias trabalhistas conquistados após a aprovação da Lei 150/2015, que ficou conhecida como a PEC das domésticas quando foi apresentada em 2012, continua recorrente a contratação de meninas e mulheres para trabalhos domésticos sem que haja nenhum tipo de formalização ou garantia de seus direitos enquanto trabalhadoras. Como indica Josefa, após trabalhar uma vida inteira em casas de família sem que assinassem sua carteira de trabalho, hoje ela tem como renda apenas os R\$ 89.00 que recebe do benefício básico do PBF por estar no perfil de extremamente pobre, dependendo de seus filhos para manterem os custos de sua casa. Assim como ela, outras beneficiárias também tiveram como única oportunidade de trabalho em suas vidas o trabalho

doméstico. É o caso do depoimento abaixo, de quem trabalhou quase 15 anos em uma única casa, tendo iniciado ainda criança.

“Eu trabalhava como doméstica antes de tomar conta dela. Eu dormia lá. Trabalhei por 15 anos. Entrei lá com 12 e fiquei até uns 30 anos. Um dia cheguei na segunda e ela disse pra eu pegar o beco. Ela sempre ameaçava dizendo que se eu não chegasse no domingo de noite pra dormir ela ia me demitir e nesse dia eu não fui, cheguei na segunda. Eu tinha carteira assinada, mas isso já faz 8 anos já. Não quis mais não esse trabalho, não quero mais. Às vezes eu falava que ia colocar tatuagem e ela dizia que se eu colocasse eu não podia ficar lá. Hoje eu tomo conta dessa menina, ela tem um ano e quatro meses. Fico com ela de segunda a sábado porque os pais trabalham no comércio. Já faz uns 10 meses. Ela fica aqui das 7 até às 8 da noite e eles me pagam R\$ 200.00 por mês.”

Esse caso foi um dos mais emblemáticos que encontrei, porque Margarida tinha uma das condições mais precárias de moradia que encontrei no bairro. Sua casa na verdade era um vão que tinha como única divisória uma cortina de pano para dividir o banheiro do resto da casa. Dentro da casa não tinha pia, e quando precisava lavar a louça ou cozinhar, Margarida tinha que usar o tanque do lado de fora da casa. A entrevista foi curta porque ela não falava muito e não olhava pra mim. Seu comportamento era como se estivesse anestesiada, com pouca reação e com uma fala muito lenta. Ao entrar em sua casa não havia percebido que enquanto conversávamos havia um bebê dormindo na cama. O bebê na verdade não era dela, era de um casal que trabalhava de segunda a sábado e deixava sua filha para que ela tomasse conta por mais de 10 horas por dia, seis dias por semana. Seu trabalho como doméstica na única casa de família que trabalhou desde sua infância parece ter traumatizado Margarida de tal forma que ela disse nunca mais querer trabalhar em casa de família. Com úlceras nos pés e com grande dificuldade para se locomover nos seus quarenta anos de idade, ficava difícil imaginar como ela poderia cuidar de uma criança naquele ambiente e com os problemas de saúde que tinha. Mais uma vez, sem nenhum tipo de amparo, Margarida se vale da única forma que tem para ganhar algum dinheiro, trabalhar como babá em sua própria casa para ganhar R\$ 200.00 por mês.

Seu depoimento também remete a trabalho infantil, a trabalho doméstico e a insegurança que esse tipo de trabalho oferece visto que os motivos que podem levar a possíveis demissões podem ser os mais banais possíveis. As ameaças de demissão, caso ela decidisse fazer uma tatuagem no seu próprio corpo, ou se decidisse não dormir em seu trabalho no domingo, exigência absurda que remete a padrões de relacionamentos que lembram o período da escravidão, indicam como a trabalhadora doméstica não é vista ou tratada como alguém digno

de ter direitos. Suas histórias são marcadas por processos de humilhação quanto às roupas que usam, aos seus jeitos de falar e como e quando devem se alimentar enquanto estão trabalhando. Enquanto tomam conta das crianças de seus patrões, não podem frequentar os mesmos espaços sociais em condomínios, por exemplo, que não permitem a entrada dessas trabalhadoras nas piscinas, mesmo que elas estejam ali para acompanhar as crianças em suas atividades. Enquanto limpam e arrumam a casa de seus patrões, não podem usar os elevadores sociais para acessarem os apartamentos onde trabalham. Enquanto preparam as comidas para todos da família, não podem comer a mesma comida que o restante da casa come, nem se sentarem para comer ao mesmo tempo que o restante da família se alimenta. Se considerar apenas esses três exemplos como forma de representação do processo de humilhação a que essa categoria de trabalhadoras é exposta, sem considerar que geralmente o máximo que uma trabalhadora doméstica pode conseguir é a garantia do pagamento de um salário mínimo, independentemente dos anos de experiência que ela tenha acumulado ao longo dos anos, todos deveríamos concordar que, assim como traumatizou Margarida, esse trabalho pode traumatizar a pessoa de tal forma que faz com que ela, mesmo em condições muito precárias de sobrevivência, decida não querer jamais trabalhar na casa de ninguém.

Sendo assim, se fosse para apresentar um perfil sucinto, representativo das entrevistadas beneficiárias do bairro São Jose, eu diria que essas são mulheres que nasceram, em grande parte, na zona rural, onde seus pais trabalhavam como agricultores e elas, conseqüentemente, desde muito cedo já trabalhavam nas plantações e cuidando dos afazeres domésticos e de seus irmãos mais novos. A memória mais recorrente compartilhada por praticamente todas as entrevistadas sobre suas infâncias foi indiscutivelmente a lembrança do trabalho árduo. Com infâncias marcadas por abandonos, fome e desamparo, começaram a trabalhar como babás, faxineiras e empregadas domésticas entre os 12 e 13 anos de idade no interior ou na capital, e esse tipo de trabalho acabou sendo a única opção para garantir o sustento de suas famílias ao longo de suas vidas. As situações de pobreza e de trabalho infantil aparecem como principais elementos para que elas não estudem, tornando as suas chances de mobilidade social ainda mais difíceis de vislumbrar. Suas trajetórias de vida são marcadas por figuras masculinas abusivas e opressoras, e se muitas relatam a rigidez e a opressão que sofriam de seus pais, avôs e irmãos em suas infâncias, ao formarem suas próprias famílias, continuam sofrendo com histórias semelhantes àquelas vividas no passado, mas agora relacionadas aos seus maridos, parceiros e ex-parceiros. Se antes elas eram meninas que cuidavam de suas casas, agora elas se tornam mulheres de 'casa de família', onde o espaço privado aparece como única possibilidade de trabalho ao longo de suas vidas.

4.1 Preguiçosas ou trabalhadoras? Mentirosas ou honestas? Onde os discursos se distanciam e se aproximam

O povo não entende que o Bolsa Família é uma ajuda, não é para criar ninguém. O dever de criar e de manter a casa é seu. O governo está lhe ajudando não é lhe mantendo não. (L.S. 19 anos)

Uma das principais razões que motivaram a realização dessa pesquisa foi a constatação da disseminação pública de imagens negativas relacionadas ao Programa Bolsa Família e, mais especificamente, relacionadas às beneficiárias do programa, como sendo pessoas ‘preguiçosas’, ‘acomodadas’, ‘irresponsáveis’, etc. Muitos desses adjetivos são atribuídos a essas mulheres pelos meios de comunicação, como já discutido anteriormente, com depoimentos de pessoas públicas, como jornalistas, políticos, etc.⁶⁹. Como já apresentado no capítulo 2, é fácil ver representado nos meios de comunicação e mídias sociais críticas ao programa de forma sistemática que, sem sombra de dúvidas, interferem na construção do imaginário social sobre o programa. Esse imaginário social pode ser considerado como um dos elementos importantes na análise sobre opiniões dos indivíduos com relação a apoio ou rejeição a programas de redistribuição como o Bolsa Família, bem como na construção de identidades negativas relacionadas às beneficiárias, por exemplo. Opiniões a respeito das dificuldades de garantir a sustentabilidade financeira do programa, acertos e falhas da gestão do programa, ou ser a favor ou contra o estabelecimento de um tempo máximo de permanência no programa⁷⁰, podem variar significativamente dependendo do tipo de imagem que é veiculada sobre o programa. Mesmo que esse trabalho não tenha como objetivo a análise do discurso midiático, e por isso não foi realizada pesquisa específica acompanhando os diversos meios de comunicação e a forma com que o PBF vem sendo representado, não se pode negar, e esse é o ponto a que quero chegar, que a imagem negativa veiculada sobre o PBF exerce a função de auxiliar na formação de opinião

⁶⁹ Mesmo que a ênfase dada no trabalho não seja necessariamente a criação da imagem negativa do beneficiário pelos meios de comunicação e redes sociais, vale destacar que nos relatos das entrevistadas apareceram várias vezes depoimentos em que as entrevistadas admitem terem se sentido constrangidas, humilhadas, diminuídas ao ouvirem comentários negativos sobre beneficiários do Bolsa Família no seu dia-a-dia. Seja no trabalho, no ônibus, no hospital, na escola ou até mesmo de vizinhos do bairro, diversas beneficiárias disseram já terem passado por constrangimentos ao ouvirem pessoas falarem que “esse povo que recebe o Bolsa Família não quer mais trabalhar”, “essas mulheres do Bolsa só querem saber de ter filho”, “bolsa esmola”, “bolsa vagabundo”, etc.

⁷⁰ Existem programas de transferência condicionada de renda em vários países do mundo. Só na América Latina e Caribe 18 países possuem programas desse tipo como parte de suas estratégias para alívio imediato da pobreza. Assim como as condicionalidades variam de um programa para o outro, o desenho de cada programa também varia, incluindo aqueles que, ao contrário do Programa Bolsa Família, limitam a um tempo específico a permanência da pessoa no programa.

da população como um todo sobre o programa. Nesse sentido, meu interesse é demonstrar não só que a constante veiculação de críticas supostamente dirigidas a aspectos técnicos do programa são, na verdade, críticas aos comportamentos das mulheres pobres beneficiárias do programa, como também apontar o impacto que essas imagens negativas exercem na formação de opinião das próprias beneficiárias sobre suas ações e sobre as ações das outras beneficiárias.

Uma pesquisa liderada por Lena Lavinas, que culminou na publicação, em 2014, do livro *Percepções sobre desigualdade e pobreza. O que pensam os brasileiros da política social?* revelou dados extremamente relevantes sobre a percepção que os brasileiros têm das políticas sociais. O que motivou a realização dessa pesquisa, segundo os autores, foram as mudanças ocorridas desde o início dos anos 2000, com relação à institucionalidade das políticas sociais no Brasil. A partir desse novo cenário, foi realizado o ‘*Survey Nacional da Percepção da Desigualdade*’, em 2012, com mais de 2.000 pessoas em todo o país, onde se buscou apreender como a população brasileira acompanhava e se posicionava frente a essas novas formas de provisão de bem-estar pelo Estado brasileiro. O objetivo do *survey* foi investigar a percepção que os brasileiros têm sobre pobreza e desigualdade e o consequente apoio ou falta de apoio a políticas de enfrentamento desses problemas.

O estudo parte do pressuposto também de que a explicação economicista clássica, de que indivíduos tomariam suas decisões orientados primordialmente pela maximização dos ganhos, não é suficiente para que se possa entender os mecanismos que levam os indivíduos a realizarem suas escolhas e tomarem decisões sobre serem favoráveis ou não a políticas de redistribuição de renda. Como exemplo da fragilidade desse argumento, são citados no livro diversos estudos realizados nos Estados Unidos, país que possui um índice de desigualdade elevado, e que, segundo essa perspectiva teórica, deveria então possuir um índice elevado de apoio da população a políticas de redistribuição. No entanto, como apontam os autores, o apoio a políticas de redistribuição nos Estados Unidos é baixo, sendo esse apoio ainda mais baixo exatamente naqueles estados onde os índices de desigualdade são ainda mais elevados (LAVINAS, 2014 p. 41). Para buscar respostas a essas indagações, diversos estudos vêm sendo realizados desde a década de 1990 e, como forma de sintetizar os principais argumentos debatidos por Lavinas e os demais autores nesse livro, apresentarei um quadro com as principais explicações dadas pelos estudiosos que buscaram compreender os motivos que levam pessoas a serem favoráveis ou rejeitarem políticas de redistribuição. A tabela, portanto, se refere à sistematização dos dados fornecidos pelos estudos apresentados no livro organizado por

Lavinas, não representando, desta forma, um levantamento bibliográfico a respeito do tema de maneira geral.

Sendo assim, as principais explicações para as pessoas serem favoráveis a políticas de redistribuição de acordo com estudos realizados nos Estados Unidos e na Europa e apresentados no livro já citado acima são:

**Tabela 10 -
Principais razões para pessoas serem favoráveis a políticas de redistribuição**

Nº	Razões	Descrição
1	Solidariedade e fraternidade	As pessoas se preocupam com as outras e isso pode ser externado por meio de apoio a ações de caridade religiosa, por exemplo, ou de ações que visam a redistribuição.
2	Justiça social e distributiva	As pessoas seriam influenciadas por princípios de justiça e políticas de redistribuição serviriam como uma forma de alcançar esse objetivo.
3	Realidades compartilhadas	As pessoas tendem a ser mais favoráveis a políticas redistributivas quando se estabelecem conexões capazes de aproximar realidades. Ou seja, existe maior propensão a apoiar essas ações para aqueles que se parecem comigo.
4	Enquadramento	O apoio a políticas de redistribuição varia de acordo com o contexto em que ela está inserida. Ou seja, se um programa como o PBF é apresentado como uma obra de 'caridade' ou como 'ajuda', o apoio pode ser menor do que se for apresentado como parte da 'proteção social básica' do país.
5	Crenças e percepções	As preferências sociais das pessoas são baseadas em crenças e percepções e o apoio a ações de redistribuição pode ser fortemente influenciado por isso. Se a pessoa não acredita que o sistema tributário é injusto, por exemplo, ela tende a não apoiar reformas tributárias mesmo que na realidade o sistema tributário seja de fato injusto.
6	Assimilação dos conceitos	As pessoas vão sendo socializadas com novos termos e conceitos e com o passar do tempo suas tomadas de decisão podem ser fortemente influenciadas por isso. O apoio a programas de transferência de renda,

		por exemplo, pode ir aumentando com o passar do tempo, porque as pessoas vão se acostumando com o assunto.
7	Apoio condicionado	As pessoas tendem a apoiar políticas de redistribuição que exerçam algum tipo de controle sobre os indivíduos, ou seja, que exijam contrapartidas.
8	Auto interesse	As pessoas podem ser favoráveis a políticas redistributivas porque acreditam que possam ser beneficiadas de alguma forma, de forma individualizada ou por meio de seguridade social por exemplo.

Elaboração própria, a partir de LAVINAS (2014).

A tabela apresentada acima sintetiza as principais razões apontadas por diversos estudos que, ao identificarem a insuficiência da explicação do auto interesse como principal razão para justificar o apoio de indivíduos a políticas de redistribuição, trazem à tona questões ligadas aos valores morais como essenciais para se entender as motivações de apoio ou rejeição a essas iniciativas.

Tendo como pano de fundo a insuficiência do argumento da maximização dos ganhos como principal estímulo capaz de influenciar as escolhas dos indivíduos, o livro organizado por Lena Lavinas segue essa direção e traz respostas que podem nos auxiliar a entender a importância de se considerar com mais cuidado os valores morais e os aspectos culturais que compõe a vida dos indivíduos e que, conseqüentemente, influenciam suas tomadas de decisão. Como indicam os autores do livro, os estudos realizados nos Estados Unidos e Europa nesse campo apontam para explicações mais diversificadas que justificariam o apoio a políticas de redistribuição. Sendo assim, pode-se compreender melhor os dados apresentados nessa tese, que se analisados de forma superficial, poderiam aparecer simplesmente como contraditórios ou incongruentes. Partindo desse pressuposto, fica mais fácil entender, por exemplo, porque um grupo que é tão ‘controlado’ através das condicionalidades, como são as beneficiárias do PBF, concorda, em sua maioria, com regras ainda mais rígidas de fiscalização e controle no cumprimento das condicionalidades. Da mesma forma, essa perspectiva auxilia também a entender por que pobres, que muitas vezes preenchem o perfil para serem beneficiários de programas de redistribuição, não fazem parte desses programas, ou ainda, por que mulheres beneficiárias trabalhadoras acreditem que o Bolsa Família deixou de fato as pessoas mais acomodadas.

É nesse sentido que pesquisas como as realizadas por Lena Lavinas, Elisa Reis, Jessé Souza e Vera Telles são tão importantes para o campo de estudo da moralidade. Porque é a partir de estudos como esses que pode-se aprofundar o entendimento acerca das percepções dos brasileiros sobre temas tão presentes, mas ao mesmo tempo tão invisibilizados, como os temas da pobreza, desigualdade e redistribuição no Brasil. Dentre tantos dados relevantes para essa pesquisa, vou me deter a alguns dados específicos do *survey* organizado por Lena Lavinas por acreditar que esses são os mais importantes para a discussão desenvolvida nessa pesquisa especificamente. Os dados que serão apresentados aqui representam a opinião de cerca de 2.200 pessoas acima de 16 anos, que em sua maioria são trabalhadores com carteira assinada, com o ensino médio completo, que se autodenominaram católicos e que possuem renda mensal de até R\$ 2.000 (44% recebem menos de R\$ 1.000 mensalmente).

Ao serem perguntados se “*tem gente que permanece pobre principalmente porque não tem oportunidades na vida*”, as respostas, somando as pessoas que ‘discordaram’ e que ‘discordaram totalmente’ dessa afirmação, chegaram ao total de 38,5%. Se for considerado que 24% permaneceram neutros ou indiferentes, ou não responderam a essa questão, chega-se ao número aproximado de 37% das pessoas que concordam com essa afirmação, ou seja, que a permanência na pobreza de fato está ligada a questões externas que limitam as oportunidades das pessoas pobres. O que se pode retirar desses dados é que de fato as pessoas então muito divididas em relação a essa questão e que o número de pessoas que não respondeu foi bem elevado. Mesmo os dados não sendo categoricamente distintos, entre quem concorda e quem discorda dessa afirmação, não deixa de ser curioso perceber que quase 40% discordaram dessa afirmação, ou seja, quase 40% das pessoas acreditam que permanecer pobre pode estar ligado a uma falta de esforço individual, evocando assim o mérito individual como valor implícito na permanência das pessoas em situações de pobreza.

Assim como a pergunta citada acima, o *survey* contou com uma série de questões relacionadas à opinião sobre contribuição ao INSS, a opinião sobre os elementos que devem ser considerados para se calcular um salário justo, a opinião sobre o papel do estado na provisão do bem-estar dos indivíduos, etc. No entanto, para o propósito específico desse trabalho, vou me deter especificamente em algumas questões levantadas pela pesquisa para aprofundar a compreensão sobre as opiniões dos brasileiros sobre pobreza, desigualdade e, mais especificamente, sobre o Programa Bolsa Família.

Abaixo seguem alguns dados extraídos de dois gráficos do livro que apresentam as opiniões dos entrevistados a respeito de alguns temas relacionados a políticas de redistribuição

e o papel do estado brasileiro na provisão dessas políticas. Ressalto que os dados que formam a tabela abaixo são apenas alguns dados selecionados para essa discussão e que os gráficos que deram origem a essa tabela possuem outras informações que optei por não inserir na tabela por não se tratarem especificamente dos assuntos que desejo discutir nesse capítulo⁷¹.

**Tabela 11 -
Distribuição percentual das pessoas de 16 anos ou mais de idade por grau de concordância com as afirmativas de apoio a políticas de caráter redistributivo e papel ativo do Estado na redistribuição com foco nos programas e políticas sociais em vigor (%)**

	Discordam Totalmente	Discordam	Neutros	Concordam	Concordam Totalmente
As mulheres pobres que recebem o Bolsa Família não vão querer ter mais filhos só para receber mais benefícios	38.8	12.8	15.7	9.8	22.9
O governo deveria assegurar uma renda mínima para todas as pessoas	33.0	17.1	16.0	10.0	23.9
O governo é o principal responsável em assegurar o bem-estar dos mais pobres	11.8	8.7	13.7	20.2	45.6
Pobres devem ser ajudados primeiramente pelo governo	6.5	4.9	17.2	21.1	50.3
O governo deve intervir para reduzir a desigualdade entre ricos e pobres	9.9	5.0	6.0	17.5	61.6
É desnecessário obrigar as crianças pobres a frequentarem escola e postos de saúde para receber o Bolsa Família	68.0	14.8	7.3	4.7	5.1
Não se deve obrigar os adultos a trabalharem para receber o benefício	55.9	15.5	11.7	6.5	10.3
O Bolsa Família tira muita gente da pobreza	43.1	15.8	7.8	17.1	16.3
O governo deve aumentar o valor do benefício do Bolsa Família para que as pessoas saiam da pobreza	28.2	14.3	15.5	14.6	27.3
O benefício médio do BF de R\$ 130.00 é um valor baixo	9.5	6.7	10.6	20.8	52.4

⁷¹ Essa tabela é resultado da junção de informações de dois gráficos do livro *Percepções sobre Desigualdade e Pobreza: o que pensam os brasileiros da política social?* (Lavinias, 2014). Os gráficos são: Gráfico 15. *Distribuição percentual das pessoas de 16 anos ou mais de idade por grau de concordância com as afirmativas de apoio a políticas de caráter redistributivo e papel ativo do Estado na redistribuição (%) — Brasil — 2012* (p. 64) e Gráfico 16. *Distribuição percentual das pessoas de 16 anos ou mais de idade por grau de concordância com as afirmativas de apoio a políticas de caráter redistributivo e papel ativo do Estado na redistribuição com foco nos programas e políticas sociais em vigor (%) — Brasil — 2012*. (p.70).

É errado o Brasil sem Miséria garantir remédios de graça só para crianças de famílias miseráveis	14.3	7.3	7.2	11.3	59.9
Se o governo quiser tem meios de erradicar a miséria no Brasil	11.0	8.1	7.9	17.6	55.5
Sempre haverá pobres, Logo Programas como o Bolsa família não devem acabar	9.5	6.7	10.6	20.8	52.4

Elaboração própria, a partir de LAVINAS, 2014)

Iniciando a análise desses dados de baixo pra cima, pode-se dizer que mais de 70%⁷² dos entrevistados indicaram ser favoráveis ao Programa Bolsa Família. Esse número sem dúvida é bastante significativo porque indica a aceitação desse programa pela sociedade brasileira. No entanto, ao se observar os demais dados apresentados na tabela acima, pode-se no mínimo problematizar as condições em que o PBF é de fato aceito pela sociedade. Cerca de 73% dos entrevistados afirmaram acreditar que se o governo brasileiro quiser, ele erradica a miséria no país. No entanto, mesmo que a maioria acredite que o PBF não consiga tirar as pessoas da pobreza (58.9%) e que a maioria concorde que o valor médio do PBF de R\$ 130.00 é baixo (73%), apenas 41% dos entrevistados concordam que o governo deveria aumentar o valor do benefício. Essa falta de apoio para aumentar o valor do benefício provavelmente tem a ver com a imagem de que se aumentar o valor do benefício, os beneficiários se acomodariam, ou ainda, como indica a primeira afirmativa da tabela, sobre se as mulheres pobres que recebem o benefício tenderiam a ter mais filhos só para receberem mais. Apenas 33% discordaram dessa afirmativa, ou seja, de fato existe a imagem de que a mulher pobre deliberadamente decidiria ter mais filhos para receber mais do governo. Ainda como forma de melhor entender qual é o tipo de política redistributiva que o brasileiro apoia, percebe-se o baixo apoio a programas de renda mínima universal. Apenas 33% dos entrevistados apoiam esse tipo de programa. Por outro lado, 79% dos entrevistados acreditam que cabe ao governo reduzir as desigualdades entre ricos e pobres, e 71% concordam que os pobres devem ser ajudados primordialmente pelo governo. Para concluir essa análise, é importante observar dois outros dados da tabela que nos auxiliam a entender o tipo de apoio do brasileiro a iniciativas redistributivas. Quase 83% dos entrevistados concordaram com a necessidade de se obrigar as crianças de famílias beneficiárias

⁷² Para facilitar a análise dos dados quando apresentar os dados das pessoas que concordam, estou me referindo a soma dos dados das pessoas que ‘concordam’ e ‘concordam totalmente’ e quando apresentar os dados das pessoas que discordam, esses dados também se referem as pessoas que ‘discordam’ e ‘discordam totalmente’.

a comprimirem com exigências de frequência escolar e com as exigências oriundas da saúde, ao mesmo tempo em que 71% concordam com a proposta da obrigatoriedade de os adultos trabalharem para receberem o benefício do Bolsa Família.

A partir desses dados pode-se deduzir que os brasileiros apoiam na verdade políticas focalizadas e não universais, ao mesmo tempo que condicionam esse apoio à existência de contrapartidas dos beneficiários. O apoio às condicionalidades remete à noção, como discutido no capítulo 1, de que políticas como a do PBF não são percebidas pela sociedade como iniciativas que têm como base o direito do cidadão. O apoio da sociedade a esses programas acontece somente vinculado às condicionalidades, o que reforça que a noção de justiça social não está presente no imaginário social do brasileiro, e que programas como o PBF não são vistos de fato como direitos garantidos dos cidadãos que necessitam deles. É curioso perceber também que mesmo os brasileiros não sendo favoráveis a políticas redistributivas universais, como a renda mínima (apenas 33% apoiam), por exemplo, quando perguntados se achavam errado o Programa Brasil sem Miséria garantir a entrega de remédios gratuitos apenas para famílias miseráveis, 71% afirmou que sim, que achava isso errado. Ou seja, talvez pela abrangência e consolidação do Sistema Único de Saúde no país, que tem como característica a universalidade e não a focalização, os brasileiros considerem errado uma política focalizada, de garantia de remédios apenas para um setor da sociedade. Nas palavras dos próprios autores:

“Embora o cidadão brasileiro médio aprove mecanismos de redistribuição por parte do Estado, reconhecendo sua centralidade nesse processo, tal redistribuição não deve ser incondicional, porém sujeita a controles e contrapartidas no caso de os beneficiários serem os grupos menos favorecidos socialmente, com quem o brasileiro médio parece não se identificar..” (LAVINAS, 2014 p. 128)

Resumindo, a pesquisa indica que o brasileiro reconhece que o governo seria o principal responsável por atuar no combate à pobreza e à desigualdade, mas não apoia o aumento de repasse financeiro do Programa Bolsa Família, por exemplo, por acreditar que isso pode gerar um aumento na taxa de natalidade entre as mulheres pobres brasileiras e também por não acreditar que o PBF consiga de fato reduzir os índices de pobreza no país. O brasileiro apoia políticas de redistribuição, desde que sejam focalizadas e que demandem contrapartidas, do contrário o pobre brasileiro se acomodaria e, dentre outras consequências, provavelmente iria parar de trabalhar e parar de levar seus filhos para a escola e para os serviços de saúde.

É nesse cenário que se deve pensar como se dá a construção da imagem do beneficiário do Programa Bolsa Família. Tendo como base pesquisas como essa, discursos, reportagens, entrevistas e charges, não parece difícil acessar vários elementos que, quando somados, são

responsáveis pela construção da imagem negativa dos beneficiários do Bolsa Família. É por isso que é comum encontrar nesses discursos elementos que levem à identificação dos beneficiários, ou mais especificamente, das beneficiárias do PBF, como:

- “Aproveitadoras”, visto que as beneficiárias escolhem, propositalmente, ter mais filhos para receberem mais recursos do programa;
- “Acomodadas”, já que com o auxílio recebido do governo elas tenderiam a trabalhar menos;
- “Vagabundas”, visto que muitas delas sequer trabalhariam ou buscariam por trabalho;
- “Mentirosas”, visto que dariam informações falsas, propositalmente erradas, ao se cadastrarem com o intuito de se tornarem elegíveis ao benefício;
- “Irresponsáveis”, já que a vinculação do benefício às condicionalidades faria com que as beneficiárias assumissem responsabilidades com a educação e a saúde de sua família que, aparentemente, elas não teriam se não fossem exigidas pelo programa.

É com esse pano de fundo que essa seção do trabalho busca apreender como as beneficiárias reagem e se posicionam frente a essas imagens comumente veiculadas sobre elas, as beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Um dos primeiros elementos identificados na análise dos dados da pesquisa, é o fato de a condição de beneficiária não constituir uma base suficiente para criar um sentido de identidade de grupo. Ou seja, identificar esse grande coletivo de pessoas como beneficiários pode ser uma estratégia eficaz como categoria de análise, já que de fato existe um elemento comum que os une, o fato de serem famílias de baixa renda, mas essa categoria por si só não é responsável por conferir um sentido de unidade a essas pessoas enquanto uma categoria identitária. A homogeneização da categoria 'beneficiário' não permite perceber que há importantes diferenças e clivagens internas ao grupo e que, por mais que existem semelhanças entre essas famílias, essas semelhanças não são suficientes para gerar nas beneficiárias um sentimento de pertencimento a um grupo. Esse seria um dos primeiros elementos importantes a serem destacados como resultado dessa pesquisa e deve ser considerado como um dado relevante para a interpretação dos dados que serão apresentados a seguir.

Os dados dessa seção refletem a busca constante das beneficiárias por se distanciarem de ‘outros beneficiários’ como forma de salientarem suas virtudes. Considerar que não existe uma identidade de grupo que as conecte, e que o fato de ser beneficiária não é, em si, elemento

suficiente para que elas se identifiquem e se relacionem com outras beneficiárias, talvez seja o primeiro passo para entender o distanciamento que as entrevistadas apontam quando comparados seus comportamentos, atitudes e visões de mundo aos comportamentos, atitudes e visões de mundo dos outros beneficiários.

Como forma de apreender essas diferenças, foram realizadas perguntas gerais sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família. A ideia foi a de trazer as imagens negativas, que comumente circulam sobre os beneficiários do programa, para apreender a opinião das próprias beneficiárias sobre essas imagens. Mesmo sabendo do risco que se corria ao fazer perguntas relacionadas aos estereótipos construídos sobre elas, e que isso poderia ser confundido com um endosso meu a esses estereótipos, acreditei que essa seria a melhor maneira de tentar perceber como as beneficiárias reagem ao serem expostas às imagens negativas e preconceituosas veiculadas sobre elas. Para tanto, foram feitas as seguintes perguntas:

- Você acha que beneficiários trabalham menos que não-beneficiários?
- Você acha que os beneficiários se acomodam depois que passam a receber o benefício?
- Você acha que as beneficiárias têm mais filhos para receberem mais?

A formulação dessas perguntas teve como objetivo trazer para as entrevistadas exatamente ‘o que se fala’ das beneficiárias de forma geral, para que elas refletissem sobre essas imagens e as categorias atreladas a essas imagens. Por isso, propositalmente, as perguntas foram realizadas de forma genérica, utilizando como base os discursos estereotipados mais frequentemente observados na sociedade sobre seus comportamentos reprodutivos e laborais.

As repostas para as três perguntas citadas acima seguiram basicamente um mesmo padrão. Mesmo considerando algumas variações, as entrevistadas, majoritariamente, concordaram com as percepções negativas comumente veiculadas sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família. Como indicam os fragmentos listados abaixo, as percepções que as entrevistadas possuem sobre os beneficiários não divergem muito da percepção negativa veiculada sobre esse grupo.

“Tem gente que bota mais filho e acha que quem tem de dar de comer é o governo”.
(M. L. 37 anos)

“Ah minha filha, tem umas casas ali pra dentro, minha amiga... são uns ratinhos. É ratinho e tome lá, é ratinho e tome lá, oxe! o que é que essa mulher faz, ein? ô bichinha pra gostar...” (J. F. 42 anos)

“Tem uma menina lá em Areia que tem 10 filhos, uma reca de menino. Ela recebe uns R\$ 2.000 reais, sei lá. E ainda reclama do governo” (M. E. 76 anos)

“...trabalham menos porque se confiam de todo mês receber. Agora tem marido delas que vai à luta e tem delas que ficam só em casa, comendo, dormindo e fazendo menino. Ave maria, ali mesmo tem uma que tem menino todo ano, porque ela recebe o Bolsa dos pirráios.” (L.M. 54 anos)

“Existe. Tem mulher que enche a casa”. (S.O. 38 anos)

“Lá no sertão mesmo tem uma mulher que tem uma reca de menino e tira quase um salário. Deus me livre que eu não quero isso. O Bolsa Família se acaba e os meninos ficam pro resto da vida” (J.J. 27 anos)

Assim como a grande maioria das entrevistadas acredita que, de fato, beneficiárias do Bolsa Família planejam ter mais filhos para receberem mais do governo, muitas delas também acreditam que beneficiárias se acomodam depois que se tornam beneficiárias:

“Tem deles que se acomodam, que recebem as vezes R\$ 400.00, R\$ 500.00 e que o marido trabalha, aí vai e fica dentro de casa” (H. S. 42 anos).

“Sim, tem muita gente que sim. Eu nunca me acomodei não. Estou acomodada hoje em dia porque hoje em dia o trabalho é difícil. Mas tem muitas mães que se acomodam. Isso aí todo mundo sabe que é verdade mesmo, muitos se acomodam” (E. S. 59 anos).

“Eu acho que umas pessoas sim. Tem gente que conta com isso pra tudo. Gente daqui não, mas do lugar que eu morei, acomodados, que contam com isso. A minha cunhada recebe R\$ 480.00 de Bolsa Família. Ela tem a mesma quantidade de gente em casa que eu tenho. Mas eu não sei se é por causa do local, gente de povoado, do interior, não sei, mas eu acho ela muito acomodada. Pra ela esse é o dinheiro e pronto. Aí chega a época, engravida, ah, porque eu vou receber todo o dinheiro da gravidez” (M. A. 47 anos).

“Assim, eu acho que as pessoas que recebem muito sim, porque diz que tem uma mulher aí no bairro que tira quase 500 reais do Bolsa Família. Ela tem cinco filhos ou nem sei quantos ela tem. Eu acho que uma pessoa dessa é acomodada e esse dinheiro nem dá pra tudo isso porque alimentação é muito caro.” (M.S. 33 anos)

“porque vem fácil né. Não tem trabalho com nada, todo mês vai lá e tira.” (I.M. 23 anos)

“Algumas, quer dizer, quase todas (risadas), porque na verdade elas não querem trabalhar de carteira assinada, trabalhar fixo, justamente pra não perder. Não é o meu caso, se fosse pra eu trabalhar garantido, certo eu não me importava.” (A.Q. 31 anos)

“Acomodam porque sempre vai ter aquela renda ali e não vai querer crescer, arrumar um emprego. Tem muitos que não querem.” (E.S. 43 anos)

Vários depoimentos relacionam a suposta acomodação das beneficiárias do Bolsa Família com o caso de mulheres terem tido muitos filhos. É como se existisse uma relação direta entre ter mais filhos, propositalmente e acomodar-se. Outro elemento que apareceu de forma recorrente diz respeito à percepção de que pessoas do interior tenderiam a ser mais acomodadas e a ter mais filhos, do que as pessoas que moram em áreas urbanas, como João Pessoa. Seja porque a migração das beneficiárias entrevistadas de cidades do interior para João Pessoa por si só já possa indicar que elas mesmas se esforçaram muito para realizar esse movimento, indicando proatividade, seja porque o contato que elas mantêm com pessoas de suas cidades de origem influenciam a elaboração das suas percepções sobre o assunto, o fato é que muitas vezes a categoria ‘beneficiário acomodado’ é atribuída pelas entrevistadas ao grupo de beneficiários das cidades do interior. No entanto, ao serem questionadas sobre o estereótipo indicando que beneficiários ‘trabalhariam menos’ que não beneficiários, as opiniões ficaram mais divididas, o que não aconteceu nos casos das perguntas sobre beneficiárias decidirem ter mais filhos para aumentarem o valor do benefício e beneficiárias se acomodarem após entrarem no Programa Bolsa Família. Mesmo aparecendo pela primeira vez uma certa divisão nas opiniões com relação às afirmativas apresentadas anteriormente, vários depoimentos indicam a concordância das beneficiárias com essa afirmativa, ou seja, que beneficiários trabalhariam menos do que não beneficiários:

“Trabalham menos mesmo. Acho que fazem de tudo mesmo porque é um dinheiro que você vai receber sem nem suar. Quem não quer receber sem se cansar, sem suar? (A. Q. 31 anos)

“Tem delas que trabalha menos, viu? Porque já sabe que tem aquele valor. E quando é um valor maior aí sim é que elas aproveitam”. (G.S. 33 anos)

*“Tem muitos aqui que não trabalham, vivem só de faxina!
(pesquisadora) Mas isso não é um trabalho?”*

“É um trabalho, mas o certo mesmo que eu acho, trabalho mesmo, é você estar todo o dia no seu trabalho e não na faxina que você faz hoje e amanhã já não tem. Muitas aqui tiram 200, 300, 400 e pouco de Bolsa Família, então elas vão trabalhar pra que? É só fazer uma faxina aqui e outra ali e pronto. Por isso que eu digo, tem muitos que vivem com o dinheiro do Bolsa Família (M.R. 37 anos)

Mesmo que existam diversos depoimentos que indiquem a concordância das entrevistadas com essa visão, pela primeira vez o número de beneficiárias que discordaram da

afirmação de que beneficiárias trabalharia menos do que não beneficiárias foi igual ao número de entrevistadas que concordam com essa afirmação. Ou seja, pela primeira vez, metade das entrevistadas rejeitam as imagens negativas veiculadas sobre elas mesmas, e vão além, argumentando que o valor pago pelo benefício não seria suficiente para fazer com que as beneficiárias decidissem trabalhar menos para viverem apenas com o benefício do Bolsa Família.

“Eu acho que não, minha filha, porque não dá pra ninguém sobreviver com esse dinheiro do Bolsa Família” (M. M. 46 anos).

“Não. Trabalham mais. Ninguém nunca se iluda com esse negócio de que tem o Bolsa Família e trabalha menos, porque você tem que trabalhar mesmo” (M. S. 39 anos).

“Nada. Eu acho que não, porque isso é só um complemento, não é? Acho que as pessoas não trabalham porque não tem emprego mesmo” (M.S. 33 anos).

“A maioria que eu conheço trabalha. Minha sobrinha tem 5 filhos, recebe o Bolsa e trabalha.” (M.P. 39 anos)

Nesse ponto, pela primeira vez, surgiram respostas mais contundentes de oposição às afirmações relacionadas ao suposto comportamento reprovável das beneficiárias do Programa Bolsa Família. Junto com as elaborações verbais, os corpos falaram também com veemência, quando se mexiam, gesticulavam, se ajeitavam nas cadeiras e davam risadas nervosas indicando o absurdo e, de certa forma, a audácia, de tal pergunta. Palavras do tipo, ‘de jeito nenhum’, ‘claro que não’, ‘nunca’, ‘nada’ e o uso de ‘minha filha’, como se indicasse um “deixa de ser inocente”, foram recorrentes e devem ser analisadas como elementos extras que reforçam o quanto elas rejeitam e se contrapõem à imagem de que beneficiárias trabalhariam menos que não beneficiárias.

Assim como percebido anteriormente, muitos dos elementos que auxiliam as entrevistadas a formarem suas opiniões sobre o grupo geral de ‘beneficiários’ estão relacionados às pessoas ao seu redor, ou seja, vizinhos, familiares, conhecidos, etc. Mesmo que haja a referência de que existem comportamentos reprováveis de determinados beneficiários, como a TV ou o rádio informam, é no âmbito local de suas relações pessoais que as beneficiárias se apoiam para justificar suas opiniões. Da mesma maneira que aquelas que concordam que as mulheres decidem ter mais filhos para aumentar o valor do benefício dão como “prova” dessa realidade os exemplos de parentes do interior ou conhecidas do bairro, que supostamente fizeram isso, para as entrevistadas que não concordam que beneficiários trabalham menos que

não beneficiários, foram inúmeros os casos citados que comprovariam o equívoco de tal afirmação que tiveram como exemplos seus próprios comportamentos, de beneficiárias trabalhadoras, ou de conhecidos, parentes e vizinhos, que nunca deixaram de trabalhar depois que se tornaram beneficiários. A última citação listada acima reflete exatamente essa situação, quando não só indica uma parente que nunca deixou de trabalhar, como uma parente que tem 5 filhos, e mesmo recebendo mais por isso, nunca havia deixado de trabalhar.

Mesmo com metade das entrevistadas se contrapondo a essa visão estereotipada, a outra metade das entrevistadas acredita que beneficiários trabalham menos que não beneficiários e isso nos faz refletir sobre os motivos que levam esse grupo de mulheres, que trabalham desde a infância e continuam trabalhando depois de se tornarem beneficiárias, a acreditar que os demais beneficiários teriam comportamentos distintos dos seus. Mesmo que o termo ‘trabalho’ possa ser confundido com o termo ‘emprego’, como pode ser claramente verificado no depoimento acima “*Tem muitos aqui que não trabalham, vivem só de faxina*”, e que isso, por si só, já indique uma desvalorização do tipo de trabalho informal e precário a que os beneficiários estão expostos e propensos a assumir, não deixa de ser curioso que metade das entrevistadas concorde que a entrada no programa leve à diminuição do ritmo de trabalho.

No entanto, se por um lado pode ser de certa forma surpreendente que as beneficiárias concordem em sua maioria com os estereótipos que reforçam comportamentos negativos e reprováveis de beneficiários do Bolsa Família, por outro lado, essa adesão aos discursos negativos dos ‘outros’ beneficiários como representantes de comportamentos negativos, aparece quase sempre em contraposição ao comportamento positivo ‘delas mesmas’. Uma das possíveis explicações para esse fato seria a necessidade das entrevistadas reforçarem seu distanciamento dessa imagem negativa comumente veiculada sobre beneficiários do Bolsa Família e, ao se contraporem a isso, se distinguem desses “outros”, reforçando os valores que as tornam dignas e merecedoras do benefício, exatamente por serem o oposto do que são os ‘outros beneficiários’. A negação do tipo de comportamento do ‘grupo de beneficiários em geral’ as coloca em uma situação de destaque e superioridade moral mesmo que isso não seja colocado nesses termos por elas mesmas. Em momento algum foi colocado pelas entrevistadas que elas se sentiam melhores que outras pessoas ou grupos ao seu redor. No entanto, ao elaborarem questões relacionadas a maternidade, número de filhos, uso do recurso, educação e trabalho, por exemplo, diversos elementos podem ser visualizados nesses discursos que remontam categorizações ligadas ao que elas acreditam ser uma vida correta e justa (delas) em oposição ao errado e o injusto (dos outros). Ao analisar o conjunto de elementos trazidos por elas que servem como base para justificação de suas ações, percebe-se a valorização de suas

escolhas, como corretas em contraposição às escolhas erradas dos outros. Nesse momento, por mais que não apareça de forma clara e linear, os discursos são formados com base em classificação e hierarquização de valores e os valores priorizados por elas as colocam no topo dessa pirâmide como pessoas corretas, responsáveis e merecedoras do benefício. A construção das fronteiras simbólicas que diferenciam ‘elas’ enquanto categoria singular, dos ‘outros’ beneficiários do programa, se baseia em valores ligados a uma vida de trabalho, honestidade, responsabilidade e dignidade. Ao elaborarem os conceitos que as definem como éticas e justas, com base em escolhas realizadas ao longo de suas vidas, as beneficiárias entrevistadas ressaltam que, mesmo sendo verdade que existam tantos beneficiários que se “aproveitam do governo”, esse não seria o caso delas.

Assim como foram realizadas perguntas sobre a percepção que as beneficiárias tinham dos beneficiários do Programa Bolsa Família de maneira geral, foram realizadas também perguntas relacionadas aos mesmos assuntos, mas agora com relação às escolhas realizadas pelas próprias beneficiárias entrevistadas. As perguntas específicas sobre o comportamento das beneficiárias eram feitas logo após as perguntas sobre o comportamento dos beneficiários em geral. Foram elas:

- Você acha que você trabalha menos que pessoas não beneficiárias?
- Você acha que você se acomodou depois que passou a receber o benefício?
- Você decidiu ter mais filhos para receber mais?

De acordo com a estratégia metodológica adotada, sempre que realizada uma pergunta sobre a percepção do comportamento dos “beneficiários” enquanto categoria abstrata, seguia-se uma pergunta abordando o mesmo assunto, mas sob a perspectiva da experiência pessoal da entrevistada. Por exemplo, primeiro foi feita a pergunta “Você acha que beneficiário trabalha menos que não beneficiário?” Logo depois da resposta foi feita a pergunta “Você acha que você passou a trabalhar menos depois que se tornou beneficiário?”. Ou ainda, “Você acha que beneficiário tem mais filho para receber mais do PBF?”, e depois “Você teve mais filho pra receber mais?”

A escolha por realizar as perguntas dessa forma teve como objetivo apreender os possíveis contrastes que poderiam aparecer nos discursos quando um mesmo tema ou argumento era apresentado como um problema abstrato, sem vinculação com qualquer experiência específica, e quando eram abordados sob a perspectiva de experiências das próprias entrevistadas. Algumas vezes, ao responderem a perguntas sobre os beneficiários de forma geral, as entrevistadas espontaneamente traziam elementos específicos relacionados às suas

próprias escolhas individuais, como forma de explicarem porque elas seriam distintas do grupo de beneficiários como um todo.

Ao serem questionadas, por exemplo, sobre se elas mesmas trabalhavam menos depois que se tornaram beneficiárias, todas afirmaram que não:

“Deus me livre! Vou viver com R\$ 85.00 reais? Passo fome!”, (M.S. 54 anos)

“Deus me livre (risadas)! Como é que uma pessoa sustenta 4 filhos só com o Bolsa?”. (M. A. 47 anos)

“Só deixei de trabalhar não foi por causa do Bolsa, foi por moi de ela (mãe acamada). Se não fosse ela eu estava no serviço até agora.” (R.B. 44 anos)

“Não! estou doidinha porque estou só com esses dois dias de faxina.” (C.A. 33 anos)

“Eu não. Toda vida eu trabalhei com Bolsa ou sem Bolsa.” (H. S. 42 anos)

“Deus me livre. Eu não trabalho mais porque eu não aguento minha filha. Eu tenho muitas varizes, dói muito.” (D.S. 63 anos)

As explicações para afirmarem que elas não trabalham menos só porque recebem o benefício dizem respeito basicamente ao baixo valor do benefício, que não seria suficiente para cobrir os gastos familiares. Outra explicação recorrente, como forma de justificar porque não estariam trabalhando, ou porque não estariam trabalhando ainda mais do que já trabalham, seria o fato de não conseguirem trabalho ou não conseguirem aumentar os dias de trabalho já que a grande maioria trabalha como diarista. A busca por preencher mais dias de trabalho em suas semanas é constante, já que algumas delas trabalham em casas específicas, semanalmente, mas outras sequer conseguem esse tipo de garantia.

Por último, outra categoria que também aparece como razão para suas autoavaliações sobre o assunto, é o cuidado com os outros. Para aquelas que afirmaram não estarem trabalhando o tanto quando desejavam, os motivos geralmente se relacionam aos cuidados de crianças pequenas ou de outros membros da família adoentados. Mesmo considerando esses casos, praticamente todas as entrevistadas indicaram já terem trabalhado ou estarem trabalhando no momento da realização da pesquisa.

Quando questionadas se elas achavam que elas haviam se acomodado após terem começado a receber o benefício do Bolsa Família, as repostas foram, na sua totalidade, negativas, ou seja, mesmo que isso fosse realidade para outros beneficiários de acordo com suas percepções, isso não seria verdade no caso delas.

“Nunca, jamais. Eu não quero uma vida acomodada, que nem eu vejo muita gente se acomodar. Ah, porque eu tenho Bolsa Família então eu vou ter mais filho, porque aí eu boto e vou receber mais? Cara, quem se lasca sou eu”. (L.S. 19 anos)

“Eu não vejo esse benefício como tudo, eu sei que eu corro o risco de perder. Primeiramente eu vou dar prioridade ao meu trabalho”. (C.O. 32 anos)

“Não, eu sempre estou procurando uma oportunidade aqui e acolá”. (A. S. 29 anos)

“Não. Eu fiquei a mesma coisa. Naquela época eu não vendia roupa e agora eu estou vendendo as minhas coisas, caçando coisa pra ganhar mais dinheiro.” (J.S. 52 anos)

Assim como todas disseram que não se acomodaram após terem se tornado beneficiárias do Bolsa Família, ao serem perguntadas se elas decidiram ter mais filhos para que pudessem ter um aumento no valor de seus benefícios, as respostas de repulsa a essa afirmativa foram ainda mais contundentes, seguidas de risadas e gargalhadas, demonstrando veementemente que seus comportamentos reprodutivos jamais levaram em consideração a busca por aumento no valor do benefício.

“Não. Essa terceira não foi porque quis, foi um vacilo meu. Bolsa Família acaba e filho não acaba, é pra sempre”. (G. S. 32 anos)

“Não, já fiz minha ligação (risada). Quero mais não. Já me conformei, Deus me deu duas, tá bom demais”. (D.S. 39 anos)

“Eu? Deus me livre! Se fosse pra receber um milhão, dois salários, eu não queria um menino. Deus me livre (risos). (J.S. 52 anos)

“Não, mesmo porque eu só comecei a tirar depois de já ter tido eles.” (E.S. 43 anos)

“Deus me livre minha filha, eu já fiz minha ligação. Desde os 34 anos que venho correndo atrás pra fazer e eles dizendo não, você não tem idade, não, não, não. Quando foi agora eu botei em cima do médico que fez o meu pré-natal e disse: ‘Doutor, pelo amor de Deus, eu não quero mais filho’. Porque eu sou fácil de pegar filho, eu tomei injeção (anticoncepcional) e deu tudo errado. Eu estava adorando meu emprego na empresa, eu não queria mais não.” (M.S. 39 anos)

Se ao falarem das beneficiárias em geral foi indicado que sim, que as beneficiárias planejavam aumentar o número de filhos para aumentarem também o valor do benefício, ao refletirem sobre suas condições particulares, todas, sem exceção, afirmaram jamais considerarem ter mais filho para receberem mais do governo. Os termos que mais saíram nas respostas das beneficiárias quando indagadas sobre essa possibilidade foi *“Deus me livre!”*, como forma de marcar definitivamente que não só não teriam esse princípio como motivador de suas ações, como também que não desejariam em hipótese alguma ter mais filhos do que já

tinham. As justificativas para que essas entrevistadas afirmassem veementemente que não fizeram o planejamento de quantos filhos tiveram pensando no aumento que teriam no valor do benefício tem como base tanto o baixo valor que recebem por criança nascida, como já mencionado, mas também o medo do Bolsa Família acabar abruptamente. A falta de confiança na manutenção da condição de beneficiária, seja porque o benefício pode ser bloqueado a qualquer momento, seja porque o programa como um todo pode ser cancelado pelo governo de uma hora para outra, é destacada nos discursos como uma das principais razões para uma desconfiança quanto à continuidade desse programa. Por isso elas julgariam como errado as ‘outras beneficiárias’ que, segundo elas, não levariam isso em consideração. A frase “Bolsa Família acaba, mas filho é pra sempre”, aparece em vários depoimentos, tanto para demonstrar que o benefício não funciona para elas como um estímulo para terem mais filhos, como também para criticarem aquelas que supostamente não pensam como elas e ‘decidem’ ter muitos filhos por causa do benefício.

Mesmo analisando as opiniões das únicas dez beneficiárias que tiveram 5 filhos ou mais, não foi possível ver uma relação entre ter muitos filhos e ser contrária a opinião de que beneficiárias decidiriam ter mais filhos para receberem mais. Das dez entrevistadas nessa situação, apenas duas se opuseram a essa opinião, o que poderia nos levar a crer que elas teriam feito uma autoavaliação de suas situações e talvez chegado à conclusão de que, as outras beneficiárias, assim como elas, poderiam não ter decidido engravidar exclusivamente para aumentarem o valor de seus benefícios. Ou seja, mesmo que todas as entrevistadas tenham sido bastante enfáticas em suas respostas de que o valor do benefício é insuficiente e que a quantidade de filhos que elas possuem nada tem a ver com o fato de serem beneficiárias, ao refletirem sobre o comportamento das outras beneficiárias, as entrevistadas aderem aos discursos negativos ligados a estratégias reprodutivas para obtenção de benefícios próprios.

Com esses dados pode-se questionar: por que as beneficiárias percebem de forma tão distinta o comportamento das outras beneficiárias quando comparado com seus próprios comportamentos? Até que ponto a representação negativa dos beneficiários como “acomodados” e “proveitadores do governo” alcança o imaginário dos próprios beneficiários ao ponto de as categorias citadas acima fazerem parte dos discursos do próprio grupo atendido pelo programa?

Como forma de aprofundar ainda mais os processos pelos quais se dão as construções de fronteiras simbólicas que diferenciam e conferem distinção a uns e não a outros, foram perguntadas também questões ligadas aos atributos valorizados por elas que diziam respeito à

concepção que têm sobre quem merece ser beneficiário e o que constitui, em suas opiniões, ter uma vida digna, por exemplo. Assim, como verificado ao longo desse trabalho, os recursos utilizados pelas entrevistadas para elaborarem esses conceitos e darem sentido às suas vidas, são calcados em experiências próprias, individuais, familiares e comunitárias. Assim como compreender o funcionamento do PBF passa por compreender como ele funciona em suas vidas e nas vidas das pessoas que estão próximas a elas, refletir sobre merecimento e dignidade também passa pelas experiências vividas por elas no campo privado de suas casas e nos espaços em que circulam e se socializam. Como forma de melhor explicitar e analisar esses argumentos, me encaminho para finalizar esse capítulo considerando as opiniões das beneficiárias sobre quem merece receber o benefício do Bolsa Família e o que elas consideram como elementos para ter uma vida digna. Sendo assim, destaco abaixo algumas falas que representam as principais opiniões das entrevistadas sobre quem merece ser beneficiado pelo Programa Bolsa Família

“Esses pobrezinhos mais humildes, e tem muito, viu?” (J.F. 42 anos)

“O povo mais pobre, que não tem renda, aquele povo do interior que não tem o que comer.” (A.C. 56 anos)

“As pessoas que não têm renda, que não trabalham, que fazem bico.” (M.S. 33 anos)

“Quem tem muito filho,” (M.S. 54 anos)

“As pessoas que não têm casa própria, sem pensão.” (M.S. 39 anos)

Os principais elementos que apareceram nos discursos das entrevistadas sobre quem merece ser beneficiário do Programa Bolsa Família estão relacionados a situações socioeconômicas. Sem hesitação, as beneficiárias do bairro de São José indicam que as pessoas pobres deveriam ser a prioridade e que o PBF deveria direcionar suas ações para aqueles que mais precisam. Mesmo que isso não seja novidade, até porque o programa tem esse desenho de corte de renda como principal critério de elegibilidade, foi curioso perceber que em alguns momentos o discurso, de maneira ampla, sobre quem merece e quem não merece receber o benefício, pareceu marcado por um distanciamento, como indicam os dois primeiros depoimentos. Assim como esses, vários outros depoimentos sugeriram que aquelas pessoas que merecem receber o benefício não compartilham as mesmas características ou condições que elas, as beneficiárias do PBF entrevistadas. Ao falarem *“Esses pobrezinhos mais humildes”* ou

“*aquele povo do interior que não tem o que comer*”, as beneficiárias se distanciam das pessoas que, concebidas de forma abstrata, parecem ser mais necessitadas do que elas. Foram muito os exemplos em que, ao refletirem de forma geral sobre quais seriam os elementos que tornariam uma pessoa merecedora do benefício, elas expressaram uma análise da situação a partir de características que pareciam distantes daquelas que as definem.

Outra categoria que apareceu de forma recorrente na análise de quem mereceria ser beneficiário foi a categoria *emprego/trabalho*. Várias entrevistadas indicaram que o programa deveria ser voltado para as pessoas que não têm renda fixa, que não têm emprego formal. Na maioria das vezes, quando as beneficiárias diziam que estavam sem trabalhar elas queriam dizer que estavam sem emprego formal, com carteira assinada, mas na verdade seguiam trabalhando, fazendo bicos como trabalhadoras domésticas, no comércio, no setor de serviços, etc. Além dessas duas categorias, outros elementos também apareceram de forma mais dispersa nessa reflexão das beneficiárias sobre quem seriam as pessoas merecedoras desse benefício, como por exemplo as famílias com muitos filhos, que não possuem casa própria, que são mães solo, que são separadas, mas não recebem pensão dos pais de seus filhos, etc.

Quando a pergunta foi feita em relação a elas próprias, ou seja, se elas achavam que elas mereciam receber o benefício, deu pra perceber um certo constrangimento em algumas beneficiárias, porque essa pergunta poderia parecer que eu, enquanto pesquisadora, estaria analisando e, até de certa forma, julgando se elas de fato mereceriam receber ou não. O intuito dessa pergunta foi o mesmo das anteriores, perceber até que ponto as elaborações feitas por elas sobre os outros, o público em geral, refletiam também as opiniões e discursos sobre elas próprias e suas ações. Talvez por esse desconforto, algumas beneficiárias afirmaram não saber se elas mereciam ou não, como indicam esses depoimentos abaixo:

“*Eu não sei se mereço ou se não mereço, só sei que estou recebendo.*” (M.S. 54 anos)

“(risadas) *Acho que sim, porque eu não tenho trabalho, não tenho curso de nada.*” (J.N. 25 anos)

“*Eu acho, mas se eu trabalhasse eu não ia nem atrás. Mas trabalho está difícil, viu?*” (R.S. 24 anos)

Os mesmos elementos que apareceram nos discursos das beneficiárias para indicar quem seria merecedor do benefício, apareceram agora para justificar os motivos que as levam, em suas próprias palavras, a serem merecedoras do benefício. Não estarem empregadas formalmente ou não terem renda fixa assegurada, aparecem como principais razões que

justificariam o merecimento do benefício do Bolsa Família. As categorias ‘pobre’, ‘humilde’, ‘carente’, praticamente não apareceram como motivos para que elas se considerassem merecedoras, no entanto, o fato de não terem emprego ou trabalho fixo e formal, surge como principal elemento que legitima seus direitos em serem beneficiárias. Por mais que esteja implícito que uma pessoa sem emprego formal ou trabalho fixo seja potencialmente pobre, não deixa de ser curioso perceber que, ao falarem delas mesmas, enquanto merecedoras do benefício, o argumento da ‘falta de trabalho’ tenha sido mais relevante de destacar para indicar merecimento do que a categoria ‘pobre’, revelando que essa é muito mais do que uma categoria socioeconômica. A ênfase com que a caracterização de *pobres* foi evitada pelas entrevistadas ao falarem de si próprias, contrasta com as condições ou situações abstratas de pobreza ou miséria elaboradas por elas em resposta às perguntas anteriores. Esse elemento revelado pela pesquisa me leva a acreditar que no contexto de vida de populações marcadas por graves privações materiais, nos seus processos cotidianos de elaboração de sentidos de dignidade e merecimento, “pobre” emerge como uma categoria moral. Nesse caso, uma categoria a ser evitada nos processos de autoavaliação e de afirmação de valor próprio.

Mesmo considerando aquelas que demonstraram um certo constrangimento em responder a essa pergunta, todas as beneficiárias afirmaram ser merecedoras do benefício por diversos motivos. Além de estarem sem trabalho fixo, outros elementos, como terem muitos filhos, serem divorciadas e pagarem aluguel, apareceram nos discursos para legitimar sua condição de beneficiárias.

“Eu mereço (risada) porque eu estou separada, tenho filho, aluguel pra pagar, feira pra fazer.” (A.S. 29 anos)

“Mereço, mereço. Eu estou sem emprego fixo... eu digo assim, que eu vivo de ajuda de amigos.” (J.F. 56 anos)

“Porque eu não tenho como trabalhar fora.” (L.S. 35 anos)

“Eu acho, porque eu tenho um mundo de filhos e não tenho emprego fixo.” (C.S. 31 anos)

“Eu mereço. Eu sou uma cidadã, eu mereço. (J.S. 28 anos)

De todos os depoimentos, apenas uma pessoa destacou que merecia ser beneficiária porque esse era um direito dela de cidadã. Esse dado, assim como os demais apresentados no capítulo um, indicam como o benefício não é percebido como um direito assegurado para as beneficiárias.

Para encerrar a apresentação dos dados colhidos nessa pesquisa, apresento ainda as percepções que as beneficiárias têm sobre o que é ter uma vida digna e, posteriormente, suas percepções sobre suas próprias vidas como dignas ou não. Para tanto foram feitas as seguintes perguntas: ‘na sua opinião, o que é ter uma vida digna?’ e ‘você tem uma vida digna?’

Como pode ser observado nos depoimentos abaixo, ter trabalho e ser responsável por sua vida e sua família, aparecem como principais elementos indicadores de uma vida digna. No entanto, o elemento mais recorrente que define o que é ter uma vida digna para as beneficiárias é a honestidade.

“Ser honesto. A coisa mais linda é ser honesto. Eu tive 3 filhos, uma coisa maravilhosa. Esse meu neto é a coisa mais linda. Uma vez no shopping ele achou R\$ 10.00 e ficou doidinho querendo achar quem perdeu esse dinheiro. Aí ele me deu um orgulho. Ele não pega 10 centavos se não pedir. Eu chega fico besta.” (E.M. 50 anos)

“É trabalhar e enfrentar a vida do jeito que ela vem, sem precisar humilhar, sem precisar pisar em ninguém. Isso é ter vida digna. É trabalhar, pagar suas contas em dia, andar de cabeça erguida.” (A.Q. 31 anos)

“Ter o seu cantinho, morar na sua casa própria, ter um serviço com carteira assinada.” (M.P. 39 anos)

Honestidade, trabalho, humildade no trato com as pessoas, essas foram as principais características destacadas pelas beneficiárias entrevistadas como próprias de uma vida digna. Mais uma vez, toda a responsabilidade por uma pessoa ter uma vida digna parece estar atrelada aos comportamentos e atitudes individuais que cada um assume no cotidiano. Ao responderem à pergunta seguinte, sobre se elas próprias teriam uma vida digna, apenas três entrevistadas afirmaram não terem uma vida digna por não possuírem condições dignas de moradia, acesso a alimentação e serviços ou por terem sofrido algum tipo de violência em suas vidas. Todo o restante do grupo afirmou não só ter uma vida digna como, em sua maioria, se diziam gratas pelas vidas que tinham. De fato, se a dignidade é colocada no campo da honestidade, do esforço individual e da forma humilde de se relacionar com os outros, e não no campo das provisões públicas, de garantia de direitos, pode-se esperar que ao serem indagadas sobre se elas consideravam ter uma vida digna, quase todas tenham afirmado que sim. Se ter uma vida digna é resultado de honestidade e da atitude proativa, de ser dono do seu caminho e responsável pela manutenção de sua família, afirmar não ter uma vida digna significaria atestar que elas não seriam honestas, batalhadoras e humildes.

Como já mencionado anteriormente, a forma pela qual as beneficiárias elaboram narrativas sobre suas próprias vidas, a sociedade, o programa e os beneficiários em geral,

emerge das experiências vividas e apreendidas através das relações que se estabelecem no âmbito privado de suas casas e no âmbito local das relações de vizinhança e parentesco. No entanto, deve-se atentar também para o fato de que não só o âmbito privado aparece como principal fonte de significados para elaboração dos discursos dessas mulheres como também a própria concepção da realidade concebida por elas. Como muitos autores discutem, a realidade é construída a partir do que a pessoa vê, e essa visão, por sua vez, é permeada pelo o que a pessoa acredita ser verdadeiro e real, pelas crenças que a pessoa tem naquilo que ela acredita ser a realidade (MIJS, 2019)

A discussão sobre o que é real, nesse sentido, é relevante porque pode auxiliar na interpretação acerca dos motivos que levaram grande parte das beneficiárias a concordar e aderir aos discursos negativos e estereotipados disseminados sobre os beneficiários do PBF. Para complementar essa discussão, que considera importante ressaltar que a realidade para os indivíduos pressupõe suas percepções individuais com base em crenças e valores, vale à pena evocar o conceito de *identidade narrativa*, proposto por Margaret Somers (1994). A autora vai argumentar que para o indivíduo a realidade é formada com base em contextos narrativos, e que esses, por sua vez, são formados com base em crenças e percepções:

“(...) as pessoas entendem o que aconteceu e o que está acontecendo com elas ao tentarem reunir, ou de certa forma, integrarem esses acontecimentos em uma ou mais narrativas; e ainda, pessoas são orientadas a agir de certas maneiras, e não de outras, com base nas projeções, expectativas e memórias derivadas de múltiplos, mas, em última análise, limitados repertórios de narrativas sociais, públicas e culturais disponíveis” (SOMERS. 1994, p. 614).

Essa elaboração de Somers sugere alguns caminhos para compreendermos os motivos que levam as beneficiárias a aderirem aos discursos negativos sobre os beneficiários do Bolsa Família: a) devido à ampla disseminação de narrativas que reforçam a imagem negativa do beneficiário, imputando-lhes atitudes e comportamentos inadequados, as entrevistadas acreditam nesses discursos e não chegam a questionar a veracidade ou a legitimidade dessas representações; b) pode ter havido um certo constrangimento das entrevistadas em se contraporem a mim, e por mais que eu tenha tentado deixar claro que as perguntas dessa seção se referiam ao que ‘se fala’ sobre os beneficiários, e não ao que ‘eu penso’ sobre eles, as beneficiárias podem ter decidido não irem de encontro às afirmações que eu apresentei. Por mais que as entrevistas tenham ocorrido em uma atmosfera de absoluto respeito com as entrevistadas, não se pode deixar de considerar que a relação pesquisadora-entrevistada pode suscitar constrangimentos, e isso pode ter levado algumas entrevistadas a concordarem com as

afirmações simplesmente por não se sentirem à vontade de se ‘contrapor a mim’; c) ou, de fato, de acordo com o que elas presenciam ao seu redor, de acordo com a realidade vivida por elas, os casos que por ventura possam existir, esses comportamentos reprováveis dos beneficiários existem, e que caberia a elas ‘provarem’ no seu dia-a-dia, que, ao contrário desses outros, elas sim possuem códigos e valores morais que as distanciam dos outros beneficiários.

A problematização sobre a realidade, ou melhor, sobre o que viria a ser a realidade para o indivíduo, me parece bastante pertinente nessa discussão, porque traz à tona as questões relacionadas às crenças e valores na construção da realidade. É nesse sentido que Mijs (2019) irá problematizar a tolerância que os indivíduos têm em conviver com o fenômeno da desigualdade em diferentes países, afirmando que ela está relacionada tanto a formas limitadas de compreensão do fenômeno (desigualdade), quanto às crenças que permeiam suas formulações acerca do que é, para eles, o problema.

Ao analisar os dados de 23 países do ocidente por meio do “*Internacional Social Survey Program*” (2014), o autor mostra como, em um período de 25 anos (1987 – 2012), tem aumentado a crença na relação entre ‘sucesso’ e ‘trabalho duro’ na maioria dos países investigados. Nesses casos, o sucesso é explicado como decorrente de trabalho duro, sem que sejam considerados outros fatores, como acesso a serviços, acesso a oportunidades, herança familiar, etc. Ainda como principal achado de sua pesquisa, o autor chega à conclusão de que não existe relação estatisticamente significativa entre países com altos índices de desigualdade e maior preocupação com o fenômeno da desigualdade. Ou seja, cidadãos de países mais desiguais não se sensibilizam mais com o tema da desigualdade do que cidadãos de países que possuem índices menos agudos de desigualdade. Para o autor, isso se deve ao fato de que as pessoas não levariam em consideração os fatores que *comprovadamente* interferem no aumento da desigualdade entre ricos e pobres, e sim o que elas acreditam que sejam as causas da desigualdade. Nas palavras dele:

“Em suma, a desigualdade de renda é acompanhada por crenças populares que atenuam as preocupações dos cidadãos, legitimando a crescente disparidade de renda como meritocraticamente merecida.” (MIJS, p. 3. 2019)

Ou seja, a realidade seria constituída pelo conjunto de percepções que cada indivíduo ou grupo tem permeado pelas suas crenças e seus contextos sociais, culturais e históricos. O autor busca essa perspectiva para defender que o fenômeno da desigualdade não é necessariamente compreendido em sua complexidade pelos indivíduos, e que esse desconhecimento das reais causas da desigualdade de renda resulta em percepções equivocadas

acerca das razões pelas quais a desigualdade persiste, levando à uma percepção crescente do trabalho árduo individual como caminho principal para a sua superação.

Outra forma de refletir sobre os possíveis motivos que levariam as beneficiárias entrevistadas, em sua maioria, a concordarem com a imagem de que existem beneficiários ‘aproveitadores’, mesmo que nenhuma delas tenha se colocado nessa categoria, seria analisar suas respostas considerando suas posições na sociedade enquanto parte de um grupo estigmatizado (GOFFMAN, 1988). De fato, já há um número considerável de estudos que adotam essa perspectiva, e um particularmente merece destaque para as reflexões que proponho aqui, por trazer de forma sistematizada uma classificação de tipos de respostas dadas por indivíduos que sofreram algum tipo de ato discriminatório baseado em estigmas. Por mais que o objetivo desse trabalho seja compreender como se dá o processo de elaboração de significados que justificam as ações das beneficiárias, e não como elas respondem a atos discriminatórios, metodologicamente me parece relevante ao menos problematizar que a adesão ou distanciamento das beneficiárias às imagens negativas veiculadas sobre elas, pode ser melhor compreendida se se levarmos em conta o fato de que esse é um grupo estigmatizado pela sociedade brasileira.

Através de um projeto de pesquisa comparativa entre Brasil, Estados Unidos e Israel, Lamont e colaboradores (2016) propõem o conceito de ‘*assault on worth*’ (ataque ao valor). A pesquisa analisou as respostas que os indivíduos deram, bem como as respostas que gostariam de ter dado, não só às experiências vivenciadas de agressões, atos discriminatórios e classificações advindas de preconceitos e estereótipos, mas também àquelas experiências advindas de *insultos ou ataques ao valor*, como eles definem. Os autores afirmam que esses insultos são mais difíceis de serem percebidos, visualizados e mensurados porque muitos deles ocorrem como fenômenos intrapsíquicos (*intrapsychic*), como resultado de negligências, desconsiderações e encobrimentos. Ou seja, os autores buscam perceber, por meio das narrativas dos entrevistados, como acontecem as formas mais sutis de eventos que violam o valor do indivíduo ou do grupo em questão e, a partir desses eventos, que nem sempre são compreendidos e classificados como atos discriminatórios pelos indivíduos que sofrem o insulto, como os indivíduos respondem a esses ataques. O uso desse conceito, ‘*insulto ou ataque ao valor*’, possibilita que sejam levados em consideração os eventos que acontecem no cotidiano das pessoas, de forma mais sutil, considerando inclusive as situações onde o próprio indivíduo não tem certeza se o que aconteceu foi de fato um ataque, insulto ou ato discriminatório (LAMONT et.al., 2016). Essa perspectiva me parece interessante para problematizar as possíveis razões que levam as beneficiárias do São José a se aproximarem de

discursos estereotipados sobre o grupo de beneficiários, porque: 1) considera que todas as respostas devam ser analisadas levando em consideração as formas de inserção social do indivíduo (pertencimento a grupos), os repertórios culturais e o contexto histórico e; 2) considera que a realidade deve ser apreendida da forma como está caracterizada nas narrativas do indivíduo.

De forma sucinta, Lamont e os demais autores desse trabalho classificam as respostas dadas pelos entrevistados em cinco categorias:

**Tabela 12 -
Tipo de respostas dadas por entrevistados vítimas de insultos no Brasil,
Estados Unidos e Israel⁷³**

Tipo de resposta	Descrição
Confronto	Reação aberta, verbalizada; processos legais, ameaça física, intimidação, etc.
Gerenciamento de si mesmo	Cálculo individual envolvendo emoção, energia, reputação, recursos, considerando custos pessoais, etc.
Não resposta	Ignorar, evitar, não responder por choque, surpresa, medo, passividade ou não compreensão
Competência e trabalho	Preservação, trabalho duro
Isolamento/autonomia	Autossegregação, recusa em assimilar, boicote

Elaboração própria, a partir de LAMONT et al, 2016)

As categorias apresentadas acima permitem problematizar os fatores levados em consideração pelos indivíduos ao responderem a determinado ato discriminatório ou insulto. Por mais que essas respostas digam respeito a casos específicos sobre pessoas que sofreram algum tipo de discriminação, considero que, enquanto estratégia metodológica, utilizar essas categorias classificatórias poderia auxiliar na análise de dimensões adicionais encontradas nas respostas das entrevistadas às perguntas feitas sobre a imagem negativa comumente associadas às beneficiários do PBF. Desta forma, ao trazer as imagens negativas comumente veiculadas sobre os beneficiários do Bolsa Família para as beneficiárias do São José, pode-se dizer que as respostas variaram entre o ‘confronto’, com o depoimento daquelas que se opuseram às imagens

⁷³ Para maiores detalhes sobre os grupos étnico-raciais estudados na pesquisa e os tipos de respostas dadas com maior frequência em cada país, ver LAMONT, Michèle et al. *Getting respect: Responding to stigma and discrimination in the United States, Brazil, and Israel*. Princeton University Press, 2016.

negativas e estereotipadas, o ‘gerenciamento de si mesmo’, quando analisavam a situação e concordavam ou não com as representações negativas de acordo com o que achavam adequado, justo e real para elas, ou ‘não respondendo’ para aquelas que não se posicionaram, seja porque não tinham uma opinião formada ou porque sabiam que seu posicionamento provavelmente não iria interferir na realidade e por isso não tomam partido. Mesmo reconhecendo que perguntar sobre o que elas acham sobre a imagem negativa dos beneficiários do Bolsa Família não é a mesma coisa que perguntar se elas já foram vítimas de discriminação por serem beneficiárias, e, conseqüentemente, como elas reagiram caso isso tenha acontecido, levar as representações negativas mais comumente disseminadas sobre os beneficiárias do PBF para elas possibilitou apreender as nuances que definem e classificam como elas veem a si mesmas e como veem os outros. Não só foi possível perceber que a forma com que elas lidam com o estigma de serem beneficiárias varia de acordo com a situação (confronto, gerenciamento de si e não resposta), como também perceber que talvez a principal estratégia no enfrentamento a essa visão estigmatizada do pobre beneficiário seja a de mostrar por meio do trabalho duro que elas não são iguais aos outros beneficiários. Talvez a melhor forma de mostrar que, mesmo que seja verdade, que o beneficiário de programa social é, em última instância, um ‘proveitador’, o que daria sentido à vida dessas mulheres seria mostrar que elas não são assim, como os outros, e que o ‘trabalho duro’ e a manutenção do benefício ativo, são as provas explícitas de suas condutas corretas e, por sua vez, distintas dos ‘outros’ beneficiários.

Mais do que questionar os motivos que levam a maior parte das entrevistadas a concordarem com visões estereotipadas sobre pobres beneficiários do Bolsa Família, deve-se questionar a condição em que elas estão inseridas na sociedade, enquanto grupo estigmatizado, e o valor imposto por uma cultura da meritocracia que define o trabalho duro e o sucesso individual como caminho para uma vida digna. Desconsiderar esses fatores seria aceitar que elas, as beneficiárias, agiriam de acordo com princípios e valores descolados da realidade em que vivem. Ao contrário disso, a análise detalhada dos depoimentos colhidos durante a pesquisa revela que a adesão de grande parte das entrevistadas aos discursos estereotipados sobre o pobre beneficiário reflete, na realidade, o quanto a disseminação de imagens negativas é poderosa para formação de opinião, bem como o quanto os valores meritocráticos de sucesso individual permeiam a sociedade e perpassam as diversas classes sociais.

5. Conclusão

A maior parte dos estudos produzidos sobre o Programa Bolsa Família possui um viés economicista que raramente permite abordar os aspectos morais envolvidos nessa política. O objetivo desse trabalho foi compreender a construção dos valores que sustentam um sentido de dignidade na vida dessas mulheres pobres beneficiárias do Programa Bolsa Família, por meio da análise das suas experiências e micro relações cotidianas, a partir da perspectiva analítica da sociologia da moral.

A pergunta que norteou a pesquisa foi: como um grupo, o de beneficiárias do Bolsa Família, marcado pelo estigma de pertencer às camadas sociais mais vulneráveis do país, elabora valores que dão sentido às suas vidas e classificam o mundo ao seu redor. Elaborar uma pergunta como essa envolve aceitar o desafio de tentar compreender como as classes sociais menos favorecidas organizam moralmente e simbolicamente suas vidas considerando a pressão e o estigma sofridos como consequência do lugar social que ocupam.

Para responder a essas perguntas busquei traçar o caminho que as beneficiárias percorrem ao longo de suas vidas, mostrando que antes de serem beneficiárias, essas mulheres foram meninas, em sua maioria negras, marcadas pela pobreza e pelo trabalho infantil. Suas histórias se assemelham naquilo que há de mais trágico da realidade social brasileira, o legado da pobreza passado de geração a geração. Com um passado em comum, elas trilham caminhos muito semelhantes restando pouco espaço para manobras e para a superação de suas condições de pobreza. As histórias se assemelham quando elas se tornam responsáveis pelo cuidado familiar, pelos afazeres domésticos e das pequenas propriedades rurais de suas famílias, quando são proibidas de estudar, quando são vítimas de violência doméstica e também quando são forçadas a trabalhar em casas de família ainda quando crianças. As histórias também se assemelham quando elas migram das cidades do interior para a capital em busca de trabalho, restando quase que exclusivamente, o ambiente privado do trabalho doméstico como única opção de ocupação ao longo de suas vidas. Suas histórias ainda se parecem quando relatam suas vidas amorosas, marcadas por homens que vêm, fazem filhos e se vão. Os homens aparecem nos discursos representados também de uma maneira similar: pais, avôs, tios, padrastos, parceiros, maridos, filhos, ex-maridos, patrões. Os discursos se acumulam, com o relato de relações desiguais, abusivas e de abandono, traços característicos dos homens que passam por suas vidas.

Mas essas mulheres, marcadas pelas relações de gênero, raça e classe, não se colocam em posição de vítimas. Pelo contrário, salientam em suas narrativas como elas, contra tudo e

todos, conseguiram por conta própria ter a vida digna que têm por meio de seus esforços individuais. O trabalho duro, a disciplina e as regras, são os principais indicadores do que essas mulheres valorizam e os principais marcadores que as diferenciam dos outros. A ‘prova’ da distinção entre elas e os pobres não beneficiários seria exatamente o fato de que, para conseguir o benefício, é necessário ‘correr atrás’, e uma vez sendo contemplado, é necessário cumprir com uma série de regras (condicionalidades), o que nem todos conseguem fazer. Outra prova desse local distinto que elas ocupam seriam tanto os pobres elegíveis para receber o benefício, mas que não recebem, quanto os beneficiários que tiveram seus benefícios cancelados por não ‘conseguirem’ cumprir com as regras para se manterem no programa. Nesse sentido, os pobres que nunca foram beneficiários e os pobres que tiveram seus benefícios cancelados, seriam vistos como ‘não merecedores’ do benefício por não se esforçarem o suficiente ou por não se adequarem às regras do jogo. Ou seja, se é sabido que as condicionalidades assumem uma função moral no nível da sociedade como um todo, por “exigir responsabilidades” quando concede uma “benesse” (algo que ajuda a legitimar a política entre os não-pobres que se enxergam como provedores desse benefício), entre os beneficiários essas “responsabilidades” são assumidas com dificuldade (dadas todas as privações pelas quais elas passam) e funcionam como lastro para a construção de um sentido de dignidade capaz de diferenciar os “cumpridores” dos “não-cumpridores”. O mérito individual é resgatado como elemento, quase exclusivo, para explicar os motivos que levam pobres, aparentemente com as mesmas situações socioeconômicas a serem beneficiários e outros não.

No entanto, ser beneficiário, por si só, também não é suficiente para unir todos os beneficiários como parte de um só grupo, coeso e unificado. O fato de ser beneficiário não fomenta um sentimento de pertencimento a ponto de gerar uma identidade de grupo, e as regras e os valores próprios (*normatividade leiga*), como por exemplo, a forma como as vizinhas gastam o dinheiro do benefício, são acessados o tempo todo para julgar e classificar quem elas consideram justas e corretas e quem elas consideram irresponsáveis. A noção de quem merece e quem não merece o benefício também pode ser facilmente visualizada quando as beneficiárias enfatizam o quanto elas ‘correram e continuam correndo atrás’ para conseguir o benefício e se manter beneficiárias, em contraposição a uma suposta ‘apatia’ de outras mulheres pobres que não fariam o mesmo e por isso não conseguiriam o benefício. Categorias do senso comum utilizadas para classificar aqueles que a sociedade aponta como ‘pobres merecedores’ (aqueles que vão à luta), são evocadas pelas beneficiárias também para marcar as fronteiras simbólicas que as diferenciam das demais mulheres pobres ‘não merecedoras’ (aqueles que não se esforçam o suficiente).

Enquanto a pesquisa inicialmente se preocupava com a relação e construção de fronteiras simbólicas que marcavam a distinção entre classe média e alta, em contraposição a classe baixa, os depoimentos das beneficiárias do São José foram se desenvolvendo de forma mais enfática no sentido de revelar pressões e controles sociais vivenciados cotidianamente entre beneficiárias e pobres não beneficiários do bairro ou da família. A presença do julgamento moral que se faz da pobre beneficiária estava presente nos discursos quando elas se referiam às suas relações extremamente desiguais em seus ambientes de trabalho, ou ainda quando buscavam serviços públicos, mas foi eminentemente no âmbito local do bairro e nas relações familiares e de vizinhança que as beneficiárias se sentiram julgadas moralmente e julgaram as outras ao seu redor. Todo esse processo de classificação e hierarquização de valores utilizado pelas entrevistadas para analisar o pobre beneficiário e não beneficiário deve ser considerado à luz do fato do Programa Bolsa Família não ser visto como um direito pelas beneficiárias. Sendo considerado uma ‘ajuda’, tanto pelo baixo valor do benefício que se caracterizaria como um complemento de renda, quanto por parecer um ‘favor do governo’, o fato das beneficiárias não enxergarem esse programa como um direito garantido acaba por dar margem a diversas interpretações equivocadas, como por exemplo, a impressão de que se existem pobres não beneficiários é porque estes não se esforçaram o suficiente para ‘conseguir’ essa ajuda do governo. O Bolsa Família como ‘favor’ ou ‘ajuda’ é tão prejudicial para a criação desse imaginário social de que ‘quem está fora é porque não se esforça o suficiente’ quanto para aqueles que estão no programa e que se sentem ameaçados constantemente por não saberem se o programa permanecerá ativo ou não. O medo do programa ser extinto ou de ter o seu benefício bloqueado sem explicação, são apenas alguns exemplos que indicam que as beneficiárias não se sentem seguras enquanto beneficiárias do PBF. Além disso, o fato de não compreenderem o funcionamento do programa leva as beneficiárias a desconfiarem do caráter neutro da política quando analisam seus casos em comparação com o de outros beneficiários. Desconfiança quanto aos valores dos benefícios, bem como às regras de cumprimento e descumprimento de condicionalidades, levam as beneficiárias a uma situação de incerteza quanto aos seus direitos, o que mostra a fragilidade da política em garantir esse benefício como de fato um direito assegurado.

No entanto, a percepção de que o Programa Bolsa Família não se constitui enquanto um direito para as beneficiárias pode ser melhor compreendida quando se analisa a forma com que o programa é representado por diversos setores da sociedade. As imagens negativas disseminadas sobre o programa reforçam a batalha constante por legitimidade que o PBF enfrenta desde o seu surgimento. As críticas supostamente técnicas relacionadas ao desenho

e/ou gestão do programa (orçamento, sustentabilidade, mecanismos de controle e fiscalização, etc.), frequentemente funcionam como nada mais do que dissimulação para os julgamentos morais que se fazem dos comportamentos supostamente inadequados das mulheres pobres beneficiárias desse programa. Por trás do erro de focalização do programa estão as ‘proveitadoras’ que buscam o benefício mesmo estando fora do perfil de elegibilidade. Por trás do cumprimento das condicionalidades estão as mulheres que, se não fossem ‘compelidas’ por essa regra, talvez “jamais” levassem seus filhos para a escola e para os postos de saúde. Por trás do limite estipulado de benefícios que cada família pode receber está a ‘certeza’ de que se isso não existisse, as mulheres pobres teriam ‘ainda mais’ filhos do que já têm e o programa serviria como incentivo a procriação. Por trás das tentativas de estabelecer ‘portas de saída’ do programa está o medo da acomodação e da falta de proatividade desse grupo para superar suas condições de pobreza. Essas são imagens comumente veiculadas por meio de comentários, notas, charges, de ministros e políticos que reforçam a noção de que da pobre brasileira no mínimo há que se desconfiar de suas reais intenções. Ao longo do tempo, essas imagens vêm se consolidando e aqueles que deveriam lutar para romper com esses estereótipos, como os representantes governamentais envolvidos com a execução do programa, por exemplo, na verdade, atualmente apoiam e criam novos elementos para reforçar a desconfiança que se tem dos pobres beneficiários de programas sociais. Discursos de representantes governamentais se tornam pontos de pauta para transformações nas políticas públicas e, se mesmo quando o governo que idealizou e implementou o programa buscava combater estereótipos, com a promoção de debates sobre *os mitos do Programa Bolsa Família*, por exemplo, o que esperar do debate de hoje seguido de pronunciamentos do presidente sobre possíveis defasagens no desenvolvimento intelectual das crianças filhos de beneficiárias do Bolsa Família? O que mais intriga nesse posicionamento governamental não é a sugestão de uma possível defasagem intelectual de crianças pobres de até 3 anos de idade, mas a alegada ‘incapacidade’ do Estado em mudar algo ‘dado pela natureza’. Nas palavras de Jair Bolsonaro: "*Realmente, fica difícil até com boas escolas fazer com que essa garotada, que começa errado lá atrás, tenha capacidade de fazer uma boa escola, uma boa universidade e ser um bom profissional lá na frente.*"⁷⁴. Ou seja, a maior autoridade do Estado brasileiro atesta com esse depoimento que o Estado, mesmo querendo e se esforçando para prover bons serviços públicos, o que não é o caso, não teria como garantir que essas pessoas, ‘que nasceram erradas’, se acertem ao longo da vida.

⁷⁴ Citação extraída de uma *Live* dada presidente e publicada na matéria intitulada: Governo constatou menor desenvolvimento intelectual em ‘filhos do Bolsa Família’ diz Bolsonaro” no dia 21 de março de 2019 no sítio GauchaZH <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/03/governo-constatou-menor-desenvolvimento-intelectual-em-filhos-do-bolsa-familia-diz-bolsonaro-cjtjpmtn03sw01k0pww2h0r5.html>.

Essa perspectiva, facilmente encontrada nos discursos de diversos setores da sociedade, traz consigo o resquício do que um dia se consolidou como explicação científica para o fenômeno da pobreza. A explicação da pobreza como resultado de atitudes e comportamentos individuais foi substituída no campo acadêmico por não se sustentar teórico e metodologicamente, mas a verdade é que ela permanece no imaginário social coletivo. A responsabilização do indivíduo pela sua condição vulnerável é reforçada a cada momento que uma ‘simples opinião’ é dada, como a do presidente, que atribui à pessoa todas as responsabilidades pelo sucesso ou insucesso de sua vida e, sequer considera os condicionantes estruturais que pesam na trajetória de vida de todo e qualquer indivíduo. Isolar os ganhos e perdas da vida como resultados de decisões individuais, sequer considerar a reprodução da desigualdade de oportunidades e veicular opiniões constantes de desmerecimento de determinados grupos em comparação com outros ‘bem sucedidos’, faz parte da *política do nojo*, como coloca Hancock (2004). A construção de imagens negativas atreladas aos pobres se dá com base na reprodução de visões preconceituosas atreladas a um suporte governamental que, dentre outras coisas, acaba muitas vezes criando ou reforçando estereótipos que deveriam ser combatidos e superados pelas próprias políticas públicas.

Considerando todos esses aspectos, não aparece como novidade o fato de beneficiárias não enxergarem o Bolsa Família como um direito, já que na verdade a sociedade como um todo não reconhece que essas pessoas tenham de fato esse direito. Seja porque a pobreza aparece como distante para as classes média e alta, ou porque existiria uma falta de compreensão das reais consequências que a desigualdade de acesso a oportunidades exerce na vida das pessoas ao longo de gerações, ou ainda pela descrença que um programa como esse possa aliviar de fato a pobreza, o fato é que é preciso que muita coisa aconteça para que um programa social com essas características seja incorporado como válido, legítimo ou simplesmente necessário pelo povo brasileiro.

Diante da construção de imagens negativas que rondam o Programa Bolsa Família, que vão desde a concessão de benefícios a pessoas não merecedoras, passando pelo suposto aumento da natalidade das classes mais baixas para aumentar o valor do benefício, e chegando à suposta acomodação dos beneficiários que decidiram parar de trabalhar após se tornarem beneficiários, não é de se espantar que as beneficiárias do programa lutem cotidianamente por conquistar legitimidade moral junto à sociedade. Como resultado desse processo, a identidade narrativa a que as beneficiárias aderem, em muitos momentos, se aproxima dos valores compartilhados pela classe média e com isso elas não conseguem se reconhecer como pertencentes ao grupo de pobres beneficiários em geral. A batalha por reconhecimento é travada no cotidiano, junto aos vizinhos e familiares que, de uma forma ou de outra, acabam exercendo maior influência no

desenvolvimento das atividades dessas mulheres no dia-a-dia. O preconceito sofrido por serem mulheres, negras, pobres e beneficiárias não aparece espontaneamente em seus discursos, e quando indagadas especificamente sobre situações de discriminação que tenham enfrentado ao longo de suas vidas, as respostas aparecem de forma muito sutil. A forma com que essas mulheres enfrentam o estigma de serem pobres e beneficiárias do PBF é construída com base nos valores de honestidade, trabalho duro e manutenção da ordem familiar. Como não há uma identificação identitária do grupo de beneficiárias enquanto beneficiárias, cabe às suas decisões no âmbito privado a prova de que elas não são aquilo que ‘falam’ dos beneficiários. Com normas e regras rígidas buscam se distanciar de tudo que é errado, moralmente condenável e injusto, como forma de marcarem essa diferença entre elas pobres e os ‘ouros’ pobres. Com isso, elas se aproximam de discursos que reforçam a necessidade de maior rigidez na fiscalização do programa, aderem a discursos conservadores que julgam moralmente as beneficiárias que têm muitos filhos, condenam as mães que não trabalham e colocam filhos em creche, por acreditarem que a creche deveria ser exclusiva para mães que possuem trabalho formal, etc. Esses, assim como outros marcos valorativos apresentados ao longo desse trabalho reforçam as fronteiras simbólicas que distinguem elas dos demais grupos da sociedade. As regras propostas pelo programa produzem novas formas de controle social na vida dessas mulheres que, dessa vez, extrapolam as normatividades relacionadas às condicionalidades e criam as suas próprias regras morais. Novas categorias são utilizadas para classificar aquelas ‘merecedoras’, assim como elas, e as demais ‘não merecedoras’. Longe de pretender, ou mesmo almejar, a identificação de posicionamentos fixados e conclusivos sobre os mecanismos que as beneficiárias utilizam para elaborar e justificar suas ações e opiniões sobre o mundo, o resultado dessa pesquisa aponta para os indícios de uma batalha cotidiana e incessante travada por elas em busca de legitimidade moral, onde se tenta a todo custo provar que suas vidas são conduzidas com base em princípios ligados a uma vida correta, justa e digna.

6. Bibliografia

- ABRAMOVITZ, Mimi et al. **Under attack, fighting back: Women and welfare in the United States**. NYU Press, 2000.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2007, p. 41-86. v. 2.
- BARROS, R. P. et al. *Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2010 (Texto para Discussão, n. 1460).
- BICHIR, Renata Mirandola. “O Bolsa Família na Berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda.” CEBRAP, *Novos Estudos*, n.87, julho de 2010.
- BLOFIELD, Merike. *The great gap: Inequality and the politics of redistribution in Latin America*. Penn State Press, 2011.
- BOLTANSKI, Luc.; THÉVENOT, Laurent.; PORTER, Catherine. *On Justification: Economies of Worth*. Princeton University Press, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: Crítica social do julgamento*. São Paulo, EDUSP, 2007.
- BRONZO, Carla.; PRATES, Ian. “Tocando o Intangível: Explorando Efeitos de Programas Sociais nas Dimensões Menos Tangíveis da Pobreza”. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, V.17, nº60, Jan./Jun. 2012.
- COHN, Amélia. *Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e Direitos Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Pensamento Brasileiro, 2012.
- CUMMINS, Ian. *Poverty, inequality and social work: The impact of neo-liberalism and austerity politics on welfare provision*. Policy Press, 2018.
- DIEB, Marília de Azevedo e MARTINS, Paula Dieb. *O Rio Jaguaribe e a História Urbana de João Pessoa/PB: da harmonia ao conflito*. XVII ENANPUR. São Paulo 2017.
- DAMO, Arlei Sander. “O espectro do dom”. In: “Do dom à profissão”. São Paulo: HUCITEC, 2007, p. 185-225.
- EGER, Talita Jabs. “*Dinheiro e Moralidade no Bolsa Família: uma perspectiva etnográfica*” Dissertação de mestrado. Universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2013
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton University Press, 1990.

- FERGUSON, James. Give a man a fish: Reflections on the new politics of distribution. Duke University Press, 2015.
- FRANÇA, Márcio Abreu de. *Violência, Medo e (Não) Reconhecimento: A Percepção Social da Pobreza nas Classes Médias na Cidade do Recife*. Dissertação de Mestrado. PPGS/UFPE. Recife, 2010.
- GILENS, Martin. Why Americans hate welfare: Race, media, and the politics of antipoverty policy. University of Chicago Press, 2009.
- HALL, Anthony. "From Fome Zero to Bolsa Família: Social Policy and Poverty Alleviation under Lula." Paper presented at the LASA (October 2004) conference, Las Vegas, NV.
- HANCOCK, Ange-Marie et al. **The politics of disgust: The public identity of the welfare queen**. NYU Press, 2004.
- HANLON, Joseph; BARRIENTOS, Armando; HULME, David. Just give money to the poor: The development revolution from the global South. Kumarian Press, 2012.
- IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Radar N° 25. MEI formalizou mais de 2,7 milhões de empresas em 3 anos*. 07 de maio de 2013.
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17977.
- KATZ, Michael B. *The undeserving poor: America's enduring confrontation with poverty: Fully updated and revised*. Oxford University Press, 2013.
- KERSTENETZKY, C.D.A.L., 2010. O Brasil, a pobreza e o século XXI. BIBLIOTECA E CIDADANIA, p.78.
- KOHN, Melvin L. *Class and conformity: a study in values*. Homewood, IL: Dorsey Press, 1969.
- LAHIRE, Bernard. Retratos Sociológicos: Disposições e variações individuais. Porto Alegre, ARTMED. 2004.
- LAMONT, Michele. *The Dignity of Working Men: Morality and the boundaries of race, class, and immigration*. Cambridge, MA. Harvard University Press. 2000.
- LAMONT, Michele. MOLNAR, Virag. "The Study of Boundaries in the Social Sciences." *Annual Review of Sociology*, Vol. 28 (2002), pp.167-195.
- LAMONT, Michèle; DUVOUX, Nicolas. "How Neo-Liberalism Has Transformed France's Symbolic Boundaries?." *French Politics, Culture & Society* 32.2 (2014): 57-75.
- LAWLER, Steph. *Mothering the self: Mothers, daughters, subjects*. Psychology Press, 2000.

LEWIS, Oscar. *La vida: A Puerto Rican family in the culture of poverty-San Juan and New York*. Vol. 13. New York: Random House, 1966.

LINDERT, Kathy; VICENSINI, Vanina. Bolsa Família nas manchetes: uma análise do tratamento dado pela mídia às Transferências Condicionadas de Renda no Brasil. Banco Mundial, 2010. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/SAFETYNETSANDTRANSFERS/Resources/Lindert-CCT_Media_Study-Dec2010_PORT.pdf

LI, P.; SCALON, C.; Gorshkov. M.K.; SHARMA, K. *Handbook on Social Stratification in the BRIC Countries: Change and Perspective*. 1. ed. Singapore/ London/ New Jersey: World Scientific, 2013.

MARINS, Mani Tebet. “Repertórios Morais e Estratégias Individuais de Beneficiários e Cadastradores do Bolsa Família.” *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, V.04.02: 543-562. Outubro de 2014.

_____, Mani Tebet. *Bolsa Família: Questões de Gênero e Moralidades*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2017

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio Veras. Targeted Cash Transfer Programmes in Brazil: BPC and the Bolsa Familia, The United Nations Development Programme - International Poverty Centre /IPEA, Working Paper, n.46, junho de 2008. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub.do#wor>>.

_____. Transferência de Renda no Brasil. Novos Estudos - CEB RAP, n.79, novembro de 2007a.

_____. Programas Focalizados de Transferência de Renda no Brasil: contribuições para o debate. Brasília, IPEA, Texto para Discussão, nº1283, junho de 2007b.

MEDEIROS, Rogério S; MACHADO, Níve F. Condicionalidades e Monitoramento: Desafios à gestão do Programa Bolsa Família em municípios paraibanos. In: Júnia Valéria Quiroga da Cunha; Alexandro Rodrigues Pinto; Fernando Simões Carvalho Chagas. (Org.). Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome. 1ªed.Brasília: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/CNPq, 2014, v. 2, p. 40-59.

_____. “El Bolsa Familia en la encrucijada: apuntes sobre la (des)legitimación de políticas sociales y las reconfiguraciones de los patrones de protección social en Brasil.” In: Angélica De Sena. (Org.). *La intervención social en el inicio del siglo XXI: transferencias condicionadas en el orden global*. 1ed. Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora - ESE, 2018, v., p. 151-188.

MIJS, Jonathan JB. "The paradox of inequality: income inequality and belief in meritocracy go hand in hand." *Socio-Economic Review* (2019).

MOYNIHAN, Daniel P. *The Negro family: the case for national action*. Washington, DC: Office of Policy Planning and Research/U.S. Department of Labor, 1965.

- MONNERAT, Giselle Lavinas; SENNA, Mônica de Castro M. S.; BURLANDY, Luciene; SCHOTTZ, Vanessa; MAGALHÃES, Rosana. “Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família.” *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6):1453-1462, 2007.
- NEWMAN, Katherine S. **No shame in my game: The working poor in the inner city.** Vintage, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. “A cultura política do mando: subserviência e nossas populações pobres.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.9 n.25 São Paulo jun. 1994.
- PAUGAM, Serge. *Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza.* São Paulo: Cortez, 2003
- PIRES, Roberto. Implementando Desigualdades: Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190612_implementando_desigualdades.pdf
- POCHMANN, Márcio. Apresentação. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. In: CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lúcia (org.). *Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios*, vol.1. Brasília: IPEA, 2010a. p.7-11
- POLAZ, Karen Teresa Marcolino, ALMEIDA, Ana Maria Fonseca de. "Fronteiras Sociais e Simbólicas em um Clube de Elite". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 33 nº 98, São Paulo, 2018.
- REAY, Diane. *Class work: Mothers' involvement in their children's primary schooling.* Taylor & Francis, 1998.
- REGO, Walquíria Leão. PINZANI, Alessandro. *As Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania.* São Paulo, Editora da UNESP, 2013.
- _____. "Liberdade, dinheiro e autonomia. O caso da Bolsa Família." *Política & Trabalho* 38 (2013).
- REIS, Elisa P. “Percepções da Elite sobre Pobreza e Desigualdade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15 n.42 São Paulo fevereiro. 2000.
- ROCHA, Sonia. “Transferências de Renda Federais: Focalização e Impactos Sobre Pobreza e Desigualdade.” *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 67-96, jan./abr. 2008.
- SALES, Teresa. “Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.9 n.25 São Paulo jun. 1994.
- SAYER, Andrew. *The moral significance of class.* Cambridge University Press, 2005a.
- _____. “Class, moral worth and recognition.” *Sociology*, v. 39, n. 5, p. 947-963, 2005b.

- _____. What are you worth?: Why class is an embarrassing subject. *Sociological research online*, v. 7, n. 3, p. 19-35, 2002.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. "O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil", *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6):1429-1439, 2007.
- SIMMEL, George. "O Dinheiro na Cultura Moderna". In: Jessé Souza e Berthold Oélze (orgs). *Simmel e a Modernidade*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 23-40.
- SANTOS, B. de Souza. A construção Multicultural da Igualdade e da Diferença. *Oficina do CES nº 135*. Janeiro de 1999.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro. Rocco, 1993.
- SAVAGE, Mike; BAGNALL, Gaynor; LONGHURST, Brian. "Ordinary, ambivalent and defensive: Class identities in the Northwest of England." *Sociology*, v. 35, n. 4, p. 875-892, 2001.
- SCALON, C. "Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate." *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 1, p. 49-68, 2011.
- _____. "Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. " *Sociologias (UFRGS)*, v. 18, p. 12-29, 2007.
- SCALON, C.; HERINGER, R. "Desigualdades Sociais e acesso a oportunidades no Brasil." *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, v. 07, p. 43-48, 2000.
- SCALON, C.; OLIVEIRA, P. P. "A percepção dos jovens sobre as desigualdades no Brasil: um estudo por classe." *Interseções*, v. 14, p. 408-437, 2012.
- SEN, Amartya. 1981. *Poverty and Famines: An Essay on Entitlements and Deprivation*, Oxford, Clarendon Press.
- _____. 1987. *On Ethics and Economics*, Oxford, Basil Blackwell.
- _____. 1989. *Hunger and Public Action*, ed. with **Jean Drèze**, Oxford: Clarendon Press.
- SIGNORINI, B. QUEIROZ, B. (2011). The impact of Bolsa Família on beneficiaries' fertility. Texto para Discussão no. 439. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20439.pdf>>.
- SILVA, Graziella Moraes e LOPEZ, Matias " Brazilian people in the eyes of elites: repertoires and symbolic boundaries of inequality" *Sociologia & Antropologia* v 5. 01 2015. P. 157-182.
- SILVA E SILVA et al. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2008, 224 p.

- SILVA, Josué Pereira da. "Nota Crítica sobre Cidadania no Brasil". *Ideias*, Campinas, n.1, nova série, 1º semestre de 2010.
- SILVA, Juliana Marques da. *Debate público sobre justiça distributiva, obrigação moral e bem-estar: percepções sobre pobreza e desigualdade na imprensa brasileira (2008-2012)*. 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindoia, 2013.
- SKEGGS, Beverley. *Class, self, culture*. Psychology Press, 2004.
- _____. *Formations of class & gender: Becoming respectable*. Sage, 1997.
- SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras. In: CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lúcia (org.). *Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios*, vol.1. Brasília: IPEA, 2010. p.25-56
- SOARES, F. V. et al. *Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade*. Brasília: Ipea, 2006 (Texto para Discussão, n. 1228).
- SOMERS, Margaret R. "How grandpa became a welfare queen: Social insurance, the economisation of citizenship and a new political economy of moral worth." *The Transformation of Citizenship*, Volume 1. Routledge, 2017. 76-98.
- SOUZA, Jessé *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.
- _____. *A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira*. Belo Horizonte, MG. Editora da UFMG, 2006.
- _____. *A Ralé Brasileira: como é e como vive*. Belo Horizonte, MG. Editora da UFMG, 2009.
- _____. *A Modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Ed. UnB, 2000.
- SVALLFORS, Stefan. *Welfare States and Welfare Attitudes in Contested welfare states: Welfare attitudes in Europe and beyond*. Stanford University Press, 2012.
- VELOSO, Wanessa Souto. *Medo, Mídia e Moralidade: o caso do bairro São José, João Pessoa – PB*. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba. 2010.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo et al. *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ, 1999.
- TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania: dilemas do Brasil Contemporâneo*. Caderno CRH, nº 19, Salvador, 1993.
- _____. *Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza; um estudo sobre trabalho e família na grande São Paulo*. 1992. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

TILLY, Charles. *Durable Inequality*. Berkeley, CA. Univeristy of California Press. 1998.

VAN HOOK, Jennifer; BEAN, Frank D. "Explaining Mexican-immigrant welfare behaviors: The importance of employment-related cultural repertoires." *American Sociological Review* 74.3 (2009): 423-444.

WEST, Guida. *The national welfare rights movement: The social protest of poor women*. 1983.

ANEXO I

Pesquisa:

A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral: Fronteiras Simbólicas no Programa Bolsa Família

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Bloco 1 – Trajetória e condições atuais de vida, moradia e trabalho

1. Nome
2. Idade
3. Tem irmãos? Quantos?
4. Seus pais são vivos? Se sim, moram com você?
5. Como era sua vida na infância? Onde você cresceu?
6. Do que mais você lembra na sua infância?
7. Qual a sua escolaridade?
8. Você foi para a escola até que idade? Lembra como era? Você gostava?
9. Estado civil. Há quanto tempo? 1º casamento?
10. Onde mora?
11. Com quem vive/mora
12. Casa própria? Alugada? De favor?
13. Os pais/tios/avós moram perto?
14. Trabalha? Com quê?
15. Filhos? Quantos? Idade?
16. Quem mais na casa trabalha?

Bloco 2 – Condição de vínculo ao PBF

17. É a/o titular do cartão do PBF?
18. Desde quando está no Bolsa?
19. Recebe quanto do Bolsa? (Tem noção de quanto é variável, fixo, por filho, etc.? Já houve alteração no valor?)
20. Como ficou sabendo do Bolsa? Como foi feito o seu cadastro?
21. Tem alguém da sua família que também é beneficiário (como titular)? Irmã, mãe, pai, cunhada?
22. O Bolsa é importante para o seu sustento? Com o que você gasta o dinheiro do Bolsa?
23. É beneficiário de algum outro programa do governo (federal ou não)?
24. Alguém da família participa/participou do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo?
25. Já foi beneficiário de algum outro programa antes? Alguém da família foi?
26. Seu(s) filho(s) participa(m) de alguma atividade extra na escola? Mais educação, etc.?
27. Já foi do Pronatec? Alguém da família foi?
28. Se sim, trabalha na área do curso?

29. O que acha do curso do Pronatec?
30. Já houve descumprimento de condicionalidade (bloqueio, suspensão ou cancelamento?) Qual foi o motivo?

Sobre reconhecimento e sentimento de pertencimento entre beneficiários:

- Você conhece outras pessoas que recebem o Bolsa?
- Se sim. Vocês falam sobre isso?
- O que as pessoas falam sobre receber o Bolsa?
- Tem muita gente que mora aqui por perto que recebe?
- Você tem amigos que também são beneficiários? E vocês conversam sobre isso? Como vocês se sentem por serem beneficiários?

Bloco 3 – Acesso a recursos

31. Você identifica mudanças na sua vida e da sua família desde que começou a receber o Bolsa?
32. Quanto à moradia, houve alguma mudança?
33. O Bolsa é sua única fonte de renda? Existem outras?
34. Tem alguma coisa que você lembra que não comprava ou não consumia antes e passou a consumir depois que começou a receber o Bolsa?
35. Quanto à educação, houve alguma mudança?
36. Quanto à saúde, houve alguma mudança?

Bloco 4 – sustentabilidade de condições de vida

37. Mudou alguma coisa no seu trabalho por receber o Bolsa?
38. Você chegou a substituir algum serviço (bico) pelo dinheiro do Bolsa? Se sim, porque?
39. Você sente algum tipo de segurança por receber o Bolsa? Se sim, qual?

Bloco 5 - Acesso a direitos (educação, saúde, justiça, programas e serviços sociais)

40. Você ou alguém da sua família, fora as crianças, continua estudando? Onde? (EJA, Médio, Profissionalizante, Universidade, etc.). Como conseguiu? O que acha dessa oportunidade?
41. Na sua família têm crianças em idade escolar? O que acha da exigência de cumprir a frequência escolar para manter o benefício?
42. Você e sua família utilizam o SUS? Como avaliam o acesso à saúde? (UPA, PSF, SAMU, ACS, etc.)
43. Já houve descumprimento da condicionalidade da saúde na sua família?
44. Você ou alguém na sua família fez pré-natal na condição de beneficiário do Bolsa? Se sim, como avalia que foi o acompanhamento?
45. O que acha da exigência de cumprir as visitas para manter o benefício?
46. Você ou alguém da família já acessou outro programa ou serviço social do CRAS ou CREAS além do Bolsa? Qual/quais?
47. Você sente que mudou alguma coisa na sua condição de mulher por ter virado beneficiária do Bolsa? (na família, no trabalho, na vizinhança, etc.)

Bloco 6 – Fronteiras simbólicas e valores morais

48. Você conhece alguém que recebe o Bolsa e que não deveria estar recebendo? Porque? Explique.
49. Você conhece alguém que não recebe, mas deveria estar recebendo? Porque você acha que não está recebendo?
50. Quem você acha que merece receber o Bolsa?
51. Você acha que o programa consegue alcançar seus objetivos?
52. Você acha que o Bolsa Família é um programa justo? Porque?
53. Porque você acha que você deve receber o Bolsa?
54. Você já sofreu algum tipo de preconceito? (condição econômica, gênero, cor da pele, região, religião, etc.)
55. Você já sofreu algum tipo de brincadeira ou comentário preconceituoso por ser beneficiário do Bolsa? Se não, sabe de alguém que já sofreu? Detalhar e opinar a respeito.
56. Como você acha que as pessoas que não recebem o Bolsa enxergam o programa?
57. Você acha que as pessoas que recebem o Bolsa trabalham menos do que as pessoas que não recebem?
58. Você já pensou parar de trabalhar depois que começou a receber o Bolsa?
59. Você acha que as pessoas que recebem o Bolsa têm mais filho para receber mais benefício?
60. Você já pensou em ter mais filho para receber mais?
61. Você acha que as pessoas que recebem o Bolsa se acomodam e param de procurar trabalho?
62. Você acha que você se acomodou depois que passou a receber o benefício?
63. O que você acha da família que é beneficiária, mas perde o benefício porque os filhos faltam à escola?
64. O que você acha da família que é beneficiária, mas perde o benefício porque não faz o acompanhamento da saúde?
65. Você acha que deveria ter um limite de tempo para as pessoas ficarem no Bolsa? Porque?
66. O que você pensa quando ouve alguém dizer que o Bolsa Família deveria acabar?

Bloco 7 – Visões sobre a política e perspectivas de futuro

67. Como você acha que está o Brasil hoje?
68. Você acha que houve alguma melhora nos últimos 15 anos? Se sim, em que aspectos?
69. Você acha que mudou algo na condição de vida das crianças de hoje quando comparado ao seu tempo de criança? O que mudou?
70. Sua vida mudou nos últimos 15 anos? Que aspectos você destacaria?
71. Como você enxerga a política no Brasil? E na Paraíba? E em João Pessoa?
72. Em quem votou para presidente nas últimas eleições?
73. Você acha que Dilma deveria ter saído?
74. O que você tem vontade de fazer na sua vida?
75. Tem vontade de desenvolver algum tipo de trabalho ou profissão específica?
76. Se você pudesse mudar alguma coisa na sua vida o que seria?
77. Quais os seus planos para o futuro?
78. O que você acha que tem que fazer para alcançar isso?

ANEXO II

Quadro de informações básicas sobre as entrevistadas

Nº	Nome	Idade	Nº de filhos	Ocupações já exercidas	Possui parceiro em casa
1	L. S.	19	1	Auxiliar de escritório	Sim
2	M. S.	33	1	Diarista	Não
3	S. L.	44	3	Diarista	Sim
4	M. A.	28	1	Diarista	Não
5	C. O.	32	2	Empregada doméstica	Não
6	E. S.	43	5	Cozinheira, cuidadora de idosos, passadeira	Não
7	R. C.	43	2	Manicure, cabeleireira, segurança	Não
8	C. S.	23	1	Diarista	Sim
9	G. S.	32	3	Diarista	Não
10	M. M.	46	não tem	Vendedora comércio	Não
11	M. S.	54	não tem	Diarista	Sim
12	M.R.	37	2	Diarista	Não
13	R.B.	44	2	Diarista	Não
14	C.A.	33	3	Diarista	Sim
15	M.S.	39	7	Diarista	Sim
16	J.F.	42	2	Cuidadora de idosos	Não
17	M.S.	61	0	Professora	Sim
18	T.C.	52	3	Diarista	Não
19	E.V.	35	4	Diarista	Não
20	A.L.	49	2	Diarista	Não
21	A.L.	51	2	Diarista e auxiliar de serviços gerais	Não
22	H.S.	42	5	Vendedora comércio, passadeiras, faz bolo	Não
23	E.S.	59	5	Empregada doméstica	Não
24	J.F.	56	0	Auxiliar de cozinha	Não
25	A.C.	56	1	Diarista	Não
26	M.B.	76	5 ou mais	Diarista	Não
27	D.S.	63	5 ou mais	Diarista	Sim

28	L.S.	35	2	Diarista	Sim
29	M.A.	47	5	Faz bolos e salgados	Não
30	J.N.	25	2	Diarista	Não
31	R.S.	24	1	Diarista	Sim
32	C.S.	40	0	Empregada doméstica	Sim
33	I.M.	23	1	Manicure	Sim
34	L.M.	54	2	Serviços gerais	Não
35	E.M.	50	3	Cuidadora de idosos	Sim
36	A.Q.	31	3	Diarista	Não
37	E.M.	21	1	Diarista	Não
38	M.P.	39	2	Diarista	Não
39	S.O.	38	4	Vendedora de Avon	Sim
40	J.S.	28	3	Diarista	Sim
41	S.M.	33	1	Diarista	Sim
42	M.P.	42	2	Catadora de reciclagem	Não
43	G.S.	33	3	Auxiliar de cozinha, camareira, caixa	Não
44	J.J.	27	2	Vendedora de Natura	Sim
45	J.S.	52	5	Vendedora de roupa	Sim
46	M.S.	43	8	Costureira e faz doces	Não
47	C.S.	31	5	Diarista	Sim
48	D.S.	39	2	Diarista	Sim
49	A.S.	29	4	Diarista	Não
50	M.N.	28	1	Empregada doméstica	Sim
51	M.A.	26	2	Empregada doméstica	Sim
52	M.S.	36	4	Diarista	Sim
53	M.S.	46	6	Nunca trabalhou	Não